

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS

2008

Montepio

A large, stylized white bird logo, possibly a dove, is positioned on the left side of the cover. The bird is depicted in profile, facing right, with its wings spread. The logo is composed of thick white lines and solid white areas, set against the orange background.

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS

2008



Montepio



1. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS E INSTITUCIONAIS PARA O TRIÉNIO 2007-2009	5
2. CARTA DO PRESIDENTE	8
3. GRUPO MONTEPIO	11
4. RELATÓRIO DE GESTÃO GLOBAL	13
4.1. Síntese de Resultados da Actividade do Montepio	13
4.2. Indicadores Globais (Contas Individuais)	15
4.3. Enquadramento Macroeconómico e de Mercados	16
4.4. Estratégia e Modelo de Negócio	24
4.5. Montepio Geral – Associação Mutualista	31
4.5.1. Actividade Associativa	31
4.5.2. Receitas Associativas	33
4.5.3. Benefícios e Valorização das Modalidades	34
4.5.4. Evolução e Rendibilidade das Aplicações	35
4.5.5. Análise Financeira	39
4.5.6. Propostas	41
4.5.6.1. Proposta de Aplicação dos Resultados e de Recurso aos Excedentes Técnicos e ao Fundo de Reserva Geral	41
4.5.6.2. Proposta de Reposição no Fundo de Reserva Geral dos Valores Utilizados para Completar os Fundos Disponíveis	44
4.5.6.3. Proposta de Atribuição de Melhorias de Benefícios	44
4.5.6.4. Proposta de Aplicação de Excedentes Técnicos de Rendas Vitalícias	45
4.5.6.5. Proposta de Atribuição de Complemento de Resultados às Modalidades de Capitalização	45
4.5.6.6. Proposta de Transferência para o Fundo de Reserva Geral dos Valores Acumulados em Excedentes Técnicos	46
4.5.6.7. Proposta de Aplicação dos Resultados Transitados	46
4.5.6.8. Proposta de Aplicação do Rendimento a Transferir da Caixa Económica	47
4.5.6.9. Proposta de Aumento da Participação Financeira Institucional na Caixa Económica	47
4.5.6.10. Proposta de Dotação para a Fundação Montepio Geral	47
4.6. Caixa Económica Montepio Geral – Base Individual	51
4.6.1. Recursos Humanos	51
4.6.2. Canais de Distribuição	52
4.6.3. Gestão do Negócio	54
4.6.4. Gestão de Riscos	60
4.6.5. Análise Financeira	64
4.6.6. Notações de <i>Rating</i>	79
4.6.7. Proposta de Aplicação de Resultados	80
4.7. Caixa Económica Montepio Geral – Base Consolidada	83
4.8. Empresas do Grupo Montepio	88

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA	93
5.1. Montepio Geral – Associação Mutualista	94
5.2. Caixa Económica Montepio Geral – Base Individual	129
5.3. Caixa Económica Montepio Geral – Base Consolidada	220
6. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA	317
7. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO CONSELHO FISCAL	319
8. RESPONSABILIDADE SOCIAL	323
9. RELATÓRIO DO GOVERNO INSTITUCIONAL	327
10. RECONHECIMENTO	335
11. DIRECÇÃO	337
ANEXOS	343
I – CONFORMIDADE DAS RECOMENDAÇÕES DO <i>FINANCIAL STABILITY FORUM</i> (FSF) E DO <i>COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS</i> (CEBS) NO QUE RESPEITA À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DOS ACTIVOS (CARTAS CIRCULARES 46/08DSBDR, DE 15 DE JULHO, E N.º 97/08/DSBDR, DE 31 DEZEMBRO, DO BANCO DE PORTUGAL).	
II – RELATÓRIO ACTUARIAL DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS	
III – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS	
IV – CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	
V – CONTAS DAS FUNDAÇÕES	

1. Órgãos Associativos e Institucionais para o triénio 2007-2009

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

<i>Presidente</i>	Associado n.º 33 151-5	VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES <i>Professor Universitário</i>
<i>1.º Secretário</i>	Associado n.º 31 560-9	ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO <i>Advogado</i>
<i>2.º Secretário</i>	Associado n.º 45 139-8	ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA <i>Economista</i>
<i>Suplentes</i>	Associado n.º 48 385-8	MARIA LEONOR LOUREIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA GUIMARÃES <i>Jurista</i>
	Associado n.º 127 945-6	MARIA VITÓRIA DA GRAÇA PINTO GUERRA MOURÃO <i>Socióloga</i>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<i>Presidente</i>	Associado n.º 38 670-6	ANTÓNIO TOMÁS CORREIA <i>Jurista</i>
<i>Vogais</i>	Associado n.º 28 745-2	JOSÉ DE ALMEIDA SERRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 59 784-1	RUI MANUEL SILVA GOMES DO AMARAL <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 399-9	EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA <i>Economista</i>

CONSELHO FISCAL

<i>Presidente</i>	Associado n.º 26 952-2	MANUEL JACINTO NUNES <i>Professor Universitário</i>
<i>Efectivos</i>	Associado n.º 281 904-8	GABRIEL JOSÉ DOS SANTOS FERNANDES <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 269-9	JOSÉ MOREIRA VENÂNCIO <i>Licenciado em Contabilidade Bancária e Direito</i>
<i>Suplentes</i>	Associado n.º 62 268-0	JOÃO MIGUEL LOURENÇO GOMES <i>Economista</i>
	Associado n.º 95 534-4	ISILDA DE AIRES NUNES BRANQUINHO <i>Economista</i>

CONSELHO GERAL

<i>Efectivos</i>	Associado n.º 71 464-0	MARIA MANUELA DA SILVA <i>Economista</i>
	Associado n.º 29 676-0	MANUEL DA COSTA BRAZ <i>Oficial do Exército na situação de reforma</i>
	Associado n.º 104 943-7	EUGÉNIO ÓSCAR GARCIA ROSA <i>Economista</i>
	Associado n.º 29 973-8	MANUEL LOPES DA SILVA <i>Economista</i>
	Associado n.º 32 309-9	VIRGÍLIO MANUEL BOAVISTA LIMA <i>Economista</i>
	Associado n.º 35 170-2	CARLOS MANUEL MELO GOMES AREAL <i>Bancário</i>
	Associado n.º 47 207-6	MARIA LUCIA RAMOS BICA <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 000-2	ANTÓNIO FERNANDO MENEZES RODRIGUES <i>Economista</i>
	Associado n.º 49 598-5	JOSÉ JOAQUIM FRAGOSO <i>Engenheiro</i>
	Associado n.º 30 813-7	LUIS MANUEL PESSOA MONTEIRO BRANDÃO <i>Jurista</i>
	Associado n.º 44 630-3	ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS RAMALHEIRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 37 711-3	NORBERTO DA CUNHA JUNQUEIRA FERNANDES FÉLIX PILAR <i>Economista</i>



Conselho de Administração

José de Almeida Serra, António Tomás Correia (Presidente),
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral, Eduardo José da Silva Farinha

2. Carta do Presidente

8



Dirijo-me a todos os que se relacionam com o Grupo Montepio, numa altura em que a conjuntura dificilmente encontra paralelismo em qualquer outro momento das nossas vidas. Num tão curto espaço de tempo, vários foram os acontecimentos que marcaram, de forma invulgar, o mundo Ocidental: agravamento da crise financeira que teve o seu epicentro na crise do crédito hipotecário nos Estados Unidos da América (EUA), transferência das suas sequelas ao sistema financeiro e o consequente alastramento à designada economia real. Se, no ano anterior, a crise já dava sinais de agravamento, as previsões mais pessimistas foram sucessivamente, confirmadas, com os indicadores a revelarem resultados ainda mais gravosos. Os níveis de volatilidade e de incerteza a que fomos assistindo ao longo do ano de 2008 são o resultado da progressiva propagação de uma crise de confiança sem precedentes, que tem vindo a motivar a intervenção dos governos e das autoridades de supervisão, no sentido de procurar repor a normalidade no funcionamento dos mercados.

Os benefícios da globalização, decorrentes da inter-relação económica, cultural, do conhecimento, do desenvolvimento da humanidade, estão actualmente a ser postos à prova. Pela primeira vez, o fenómeno da «aldeia global» vem demonstrar que também a crise pode ser global, o que lança novos desafios aos governos, aos gestores, aos trabalhadores e aos cidadãos em geral. Tal deixa entender que as soluções para os problemas que atravessamos apelam a uma participação colectiva global, mais activa e concertada, não só do foro económico, como social e ambiental.

O ano de 2008 fecha com uma crise financeira e económica comprovada, com o Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA a registar uma variação trimestral anualizada de -6,2%, no último trimestre, a maior desde há 25 anos, segundo estimativa do *Bureau of Economic Analysis*. Também a Zona Euro entrou em recessão técnica, registando uma contracção no PIB em três trimestres consecutivos, culminando, no final do ano, com a maior variação negativa trimestral desde 1970 (segundo dados do *Eurostat*, a variação no último trimestre de 2008 foi de -1,5%). Paralelamente, numa das economias mais industrializadas e globalizadas do mundo – a do Japão –, depois de mais de uma década de estagnação, os sinais não são animadores e alinham com a recessão vivida nos países ocidentais. Também as economias emergentes, que vinham apresentando grande vigor nos mais recentes anos, apresentam agora sinais de forte abrandamento.

Portugal, como economia aberta e amplamente dependente do exterior, sentiu as consequências das «ondas de choque» que todos os efeitos conjugados têm vindo a provocar. O PIB verificou uma estagnação em 2008, depois do crescimento de 1,9% que registara no ano anterior. Tal veio a verificar-se devido à forte queda ocorrida no último trimestre, resultado de sucessivos factores, nomeadamente a redução da actividade industrial, decorrente da queda da procura nos mercados de exportação, e dos sucessivos sinais de abrandamento que se vêm registando no consumo interno.

Ficará, certamente, na memória de todos nós, o registo de tantos factos extremos num só ano: desde uma crise energética que culminou com um «choque petrolífero», até uma queda acentuada do preço do barril do petróleo; desde uma crise de produtos agrícolas, com os preços dos bens alimentares a atingirem máximos nos mercados mundiais, pressionando fortemente a inflação, até ao espectro do fenómeno da deflação, ou seja, da baixa generalizada de preços resultante de desequilíbrios profundos entre a oferta e a procura, consequência dos níveis elevados de desconfiança que dominam o sentimento dos agentes económicos, que se traduz pelo sucessivo adiamento do consumo.

Decorrente da crise de confiança, os custos de financiamento nos mercados internacionais aumentaram significativamente e mesmo, em algumas situações, as operações estiveram temporariamente dependentes do aval dos governos dos países de origem dos bancos emissores de dívida. Os mercados monetários apresentaram evoluções surpreendentes: as taxas de juro registaram sucessivas subidas invertendo abruptamente sobretudo a Euribor, principal referência para a determinação do preço do crédito às famílias e às empresas. Nos três primeiros trimestres do ano, o preço do serviço da dívida das famílias, nomeadamente as que estão endividadas através do crédito à habitação, foi agravado, condicionando a sua capacidade de cumprimento. Com o desempenho desfavorável do sector da Construção Civil, devido à redução da procura, as empresas dependentes de actividades imobiliárias registaram dificuldades no escoamento da sua produção e, consequentemente, têm vindo a evidenciar constrangimentos temporários de tesouraria.

Tais constrangimentos mereceram particular atenção, levando o Montepio a intensificar a gestão dos riscos de crédito. Nesse sentido, reforçámos a sua organização interna, melhorando a eficácia na gestão do incumprimento e recuperação de crédito. Salienta-se, por outro lado, que a adopção de uma estratégia conservadora, ao nível das aplicações em mercados, permitiu ao Montepio, neste domínio, ultrapassar o período de instabilidade a que se assiste sem perdas patrimoniais dignas de realce.

No contexto actual, os indicadores de solvabilidade foram alvo de particular atenção, tendo a Caixa Económica fechado o ano de 2008 com um Rácio de Solvabilidade de 11,67% e um *Tier 1* (que equivale ao *capital puro*, no caso da Caixa Económica) de 8,21%.

No que diz respeito à gestão da liquidez, apesar de a Caixa Económica estar dependente do financiamento dos mercados internacionais, a gestão prudente e as decisões anteriormente tomadas sobre as maturidades da dívida evitaram o agravamento das necessidades de amortização para este período. Por outro lado, a diversificação das fontes de financiamento, o crescimento sustentado da base de depósitos e de títulos colocados em Clientes no mercado doméstico, tem vindo a melhorar substancialmente a gestão de recursos financeiros, contribuindo para uma maior solidez no suporte à actividade creditícia.

Também a melhoria na eficácia da gestão de recursos assumiu particular importância no ano de 2008: o rácio de Gastos de Funcionamento sobre o Activo Líquido Médio atingiu o valor de 1,37%, o mais baixo dos últimos três exercícios. Por

outro lado, mesmo com o alargamento do número de balcões, cuja rede atingiu os 320, o rácio de Gastos com Pessoal sobre o Produto Bancário foi o mais baixo deste triénio, atingindo os 36,58%.

Num contexto de singulares adversidades, o Montepio demonstrou a sua solidez, de instituição guiada por princípios de prudência, transparência, confiança, valorizando o humanismo e o associativismo. A actividade associativa continuou a apresentar sinais de crescimento, tendo a Associação Mutualista atingido, no final do ano, o número de 431.596 Associados, com uma variação de +4,8% face ao ano anterior. Em 2008, o Montepio apresenta resultados de 9,4 milhões de Euros na Associação Mutualista e de 35,3 milhões de Euros na Caixa Económica, abaixo dos valores inscritos nos objetivos e abaixo dos registados nos anos anteriores, mas que demonstram a capacidade de valorização num enquadramento de dificuldade extrema. Destaca-se, na Caixa Económica, o favorável desempenho da Margem Financeira, que cresceu 1,7%, e do Serviço Prestado a Clientes, que registou um crescimento de 8,0%, permitindo uma variação positiva no Produto Bancário de 2,0%.

A situação macroeconómica envolvente levou à reflexão interna sobre o futuro próximo da nossa Instituição. Nesse sentido, foi aprovado o Plano Estratégico 2009-2011, que reafirma a missão e visão do Montepio como Instituição vocacionada para o desenvolvimento do mutualismo e da economia social, valorizando o papel da poupança e da previdência, bem como o apoio ao desenvolvimento do tecido produtivo português assente nas Pequenas e Médias Empresas e Pequenos Negócios de sectores exportadores e dinamizadores das actividades locais, motores da economia portuguesa e promotores do emprego. Também as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) têm um lugar de destaque nos segmentos estratégicos definidos, atendendo à missão institucional e, particularmente, ao reforço do importante papel que desempenham na sociedade.

Outro factor a salientar relaciona-se com os princípios de governação, cujo desenvolvimento passa pela consolidação orgânica da Associação Mutualista como centro de gestão do Grupo Montepio. Para tal, foi recentemente constituído o «Centro Corporativo», que abrange as áreas e actividades de gestão global do Grupo e as actividades associativas, como iniciativa que antecede outras medidas a tomar com impacto estatutário, e que merecerão a maior atenção e empenho do Conselho de Administração.

No sentido de preparar o futuro, estão inscritas no Plano Estratégico prioridades determinantes para vencer a próxima década, de que se destaca uma rigorosa gestão de custos da actividade, que proporcione uma adequada capacidade de competir no mercado. Neste sentido, o rácio de eficiência *Cost-to-Income* deverá descer dos actuais 61,9% para os 50%, no final do triénio. Serão igualmente prioridades do Montepio a gestão dos riscos de crédito, decorrente da diversificação da actividade creditícia, bem como a continuação de uma adequada gestão dos recursos financeiros, continuando a privilegiar a nossa vocação aforradora.

Foi em Maio de 2008 que assumi a Presidência do Conselho de Administração do Montepio, cargo até então desempenhado pelo Prof. Dr. José da Silva Lopes. Proeminente economista dos nossos tempos, de grande vitalidade e de elevado reconhecimento intelectual, renunciou ao cargo invocando razões de natureza pessoal, tendo marcado a vida da nossa Instituição, pela sua visão, pelas suas capacidades de interpretar os sinais de contexto macroeconómico, pelos seus ensinamentos e pelo seu sentido ético e responsável, exemplo para todos os que tiveram o privilégio de fazer parte das suas equipas de trabalho. Pessoalmente, assumo redobradas responsabilidades ao suceder a tão ilustre individualidade, a quem expresse publicamente o meu reconhecimento.

Como nota final, dirijo-me pessoalmente, e em nome dos restantes membros do Conselho de Administração, a todos os Trabalhadores e Colaboradores do Grupo Montepio, e aos membros dos Órgãos Institucionais, expressando o agradecimento pelo desempenho e dedicação demonstrados na gestão, que, mesmo em contexto adverso, vêm ultrapassando as dificuldades, com determinação e profissionalismo, valorizando e robustecendo a nossa Instituição.

Lisboa, 11 de Março de 2009.

Presidente do Conselho de Administração

António Tomás Correia

3. Grupo Montepio



Participações Estratégicas:



Perímetro de Consolidação da Caixa Económica Montepio Geral:

- Caixa Económica Montepio Geral
- Lusitania, Companhia de Seguros, SA.
- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA.
- Banco Montepio Geral Cabo Verde, IFI, SA.
- Germont, Empreendimentos Imobiliários, SA.
- Norfin, Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, SA.
- HTA Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, SA.
- Veículos de Titularização de Crédito Pelican *Mortgages no.1 e no.2*



4. Relatório de Gestão Global

4.1. SÍNTESE DE RESULTADOS DA ACTIVIDADE DO MONTEPIO

Não obstante as dificuldades de contexto que têm condicionado a actividade, a criação de valor para os Associados manteve-se como propósito central da gestão. Não alcançando os objectivos propostos para o exercício, conseguiu-se, ainda assim, obter níveis de desempenho que possibilitam melhorar a capacidade competitiva no futuro próximo.

Apresenta-se os principais factos e indicadores de desempenho da actividade bancária do Montepio, que marcaram o exercício de 2008:

- os Resultados Líquidos do Exercício, considerando os factos não recorrentes registados no ano, atingiram o valor de 35,3 milhões de Euros. Isolando os factores não recorrentes registados nos anos de 2007 e 2008 (dotação extraordinária do Fundo de Pensões, alienação de participações financeiras e imparidades extraordinárias na carteira de títulos), o Montepio atingiu o Resultado de 58,6 milhões de Euros (face aos 56,5 milhões de Euros do exercício anterior), ou seja, uma variação recorrente de +3,7%;
- a dimensão, medida pelo Activo Líquido, atingiu o valor de 17.559,4 milhões de Euros, registando uma variação homóloga de +6,8%;
- o Produto Bancário ascendeu a 410,1 milhões de euros (+2,0%), com os seguintes contributos:
 - crescimento homólogo da Margem Financeira em 1,7% (atingindo os 333,8 milhões de Euros);
 - significativo crescimento do Resultado de Serviços Prestados a Clientes (+8,0%), alcançando 84,1 milhões de Euros;
- o Crédito a Clientes cresceu 4,8% em termos homólogos e reflecte a prossecução da estratégia de diversificação da actividade, nomeadamente por via do crescimento da carteira de crédito às Empresas (+7,8%), de que se destaca o Crédito ao Investimento (+15,7%) e o crédito especializado, concretamente o *Leasing*, *Desconto de Facturas* e *Renting*, que, no conjunto, cresceram 99,1%. Pelo contrário, registou-se um decréscimo no Crédito à Construção (-0,6%);
- os Recursos de Clientes de Balanço registaram um crescimento homólogo de 3,7%, tendo para tal contribuído, de forma significativa, os Títulos Colocados em Clientes (+43,9%), em forma de obrigações de caixa e obrigações de caixa subordinadas, emissões que beneficiaram a estabilidade dos recursos, por via da extensão da sua maturidade. Nos recursos de desintermediação, salienta-se a dinamização das modalidades mutualistas de capitalização captadas na rede de balcões do Montepio;
- os Gastos Operacionais, incorporando efeitos não recorrentes, somaram 254,0 milhões de Euros. Isolado o efeito da dotação extraordinária ao Fundo de Pensões por via de reformas antecipadas (9,8 milhões de Euros), os Gastos Operacionais registaram o valor de 244,2 milhões de Euros, o que significa uma variação nula face a 2007;
- em consequência, o rácio *Cost-to-Income*, medida do peso dos Gastos Operacionais no Produto Bancário, fixou-se em 61,9%. Excluindo os efeitos não recorrentes, o rácio *Cost-to-Income* atingiu 59,6% (-1,1 p.p. face ao ano de 2007);
- a rede de balcões cresceu 20 unidades (para os 320). No mesmo período, o número de Trabalhadores registou uma variação de -17 (de 2.989 para 2.972), demonstrando o resultado do esforço da gestão de recursos humanos mesmo num contexto de expansão da rede comercial. O número de Trabalhadores por balcão reduziu-se para os 9,3 (10 em 2007);
- a rentabilidade foi condicionada pelos efeitos negativos de contexto, tendo o ROE (*Return on Equity*) atingido os 4,14%, enquanto o ROA (*Return on Assets*), registou 0,21%;
- o Rácio de Crédito e Juros Vencidos a mais de 90 dias atingiu o valor de 2,34%, reflectindo, por um lado, o abrandamento do ritmo de crescimento da carteira de crédito hipotecário (decorrente da estratégia de diversificação adoptada), e, por outro, o actual contexto do mercado imobiliário;

- provando a solidez do Montepio, os principais indicadores prudenciais reforçaram os níveis já anteriormente confortáveis: o Rácio de Solvabilidade fixou-se em 11,67% e o *Tier I* (que, no caso da Caixa Económica, equivale ao *Core Capital*) elevou-se para 8,21%, antecipando o cumprimento do nível recomendado pelo Banco de Portugal a partir do próximo mês de Setembro de 2009 (de 8%). Para este valor, contribuíram o aumento do Capital Institucional em 25 milhões de Euros e as características de grande rigor e prudência na gestão dos activos;
- o nível de liquidez apresenta-se em situação confortável: os *gaps* dinâmicos acumulados de liquidez de curto prazo (a 12 meses) mantiveram-se positivos em 767 milhões de Euros e a estrutura de financiamento de Balanço apresentava-se equilibrada em termos da adequação das fontes de financiamento às maturidades dos activos, centradas na captação de recursos financeiros junto dos Clientes, obtenção de liquidez no BCE e emissões obrigacionistas.

Analisando isoladamente o esforço de valorização dos Associados, realizado pelo Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM) no ano de 2008, destaca-se:

- Resultado Líquido do Exercício de 9,4 milhões de Euros;
- crescimento de 4,8% do número de Associados, elevando-se para os 431 596;
- aumento de 7,0% do número de inscrições, totalizando 729 228, sustentando o esforço de maior penetração de modalidades mutualistas na base associativa;
- o crescimento de 14,7% do Activo Líquido, atingindo o valor de 2 600,3 milhões de Euros.

4.2. INDICADORES GLOBAIS (Contas Individuais)

(milhares de euros)

INDICADORES	2006	2007	2008
1. ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (a)			
1.1. DIMENSÃO			
Activo Líquido	–	2 266 208	2 600 326
Varição	–		14,74%
Capital Próprio (Fundos Próprios, Reservas e Resultados)	–	359 001	342 173
Associados (Unidades)	–	411 960	431 596
Pensionistas (Unidades)	–	6 482	6 741
1.2. RENDIBILIDADE			
Cash Flow do Exercício	–	54 376	31 215
Resultado do Exercício	–	50 169	9 390
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio	–	2,50%	1,28%
1.3. COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES			
Fundos e Reservas / Provisões Matemáticas e Melhorias de Benefícios	–	1,15	1,15
2. CAIXA ECONÓMICA			
2.1. DIMENSÃO			
Activo Líquido	15 222 888	16 435 179	17 559 379
Varição	9,12%	7,96%	6,84%
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	822 175	878 044	857 296
Trabalhadores – Quadro de Pessoal em Portugal (Unidades)	2 940	2 989	2 972
Balcões e Escritórios de Representação (Unidades)	302	306	326
Balcões (Unidades)	296	300	320
Escritórios de Representação (Unidades)	6	6	6
2.2. RENDIBILIDADE			
Resultado do Exercício	60 154	64 192	35 311
Produto Bancário	367 949	402 035	410 074
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2,51%	2,55%	2,39%
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	0,41%	0,41%	0,21%
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	7,75%	7,78%	4,14%
2.3. RISCO DE CRÉDITO			
Rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias	1,98%	1,99%	2,34%
Rácio de Crédito com incumprimento	2,52%	2,35%	2,90%
Rácio de Crédito com incumprimento líquido de provisões	0,91%	0,97%	1,09%
2.4. PRUDENCIAIS			
Rácio de Solvabilidade	9,79%	8,89%	11,67%
Rácio Adequação Fundos Próprios de Base (Tier 1)	7,09%	6,40%	8,21%
Rácio do Imobilizado Líquido (Imobilizado / Fundos Próprios)	14,48%	13,12%	11,56%
Provisões Crédito Total / Crédito e Juros Vencidos +3 meses	116,99%	106,47%	110,21%
Valor Fundo Pensões / Responsabilidades Passadas Totais	73,93%	80,78%	84,82%
Valor Fundo Pensões / Responsabilidades Mínimas	100,00%	100,30%	100,00%
2.5. NOTAÇÕES DE RATING (Curto Prazo : Longo Prazo)			
Fitch Ratings	F2 : A-	F2 : A-	F2 : A-
Moody's	P-1 : A3	P-1 : A3	P-1 : A2
2.6. EFICIÊNCIA			
Gastos de Funcionamento / Activo Líquido Médio	1,49%	1,45%	1,37%
Gastos de Funcionamento + Amortizações / Produto Bancário (<i>cost to income</i>)	62,82%	60,73%	61,94%
Quadro de Pessoal em Portugal / Balcões (Unidades)	9,93	9,96	9,29
Gastos com Pessoal / Produto Bancário	38,26%	36,72%	36,58%

(a) Não se apresentam dados para 2006, porque a Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) só tiveram impacto nas contas de 2007 e 2008.

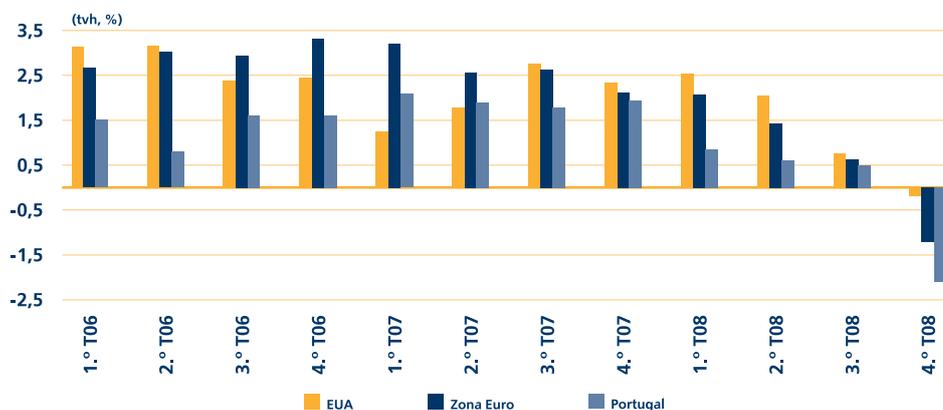
4.3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DE MERCADOS

Enquadramento Macroeconómico

Os anglo-saxónicos costumam usar a expressão «*fast markets*» para caracterizar os momentos de elevada volatilidade nos mercados financeiros. Essa expressão, tanto quanto sabemos, nunca foi aplicada à chamada economia real, mas poderia ter sido. O ano de 2008 foi, efectivamente, um «*fast markets*» tanto em termos de mercados financeiros, como em termos macroeconómicos: tudo aconteceu demasiado rápido. Efectivamente, nunca a volatilidade dos mercados e as insuficiências do sistema financeiro contaminaram, tão rapidamente, a economia, com acentuada deterioração da actividade económica, e nunca uma recessão foi tão global, simultaneamente nos EUA, na Europa e no Japão, e, no mínimo, uma forte desaceleração nos mercados emergentes. Neste sentido, nunca, como hoje, foi tão necessária uma resposta generalizada para a primeira crise verdadeiramente global. Com efeito, no que diz respeito à política monetária, os cortes de taxas de juro foram comuns em todas as regiões, designadamente no último trimestre do ano, destacando-se, neste âmbito, pelo seu carácter concertado, o corte realizado em Outubro, pelos principais bancos centrais. Ao nível da política orçamental, a rapidez na resposta à crise acabou por ficar (pelo menos, para já) aquém do desejado, num momento em que, pela primeira vez em 80 anos, a economia mundial padece da síndrome da «insuficiência da procura».

Nos **Estados Unidos**, após uma expansão da actividade económica de 2,0%, em 2007, a variação do Produto Interno Bruto (PIB) real terá caído, em 2008, para uma taxa de crescimento média anual de 1,1%, em resultado das contracções registadas nos dois últimos trimestres do ano (-0,5% e -6,2%, em termos trimestrais anualizados), a última das quais corresponde à maior contracção trimestral desde 1982, penalizada, essencialmente, pela queda do Consumo Privado e do Investimento. Por seu lado, no mercado laboral, assistiu-se a uma deterioração da situação ao longo do ano, com a taxa de desemprego a subir de 4,9%, no final de 2007, para 7,2%, em Dezembro de 2008, tendo a economia perdido cerca de 3 milhões de postos de trabalho nos sectores não-agrícolas. Ao nível da inflação, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) terminou o ano em 0,1%, bastante abaixo da taxa verificada um ano antes (4,1%), mas tendo chegado a situar-se em 5,6%, em Julho de 2008, em resultado da escalada dos preços das matérias-primas verificada na primeira metade do ano, designadamente do petróleo e dos bens agrícolas.

CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)



Fonte: Thomson Reuters

Na **Zona Euro**, depois do PIB real ter registado um crescimento trimestral de 0,7%, no 1.º T2008, assistiu-se a três trimestres consecutivos de contracção em cadeia, com a estimativa inicial do *Eurostat* a dar conta de uma queda de 1,5% no último trimestre do ano (a maior contracção trimestral desde, pelo menos, 1970), traduzindo-se numa taxa de crescimento média anual de 0,7%, significativamente abaixo dos 2,6% observados em 2007. A Zona Euro acabou, assim, por mergulhar em recessão técnica logo no 2.º trimestre do ano, à semelhança do ocorrido com o Japão. Ao nível laboral, e não obstante alguma resiliência verificada no primeiro trimestre do ano, a taxa de desemprego passou de 7,2%, observada entre Dezembro de 2007 e Março de 2008 (que correspondia ao nível de desemprego mais baixo dos últimos 25 anos), para 8,0%, em Dezembro de 2008. Do lado da inflação, a variação homóloga do IPC passou de 3,1%, em Dezembro de 2007, para 1,6%, no final de 2008, tendo, no entanto, atingido um máximo de 4,0%, entre Junho e Julho de 2008.

Em **Portugal**, onde o abrandamento económico verificado ao longo do ano foi mais vincado do que o observado na média dos países da Zona Euro, o PIB terá estagnado, em 2008, depois do crescimento médio anual de 1,9% verificado em 2007, em resultado, em grande medida, da forte queda trimestral verificada no 4.º T2008 (-2,0%) e que, de acordo com estimativa rápida do INE, ficou a dever-se a uma expressiva diminuição do Investimento e das Exportações. No entanto, a economia acabou por entrar em recessão técnica um trimestre depois da Zona Euro, dado o crescimento em cadeia de 0,3% observado no 2.º T2008. Do lado do mercado laboral, o último dado disponível, relativo ao 4.º T2008, dá conta de

PREVISÕES ECONÓMICAS PARA PORTUGAL E PARA A ZONA EURO

(unidade: %)

	2008				2009			
	Portugal		Zona Euro		Portugal		Zona Euro	
	BdP	CE	BdP	CE	BdP	CE	BdP	CE
PIB	0,3	0,2	1,0	0,9	-0,8	-1,6	-0,5	-1,9
Consumo Privado	1,4	1,4	0,3	0,5	0,4	-0,2	0,2	-0,1
Consumo Público	0,2	0,1	2,1	2,1	-0,1	0,3	1,6	1,6
Investimento (FBCF)	-0,8	-0,8	0,7	0,6	-1,7	-5,5	-4,5	-5,5
Exportações	0,6	0,3	2,9	3,2	-3,6	-3,8	-0,2	1,1
Importações	2,4	2,3	2,5	2,6	-1,0	-2,8	-0,4	0,6
Inflação	2,7	2,7	3,3	3,3	1,0	1,0	1,4	1,0
Taxa de Desemprego		7,8		7,5		8,8		9,3

Fontes: Banco de Portugal (BdP), Boletim Económico de Inverno, 6 de Janeiro de 2009; Comissão Europeia (CE), Previsões Intermédias, 19 de Janeiro de 2009.

uma taxa de desemprego de 7,8%, o que representa uma subida de uma décima face à taxa registada no trimestre anterior, mantendo-se, no entanto, em linha com a observada no 4.º T2007, decorrente da queda verificada no desemprego nos dois primeiros trimestres do ano. Relativamente à inflação, e à semelhança do verificado em todo o mundo desenvolvido, apresentou uma tendência de crescimento na primeira metade do ano, tendo passado de 2,7%, no final de 2007, para 3,4%, em Junho de 2008 (decorrente das já identificadas pressões inflacionistas provenientes do mercado das *commodities*), mas terminou o ano num nível bastante inferior (0,8%), o que ficou a dever-se não apenas ao comportamento daquele mercado (cujos preços registaram uma forte correcção ao longo do 2.º semestre do ano), mas, também, à própria contracção da actividade económica.

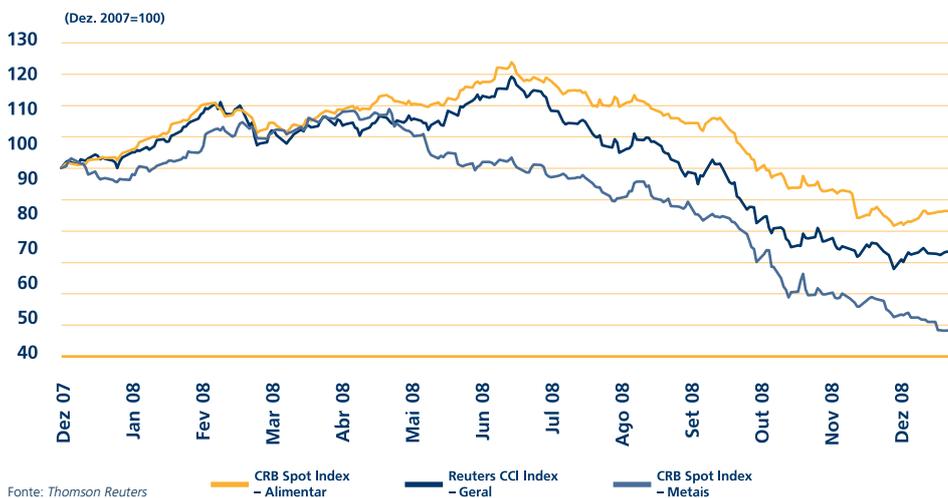
Relativamente às pressões inflacionistas identificadas no 1.º semestre do ano, estas foram, de facto, impulsionadas pela forte subida dos preços das matérias-primas, designadamente do petróleo e dos bens agrícolas, ao mesmo tempo que a descida da inflação verificada ao longo da segunda metade do ano acabou por ficar associada, em grande medida, ao regresso destes preços para níveis significativamente inferiores aos registados no início de 2008. Efectivamente, os contratos de futuros do *Brent*, que tinham terminado o ano de 2007 em 93,85 dólares/barril, atingiram 146,08 dólares/barril no dia 3 de Julho de 2008 (valorizando cerca de 55,7% no 1.º semestre do ano), tendo, contudo, terminado o ano em 45,59 dólares/barril, desvalorizando cerca de 51,4% ao longo de 2008 (e cerca de 67,8% desde o máximo atingido em Julho). Do lado dos bens agrícolas, a evolução do Índice *CRB Spot* relativo aos bens alimentares torna evidente o diferente comportamento dos preços deste tipo de *commodities* durante 2008, tendo registado uma valorização de cerca de 31,6%, na primeira metade do ano, e uma queda de 33,4% na segunda metade, resultando numa desvalorização de cerca de 12,4% ao longo do ano.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO



Fonte: Thomson Reuters

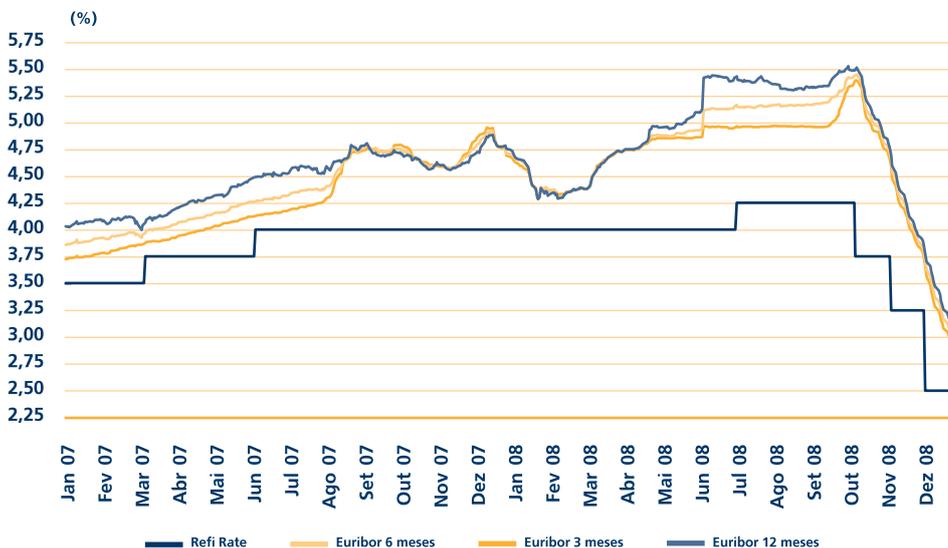
EVOLUÇÃO DE ÍNDICES DE COMMODITIES



Mercado Monetário

Num contexto de abrandamento económico e forte aceleração da inflação, no 1.º semestre de 2008, e de contracção económica e forte queda da inflação, no 2.º semestre, a Reserva Federal dos EUA (*Fed*) prosseguiu, ao longo de 2008, com a sua política de corte de juros iniciada na segunda metade de 2007, tendo colocado, em Dezembro, a taxa dos *Fed Funds* (a taxa de juro de referência do país) num intervalo entre 0,00% e 0,25%, quando, no início do ano, esta se situava em 4,25%, esgotando, assim, todos os seus «remédios» convencionais de política monetária e dando lugar à chamada política de «*quantitative easing*», que tem passado pela criação de diversos programas de operações de mercado aberto (*Open Market*) para cedência de crédito a diferentes intervenientes, com base num conjunto de colaterais cada vez menos restritivos. No fundo, o Presidente da *Fed*, Ben Bernanke, um dos maiores especialistas na análise da Grande Depressão, tem procurado que o canal do crédito não contribua para o agudizar da actual recessão. As principais taxas no mercado interbancário reflectiram a queda verificada na taxa directora, embora tendo sido acompanhadas de um alargamento dos respectivos *spreads* (que se mantiveram em níveis elevados até ao início do 4.º T2008), reflectindo a «secagem» deste mercado como consequência do aumento do risco de crédito interbancário, mas também, diga-se, do próprio aumento da aversão ao risco dos bancos com excesso de liquidez. Assim, a taxa *Libor* USD a 6 meses concluiu 2008 em 1,75%, acumulando uma queda de cerca de 285 pontos base (p.b.) face ao início do ano, ao passo que as *Libor* USD a 3 e a 12 meses desceram cerca de 328 p.b. e 222 p.b., respectivamente, para 1,425% e 2,004%.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO EURIBOR-ZONA EURO



Já o Banco Central Europeu (BCE) manteve inalterada a taxa de juro de referência na Zona Euro, a *Refi Rate*, durante todo o primeiro semestre de 2008, motivado essencialmente pela inflação que, em Junho, havia ascendido a 4%, o dobro da meta fixada pela autoridade monetária como sendo consistente com o objectivo da estabilidade de preços na Zona Euro, tendo mesmo optado por colocar a taxa de juro em 4,25%, no dia 3 de Julho, dando início ao ciclo de cortes de taxas apenas em 8 de Outubro. No mercado interbancário, não obstante a permanência da taxa de juro directora inalterada durante todo o primeiro semestre, as principais taxas de juro registaram um comportamento ascendente (alargamento dos *spreads*) em resultado da «crise de confiança» que se vinha agudizando. No entanto, e apesar de o BCE ter iniciado a política de cortes de taxa de juro a 8 de Outubro, foi apenas na sequência da reunião de emergência do dia 12 de Outubro, promovida pela presidência francesa da União Europeia, em Paris, e em que os líderes da Zona Euro anunciaram a criação de um plano de acção que visava garantir as operações de financiamento dos seus bancos, que as taxas do mercado interbancário iniciaram o seu ciclo descendente. Neste sentido, a taxa *Euribor* a 6 meses acabou por terminar o mês de Dezembro em 2,97%, cerca de 174 p.b. abaixo do verificado no início do ano, tendo as *Euribor* a 3 e a 12 meses descido cerca de 179 p.b. e 170 p.b., respectivamente, para os 2,89% e 3,05%, reflectindo, assim, não apenas os cortes efectuados nas reuniões de Novembro (50 p.b.) e de Dezembro (75 p.b.), como antecipando, também, o corte efectuado na reunião de Janeiro de 2009.

Mercado de Obrigações

Ao nível do **Mercado da Dívida Pública**, depois de um primeiro semestre marcado por subidas (embora se tenha assistido, nos EUA, a um movimento de descida dos títulos de maturidades mais curtas, mais sensíveis à política monetária, em resultado da política expansionista imprimida pela *Fed* nesse período, especialmente depois da diminuição da aversão ao risco resultante da resolução dos problemas do *Bear Stearns*, após a sua aquisição pelo *JPMorgan Chase*, no segundo semestre de 2008), assistiu-se a uma forte diminuição das *Yields*, tanto nos EUA, como na Zona Euro, em resultado não apenas da adopção de políticas expansionistas por parte das principais autoridades monetárias (no caso da Zona Euro, apenas a partir do 4.º T2008), mas, também, devido ao elevado grau de aversão ao risco dos investidores e à diminuição das expectativas de inflação. Assim, ao longo de 2008, a *Yield dos Treasuries* (Obrigações do Tesouro norte-americanas) a 2 anos acabou por descer de 3,05% para 0,76% (-228 p.b.), ao passo que a *Yield* a 10 anos diminuiu cerca de 181 p.b., de 4,02% para os 2,21%. Na Zona Euro, a rentabilidade dos *Bunds* (Obrigações do Tesouro alemãs) a 2 anos passou de 3,96%, no início do ano, para 1,76% (caindo 220 p.b.), ao passo que a dos *Bunds* a 10 anos desceu 138 p.b., para 2,95%.

EVOLUÇÃO DA RENDIBILIDADE DOS TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA (BUNDS E TREASURIES A 10 ANOS)



No **Mercado de Dívida Privada**, e perante um clima de forte aversão ao risco, fomos assistindo ao longo do ano a um alargamento significativo dos *spreads* de crédito relativamente à dívida pública, afastando-se da sua média histórica. Em termos de evolução intra-anual, os *spreads* foram realizando um movimento ascendente, que foi interrompido com a já referida aquisição do *Bear Stearns*, facto que produziu uma diminuição da aversão ao risco na generalidade dos mercados e que, no mercado de crédito, se consubstanciou numa redução dos *spreads*. Após esse movimento de correcção, à medida que as diversas instituições financeiras internacionais iam apresentando resultados negativos nas suas contas de exploração ou procedendo ao reconhecimento de perdas em activos financeiros nos seus balanços (*write-downs*), e, paralelamente, à medida que as perspectivas económicas se deterioravam, o alargamento dos *spreads* intensificou-se, situação

que acabou por ser agudizada pela falência do *Lehman Brothers*, em Setembro. Tal evento veio a constituir-se como um verdadeiro choque sobre o sistema financeiro internacional, acabando por desencadear intervenções públicas e nacionalizações em instituições financeiras de diferentes países. A liquidez deste mercado também se foi ressentindo, ao longo do ano, conduzindo a mais um aumento do prémio de liquidez, que se traduziu num alargamento dos spreads da dívida privada, elevando-os para máximos. Assim, tendo como *benchmark* o índice *Itraxx (5 Anos)*, o índice de CDS's (*Credit Default Swaps*) de referência para a Zona Euro, verifica-se que este aumentou de 50 pontos base (p.b.), no final de 2007, para 178 p.b., no final de 2008, tendo atingindo, no último trimestre de 2008, um máximo histórico de 217 p.b. (desde a sua criação, em 2004). Para os emittentes, este alargamento dos spreads traduziu-se em custos acrescidos de financiamento no mercado internacional, levando a generalidade dos bancos a reverem as suas estratégias de financiamento, procurando estimular a captação de poupanças nos respectivos mercados domésticos, junto das redes de retalho. Paralelamente, os critérios de concessão de crédito tornaram-se mais restritivos, o que se traduziu numa desaceleração do crédito concedido, ou mesmo numa contracção. Para os investidores, o alargamento dos *spreads* implicou pressão sobre as suas carteiras, levando a que investimentos tradicionalmente classificados como de baixo risco, como fundos de obrigações de taxa indexada e com *ratings* elevados, pudessem registar perdas anuais.

ÍNDICE ITRAXX DE CDS – 5 ANOS

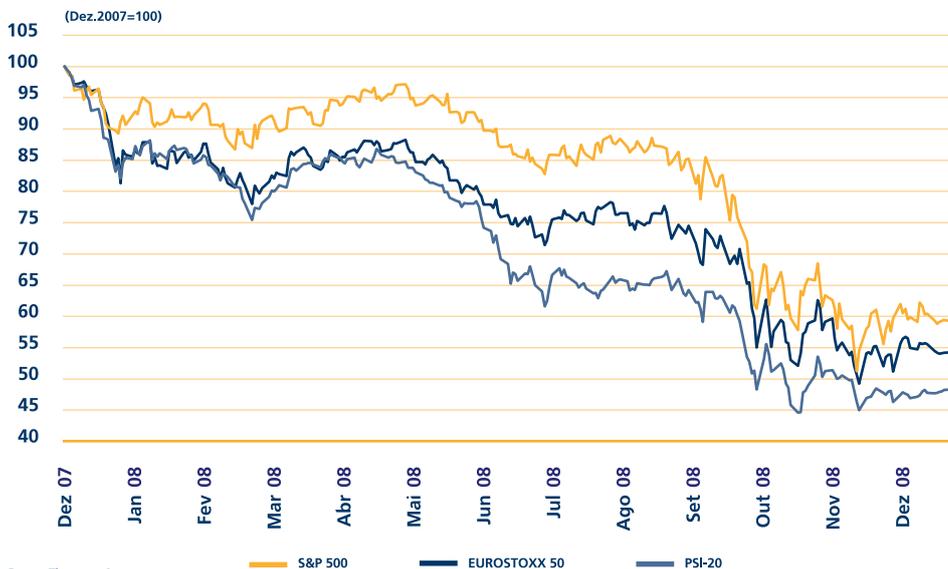


Fonte: Thomson Reuters

Mercado de Acções

Como reflexo da conjuntura macroeconómica francamente desfavorável e recessiva na maioria das economias desenvolvidas (note-se que os preços das acções registam grandes quedas durante os períodos de recessão, em resultado não só das revisões das perspectivas económicas por parte dos investidores, mas também do aumento da sua aversão ao risco), das

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS



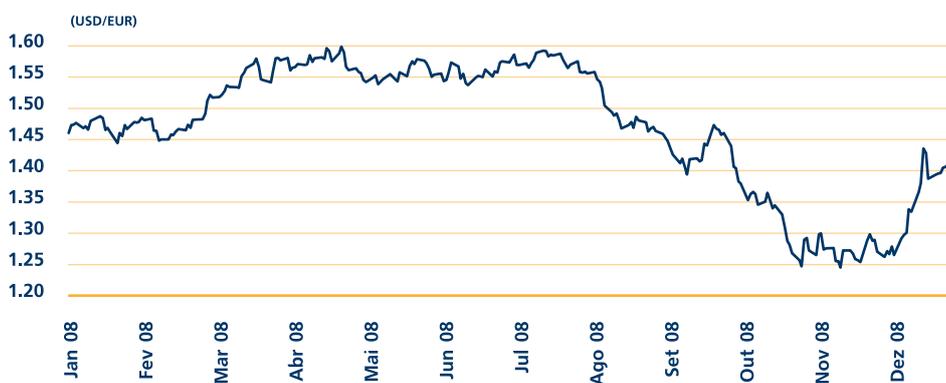
Fonte: Thomson Reuters

notícias sistematicamente negativas provenientes do sector financeiro (e também de sectores industriais mais expostos ao ciclo, tal como a indústria automóvel), bem como, durante a primeira metade do ano, da espiral dos preços das matérias-primas (que criou muitas dúvidas e incertezas sobre como as economias conseguiriam lidar com os respectivos ajustamentos), o sentimento geral dos investidores manteve-se em níveis bastante negativos ao longo de todo o ano de 2008, originando que os principais mercados accionistas mundiais apresentassem desempenhos francamente negativos. Assim, nos EUA, o índice Dow Jones perdeu 33,8% no conjunto do ano, o índice S&P 500 desceu 38,5% e o índice Nasdaq caiu 40,5%, tendo o índice S&P 500 registado a sua maior queda anual desde 1974. Na Europa, o índice Eurostoxx 50 chegou ao final do ano com perdas anuais de 44,4%, o índice FTSE-100 diminuiu 31,3%, o índice DAX caiu 40,4%, tendo os índices CAC-40, MIB-30 e Ibex, descido 42,7%, 48,4% e 39,4%, respectivamente. Em Portugal, o índice PSI-20 terminou o ano com uma perda acumulada de 51,3%.

Mercado Cambial

Nos primeiros meses de 2008, o mercado cambial caracterizou-se por uma tendência de apreciação do Euro face ao dólar norte-americano e de relativa estabilização entre meados de Abril e Julho de 2008, com o Euro a sair beneficiado do aumento do diferencial dos juros entre as duas economias (considerando as fases distintas dos ciclos de política monetária do BCE e da Fed), bem como da percepção de um maior abrandamento por parte da economia norte-americana, numa fase em que a economia da Zona Euro apresentava ainda alguma resiliência. Contudo, no início da segunda metade do ano, a moeda única iniciou uma trajectória descendente, pressionada pelo surgimento de perspectivas económicas cada vez mais sombrias para a região, bem como, já no 4.º T2008, pelo início do ciclo de corte das taxas de juro por parte do BCE. Já no final do ano, o sentimento do mercado voltou a ser propício à apreciação do Euro, registando-se uma tendência para não haver intervenção, por parte das autoridades norte-americanas, na sua moeda (considerando uma eventual vantagem ao nível da competitividade das suas exportações). Paralelamente, assistia-se à implementação de políticas monetárias e fiscais agressivas (onde se incluem as injeções maciças de dólares na economia e no sistema financeiro) a tirarem poder de atracção à moeda norte-americana. Assim, tendo iniciado 2008 a valer 1,461 dólares, o Euro terminou o ano a cotar 1,395 dólares, traduzindo-se numa depreciação anual de 4,5%.

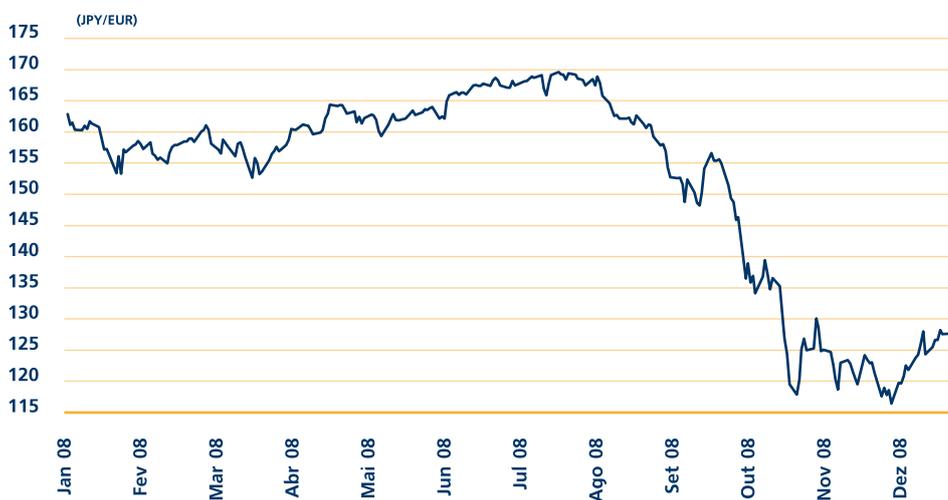
EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO EURO FACE AO DÓLAR



Fonte: Thomson Reuters

Relativamente à moeda japonesa, e após ter atingido o seu máximo anual no final de Julho, em 169,6 ienes, a moeda única europeia iniciou uma trajectória descendente até ao início do mês de Dezembro, numa altura em que se verificou uma redução da aversão ao risco na generalidade dos mercados, acabando, ainda, por conseguir recuperar parte da desvalorização sofrida até final do ano. A penalizar a cotação face ao iene na segunda metade do ano esteve, fundamentalmente, a utilização da moeda nipónica como moeda de refúgio, por parte dos investidores. Efectivamente, e como resultado da entrada em recessão de grandes economias mundiais e da elevada turbulência dos mercados financeiros, o aumento da aversão ao risco conduz, normalmente, ao fecho de operações de *carry trade* (i.e., o endividamento em moedas com baixas taxas de juro, para aplicação em moedas de elevadas taxas de juro), situação que se traduz num aumento da procura da moeda de endividamento e, logo, na sua apreciação. Além disso, a posição estrutural da economia japonesa, com uma Balança Corrente superavitária, favorece a apreciação da sua moeda. Assim, tendo iniciado 2008 a valer 162,8 ienes, a moeda única europeia terminou o ano a cotar 126,7, traduzindo-se numa depreciação anual de 22,3% face à moeda nipónica.

EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO EURO FACE AO IENE



Fonte: Thomson Reuters

Mercado Imobiliário

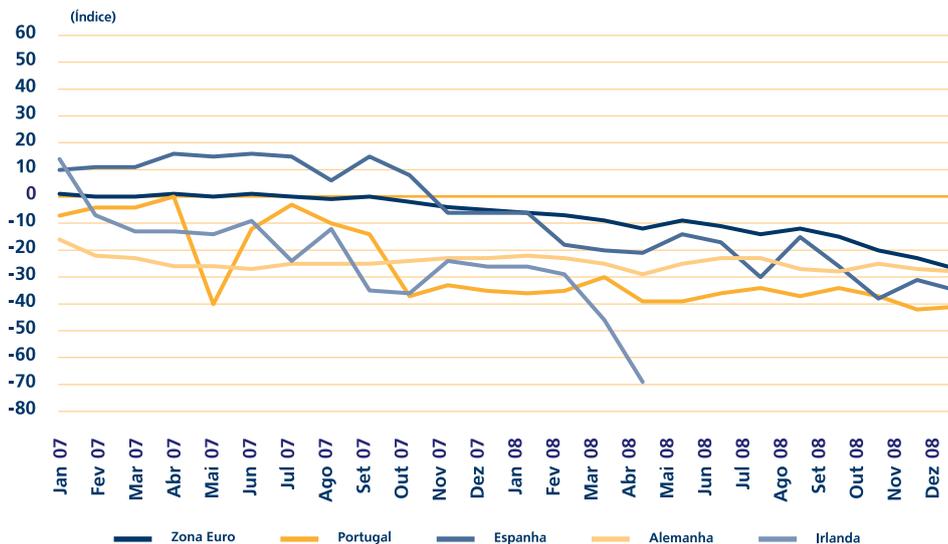
O Mercado Imobiliário está na origem de uma boa parte dos problemas da actual conjuntura económica mundial, designadamente com o deflagrar da chamada crise do *subprime* norte-americano, que começou a fazer-se sentir nos mercados financeiros, em meados de Julho de 2007, levando um dos maiores bancos de investimento dos EUA, o *Bear Stearns*, a anunciar perdas em dois fundos expostos àquele segmento de crédito, tendo-se assistido, até final de 2007 e ao longo de 2008, a um multiplicar de anúncios de prejuízos associados a este tipo de activos, por parte de diversas instituições financeiras mundiais. Durante todo o ano de 2008, assistiu-se a fortes correcções deste mercado em diversas economias, nomeadamente no segmento residencial (tal como nos EUA, no Reino Unido e em alguns países da Zona Euro). A própria conjuntura contraccionista e recessiva que se vive a nível global, com o consequente enfraquecimento do mercado laboral, bem como o aumento das restrições ao crédito, vieram condicionar, ainda mais, o desempenho do mercado imobiliário.

Nos **EUA**, os dados divulgados ao longo de 2008, relativos ao mercado habitacional, revelaram que a contracção do sector poderá não ter chegado ao fim, tendo-se verificado uma trajectória de degradação na maioria dos indicadores. Os preços das habitações nas 20 principais áreas metropolitanas do país caíram 18,6%, entre Dezembro de 2007 e Dezembro de 2008, assistindo-se, ao longo do ano, a quedas nas vendas de casas novas, nas vendas de casas usadas e nos indicadores de confiança do sector da construção de habitações. Neste sentido, o investimento residencial reflectiu a queda de procura, tendo caído, em 2008, cerca de 20,8% face ao ano anterior.

Na **Zona Euro**, a diminuição verificada nos indicadores de confiança do sector da construção é reveladora dos problemas que o mercado imobiliário atravessa deste lado do Atlântico, tendo o índice de confiança caído de 5 pontos negativos, em Dezembro de 2007, para 27 pontos negativos, em Dezembro de 2008. A contracção do sector acabou por se tornar ainda mais evidente quando observados os dados relativos à produção na construção, já que, depois de se ter assistido a um crescimento médio de 3,8%, em 2007, o sector registou uma contracção média de 2,6%, em 2008.

Em **Portugal**, o índice de confiança no sector da construção situou-se, no final de 2008, como um dos mais baixos entre os países da Zona Euro, com 41 pontos negativos, logo após a Finlândia (-46 pontos) e o Luxemburgo (-45), bem como a própria Irlanda, que, apesar de não disponibilizar dados desde Abril de 2008, os níveis de confiança então apresentados colocavam-na, claramente, na cauda da região.

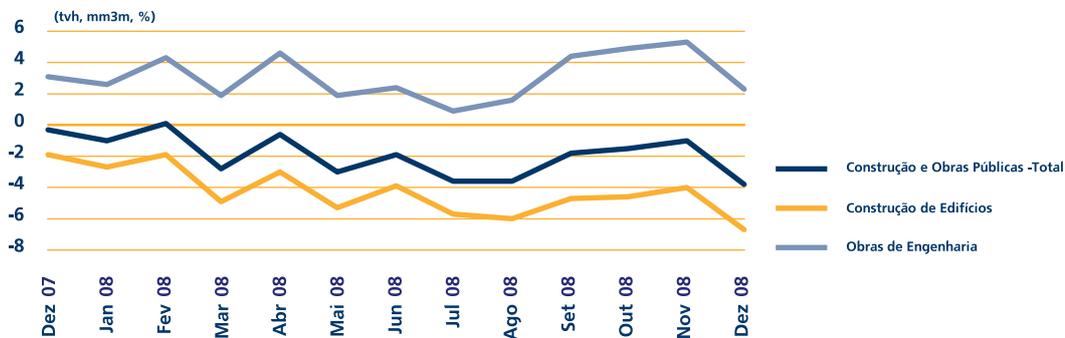
INDICADOR DE CONFIANÇA NA CONSTRUÇÃO – ZONA EURO



Fonte: Comissão Europeia

Em termos do Valor Acrescentado Bruto (VAB), os últimos dados disponíveis para o sector da construção português dão conta de uma forte contracção trimestral da actividade no 3ºT2008, na ordem de -4,8% (-4,2%, em termos homólogos), que se segue às quedas homólogas observadas no 2.º T2008 (-1,6%) e no 1.º T2008 (-3,7%) e que contrasta, claramente, com o crescimento homólogo de 3,6% observado no último trimestre de 2007. A evolução do índice de produção na construção e obras públicas não deixava antever uma melhoria da situação, tendo a produção no sector registado, no trimestre terminado em Dezembro de 2008, uma queda homóloga de 3,8%, depois de ter contraído 1,8% no trimestre terminado em Setembro. A evolução verificada na produção também torna claras as diferentes velocidades a que o sector da construção em Portugal tem caminhado, com o segmento da Construção de Edifícios (onde se inclui o segmento residencial) a revelar-se mais fortemente pressionado pela actual conjuntura económica e financeira desfavorável.

ÍNDICE DE PRODUÇÃO NA CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS



Fonte: INE

4.4. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIO

O exercício de 2008 decorreu num contexto particularmente adverso, dado o agudizar da crise financeira, no último trimestre do ano, e a sua disseminação à esfera económica. O fenómeno do crédito hipotecário de alto risco («*subprime*»), que ganhou relevo em meados de 2007 nos EUA, veio a transformar-se em «crise de confiança» à escala global, estendendo-se rapidamente aos diversos mercados e países, dada a sua forte interpenetração e globalização, originando a presente crise económica.

Neste quadro, o trabalho de revisão anual do Plano Estratégico foi particularmente condicionado, tornando-se num exercício exigente e de níveis extremos de dificuldade. A instabilidade dos mercados, a volatilidade e imprevisibilidade das variáveis ditaram consequentes desactualizações das previsões de indicadores de contexto e dos cenários formulados.

Não obstante, o Grupo Montepio, fiel à sua matriz de gestão sustentável, procedeu aos trabalhos de reformulação do plano, tendo sido aprovado o Plano Estratégico para o triénio 2009-2011, que engloba as Linhas de Orientação e os Objectivos Estratégicos para a Associação Mutualista (AM), para a Caixa Económica (CE) e para as empresas que constituem as unidades estratégicas do Grupo. Esse trabalho resultou na clarificação dos papéis a desempenhar por cada unidade, tendo como objectivo central a geração de valor para o Associado.

UNIDADES ESTRATÉGICAS DO GRUPO MONTEPIO



A centralidade estratégica do carácter único e diferenciador do mutualismo e da sua oferta, em paralelo com a sua histórica vocação para a actividade aforradora, assume-se como especialmente adequada aos desafios da actual conjuntura de crise. Após sucessivos anos de incremento do consumo e da actividade de crédito aos particulares, o tema da poupança volta a ganhar protagonismo no roteiro da gestão bancária, revelando-se como uma oportunidade que vem ao encontro da génese do Montepio.

Foi para dar resposta a necessidades de cobertura de contingências da vida das pessoas, designadamente de previdência social, que nasceu o Montepio, há 168 anos e a sua Caixa Económica, há 164 anos. Desde então, o Montepio adaptou-se, renovou-se e evoluiu, desenvolvendo as suas capacidades e as respostas a necessidades mais abrangentes, assumindo-se hoje como uma referência incontornável no apoio ao desenvolvimento social e económico das pessoas e das empresas,

não só nos domínios nucleares referidos, da previdência complementar, aforro e necessidades de habitação, como também no apoio ao sector produtivo. É nesta dupla perspectiva, de gerar valor para os Associados e para a sociedade, que o Montepio tem vindo a desenvolver, desde a sua fundação, um conjunto de iniciativas, actualmente designadas de Responsabilidade Social, em diversos domínios, que vão da cultura ao ensino, à educação ambiental e acção social, em simultâneo com o apoio e cooperação com diversas entidades e instituições do chamado terceiro sector, contribuindo assim para a sua revitalização e capacidade operativa, na resposta efectiva a problemas sociais.

Tal como no passado, o Montepio acredita que os períodos de crise são períodos de grandes dificuldades e acrescidos riscos e desafios, mas encerram também oportunidades de desenvolvimento do potencial da actividade mutualista e da banca de retalho com vocação de poupança.

O alinhamento estratégico entre as empresas do Grupo Montepio, traduzido em políticas integradas de gestão dos riscos, do rigor pela gestão dos custos e dos recursos, baseado na complementaridade da oferta, é uma condição essencial para o desenvolvimento harmonioso do Grupo a médio prazo.

ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

As Orientações Estratégicas aprovadas para o triénio 2009-2011 apontam para a continuidade do alargamento da base associativa e do aprofundamento da relação com os actuais Associados. Pretende-se, em 2009, prosseguir com o aumento do número de Associados e das modalidades subscritas por Associado (melhoria da fidelização), sobretudo na componente de previdência, proporcionando o aumento das receitas associativas.

Uma vez que, assumidamente, os vectores de diferenciação da oferta global estão suportados no mutualismo, o Montepio clarificou os seus objectivos de desenvolvimento da comunicação com os associados e da dinamização associativa, a par de uma maior presença da oferta de soluções mutualistas na rede de balcões da CE.

Em termos de investimentos, os objectivos definidos têm em vista manter os níveis de liquidez e o reforço dos activos estratégicos, designadamente no capital da CE.

Para atingir esses objectivos definiram-se como principais Orientações Estratégicas:

- aumentar a notoriedade e a divulgação do conceito do mutualismo e angariar novos Associados na base de Clientes;
- aumentar a qualidade do serviço e a eficiência, desenvolvendo os processos de gestão do risco, de auditoria interna e de controlo de gestão;
- desenvolver a oferta, no domínio das modalidades actuariais e das modalidades colectivas para os segmentos estratégicos, designadamente as Pequenas e Médias Empresas (PME);
- prosseguir a implementação do projecto Residências Assistidas, através da oferta de serviços no domínio da saúde e de cuidados domiciliários para os segmentos seniores;
- desenvolver e consolidar o Sistema de Governação, mantendo a centralidade da gestão na Associação Mutualista, numa perspectiva integrada para o conjunto das empresas do Grupo Montepio, tendo por objectivo garantir a coordenação de políticas de gestão conducentes à geração de valor para os Associados;
- incrementar a capacidade de desenvolvimento de projectos no domínio da Responsabilidade Social, em linha com a Missão.

Missão Estratégica da Associação Mutualista

Garantir, observando os princípios da solidariedade, benefícios de segurança social e de saúde aos seus Associados e familiares e aos beneficiários por aquele designados, através de modalidades individuais e colectivas. Contribuir para a resolução dos problemas habitacionais dos Associados. Prosseguir outras formas de protecção social e gestão de equipamentos, serviços e obras sociais e outras actividades que visem o desenvolvimento cultural e a qualidade de vida dos Associados e familiares e gerir regimes complementares das prestações garantidas pela segurança social e outras formas colectivas de protecção social.

CAIXA ECONÓMICA

A CE desempenha um papel determinante na operacionalização da estratégia de negócio do Montepio, uma vez que se trata, por excelência, da rede de retalho bancário do Grupo Montepio, constituída por balcões distribuídos geograficamente por todo o país, também com presenças no exterior, junto dos portugueses residentes no estrangeiro, e por uma estrutura de distribuição multicanal, suporta para serviços de banca automática e à distância.

Missão Estratégica da Caixa Económica

Criar valor para os Associados do Montepio e para os restantes Stakeholders, obtendo níveis de rentabilidade sustentados, através de uma oferta universal de produtos e serviços que satisfaça integralmente as necessidades bancárias e financeiras dos Associados e Clientes, prestando um serviço de qualidade, actuando com elevados padrões éticos, respeitando os princípios mutualistas e critérios de sustentabilidade social.

Em 2008, foi reafirmada a estratégia de diferenciação e de diversificação da actividade da CE:

- diferenciação, centrada na oferta mutualista e na gestão da relação Cliente-Associado, a que se aliam os valores da marca suportados pelo carácter genético fundado no papel desempenhado na economia social;
- diversificação na tripla vertente de actividade, riscos e estrutura de proveitos, concretizando a progressiva presença em segmentos que se presume virem a assumir maior relevância no futuro mais próximo, nomeadamente no domínio do tecido empresarial de pequenos negócios e de pequenas e médias empresas.

Assim, no quadro da sua Missão, a CE tem definida como Visão subjacente ao Plano Estratégico 2009-2011, a consolidação como «*Banco de retalho diferenciado e único no panorama bancário português, pelas suas finalidades mutualistas, representando os valores da participação associativa e da solidariedade, vocacionado para a captação de poupanças e para o crédito aos segmentos dos Particulares, dos Empresários em Nome Individual, das Microempresas, das PME e das Instituições do Terceiro Sector, com uma oferta universal de produtos e serviços bancários, mutualistas e financeiros, reconhecido pela gestão prudente, pela qualidade de serviço, pelo comportamento ético e pelo seu papel como agente dinamizador da economia social*».

A agudização e disseminação sistémica da crise dos mercados financeiros, particularmente no último trimestre de 2008, implicou não só um aumento dos prémios de risco e dos custos de financiamento, como uma disrupção no funcionamento dos mercados interbancários, que colocou diversos constrangimentos de liquidez às instituições mais dependentes desses mercados no curto prazo. Com uma estrutura de *fundings* essencialmente centrada na captação de depósitos de retalho, complementada por recursos de longa maturidade, captados nos mercados obrigacionistas, a CE tem vindo a superar os desafios do actual período de crise e viu confirmada a adequação do seu modelo de negócio.

Para o próximo triénio, pretende-se acentuar a sua vocação como banco de poupança (internacionalmente referenciado como *savings bank*, ou seja, instituição que privilegia a genuína relação com os Clientes fundada no pilar da transparência e da literacia financeira, na necessidade da poupança e no responsável recurso ao crédito), prosseguindo o aumento dos recursos de clientes de balanço, nomeadamente a captação de pequenas e médias poupanças. Tendo por princípio a estabilidade dos recursos no médio e longo prazo, privilegiar-se-ão os depósitos e outros produtos de carácter aforrador que propiciem uma adequada maturidade e gestão de *fundings*, atendendo às características de composição da carteira de activos.

Em termos das aplicações, pretende-se diversificar e otimizar a gestão dos riscos, diminuindo progressivamente a exposição ao sector imobiliário, por via da diversificação da carteira de crédito que se traduza no aumento da actividade junto de segmentos que, historicamente, não têm sido considerados prioritários.

Para o efeito, foram definidos, em 2008, como segmentos estratégicos:

- Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- particulares: «*Upper Mass*» (Clientes particulares dos segmentos de massa, que revelam potencial de crescimento no seu envolvimento bancário e associativo) e «*Affluent*» (Clientes particulares com necessidades mais alargadas de serviços financeiros);
- empresas: Pequenos Negócios e PME nos segmentos de «Transportes e Comunicações», «Electricidade, Gás e Água», «Comércio, Restauração e Hotéis», «Indústria» e «Outros Serviços».

A estratégia de negócio definida para o Grupo em geral, e para a CE em particular, está suportada num conjunto de orientações que pressupõem atingir, em 2009, objectivos exigentes de gestão criteriosa do preço em função do risco, de manutenção da margem de intermediação, de redução dos custos, de aumento da eficiência e da contenção dos níveis de incumprimento no crédito, mesmo em contexto de grande adversidade macroeconómica. Nesse sentido, o orçamento de funcionamento e de negócio aprovado para o ano de 2009 insere-se num plano cujo percurso passa pela preparação da estrutura, adequando-a aos exigentes desafios da nova década.

LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2009 - 2011

PREPARAR AS INSTITUIÇÕES PARA O FUTURO PÓS-CRISE

ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

1. Aumentar a Notoriedade do Mutualismo
2. Aprofundar a Relação Associativa e Fidelizar os Associados
3. Aumentar a Qualidade de Serviço e Eficiência
4. Diversificar e Rendibilizar a Carteira de Activos
5. Desenvolver a Oferta nos domínios da Previdência Complementar, Protecção de Riscos e Equipamentos Sociais
6. Desenvolver o Sistema de Governação e a Responsabilidade Social

CAIXA ECONÓMICA

1. Prevenir o Incumprimento e Recuperar Crédito e Juros Vencidos
2. Reduzir Custos
3. Diversificar a Actividade
4. Dinamizar a Vocação como Instituição de Poupança (*Savings Bank*)
5. Afirmar a Diferenciação pelo Mutualismo
6. Desenvolver o Sistema de Controlo Interno
7. Desenvolver o Sistema de Governação e a Responsabilidade Social

**CRIAR VALOR
PARA OS ASSOCIADOS
A MÉDIO PRAZO**

**MANTER A SOLIDEZ
E A CONFIANÇA**



Montepio Geral Associação Mutualista





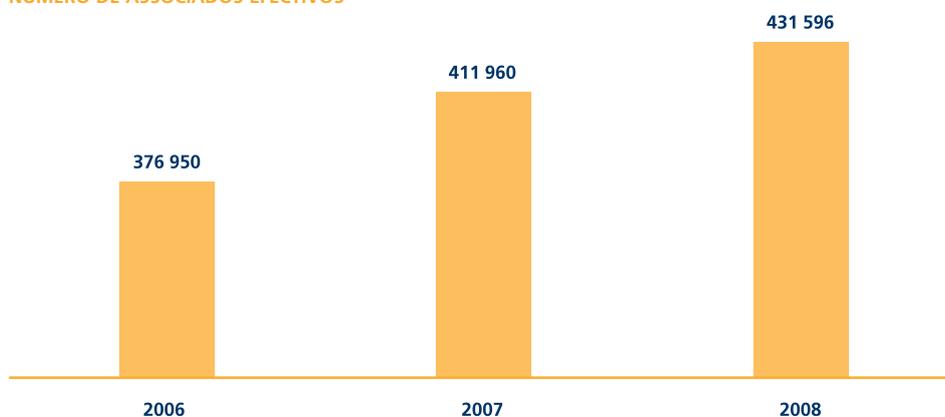
4.5. MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

4.5.1. ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Base de Associados

Em 31 de Dezembro de 2008, o Montepio atingiu os 431 596 Associados, uma variação homóloga de +4,8%. Este acréscimo revela o dinamismo registado pela Associação Mutualista, nomeadamente na admissão de novos Associados (que, em 2008, registou o número de 44 246), permitindo ultrapassar largamente o número de saídas, de 24 610, decorrente de falecimentos e habilitações, cessões de direitos, desistências e eliminações.

NÚMERO DE ASSOCIADOS EFECTIVOS



Este crescente movimento da base associativa reflecte o esforço da rede de balcões do Montepio na promoção, difusão e dinamização do conceito mutualista junto dos Clientes bancários, em consonância com a estratégia que tem vindo a ser implementada de aumento da notoriedade e expressão do mutualismo no conjunto da oferta de soluções de poupança e previdência. Não obstante o desenvolvimento verificado, o número de Associados representava, em 2008, uma taxa de penetração de 36,3% sobre o total da base de Clientes bancários, revelando o significativo potencial existente de crescimento.

Em termos de estrutura etária, a evolução da base de Associados reflecte a tendência da evolução demográfica, caracterizada pelo aumento da população de classes etárias mais elevadas (nomeadamente, com mais de 65 anos, cujo peso no total da população portuguesa passou de 16,6% para 17,4%, nos últimos cinco anos) e por uma maior representatividade da população feminina. Neste quadro, confirmou-se, uma vez mais, a tendência na subida da representação do sexo feminino no total de Associados (50,6%) e um aumento de representação das classes etárias com mais de 30 anos. O peso de número de Associados com idade inferior a 30 anos correspondia a 32,9% (35%, em 2007), e as classes etárias de idade igual ou superior a 50 anos representavam 22,7% (21%, em 2007). Concomitantemente, a idade média dos Associados subiu, dos 35 anos em 2007, para os 36 anos em 2008. Ainda assim, verifica-se que a população associativa é jovem, atendendo a que cerca de 60% dos Associados têm menos de 40 anos, sendo a classe dos adultos jovens (entre os 20 e os 39 anos) a mais representativa, com 41,4% do total.

CLUBE «TIO PELICAS»

(Associados até aos 14 anos)

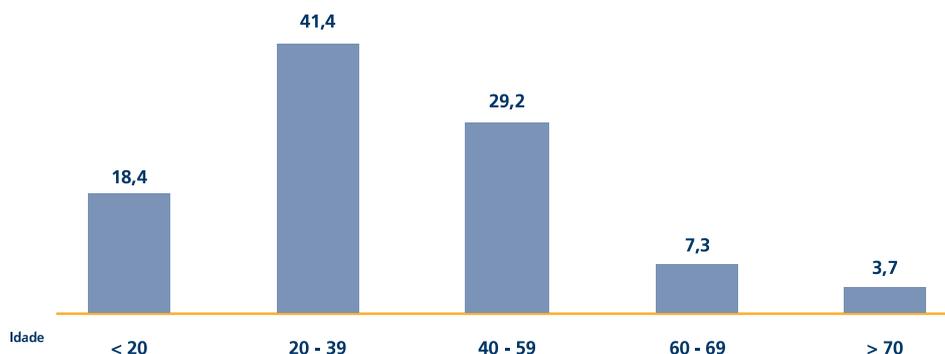
ANO	2007	2008
SÓCIOS	30 034	30 855

Comemorações Institucionais



O 168.º aniversário do Montepio Geral – Associação Mutualista foi assinalado por dois concertos realizados nos Coliseus de Lisboa e do Porto que contou com a presença de milhares de convidados, entre os quais, Associados e Clientes. A música tomou conta dos palcos com a guitarra portuguesa de Custódio Castelo e a voz de Margarida Guerreiro, bem como do vocalista dos Xutos & Pontapés, Tim, de Camané e Teresa Salgueiro, formando uma harmoniosa ponte entre a tradição e a modernidade. Tal como o Montepio, que se posiciona na sociedade como uma Instituição que, sem deixar de lado os seus valores tradicionais, se projecta no futuro e procura progredir de olhos postos numa modernidade mais harmoniosa e solidária.

DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS ASSOCIADOS EM 2008 (%)



Realça-se, no Grupo de Associados mais jovens, o aumento, de 2,7%, daqueles que tinham, em 2008, idades inferiores a 14 anos e que aderiram ao clube «Tio Pelicas». Este clube foi criado em 1998 e tem como objectivos a divulgação dos valores mutualistas e de cidadania, a participação associativa e a educação para a poupança, desde a infância, como forma de preparar o futuro. Já aderiram ao clube 50 989 sócios, tendo-se registado, também, 20 134 saídas, a maior parte das quais motivadas pelo limite de idade atingido pelos sócios. Merece ainda referência no âmbito desta iniciativa, para além de outras actividades, a edição trimestral da revista do clube do «Tio Pelicas», com a qual se tem obtido, de forma didáctica e lúdica, bons níveis de participação.

Desenvolvimento da Oferta de Modalidades e Serviços

A Associação Mutualista tem procurado contribuir para o desenvolvimento e progresso dos seus Associados. Como tal, constituiu uma preocupação permanente o desenvolvimento e disponibilização de soluções mutualistas, tanto em modalidades como em serviços complementares, que, no quadro regulamentar específico da actividade mutualista, se adequem às necessidades e correspondam às expectativas dos Associados e das suas famílias. Foi com esse objectivo que se procedeu, nos últimos anos, à reformulação da oferta existente e, também, à criação de novas modalidades, tendo em conta as alterações da estrutura etária e das variáveis de contexto, designadamente a evolução das taxas de juro e das condições dos mercados.

Como consequência, foram emitidas quatro séries da modalidade de Capitais de Reforma de Prazo Certo («Montepio Capital Certo») que, em 2008, se traduziram na captação de 102,2 milhões de Euros.

A oferta de serviços na área da saúde e do bem-estar registou progressos em 2008, através da empresa do Grupo Montepio, Residências Montepio – Serviços de Saúde, que actua na área dos cuidados complementares de saúde, destacando-se os Serviços de Apoio Domiciliário, a Tele-Assistência e as Residências Assistidas: a residência Montepio Breiner, localizada no centro urbano do Porto, foi a primeira de sete residências a ser inaugurada, em Outubro passado, oferecendo um conjunto de serviços e de facilidades destinadas aos segmentos a que se destina.

Os Clientes bancários do Montepio, que são simultaneamente Associados, usufruem de uma larga gama de produtos que incluem a atribuição de benefícios. Por exemplo, em Operações Activas, como o Crédito à Habitação e o Crédito ao Consumo, os Associados podem beneficiar da redução no *spread* (actualmente, 0,1% e 0,5%, respectivamente). Por outro lado, relativamente a Operações Passivas, os Clientes Associados podem usufruir de um leque de outros benefícios que vão desde a isenção de comissões de manutenção nas Contas à Ordem, a descontos na anuidade de Cartões de Crédito e nas comissões de Administração de Propriedades, passando pela bonificação de taxas de juro na subscrição de Depósitos a Prazo ou noutro tipo de produtos. Em 2008, o valor de benefícios atribuídos aos Clientes, simultaneamente Associados, totalizou 10,7 milhões de Euros, aumentando 7% face aos 10 milhões de Euros registados em 2007.

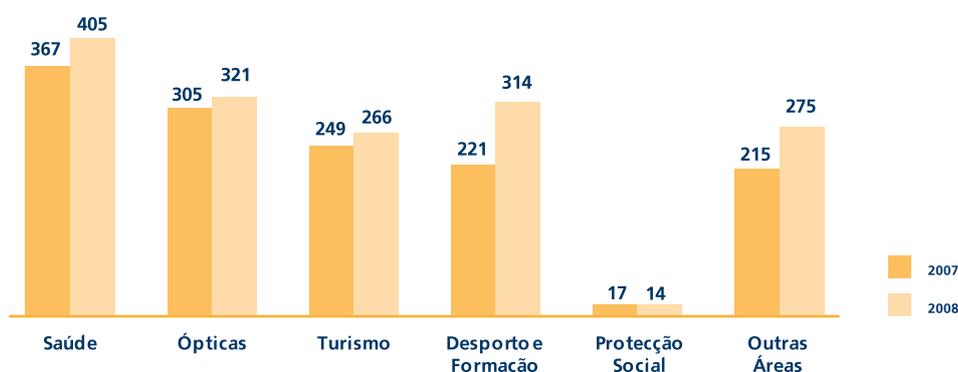
TOTAL DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA CAIXA ECONÓMICA AOS ASSOCIADOS EM 2008

(milhares de euros)

CLASSE	Família Produtos	Valor do Benefício
PRODUTOS DO ACTIVO	Crédito à Habitação	7 237
	Crédito ao Consumo	388
PRODUTOS DO PASSIVO	Depósitos Ordem	1 053
	Depósitos Prazo	673
	Depósitos Estruturados	187
	Produtos Mistos	174
PRODUTOS FORA DE BALANÇO	Cartões de Crédito	963
	Administração Propriedades	3
TOTAL		10 677

Para além destes benefícios, juntam-se ainda outros decorrentes das parcerias estabelecidas com diversas entidades, permitindo obter descontos no acesso aos respectivos bens e serviços. Em 2008, com o objectivo de continuar a complementar e a valorizar a oferta mutualista através do alargamento do leque de benefícios, prosseguiu-se com a política de desenvolvimento de contactos com diversas instituições, tendo-se celebrado Acordos de Cooperação com 66 entidades em todo o país (60, em 2007) permitindo aos Associados o acesso a mais 223 Pontos de Desconto (145, em 2007). Assim, no final de 2008, a Associação Mutualista tinha em vigor Acordos com 570 Entidades (505, em 2007), os quais facultavam o acesso a 1 595 Pontos de Desconto em todo o país (1 374, em 2007), distribuídos essencialmente pelas áreas de saúde, serviços de óptica, turismo e desporto e outros serviços.

ACORDOS – N.º PONTOS DE DESCONTO



Os descontos oferecidos aos Associados são, na sua generalidade, extensíveis aos familiares (ascendentes e descendentes do 1.º grau e cônjuges), e chegam, em alguns casos, a atingir 50% sobre a tabela de preços praticada pelas entidades junto do público em geral, ainda que a maior parte dos descontos concedidos se situem entre os 10 e os 20%.

4.5.2. RECEITAS ASSOCIATIVAS

O exercício de 2008 terminou com um total de 729 228 subscrições de modalidades, o que representa umacréscimo anual de 7%, face ao ano anterior. O número médio de inscrições por Associado evoluiu de forma favorável, atingindo 1,69 (face a 1,66 em 2007). Das 95 290 novas subscrições ocorridas, a maioria registou-se nas modalidades de Capitais de Previdência Diferidos com Opção (35,4%), Capitais de Reforma (33,2%), Capitais de Reforma por Prazo Certo (13,5%) e Garantia de Pagamento de Encargos (12,8%).

A evolução favorável da base associativa, das subscrições e dos capitais entregues pelos Associados permitiram que as receitas associativas atingissem, no final de 2008, o montante de 295,1 milhões de Euros, representando uma variação de +3,1%, face ao ano anterior. Esta evolução positiva dos recursos financeiros captados pela Associação Mutualista revela a aceitação das soluções mutualistas como resposta adequada às necessidades das pessoas e das suas famílias, especialmente na actual conjuntura.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS (Quotizações e Capitais por Modalidades)

(milhares de euros)

MODALIDADES	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. BENEFÍCIOS DE SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	4 748	1,7	5 488	1,9	740	15,6
2. MODALIDADES INDIVIDUAIS	279 226	97,5	287 805	97,5	8 579	3,1
2.1. Capitais de Reforma	139 625	48,8	109 813	37,2	-29 812	-21,4
2.2. Poupança de Reforma	6 628	2,3	10 377	3,5	3 749	56,6
2.3. Capitais de Reforma com Prazo Certo	70 671	24,7	102 171	34,6	31 500	44,6
2.4. Outras Modalidades	62 302	21,8	65 445	22,2	3 143	5,0
Das quais:						
Capitais Previdência Diferidos c/ Opção	31 809	11,1	33 836	11,5	2 027	6,4
Capitais p/ Jovens	3 846	1,3	4 302	1,5	456	11,9
Garantia de Pagamento de Encargos	18 964	6,6	20 146	6,8	1 182	6,2
3. MODALIDADES COLECTIVAS	665	0,2	657	0,2	-8	-1,2
4. CAPITAIS TRANSFERIDOS P/PENSÕES E RENDAS	1 741	0,6	1 192	0,4	-549	-31,5
5. TOTAL (1) + (2) + (3) + (4)	286 380	100,0	295 143	100,0	8 763	3,1

Nas modalidades de Capitalização, destaca-se o elevado crescimento da nova modalidade Capitais de Reforma com Prazo Certo, que registou a captação de 102,2 milhões de Euros, (realizados em quatro séries), valor que se aproximou do montante captado na tradicional modalidade de Capitais de Reforma (109,8 milhões de Euros).

No que diz respeito às quotizações e capitais recebidos em Outras Modalidades, importa destacar os crescimentos das modalidades de Capitais de Previdência Diferidos com Opção (+2,0 milhões de Euros), de Garantia de Pagamentos de Encargos (+1,2 milhões de Euros) e de Capitais para Jovens (+0,5 milhões de Euros).

4.5.3. BENEFÍCIOS E VALORIZAÇÃO DAS MODALIDADES

Benefícios Vencidos e Reembolsos

Os benefícios atribuídos em pensões e rendas, capitais e subsídios, e os reembolsos, registaram um aumento, em 2008, encerrando o exercício com um valor de 223,6 milhões de Euros. O crescimento ocorrido, de 30,2 milhões de Euros, representa uma variação de +15,6% face ao exercício anterior. Em termos de dinâmica processual, refira-se o expressivo número de benefícios e reembolsos processados que, em 2008, totalizou os 81 583.

Para além do crescimento de 9,7% nas pensões e rendas, destaca-se o aumento do valor dos reembolsos efectuados em Modalidades de Capitalização, concretamente nos Capitais de Reforma, onde se registaram 164,3 milhões de Euros, evidenciando um aumento de 31,9 milhões de Euros, em relação ao ano anterior, a que correspondeu a uma taxa de crescimento de 24,1% e um peso relativo de 98,7% do total dos reembolsos.

BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2008		Variação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Valor	%
PENSÕES E RENDAS	6 002	6 407	6 011	7 027	620	9,7
Valores Subscritos	6 002	2 656	6 011	3 132	476	17,9
Subvenções e Melhorias		3 751		3 895	144	3,9
CAPITAIS E SUBSÍDIOS	16 556	36 497	15 248	32 960	-3 537	-9,7
Valores Subscritos	16 556	31 546	15 248	29 071	-2 475	-7,8
Subvenções e Melhorias		4 951		3 889	-1 062	-21,4
REEMBOLSOS	48 211	134 424	56 560	166 517	32 093	23,9
OUTROS CUSTOS	2 631	16 018	3 764	17 080	1 062	6,6
TOTAL	73 400	193 346	81 583	223 584	30 238	15,6

Melhorias atribuídas aos Benefícios em Formação e em Curso das Modalidades Actuariais

A Associação Mutualista atribuiu, em 2008, de acordo com o Artigo 18.º dos Estatutos e o Artigo 53.º do Código das Associações Mutualistas, uma taxa de melhorias de benefícios de 1,1% às Modalidades Actuariais, em função do volume das Reservas Matemáticas constituídas. Nos termos regulamentares, excluíram-se de atribuição de melhorias as modalidades com Fundo Disponível negativo e com insuficiência de Reservas Matemáticas. O montante de melhorias distribuído aos Associados, em 2008, ascendeu a 2,3 milhões de Euros.

Rendibilidade das Modalidades de Capitalização

Às Modalidades de Capitalização foi distribuída uma taxa anual global de rendibilidade de 4%, composta por uma componente de rendimento anual garantido (3,238%) e por um complemento na participação nos resultados anuais (0,762%). Às subscrições de Capitais de Reforma efectuadas entre 1 de Março de 1990 e 31 de Agosto de 1992 foi assegurado o rendimento anual garantido de 5,5%.

Rendas Vitalícias

No final de 2008, existiam 460 rendistas (471 em 2007) e foram contabilizadas 850 rendas (856 em 2007), das quais 21 referem-se a novas rendas constituídas no ano (em 2007, tinham sido constituídas 16 novas rendas). O montante de capitais recebidos de Rendas Vitalícias, em 2008, totalizou 0,9 milhões de Euros, tendo o volume de encargos anuais ascendido a 2,7 milhões de Euros, praticamente igual ao valor de 2007.

4.5.4. EVOLUÇÃO E RENDIBILIDADE DAS APLICAÇÕES

O activo líquido da Associação Mutualista totalizou 2 600,3 milhões de Euros, traduzindo uma taxa de crescimento de 14,7% em relação a 2007. Para este crescimento concorreram, principalmente, os aumentos da Carteira de Títulos, com um acréscimo de 219,9 milhões de euros, do saldo das Disponibilidades, com mais 59,9 milhões de Euros, e do Capital Institucional da Caixa Económica, em mais 25 milhões de Euros.

Em 2008, a Associação Mutualista alterou as suas políticas contabilísticas, tendo adoptado os critérios de reconhecimento e mensuração definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), nomeadamente ao nível da carteira de activos financeiros, o que, para efeitos de comparação, implicou uma alteração dos valores de 2007, influenciando o referido acréscimo da carteira de títulos.

Na conjuntura que dominou o exercício, a Associação Mutualista manteve as coordenadas de prudência, que tradicionalmente a caracterizam, as quais se têm revelado de grande valia no presente contexto, orientando os seus investimentos para os activos de maior segurança, procurando conjugar os factores de liquidez, rentabilidade e risco favoráveis. Desta forma, mesmo num ano marcado pela intensificação da crise do sistema financeiro internacional, foi possível assegurar níveis adequados de rentabilidade líquida aos activos.

Transição para as novas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards)

Em analogia com o verificado na Banca em 2005 e nas Seguradoras, que transitaram para as IFRS (Normas internacionais de Relato Financeiro), também a Associação Mutualista, face ao valor expressivo da sua carteira de títulos, constituída na sua quase totalidade por obrigações, entendeu que, para uma maior transparência das demonstrações financeiras, não deveria continuar a usar o custo histórico na sua valorização, passou a adoptar o justo valor na valorização dos seus activos e passivos.

Dado que o plano de contas das Associações Mutualistas ainda não foi adaptado às novas regras contabilísticas, a alteração introduzida consistiu na aplicação integral dos critérios de reconhecimento e mensuração das IFRS à realidade da Instituição, respeitando, contudo, o formato das demonstrações financeiras que a Lei determina.

A aplicação das IFRS pela primeira vez obriga a procedimentos específicos que tiveram, também, de ser respeitados. Assim, para dar cumprimento às exigências de transição para as novas regras, houve necessidade de efectuar ajustamentos contabilísticos a valores apurados em exercícios anteriores. Para permitir uma correcta comparação com os valores do Balanço e da Demonstração de Resultados do exercício de 2008, foram realizados os respectivos ajustamentos ao ano de 2007, razão pela qual divergem dos valores apresentados no relatório e contas do ano anterior.

EVOLUÇÃO DO ACTIVO LÍQUIDO DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

CLASSE DE ACTIVOS	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imóveis	124 293	5,5	129 186	5,0	4 893	3,9
Títulos	591 226	26,1	811 160	31,2	219 934	37,2
Participação Financeira Institucional	635 000	28,0	660 000	25,4	25 000	3,9
Participações Financeiras Diversas	38 628	1,7	51 094	2,0	12 466	32,3
Disponibilidades	836 964	36,9	896 890	34,5	59 926	7,2
Derivados	2 183	0,1	-1 836	0,0	-4 019	-184,1
Outros	37 914	1,7	53 832	2,1	15 918	42,0
TOTAL	2 266 208	100,0	2 600 326	100,0	334 118	14,7

Em termos comparativos, destaca-se a melhoria da rentabilidade de algumas componentes de activos em 2008, nomeadamente da Participação Financeira Institucional na Caixa Económica e das Disponibilidades, enquanto as aplicações em Imóveis mantiveram, sensivelmente, a sua taxa média de rentabilidade.

RENTIBILIDADE LÍQUIDA DOS ACTIVOS FINANCEIROS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

CLASSE DE ACTIVOS	Saldo Médio		Rendimento		Tx. Média de Rentabilidade	
	Valor	%	Valor	%	2007	2008
Imóveis	126 740	5,2	11 261	13,1	8,8	8,9
Títulos de Crédito	701 193	28,8	11 989	13,9	4,9	1,7
Participação Financeira Institucional	648 462	26,6	25 632	29,8	3,4	4,0
Participações Financeiras Diversas	44 861	1,8	2 709	3,1	15,7	6,0
Disponibilidades	866 927	35,6	37 825	44,0	4,1	4,4
Derivados	174	0,0	-3 544	-4,1		
Outros	45 873	1,9	175	0,2	0,3	0,4
TOTAL	2 434 229	100,0	86 047	100,0	4,6	3,5

Nota: As taxas de rentabilidade dos activos financeiros foram, por simplificação, apuradas tendo em conta 2 observações do Saldo Médio de Capital. Na Participação Financeira Institucional, excepcionalmente, foram utilizadas 13 observações.

Relativamente à carteira de títulos, o seu desempenho foi condicionado pelo contexto que caracterizou o mercado em 2008, sendo de salientar o necessário reconhecimento de imparidades, situação que acabou por influenciar os resultados, apesar de a gestão continuar a ser pautada por um perfil marcadamente conservador, em linha com o posicionamento histórico da Associação Mutualista.

Carteira de Imóveis

A carteira de imóveis continuou a registar novos investimentos para arrendamento, apresentando, no final do exercício, um valor de inventário bruto de 176,9 milhões de Euros. A sua variação anual foi de 7,7 milhões de Euros, a qual resulta, fundamentalmente, da aquisição de fracções e execução de obras para instalação de Balcões, bem como da aquisição e alienação de imóveis para rendimento.

Esta carteira produziu, em 2008, um rendimento líquido de 11,3 milhões de Euros, que comparativamente com o ano anterior representa um acréscimo de cerca de 3%, fundamentalmente devido à actualização legal de rendas, que foi de 2,8%.

No âmbito do projecto de Residências Assistidas, o investimento acumulado, até final de 2008, ascendeu a 29,9 milhões de Euros.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE IMÓVEIS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imóveis para Rendimento	148 282	87,6	154 126	87,1	5 843	3,9
Edifícios p/ Instalações Próprias	17 828	10,5	19 022	10,8	1 194	6,7
Terrenos para Construções	3 088	1,8	3 729	2,1	641	20,8
TOTAL a)	169 198	100,0	176 877	100,0	7 679	4,5

a) Este valores diferem dos valores apresentados no mapa «Evolução do Activo Líquido da Associação Mutualista», porque aqueles estão deduzidos de amortizações, nos valores de 44 905 milhares de euros e 47 691 milhares de euros, em 2007 e 2008, respectivamente.

Empréstimos a Associados

Foram celebrados 1 410 novos contratos de Empréstimos a Associados (822 Empréstimos sobre Reservas Matemáticas e 588 Empréstimos sobre Capitais), ou seja, mais 387 contratos comparativamente com o ano anterior. O montante de crédito concedido foi de 4,3 milhões de Euros (face a 1,8 milhões de Euros em 2007), facto que contribuiu para um saldo acumulado de empréstimos de 3,5 milhões de Euros. A elevada rotatividade da carteira decorre das características de curto prazo dos referidos empréstimos (i.e., período máximo de 36 meses, no caso dos Empréstimos sobre Reservas Matemáticas e Quotas Restituíveis e por um período até 60 meses, no caso dos Empréstimos sobre Capitais).

Carteira de Títulos

A política de investimentos em títulos privilegiou as aplicações em dívida sénior, fundamentalmente, em FRN (*floating rate notes*), com *ratings investment grade*. Esta estratégia procurou minimizar os riscos de taxa de juro e de crédito.

No final do ano, a Carteira de Títulos da Associação Mutualista encontrava-se assim segmentada:

- carteira de Negociação (2,9%);
- carteira de Activos Disponíveis para Venda (92,3%);
- carteira de Activos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Resultados (4,8%).

O valor de investimento dos Activos Disponíveis para Venda totalizava 792,7 milhões de Euros, traduzindo, após o ajustamento efectuado à luz das novas regras contabilísticas, uma variação homóloga positiva de 55,7% (+283,6 milhões de Euros).

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Valor de Investimento						
Títulos da Dívida Pública Portuguesa	44 765	8,8	48 612	6,1	3 847	8,6
Títulos da Dívida Pública Estrangeira	14 923	2,9	20 718	2,6	5 796	38,8
Obrigações Entidades Nacionais	54 532	10,7	243 855	30,8	189 323	347,2
Acções de Empresas Estrangeiras	6 568	1,3	5 530	0,7	-1 038	-15,8
Acções de Empresas Nacionais	881	0,2	1 278	0,2	397	45,0
Obrigações de Empresas Estrangeiras	320 629	63,0	366 174	46,2	45 545	14,2
Unidades de Particip. – Fundo Inv. Mobiliário	25 713	5,1	65 478	8,3	39 765	154,6
Unidades de Particip. – Fundo Inv. Imobiliário	41 033	8,1	41 033	5,2	0	0,0
Subtotal	509 043	100,0	792 677	100,0	283 634	55,7
Evolução da Imparidade						
Acções Diversas			1 357	6,7	1 357	
Obrigações e Títulos de Participação	1 431	100,0	14 517	71,9	13 086	
Outras Aplicações Financeiras			4 310	21,4	4 310	
Subtotal	1 431	100,0	20 184	100,0	18 753	
TOTAL	507 612		772 493		264 882	52,2

Nota: Esta posição não inclui o efeito das Reservas de Reavaliação e dos Ajustamentos decorrentes dos Prémios/Descontos dos títulos em carteira, situações que justificam a diferença para os valores apresentados no quadro da «Evolução do Activo Líquido».

A estrutura desta carteira manteve-se, globalmente, inalterada, com especial incidência na componente de obrigações, sendo a exposição ao mercado accionista praticamente nula.

Em termos acumulados, a carteira de Activos Disponíveis para Venda proporcionou um rendimento líquido de 15,8 milhões de Euros, reflectindo um decréscimo de 46,5% (-13,7 milhões de Euros). Este comportamento fica a dever-se, sobretudo, à necessidade de constituição de provisões por Imparidade em alguns títulos, decorrentes da adopção das IFRS.

EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO DA CARTEIRA DE ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Títulos da Dívida Pública Portuguesa	9 839	33,3	2 137	13,5	-7 702	-78,3
Títulos da Dívida Pública Estrangeira	287	1,0	882	5,6	596	
Obrigações Entidades Nacionais	1 798	6,1	7 231	45,7	5 433	
Acções de Empresas Nacionais	11	0,0	4 993	31,5	4 982	
Acções de Empresas Estrangeiras	-1 128	-3,8	-1 353	-8,5	-225	19,9
Obrigações de Empresas Estrangeiras	14 551	49,2	4 037	25,5	-10 514	-72,3
Unidades de Particip. – Fundo Inv. Mobiliário	1 284	4,3	-4 041	-25,5	-5 325	
Unidades de Particip. – Fundo Inv. Imobiliário	2 932	9,9	1 942	12,3	-990	-33,8
TOTAL	29 575	100,0	15 829	100,0	-13 745	-46,5

Participação Financeira Institucional na Caixa Económica

A Associação Mutualista reforçou a Participação no Capital Institucional da Caixa Económica no montante de 25 milhões de Euros, na sequência de proposta aprovada em Assembleia Geral. Desta forma, esta participação passou de 635 milhões de Euros para 660 milhões de Euros.

O valor da transferência de resultados da Caixa Económica, referente ao exercício de 2007, foi de 25,8 milhões de Euros, enquanto no ano anterior tinha sido de 20,4 milhões de Euros, o que constituiu um aumento de 26,5%.

Participações Financeiras Diversas

A estrutura das Participações Financeiras Diversas sofreu algumas alterações, destacando-se os aumentos de capital nas empresas Bolsimo e Nova Câmbios, a constituição de uma nova empresa participada, Germont.

Em termos líquidos, o rendimento associado a esta carteira totalizou 2,7 milhões de Euros.

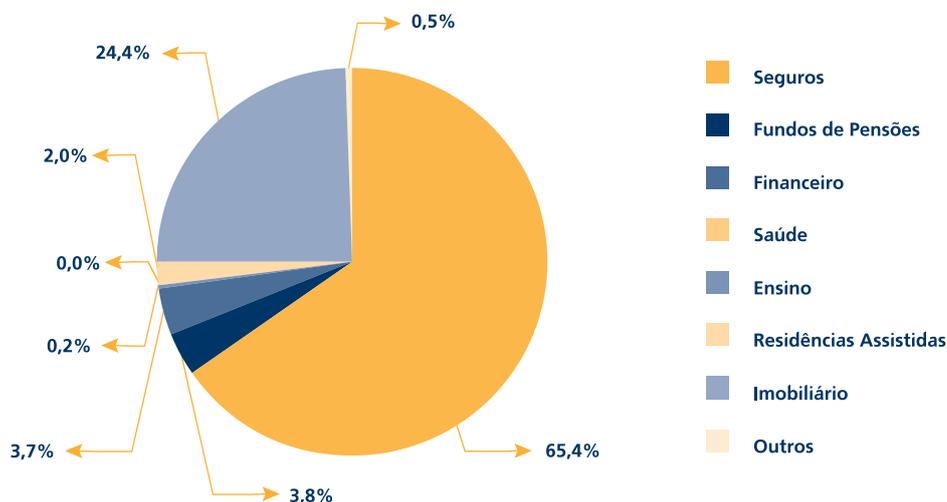
EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E SEUS RENDIMENTOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007				2008				Variação			
	Investimento	%	Rendimento	%	Investimento	%	Rendimento	%	Investimento	%	Rendimento	%
ESTRATÉGICAS	37 730	97,7	2 706	42,4	37 730	73,8	2 473	91,3	0	0,0	-233	-3,6
MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS	1 331	3,5	370	5,8	1331	2,6	927	34,2	0	0,0	557	8,7
FUTURO	1 963	5,1	893	14,0	1 963	3,8	165	6,1	0	0,0	-727	-11,4
LUSITANIA – VIDA	9 647	25,0	330	5,2	647	18,9	493	18,2	0	0,0	163	2,6
LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS	23 769	61,5	1 113	17,4	23 769	46,5	887	32,7	0	0,0	-226	-3,5
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SA	1 020	2,6	0	0,0	1 020	2,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
OUTRAS PARTICIPAÇÕES	898	2,3	3 679	57,6	13 364	26,2	236	8,7	12 466	32,3	-3 443	-53,9
BAO – BANCO DA ÁFRICA OCIDENTAL	0	0,0	704	11,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	-704	-11,0
BDC – BANCO DE DESENV. E COMÉRCIO	0	0,0	3 295	51,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	-3 295	-51,6
BOLSIMO	44	0,1	0	0,0	12 370	24,2	0	0,0	12 326	31,9	0	0,0
LEACOCK	242	0,6	0	0,0	242	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0
PREVISÃO	0	0,0	23	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	-23	-0,4
SILVIP	308	0,8	220	3,4	308	0,6	228	8,4	0	0,0	8	0,1
OUTRAS	304	0,8	-563	-8,8	444	0,9	8	0,3	140	0,4	571	8,9
TOTAL	38 628	100,0	6 384	100,0	51 094	100,0	2 709	100,0	12 466	32,3	-3 675	-57,6

Nota: De acordo com as novas regras contabilísticas, as posições detidas em percentagens inferiores a 20% do capital social devem ser reclassificadas como Activos Disponíveis para Venda. Por conseguinte, foi necessário efectuar este ajustamento nas empresas Moçambique Companhia de Seguros, Soficatra, Clínica Santa Maria de Belém, Caixa Económica de Cabo Verde e EIA, tendo em conta o seu justo valor.

Por segmento, as participações financeiras da Associação Mutualista passaram a apresentar a seguinte estrutura:



Disponibilidades

A conjuntura evidenciou a preferência por maiores níveis de liquidez, pelo que o montante aplicado em Disponibilidades, no final do ano de 2008, ascendia a 897 milhões de Euros, com especial ênfase para o reforço das posições em depósitos a prazo.

EVOLUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos à Ordem	87 714	10,5	73 920	8,2	-13 794	-15,7
Depósitos a Prazo	749 250	89,5	822 970	91,8	73 720	9,8
TOTAL	836 964	100,0	896 890	100,0	59 926	7,2

4.5.5. ANÁLISE FINANCEIRA

Fundos Permanentes, Fundos Próprios e Reservas

Esta rubrica ascendeu, em 31 de Dezembro de 2008, a 2 362,2 milhões de Euros, valor superior em 179,6 milhões de Euros ao observado em igual momento do ano anterior (+8,2%), destacando-se nas suas componentes as Provisões Matemáticas e os Fundos Próprios, em que os segundos obtiveram um expressivo acréscimo, de 7,7 milhões de Euros (+11,3% face a 2007).

As Provisões Matemáticas, que se situaram em 2 053,8 milhões de Euros, evidenciando um incremento de 151,1 milhões de Euros (+7,9%), reflectem o aumento verificado na actividade associativa e o crescimento das modalidades, com relevo para os Capitais de Reforma (incluindo os Capitais de Reforma com Prazo Certo), as Pensões de Reforma e os Capitais de Previdência Diferidos com Opção.

As Reservas, por sua vez, registaram um aumento de 19,1 milhões de Euros, sobretudo em consequência dos rendimentos da Reserva Geral e das dotações atribuídas por distribuição dos saldos dos Fundos Disponíveis, atingindo, assim, no final do ano, o valor de 171,4 milhões de Euros.

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS E RESERVAS

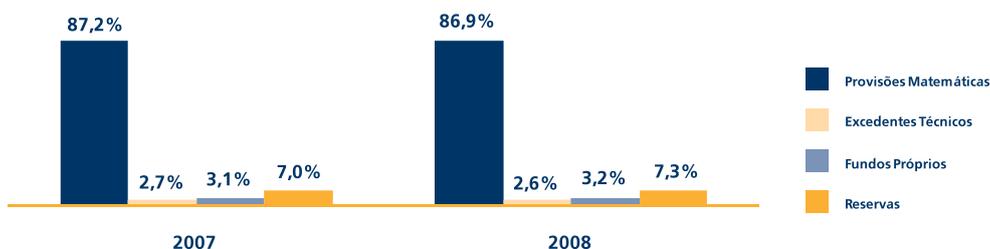
(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
FUNDOS PERMANENTES	1 961 977	2 114 755	152 778	7,8
PROVISÕES MATEMÁTICAS	1 902 742	2 053 801	151 059	7,9
Estatutárias	1 741 796	1 878 332	136 536	7,8
Rendas Vitalícias	20 348	19 915	-433	-2,1
Actuariais	49 004	66 166	17 162	35,0
Subvenções e Melhorias de Benefícios	91 594	89 388	-2 206	-2,4
EXCEDENTES TÉCNICOS	59 235	60 954	1 719	2,9
FUNDOS PRÓPRIOS	68 263	75 971	7 708	11,3
FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO	0	26	26	
FUNDO SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	28 111	32 169	4 058	14,4
FUNDO PARA BOLSAS DE ESTUDO	853	853	0	0,0
FUNDO GARANTIA DE PAGAMENTO DE ENCARGOS	38 887	42 523	3 636	9,4
FUNDO SERV.CLÍNICOS-MONTEPIO EGITANIENSE	412	400	-12	-2,9
TOTAL FUNDOS PERMANENTES E PRÓPRIOS	2 030 240	2 190 726	160 486	7,9
RESERVAS (a)	152 379	171 447	19 068	12,5
TOTAL FUNDOS E RESERVAS	2 182 619	2 362 173	179 554	8,2

(a) Exclui as Reservas de Reavaliação com Activos Financeiros

Verifica-se que, tal como no ano anterior, o montante de provisões matemáticas representa cerca de 87% do total de Fundos e Reservas.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS FUNDOS E RESERVAS



Em 2008, a Associação Mutualista melhorou o grau de cobertura das responsabilidades (a relação entre o total dos Fundos e Reservas e o das Provisões Matemáticas) atingindo, no final de 2008, um rácio de 1,150 (1,147 em 2007). Esta evolução reflecte o reforço da solidez financeira da Associação Mutualista e demonstra a sua capacidade para continuar a suportar um crescimento sustentado e equilibrado.

Resultados

Ainda que a turbulência nos mercados financeiros tenha influenciado a actividade, a Associação Mutualista alcançou o Resultado Líquido de 9,4 milhões de Euros, no ano de 2008. Foi reconhecida imparidade na carteira de títulos, decorrente da aplicação dos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos pelas IFRS, no montante de 18,8 milhões de Euros (que corresponde a 0,89% do valor dos Fundos Permanentes). A desvalorização ocorrida na Carteira de Negociação e na Carteira de Activos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Resultados, no valor de 4,9 milhões de Euros, determinou um acréscimo de Custos e Perdas Financeiras.

Realça-se, ainda, o reforço das provisões matemáticas no montante de 17,2 milhões de Euros, devido à aplicação da taxa técnica de 3,75%, que se considera mais ajustada à realidade actual (em 2007 tinha sido de 4,25%).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

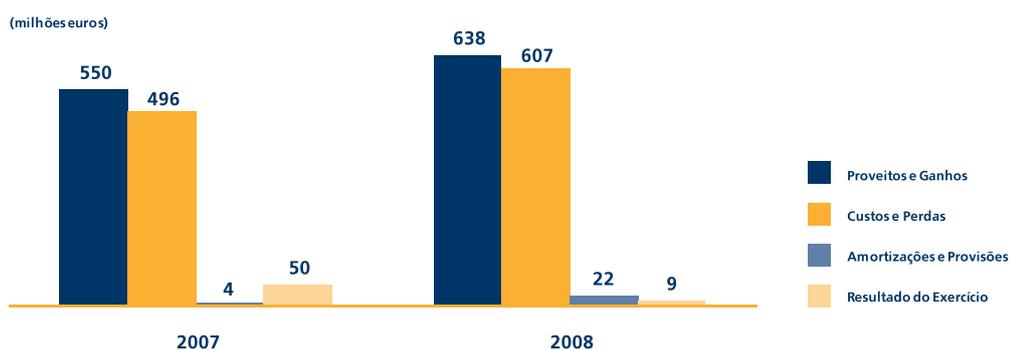
(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007 (a)	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. PROVEITOS E GANHOS				
Proveitos Inerentes a Associados	437 944	515 600	77 655	17,7
Proveitos Suplementares	8	6	-2	-25,0
Comparticipações e Subsídios à Exploração	20 252	25 632	5 380	26,6
Proveitos e Ganhos Financeiros	82 416	89 771	7 356	8,9
Proveitos e Ganhos Extraordinários	9 721	7 328	-2 392	-24,6
TOTAL	550 341	638 337	87 996	16,0
2. CUSTOS E PERDAS				
Custos Inerentes a Associados	477 815	582 246	104 431	21,9
Fornecimentos e Serviços Externos	2 866	2 413	-453	-15,8
Custos com o Pessoal	6 788	6 976	188	2,8
Outros Custos Operacionais	1 025	749	-276	-27,0
Custos e Perdas Financeiras	5 614	11 897	6 284	111,9
Custos e Perdas Extraordinárias	1 857	2 842	984	53,0
TOTAL	495 965	607 123	111 158	22,4
3. MEIOS LIBERTOS	54 376	31 215	-23 161	-42,6
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO	2 830	2 944	114	4,0
5. AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INV. FINANCEIROS	1 376	18 880	17 504	
6. RESULTADO DO EXERCÍCIO (3-4-5)	50 169	9 390	-40 779	-81,3

(a) Valores ajustados em consequência da adopção das IAS. Recorde-se que o resultado efectivamente observado em 2007 foi de 41 404 milhares de Euros.

Como factores que influenciaram positivamente os Resultados, referem-se o acréscimo de Resultados transferidos da Caixa Económica, no montante de 5,4 milhões de Euros (+26,6%), a melhoria significativa dos Proveitos Financeiros, sobretudo, na componente de juros obtidos de depósitos bancários e de títulos de crédito, e a contenção dos Custos Administrativos.

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS



4.5.6. PROPOSTAS

4.5.6.1. Proposta de Aplicação dos Resultados e de Recurso aos Excedentes Técnicos e ao Fundo de Reserva Geral

Considerando os Resultados do Exercício, constituídos pelos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas e Outros Fundos e também pelo rendimento do Fundo de Reserva Geral, no valor de 9 390 315,19 Euros;

Considerando a determinação legal e estatutária de algumas Modalidades recorrerem aos Excedentes Técnicos do seu Fundo Permanente para cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível, no valor de 3 278 762,06 Euros;

Considerando a determinação legal e estatutária da Modalidade Garantia de Pagamento de Encargos – 1988 recorrer ao Excedente Técnico do seu Fundo Próprio para cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível, no valor de 5 041 892,08 Euros;

Considerando a determinação legal e estatutária de recorrer ao Fundo de Reserva Geral para complementar a cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, em virtude do esgotamento dos Excedentes Técnicos dos seus Fundos Permanentes, no valor de 13 051 832,07 Euros;

Fundo Permanente da Respectiva Modalidade

(Euros)

– Excedentes Técnicos	
(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 200 666,40
Pensões de Capitais de Reforma – (Tx técnica – 6%)	1 771,33
(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura parcial do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)	
Pensões de Reforma – (Tx técnica – 6%)	131 150,34
Pensões de Reforma – (Tx técnica – 4%)	1 945 173,99
Subtotal	3 278 762,06

Fundo Próprio da Respectiva Modalidade

– Excedentes Técnicos	
(O existente nos respectivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível da modalidade)	
Garantia de Pagamento de Encargos – 1988	5 041 892,08
Subtotal	5 041 892,08

Fundo de Reserva Geral:

(Euros)

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo Fundo Disponível)

Rendas Vitalícias – (Tx técnica – 6%)	11 391,81
Pensões de Reforma – (Tx técnica – 6%)	9 530 205,24
Pensões de Reforma – (Tx técnica – 4%)	1 286 703,11
Pensões de Reforma – (Tx técnica – 4% TV 88/90)	1 850 142,59
Pensões de Capitais de Reforma – (Tx técnica – 4%)	373 389,32

Subtotal	13 051 832,07
TOTAL (1)	21 372 486,21

Considerando que, assim, fica disponível para aplicação o somatório dos Resultados do Exercício da Associação Mutualista do ano de 2008, com o Recurso aos Excedentes Técnicos dos Fundos Permanentes, e Fundos Próprios e ao Fundo de Reserva Geral, que se cifra em 30 762 801,40 Euros.

Propõe-se para:

Saldo dos Fundos Disponíveis e Rendimento do Fundo de Reserva Geral Adicionados do Recurso aos Excedentes Técnicos e ao Fundo de Reserva Geral

Que lhe seja dada a aplicação constante dos quadros seguintes:

Para o Fundo de Reserva Geral:

(Euros)

– Rendimento do Fundo, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 56.º dos Estatutos:	1 467 947,69
– Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (5% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das respectivas modalidades mutualistas):	
Modalidades Individuais	
Capitais de Previdência – 4%	59 390,59
Capitais de Previdência – 3%	40,39
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	105 809,62
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	11 509,38
Capitais de Previdência a Prazo	1 784,84
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	9,05
Capitais para Jovens – 4%	27 604,09
Capitais para Jovens – 3%	665,95
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	54,71
Capital Temporário de Invalidez – 4%	1 558,31
Capital Temporário de Invalidez – 3%	6,39
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	348,54
Capitais para Estudos	2 679,82
Subsídio por Morte	3 304,67
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	69,20
Pensões de Reforma – 3%	60,80
Pensões para Deficientes	847,96
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	11 114,45
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	12 129,47
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4% (TV 88/90)	1 151,82
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	47,08
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	595,22
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	96,49
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	7,20
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	1 245,52

Pensões de Reforma – Estatuto 1922	61,45		
Capitais de Reforma	680 016,77		
Capitais de Garantia	5 433,47		
Poupança Reforma	35 504,13		
Capitais de Reforma de Prazo Certo	32 526,22		
Garantia de Pagamento de Encargos (Estatutos de 1983)	64,37		
Garantia de Pagamento de Encargos I	93 369,44		
Garantia de Pagamento de Encargos II	820,16		
Rendas Certas de Modalidades Colectivas – 4%	15,97		
Rendas Certas de Modalidades Colectivas – 3%	1,07		
Pensões de Modalidades Colectivas – 3%	10,05		
Quotas para Invalidez – Modalidades Colectivas	46,22		
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	37,98		
Rendas de Sobrevivência	1 624,91		
Modalidades Colectivas	1 977,53		
Rendas Vitalícias – 6%	4 502,08		
Rendas Vitalícias – 3%	2 948,78	1 101 092,16	
Fundos Diversos			
Fundo Bolsas de Estudos	1 904,30		
Fundo de Serviços Clínicos Montepio Egitanense	1 055,18	2 959,48	2 571 999,33

Para os Fundos Permanentes das Respectivas Modalidades:

(Euros)

– (Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)

– Excedentes Técnicos:

Capitais de Previdência – 4%	1 016 886,94		
Capitais de Previdência – 3%	767,42		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	1 675 780,25		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	218 678,27		
Capitais de Previdência a Prazo	33 912,02		
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	171,90		
Capitais para Jovens – 4%	412 943,49		
Capitais para Jovens – 3%	12 653,12		
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	1 039,39		
Capital Temporário de Invalidez – 4%	29 607,82		
Capital Temporário de Invalidez – 3%	121,41		
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	6 622,27		
Capitais para Estudos	50 916,58		
Subsídio por Morte	62 788,65		
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	1 314,83		
Pensões de Reforma – 3%	1 155,11		
Pensões para Deficientes	16 111,18		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	203 934,83		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	225 827,23		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4% (TV 88/90)	19 210,26		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	894,42		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	10 534,00		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	1 750,11		
Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	126,65		
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	23 664,97		
Pensões de Reforma – Estatuto 1922	1 167,57		
Garantia de Pagamento de Encargos (Estatutos de 1983)	1 223,07		
Rendas Certas Modalidades Colectivas – 4%	303,34		
Rendas Certas Modalidades Colectivas – 3%	20,38		
Pensões de Modalidades Colectivas – 3%	190,94		
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	721,59		
Rendas de Sobrevivência	30 873,27		
Rendas Vitalícias – 6%	85 539,44		
Rendas Vitalícias – 3%	56 026,72	4 203 479,44	

Para os Fundos Próprios das Respectivas Modalidades e Outros Fundos:

(Euros)

(Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)			
– Modalidades de Capitalização			
Modalidades Individuais			
Capitais de Reforma	10 612 520,38		
Capitais de Garantia	103 235,97		
Poupança Reforma	674 578,51		
Capitais de Reforma de Prazo Certo	617 998,21		
Quota para Invalidez – Modalidades Colectivas	878,10		
Modalidades Colectivas	37 573,04	12 046 784,21	
– Fundo de Solidariedade Associativa		5 818 606,48	
– Fundo de Administração		75 394,02	
– Fundo de Serviços Clínicos Montepio Egitanense		20 048,45	
– Fundo Bolsas de Estudo		36 181,74	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos I		1 774 019,29	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos II		15 583,00	19 786 617,19

Para a Reserva de Estabilização e Fundo de Reserva Geral:

(Dotação proveniente do proveito extraordinário obtido com a venda da posição na Caixa Económica de Cabo Verde)			
– Reserva para Estabilização de Resultados (Capitais de Reforma)	2 307 798,35		
– Fundo de Reserva Geral	1 892 907,09	4 200 705,44	
TOTAL (2)		30 762 801,40	
TOTAL (3) = TOTAL (2) - TOTAL (1)		9 390 315,19	

4.5.6.2. Proposta de Reposição no Fundo de Reserva Geral dos Valores Utilizados para Completar os Fundos Disponíveis

Dando cumprimento ao n.º 3 do Artigo 56.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, deve a Modalidade Rendas Vitalícias – 6%, ressarcir o Fundo de Reserva Geral pelo montante utilizado, em anos anteriores, para completar o seu Fundo Disponível (n.º 3 do Artigo 64.º dos Estatutos).

Propõe-se que seja efectuada a reposição dos seguintes valores:

	(Euros)
Rendas Vitalícias – 6%	85 539,44

4.5.6.3. Proposta de Atribuição de Melhorias de Benefícios

Propõe-se que sejam atribuídas Melhorias de Benefícios (sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de Dezembro de 2008), às seguintes modalidades:

– Modalidades com Taxa Técnica de 6%	0,0%
– Modalidades com Taxa Técnica de 4%	0,5%
– Modalidades com Taxa Técnica de 3%	1%

(Dotação nos termos do Artigo 18.º dos Estatutos e 53.º do Código das Associações Mutualistas)

– Modalidades com Taxa Técnica de 4%	
Capitais de Previdência	177 590,46
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	552 136,37
Capitais de Previdência a Prazo	9 029,86
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	85,00
Capitais para Jovens	186 905,76
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	5,57
Capital Temporário de Invalidez	266,04
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	263,41
Capitais para Estudos	26 964,67
Subsídio por Morte	8 408,95
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	84,41
Pensões para Deficientes	2 116,67
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	355,42
Rendas de Sobrevivência	2 769,80
– Modalidades com Taxa Técnica de 3%	
Capitais de Previdência	8,52
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	32 370,72
Capitais p/ Jovens	4 416,05
Pensão de Reforma	1 155,11
Pensões de Capitais de Reforma	23 664,97
Capitais Temporários Invalidez	2,07
TOTAL	1 028 599,79

A Modalidade Adicional de Invalidez (taxa técnica de 4% e 6%), pelo facto da sua modalidade âncora (Pensões de Reforma) apresentar Fundo Disponível negativo, e as restantes Modalidades, que, também, apresentaram Fundo Disponível negativo, não beneficiam da atribuição de Melhorias.

4.5.6.4. Proposta de Aplicação de Excedentes Técnicos de Rendas Vitalícias

Considerando o volume dos excedentes técnicos existentes no Fundo das Rendas Vitalícias 3% e o n.º 6 do Artigo 64.º dos Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista, propõe-se que as rendas constituídas até 31 de Dezembro de 2007 sejam actualizadas em 1,0% (17 412,91 Euros).

4.5.6.5. Proposta de Atribuição de Complemento de Resultados às Modalidades de Capitalização

Considerando o rendimento anual gerado pelos Capitais de Reforma, Poupança Reforma e Modalidades Colectivas e que, após a cobertura das respectivas taxas mínimas garantidas, se traduzem nos valores das dotações para os Fundos Próprios, conforme referido anteriormente, propõe-se a atribuição da seguinte taxa de complemento de resultados:

	Complemento
– Poupança Reforma	0,500%
– Capitais de Reforma (*)	0,500%
– Modalidades Colectivas	0,500%

(*) Às subscrições de Capitais de Reforma efectuadas entre 1 de Março de 1990 e 31 de Agosto de 1992, não foi atribuído complemento de resultados, tendo sido, no entanto assegurado um rendimento anual garantido de 5,5% (até 28 de Fevereiro de 2009).

4.5.6.6. Proposta de Transferencia para o Fundo de Reserva Geral dos Valores Acumulados em Excedentes Técnicos

Por encerramento da modalidade Pensões de Reforma – Estatutos 1922, durante o exercício de 2008, devem os valores acumulados nos respectivos Excedentes Técnicos ser transferidos para o Fundo de Reserva Geral.

Assim, propõe-se que seja efectuada a transferência do seguinte valor:

	(Euros)
– Para o Fundo de Reserva Geral	
Pensões de Reforma – Estatutos de 1922	1 167,57

4.5.6.7. Proposta de Aplicação dos Resultados Transitados

Considerando os Resultados Transitados, resultantes dos ajustamentos efectuados no âmbito da aplicação das novas regras contabilísticas (IFRS), no valor de 45 272 648,74 euros;

Propõe-se que lhe seja dada a seguinte aplicação, de acordo com a estrutura de segregação das várias carteiras:

	(Euros)
– Fundo de Reserva Geral	7 098 963,25
– Excedentes Técnicos	10 912 941,35
Pensões de Sobrevivência e Dotes	423 921,96
Capitais de Previdência – 4%	647 129,32
Capitais de Previdência – 3%	189,99
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	2 933 816,25
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	147 806,29
Capitais de Previdência a Prazo	85 781,73
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	671,97
Capitais para Jovens – 4%	563 767,44
Capitais para Jovens – 3%	38 381,81
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	39,20
Capital Temporário de Invalidez – 4%	7 325,11
Capital Temporário de Invalidez – 3%	7,55
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	2 256,78
Capitais para Estudos	178 368,27
Subsídio por Morte	62 480,44
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	924,46
Pensões de Reforma – 6%	3 816 873,89
Pensões de Reforma – 4%	565 541,49
Pensões de Reforma – 3%	7 864,88
Pensões para Deficientes	16 291,14
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	75 990,77
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	294 454,27
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	55 039,94
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4% (TV 88/90)	31 772,63
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	942,40
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	8 135,48
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	988,13
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	121,60
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	1 349,12
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	156 362,49
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	100 083,90
Capitais de Garantia	17 461,00
Rendas Certas de Modalidades Colectivas – 4%	201,01
Rendas Certas de Modalidades Colectivas – 3%	638,17
Pensões de Modalidades Colectivas – 3%	3 273,41
Quotas para Invalidez – Modalidades Colectivas	495,56
Rendas Vitalícias – 6%	104 415,79
Rendas Vitalícias – 4%	482 840,11
Rendas Vitalícias – 3%	58 974,94
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	3 807,71
Rendas de Sobrevivência	16 152,95

– Reserva para Estabilização de Resultados:	
De Capitais de Reforma a Prazo Certo	75 487,71
De Capitais de Reforma	24 845 630,16
De Poupança Reforma	867 136,81
– Fundo de Solidariedade Associativa	420 316,39
– Fundo de Serviços Clínicos Montepio Egitanense	11 753,75
– Fundo Bolsas de Estudo	23 507,49
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos (estatutos 1988)	1 011 760,52
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos I	5 100,35
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos II	50,95
TOTAL	45 272 648,74

4.5.6.8. Proposta de Aplicação do Rendimento a Transferir da Caixa Económica

Considerando o valor do rendimento a transferir da Caixa Económica, propõe-se que, de acordo com o Artigo 62.º dos Estatutos, lhe seja dada a seguinte aplicação:

	(Euros)
Para o Fundo de Solidariedade Associativa	125 000,00
Para os Fundos Disponíveis, Fundo de Administração e Reserva Geral	11 147 000,00
TOTAL	11 272 000,00

4.5.6.9. Proposta de Aumento da Participação Financeira Institucional na Caixa Económica

Considerando que continua a ser indispensável proceder ao reforço do Capital Institucional da Caixa Económica, de forma a reforçar os seus níveis de solvabilidade e assegurar condições para o desenvolvimento sustentado do Grupo Montepio, prosseguindo a estratégia de criação de valor para os Associados, e tendo em conta que a Associação Mutualista disporá de fundos para este fim, o Conselho de Administração, após deliberação do Conselho Geral, propõe:

- efectuar uma dotação à Caixa Económica no montante de 100 milhões de Euros, para aumento do seu Capital Institucional.

4.5.6.10. Proposta de Dotação para a Fundação Montepio Geral

A fim de permitir à Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, dar satisfação aos seus fins estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 800 000,00 euros.



Caixa Económica
Montepio Geral
– Base Individual





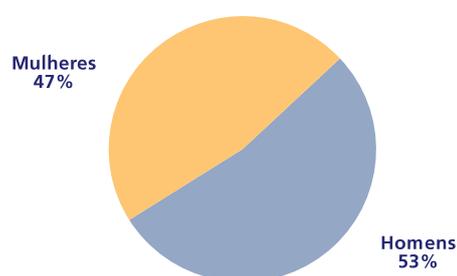
4.6. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL – BASE INDIVIDUAL

4.6.1. RECURSOS HUMANOS

O exercício de 2008 fechou com um quadro de 2 972 trabalhadores (53% do sexo masculino e 47% do sexo feminino), representando uma redução face a 2007, não obstante o aumento da rede de balcões, o que resultou numa diminuição do indicador do número médio de trabalhadores por balcão, de 10 para 9,3.

QUADRO DE PESSOAL	2007	2008	Variação	
	N.º	N.º	Valor	%
Quadro Total	2 989	2 972	-17	-0,6
Homens	1 630	1 589	-41	-2,5
Mulheres	1 359	1 383	24	1,8
N.º Balcões	300	320	20	6,7
Quadro Total / N.º Balcões	10,0	9,3		

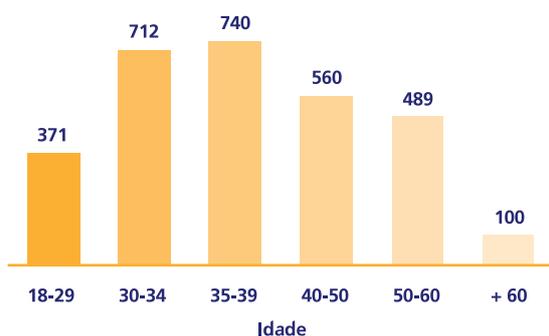
QUADRO DE PESSOAL POR GÉNERO (2008)



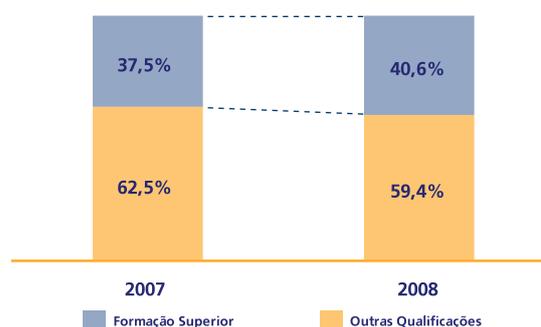
Estes números reflectem o resultado da política que tem vindo a ser seguida de optimização dos recursos, baseada numa avaliação muito criteriosa das necessidades de admissão, no aumento da mobilidade, na melhor adequação das competências e na sua utilização mais eficiente. Neste âmbito, destaca-se o projecto de reestruturação e reorganização dos serviços centrais, suportado em programas específicos de gestão da mobilidade, geográfica e funcional, os quais incluíram acções de formação específicas.

Em paralelo, prosseguiu a política de rejuvenescimento do quadro de pessoal e de melhoria das suas aptidões, traduzida numa redução da média etária, que se situou em 39,4 anos, em 2008, e no aumento, muito significativo, do número de trabalhadores com habilitações superiores, que passou a representar 40,6% do quadro, em 2008, face a 37,5% no ano anterior.

QUADRO DE PESSOAL POR ESTRUTURA ETÁRIA (2008)



QUALIFICAÇÕES DO QUADRO DE PESSOAL



Continuou a privilegiar-se a admissão de jovens licenciados, os quais frequentaram o Programa de Acolhimento e Integração, visando a transmissão da estratégia e dos valores institucionais e contribuindo para a identificação do potencial e o desenvolvimento de carreiras.

Com o objectivo de melhorar as competências dos Recursos Humanos efectuou-se um levantamento exaustivo de necessidades de formação que, em articulação com outros instrumentos de gestão e as necessidades estratégicas do Montepio, permitiu elaborar o Plano de Formação e Desenvolvimento.

Em linha com as orientações estratégicas definidas, realizaram-se programas de formação específicos e estruturantes, orientados para a diversificação dos segmentos de mercado e para o reforço da diferenciação do Montepio por via do mutualismo, com destaque para a formação dos quadros que assumiram as novas funções de Gestores de Clientes *Premium* e Gestores de Negócios.

Tendo por base um novo modelo de objectivos comerciais e de incentivos, prosseguiu-se o desenvolvimento de políticas de remuneração adequadas ao cumprimento das metas estabelecidas em sede de orçamento de negócio. Continuou a aperfeiçoar-se o Sistema de Gestão de Desempenho, tendo sido introduzida a componente de objectivos para todos os órgãos internos, de modo a aumentar a articulação do sistema de avaliação do desempenho profissional e de reconhecimento do mérito com o grau de cumprimento dos objectivos estratégicos.

4.6.2. Canais de Distribuição

Os canais de distribuição do Montepio englobavam, em 31 de Dezembro 2008, uma rede física de 320 balcões, localizados em Portugal continental e ilhas, uma rede de canais electrónicos complementares, e 6 Escritórios de Representação junto de comunidades de portugueses residentes no estrangeiro.

Rede de Balcões

Dando continuidade ao projecto de expansão sustentada da rede doméstica, reiniciado no final de 2007, o Montepio procedeu à abertura de 21 novos balcões durante 2008. Este projecto de expansão sustentada da rede tem-se baseado na criteriosa análise da viabilidade dos investimentos, escolha dos locais e monitorização da execução dos planos de negócio que lhe estão associados, de modo a garantir uma rápida recuperação dos investimentos. Nesse sentido, o Montepio desenvolveu competências recorrendo a técnicas de *geomarketing*, possibilitando o estudo pormenorizado do potencial dos mercados locais, quer ao nível dos segmentos de particulares, quer nos segmentos estratégicos de empresas. Recorrendo a diversas fontes de informação e parceiros especializados, o Montepio tem hoje meios que permitem definir pormenorizadamente o potencial de negócio local, bem como o desempenho comparativo de mercado, importantes ferramentas de gestão de apoio à rede na elaboração do orçamento comercial e para o acompanhamento da sua execução. O plano de negócio elaborado para cada novo balcão estima a recuperação do investimento exigente e tem em consideração as características individuais de cada mercado, a adopção de uma estratégia de diversificação da actividade e a entrada ou reforço do posicionamento da marca Montepio nesses mercados, de forma rápida e eficaz.

As técnicas de Geomarketing



Acrescentando a dimensão geográfica às metodologias analíticas já utilizadas, apoiadas num Sistema de Informação Geográfico, tem sido possível realizar um trabalho mais preciso, conducente a ganhos que se traduziram no apoio a quem está «no terreno», sem perder de vista a análise estratégica. A utilização desta técnica tem permitido por cada Balcão, ou, em qualquer «polígono» geográfico que se pretenda analisar, identificar o potencial de negócio e classificar a atractividade do Montepio. Todos estes inputs concorrem para a definição de estratégias comerciais, sendo disso exemplos, o orçamento de negócio e o estudo de pormenor de localização de novos balcões.



Rede de Distribuição Física em Dez. 2007		300
Balcões abertos em 2008		21
Lisboa	Lisboa - Colúmbares	Jan-08
Santarém	Santarém - Camelas	Jan-08
Lisboa	Lisboa - Praça Londres	Jan-08
Lisboa	Marcosim - Rua Direita	Jan-08
Sezibel	Almada-Feijó	Feb-08
Porto	Porto - Carga Negra	Feb-08
Áveiro	Áveiro - Farda Vouga	Feb-08
Sezibel	Santiago do Cacém	Mar-08
Coimbra	Coimbra - S. M. do Bispo	Mar-08
Castelo Branco	Castelo Branco - R. Europa	Mar-08
Lisboa	Sobral Monte Agraço	Abr-08
Coimbra	Coimbra - Solim	Mai-08
Porto	Paredes Lordelo	Mai-08
Faro	Arraio de Pêra	Jun-08
Lisboa	Infanteado	Jul-08
Lisboa	Margate do Pombal	Jul-08
Lisboa	Bobadela	Set-08
Braga	Guimarães - Conde Margarida	Out-08
Sezibel	Cacilhas	Dez-08
Lisboa	Odivelas - Colinas do Cruzeiro	Dez-08
Lisboa	Lisboa - Entrecampos	Dez-08
Balcões fechados em 2008		1
Lisboa	Cascais Vila	Feb-08
Rede de Distribuição em Dez. 2008		320

Os novos balcões apresentam uma inovadora arquitectura de interiores, com o objectivo de tornar o atendimento dos Associados e Clientes mais funcional e acolhedor. Na rede física de balcões, o Montepio conta com serviços especializados de atendimento, quer para os segmentos de Particulares, quer para os segmentos de Empresas, nomeadamente Pequenos Negócios, Micro Empresas e PME, proporcionados pelos Gestores de Clientes *Premium* e pelos Gestores de Negócios, dando corpo ao modelo de segmentação estratégica da base de Clientes. Desta segmentação resultaram a definição de estratégias específicas que se materializaram em objectivos concretos a atingir dentro da dimensão «Cliente». Em 2008, o número de Clientes activos cresceu 2,3% no segmento de Particulares, e 15,9% no segmento Empresas. Segundo dados do estudo BASEF-Marktest, o número de Clientes Particulares que se relacionam com o Montepio como principal Banco, cresceu 12,5% em 2008.

A Nova Arquitectura de Interiores de Balcões



Espaços amplos e funcionais, que propiciam uma melhoria na qualidade do atendimento, com um zonamento adequado ao atendimento directo e ao atendimento personalizado. As cores e os materiais aplicados motivam o acolhimento e o relacionamento interpessoal, indo ao encontro da identidade corporativa do Montepio assente na promoção do associativismo, da transparência e do relacionamento de confiança.

Canais Electrónicos e à Distância

Os Canais Complementares para o segmento de Particulares (Net24, Phone24, Netmóvel24 e SMS24) continuaram a registar um crescimento assinalável, em termos de aderentes ao serviço multicanal. Atingiu-se, em Dezembro de 2008, o número de 486 mil aderentes, o que representa um crescimento de 14%, face ao ano anterior. Idêntico crescimento observou-se nos canais dedicados às empresas (Montepio24 Empresas), onde se registou um incremento de 37%.

O Montepio continuou a obter crescimentos no domínio do *self banking* e dos pagamentos electrónicos, com a quota de mercado de Banco de Apoio na rede Multibanco, a evoluir de 5,81%, em 2007, para 6,00%, em 2008, correspondendo a um parque de 803 Caixas Automáticas. A rede própria de terminais Chave24 é representada por um total de 295 máquinas, em que se incluem máquinas universais *cash*, máquinas de dispensação e depósito inteligente de cheques, e actualizadoras de cadernetas.

No âmbito do Serviço de Terminais de Pagamento Automático verificou-se um aumento da quota de mercado no número de TPA (Terminais de Pagamento Automático) do Montepio instalados na rede SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços), de 5,26%, em 2007, para 5,39%, em 2008.

A actividade dos canais, telefónico, *internet*, *mobile banking* e *self-service*, tem sido fundamental no incremento da eficiência da distribuição e do serviço prestado aos Clientes. O peso das operações migradas para os canais complementares atingiu os 70,5%, em termos de número total de operações processadas.

O sítio público de *internet* do Montepio (www.montepio.pt) continua a registar um aumento significativo no número de acessos, atingindo uma média mensal de 1,5 milhão de visitas e 21,2 milhões de páginas visualizadas.

4.6.3. Gestão do Negócio

No contexto de instabilidade descrito, o Montepio, dando corpo ao seu posicionamento enquanto Banco de Retalho de cariz aforrador, apresentou, em 2008, uma taxa de crescimento dos Recursos de Clientes de Balanço de 3,7%, dos quais se destaca o aumento de 388,3 milhões de Euros na componente de médio prazo, através de Títulos Colocados em Clientes.

Contact Centre do Montepio premiado pelo terceiro ano consecutivo



O Contact Centre do Montepio foi, uma vez mais, distinguido através da atribuição de bronze nos prémios APCC. Esta iniciativa da Associação Portuguesa de Contact Centres (APCC), atribuiu uma distinção ao Montepio pelo terceiro ano consecutivo (nos anos anteriores, o Montepio havia ganho os prémios de ouro e prata).

A atribuição dos prémios APCC tem como base um sistema de avaliação permanente da qualidade dos serviços prestados e da gestão dos Contact Centers das empresas portuguesas. A metodologia aplicada na atribuição destes prémios é utilizada internacionalmente pela IZO SYSTEM, baseada na média ponderada de três elementos: respostas ao Benchmarking Contact Center Portugal para as questões operacionais, «chamadas mistério» para avaliar o atendimento e atitude dos assistentes e inquéritos ao público para obter a percepção do mercado.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO NEGÓCIO COM CLIENTES

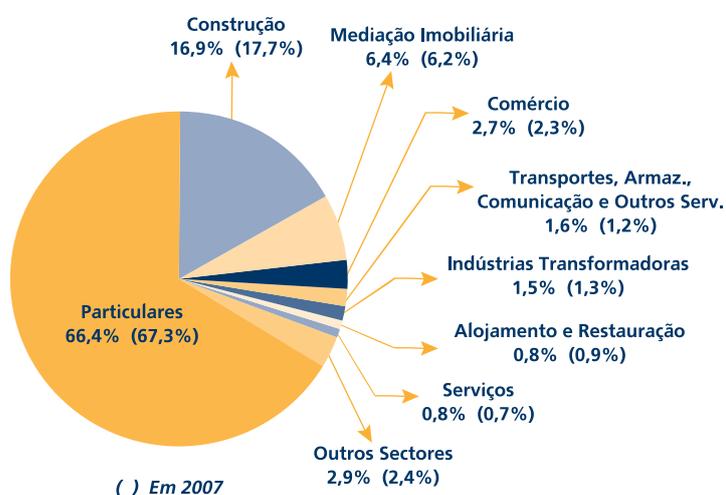
(milhares de euros)

VARIÁVEIS DE NEGÓCIO	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total do Crédito a Clientes	14 263 420		14 949 067		685 647	4,8
do qual:						
Crédito Hipotecário	10 638 864	74,6	10 667 830	71,4	28 966	0,3
Total de Recursos de Clientes	9 241 990		9 581 706		339 716	3,7
dos quais:						
Depósitos de Particulares e Pequenos Negócios	6 532 947	70,7	6 779 922	70,8	246 975	3,8
Títulos Colocados em Clientes	884 026	9,6	1 272 343	13,3	388 317	43,9

Crédito a Clientes

A progressão do Crédito a Clientes registou uma taxa de variação anual de 4,8%, em linha com o objectivo estratégico de diversificação da actividade e optimização da gestão de riscos. A política seguida de diversificação do negócio traduziu-se, igualmente, na redução do peso do Crédito Hipotecário no total da Carteira de Crédito, de 74,6%, em 2007, para 71,4%, em 2008, bem como na evolução da sua distribuição sectorial, com o aumento da expressão dos sectores do Comércio, Transportes, Armazenagem e Comunicação e Alugueres e Serviços Prestados a Empresas e Indústrias Transformadoras.

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO EM 2008



Banca de Particulares e Pequenos Negócios

A política de diversificação da carteira de crédito resultou na diminuição da exposição ao Crédito à Habitação nos segmentos de Particulares.

CRÉDITO CONCEDIDO A PARTICULARES E PEQUENOS NEGÓCIOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Particulares e Pequenos Negócios				
Total da Carteira de Crédito	9 843 681	10 184 455	340 774	3,5
Particulares	9 599 376	9 934 383	335 007	3,5
do qual:				
Habitação	8 373 635	8 420 974	47 339	0,6
Individual	341 895	374 945	33 050	9,7
Pequenos Negócios	244 305	250 072	5 767	2,4
Por Memória:				
Garantias e Avals	21 190	20 428	-762	-3,6

Assim, a carteira de Crédito à Habitação cresceu 47,3 milhões de Euros, em 2008, para uma evolução global do Segmento de Particulares de 335,0 milhões de Euros.

A carteira de Crédito Individual cresceu 9,7%, em 2008, resultado de várias acções com o intuito de promover este tipo de financiamento para um conjunto seleccionado de Clientes com níveis de risco adequados.

Quanto aos Cartões de Crédito, foi lançado, em Outubro de 2008, o programa de fidelização associado ao cartão Mega, denominado «Super Vantagens». No total do ano, a carteira dos Cartões de Crédito cresceu 14,4%.

O Crédito ao Segmento de Pequenos Negócios cresceu 2,4%, impulsionado pela evolução da carteira de crédito a Comerciantes e Profissionais Liberais, que aumentou 6,1% no ano. Para tal, contribuiu a criação da função de Gestor de Negócios que, complementarmente à rede de balcões, permitiu reforçar o envolvimento e a fidelização dos Clientes destes segmentos.

A captação de novos Clientes assumiu, igualmente, um papel importante na estratégia definida para esse segmento. Destaca-se, para o efeito, a acção promocional de captação, dirigida a Micro Empresas, centrada no novo produto específico para gestão de tesouraria, Montepio Gestão Activa, associada ao Serviço de TPA (Terminal de Pagamento Automático), fundamental para a captação e fidelização dos Clientes do segmento de Pequenos Negócios.

Banca de Empresas

Durante 2008, o Montepio reforçou a aposta nos Segmentos de Empresas, especificamente na vertente das PME.

CRÉDITO A EMPRESAS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Empresas				
Total da Carteira de Crédito	4 352 627	4 692 674	340 047	7,8
do qual:				
Construção	2 168 128	2 154 768	-13 360	-0,6
Investimento	1 078 584	1 248 346	169 762	15,7
Rácio CJV	2,7%	3,2%	0,5 p.p.	
Por Memória:				
Garantias e Avais	319 818	383 993	64 175	20,1

O Total da Carteira de Crédito ao Segmento de Empresas cresceu assim 7,8% em 2008, realçando a evolução de 15,7% no Crédito ao Investimento, que contrasta com a retracção de 0,6% do Crédito às Empresas de Construção, em linha com a estratégia de diversificação.

A dinâmica do Crédito ao Investimento foi impulsionada pelo estabelecimento de protocolos ao nível estatal. Destacaram-se, nesse âmbito, os instrumentos financeiros de apoio do QREN, os protocolos SIDER, para apoio à actividade empresarial na Região Autónoma dos Açores, os programas PME Invest I e II, direccionado para os investimentos no Continente, e o programa PME Madeira, os quais disponibilizam crédito com taxas de juro bonificadas pelo Estado.

Na oferta às Empresas salientam-se as Operações de Estrangeiro, que aumentaram 73,4 milhões de Euros, em 2008, com particular evidência para os Créditos Documentários à Importação, os Descontos sobre o Estrangeiro e as Garantias.

OPERAÇÕES DE ESTRANGEIRO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Operações Documentárias	101 506	174 934	73 428	72,3
Remessa Doc. de Exportação	6 574	10 337	3 763	57,2
Remessa Doc. de Importação	17 075	17 140	65	0,4
Créditos Documentários à Exportação	17 529	8 471	-9 058	-51,7
Créditos Documentários à Importação	19 272	39 226	19 954	103,5
Financiamentos em Moeda Estrangeira	3 063	1 464	-1 599	-52,2
Descontos sobre o Estrangeiro	33 971	69 587	35 616	104,8
Garantias	4 022	28 709	24 687	613,8

Desenvolveu-se, também, a oferta da carteira de Derivados Financeiros destinados à cobertura de riscos nas empresas, nomeadamente, de taxa de juro e taxa de câmbio, através seguintes produtos: *Forward Rate Agreement* (FRA), *Interest Rate Swap* (IRS), Opções de Taxa de Juro (CAP, FLOOR, COLLAR), *Forward Cambial*, *Swap Cambial* e Opções Cambiais (CALL, PUT e CILINDRO).

Crédito Especializado

Ainda na área de crédito foi dada particular relevância ao crédito especializado (*Renting*, *Leasing* mobiliário e imobiliário, e *Factura Ok – Desconto de Facturas*), produtos fundamentais na actividade empresarial, tendo sido realizadas acções específicas para a dinamização da oferta destas linhas de crédito.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Leasing	98 677	171 181	72 504	73,5
Auto	14 830	24 093	9 263	62,5
Equipamento	27 456	48 845	21 389	77,9
Imobiliário	56 391	98 243	41 852	74,2
Factura Ok – Desconto de Facturas	14 799	54 242	39 443	266,5
Renting	740	1 988	1 248	168,6
TOTAL	114 216	227 411	113 195	99,1

O crédito especializado aumentou 113,2 milhões de Euros, em 2008, destacando-se o acréscimo de 72,5 milhões de Euros das operações de Leasing e os 39,4 milhões de Euros do desconto de facturas.

Recursos de Intermediação de Clientes

O Montepio dispõe de uma oferta variada de produtos destinados à captação de poupanças para vários perfis de Clientes e Associados (dos mais conservadores aos mais dinâmicos, incluindo Seniores, Não Residentes e Clientes *Affluent* e *Mass-Affluent*). Num contexto de adversidade, a prioridade da oferta foi para as aplicações financeiras de baixo risco, preferencialmente com garantia de capital, e para poupanças estáveis de curto/médio prazo, sob a forma de depósitos a prazo e obrigações de caixa.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Depósitos de Particulares e Pequenos Negócios	6 532 947	6 779 922	246 975	3,8
Particulares	5 434 853	5 609 789	174 936	3,2
Comerciantes e Prof. Liberais	47 644	52 828	5 184	10,9
Instituições sem Fins Lucrativos	1 050 450	1 117 305	66 855	6,4
Depósitos de Empresas	1 175 849	975 620	-200 229	-17,0
Depósitos de Outros Segmentos	649 168	553 821	-95 347	-14,7
Títulos colocados em Clientes	884 026	1 272 343	388 317	43,9
TOTAL	9 241 990	9 581 706	339 716	3,7

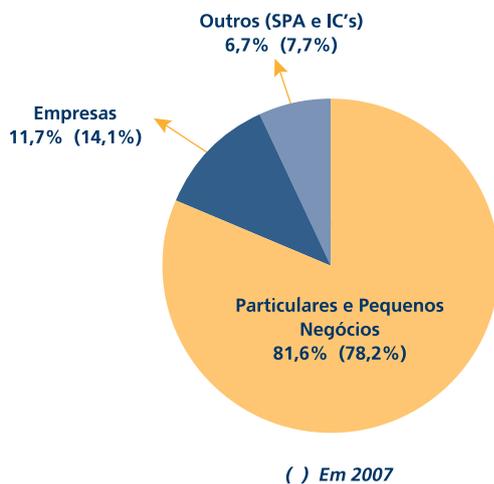
Os Depósitos do Segmento de Particulares e Pequenos Negócios cresceram 3,8%, em 2008, tendo ganho expressão na Estrutura da Carteira. Em contraste, os Depósitos do Segmento Empresas registaram uma queda de 200,2 milhões de Euros, compensada pelo acréscimo de 388,3 milhões de Euros dos Títulos Colocados em Clientes.

Ao longo do ano 2008, houve uma preocupação na captação de novos recursos, através da oferta de produtos exclusivos para capitais não provenientes de aplicações já existentes, como por exemplo o Montepio Mega Depósito, dirigido, essencialmente, para os segmentos *Affluent* e *Mass-Affluent*, e também produtos especialmente direccionados para Clientes sem poupanças no Montepio.

Para o segmento de Clientes *Affluent* foram disponibilizados alguns produtos específicos, como o Duplo Depósito Premium. Foi igualmente disponibilizado, no final do ano, um Depósito para aplicação de montantes elevados – Montepio Alta Remuneração.

Incentivando a utilização dos canais à distância foram disponibilizados produtos de captação de recursos exclusivos destes canais, designadamente o Montepio Dupla Vantagem On-Line, o Depósito Phone24 e o Super Depósito Net.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE DEPÓSITOS



Fundos de Investimento

Apesar de não se ter feito sentir da mesma forma que no mercado, a instabilidade verificada durante o ano de 2008 afectou a evolução da actividade dos Recursos Fora de Balanço. No que diz respeito aos Fundos de Investimento e Fundos de Pensões Abertos, a variação foi negativa em 25,9%, tendo afectado em particular a actividade dos Fundos de Investimento Mobiliário (diminuição em 43,5% nos activos sob gestão, no mesmo período em que o mercado registava uma variação negativa de 44,3% – Fonte: APFIPP)

Vocação Aforradora do Montepio



O Montepio desenvolveu uma campanha sob o conceito «Grande Poupança Montepio – A poupança feita à sua medida».

Recorrendo aos meios de comunicação nacional para os segmentos de massa, como a televisão, a rádio e a imprensa, esta campanha também contou com uma forte vertente de marketing relacional destinada, em particular, aos Clientes e potenciais Clientes não Residentes em Portugal. Neste contexto, realizou-se uma acção de Street Marketing, utilizando uma caravana de automóveis e um «Balcão Móvel» decorados com a mensagem da campanha, que passou durante o mês de Agosto pelos concelhos de Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Viseu, Guarda, Castelo Branco, entre outros, proporcionando ao Montepio uma presença junto das populações, o contacto com a marca, criando laços de maior proximidade.

Já em 2007, o Montepio desenvolvera uma campanha com contornos idênticos, cuja originalidade valeu a atribuição de Bronze na categoria de Serviços Financeiros e Seguros, nos Prémios à Eficácia, iniciativa anual promovida pela Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN) e que visa distinguir os melhores desempenhos em eficácia e retorno do investimento publicitário.



(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Fundos de Investimento Mobiliário	563 727	51,5	318 552	39,3	-245 175	-43,5
Fundos de Tesouraria	296 450	27,1	184 856	22,8	-111 594	-37,6
Fundos de Obrigações	10 799	1,0	5 746	0,7	-5 053	-46,8
Fundos de Ações	129 434	11,8	60 180	7,4	-69 254	-53,5
Fundos de Fundos	127 044	11,6	67 770	8,4	-59 274	-46,7
Fundos de Investimento Imobiliário	308 623	28,2	299 675	36,9	-8 948	-2,9
Fundos de Pensões Abertos	222 971	20,3	193 188	23,8	-29 783	-13,4
TOTAL	1 095 321	100,0	811 415	100,0	-283 906	-25,9

A campanha lançada no início do ano, relativa à oferta de Fundos de Investimento Multi Gestão para diversos perfis de risco, registou apreciável adesão por parte dos Clientes, permitindo à Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento do grupo Montepio – consolidar a sua posição no mercado, passando a figurar em Janeiro de 2008 no 6.º lugar do ranking do mercado português em volume de activos sob gestão. A sua quota de mercado cresceu de 2,19% em 2007 para 2,22% em 2008.

No que diz respeito à actividade de Planos de Poupança de médio e longo prazo, a sociedade gestora de fundos de pensões do grupo Montepio, a Futuro, SA., assinalou, no ano de 2008, o seu 20.º aniversário. Aproveitando a efeméride, reforçou a sua actividade na dinamização de oferta, incentivando os Clientes a poupar com o objectivo de precaver a reforma, desde as idades mais jovens, de modo a garantir futuros níveis de rendimento que permitam manter o seu nível de vida. Nesse sentido, foi lançada a campanha «20 anos a criar um Futuro para si», promovendo as subscrições periódicas. Com o mesmo intuito, foi lançado um novo PPR, «Geração Activa», direccionado para os Clientes com idade até aos 45 anos.

No final do ano, época em que habitualmente se promovem os produtos que oferecem benefícios fiscais, foi disponibilizado, pelo segundo ano consecutivo, o produto misto – «Montepio Mais Futuro» – combinando um Depósito de curto prazo, com uma aplicação de longo prazo num dos PPR da Futuro, à escolha do Cliente.

Prémio atribuído à Sociedade Gestora Montepio – Gestão de Activos, SGFI



A sociedade gestora de fundos de investimento do grupo Montepio – Montepio Gestão de Activos, SGFI SA, foi distinguida com o prémio Diário Económico / Morning Star, para o melhor Fundo de Investimento Nacional da categoria Accções Europa. Tal reconhecimento teve por base o desempenho de rentabilidade e risco, dentro do «peer group» do fundo, sendo que o período em análise se estende por cinco anos (apesar de o enfoque ser maioritariamente sobre o desempenho do último ano).

Soluções Mutualistas e Seguros de Capitalização

No quadro integrado de oferta de soluções de poupança para os Clientes, assumem cada vez maior importância as modalidades mutualistas com características de capitalização, que respondem às necessidades de constituição de aforro de médio e longo prazo. A reformulação da oferta, que tem vindo a ser desenvolvida pela Associação Mutualista, a par da agilização dos processos de colocação das modalidades na rede comercial, contribuiu para o bom desempenho registado em 2008, de que é exemplo o aumento de 4,0%, ou seja, mais 58,4 milhões de Euros, dos fundos das modalidades de capitalização. Para tal, contribuíram particularmente as emissões de séries de «Montepio Capital Certo», modalidades de «Capitais de Reforma» com prazos entre os 5 e os 10 anos.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Fundos das Modalidades Mutualistas de Capitalização	1 457 863	85,9	1 516 290	88,0	58 427	4,0
Seguros de Capitalização	239 889	14,1	206 102	12,0	-33 787	-14,1
TOTAL	1 697 752	100,0	1 722 392	100,0	24 640	1,5

Prémios de Seguros

A prioridade dada à diversificação do negócio baseou-se, igualmente, na oferta de produtos de seguros, procurando ser abrangente no acompanhamento de cada etapa do ciclo de vida das famílias. Ao nível dos seguros para o Segmento de Empresas, o Montepio disponibiliza uma oferta completa, envolvendo a Protecção ao Crédito, Protecção Acidentes, Protecção Multiriscos, Comércio e Construção.

(milhares de euros)

SEGUROS	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vida	34 943	71,2	38 026	71,4	3 083	8,8
Não Vida	14 108	28,8	15 240	28,6	1 132	8,0
TOTAL	49 051	100,0	53 266	100,0	4 215	8,6

Em 2008, a Carteira de Seguros disponibilizada na rede de distribuição do Montepio, teve uma variação de +8,6%, a que correspondeu um aumento dos prémios emitidos em 4,2 milhões de Euros.

4.6.4. GESTÃO DE RISCOS

Organização e Desenvolvimentos

O Montepio prossegue uma política integrada de gestão de riscos, estando organizado para dar resposta às necessidades de gestão global dos riscos de crédito, de mercado e operacional. No sentido de dar cumprimento à estratégia de diversificação da actividade, foi aprofundada a função de análise de crédito, segregando a actividade comercial originadora, da análise de risco de crédito das empresas e das operações de maior dimensão nestes segmentos.

Durante o ano de 2008, foram introduzidas alterações de estrutura no seu funcionamento, tendo sido criado um núcleo em Lisboa e outro no Porto, a par dos já existentes nos Açores e na Madeira. Foi efectuada uma afectação sectorial, e por dimensão das empresas, aos analistas, estabelecendo-se métricas comportamentais. Introduziram-se alterações metodológicas, com a implementação de modelos de limites de crédito a empresas, não financeiras e financeiras, criando-se novos modelos de relatórios de crédito, mais funcionais na perspectiva da tomada de decisão, e disponibilizados automaticamente através do sistema informático de suporte ao funcionamento dos modelos de *rating* interno de empresas. Este sistema passou a suportar informação de limites de exposição a empresas.

No exercício, foram concluídos os trabalhos de implementação dos reportes regulamentares no âmbito de Basileia II, a que se juntaram os habituais reportes de risco de taxa de juro, respondendo aos requisitos da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, assim como o reporte de *gaps* de liquidez, em novos moldes, incorporando as alterações exigidas pela entidade de supervisão. Foi igualmente assegurada a participação no exercício de *stress-testing* promovido pelo Banco de Portugal, de resposta aos requisitos da Instrução n.º 18/2007. No mesmo período, concluíram-se os trabalhos no âmbito do processo de candidatura para a adopção do método *standard* de cálculo de requisitos de capital para risco operacional.

Risco de Crédito

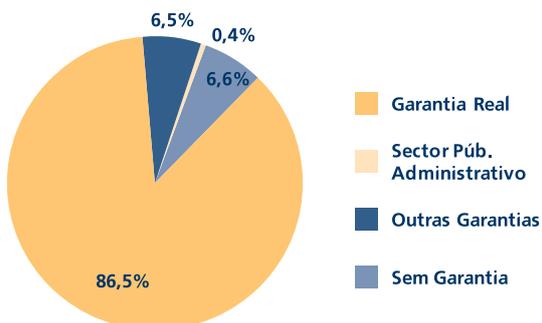
O processo de decisão de operações da carteira de crédito assenta num conjunto de políticas que têm por base modelos de *scoring* para a carteira de clientes Particulares e de *rating* para Empresas. Os modelos, desenvolvidos a partir de dados históricos internos, permitem obter uma avaliação quantitativa (no segmento de Empresas complementado por avaliação qualitativa de Analistas de Crédito) da probabilidade de incumprimento da classe de risco atribuída ao Cliente/operação. Esta classificação interna de risco, em conjugação com a avaliação de mitigantes de risco (sob a forma de Garantias Pessoais ou Reais), constitui um aspecto determinante para a tomada de decisão e preço a atribuir às operações.

Em 2008, o contexto macroeconómico particularmente adverso, traduziu-se na evolução recessiva dos mercados, originando um aumento dos níveis de risco, que se repercutiu negativamente, no agravamento do incumprimento no sector bancário nacional.

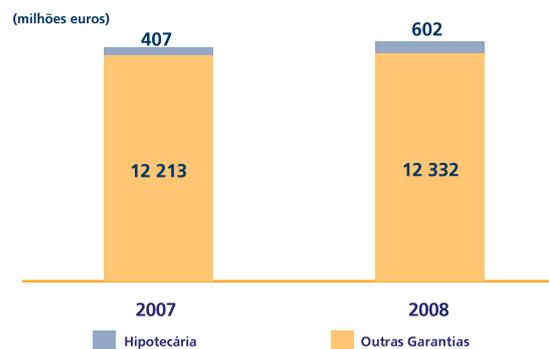
O crédito e juros vencidos, no conjunto do sector bancário, aumentou 47% em 2008, segundo as Estatísticas Monetárias e Financeiras publicadas pelo Banco de Portugal. Embora representando um agravamento face a 2007, no Montepio, o esforço desenvolvido de acompanhamento dos Clientes e de recuperação de crédito, permitiu que este indicador evoluísse a um nível inferior ao do sector, com uma taxa de crescimento de 30,9%. Apesar da carteira de crédito e juros vencidos ter atingido o montante de 427,3 milhões de Euros, continua a manter um perfil de baixo risco, dados os níveis e tipos de garantias que lhe estão associadas. A carteira de crédito manteve uma elevada percentagem de crédito com garantia real (86,5%).

O aumento do nível de risco, associado ao agravamento do saldo do crédito e juros vencidos, poderá ser esbatido pelas garantias associadas que, em geral, possibilitam recuperar o crédito em incumprimento através da venda da caução permitindo, desse modo, a recuperação das provisões e consequente aumento dos resultados.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR TIPOS DE GARANTIAS – 2008

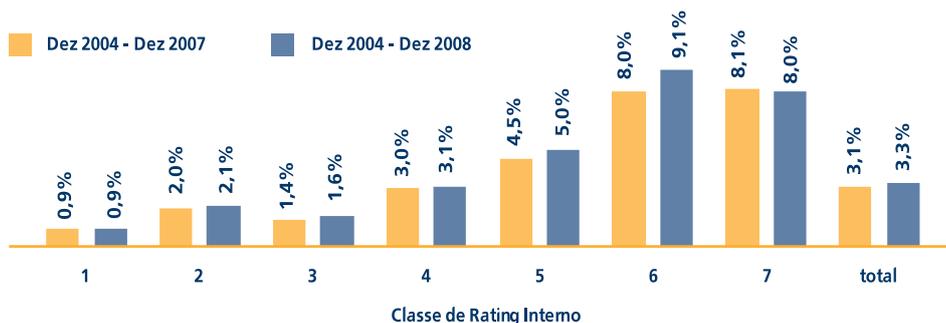


EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS REAIS

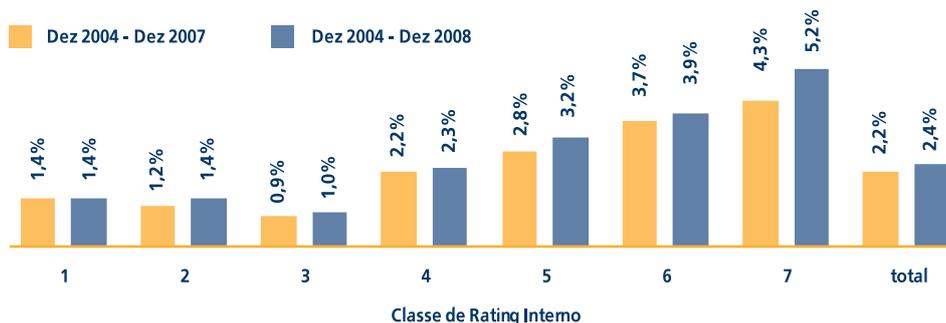


As frequências de incumprimento das operações da carteira de crédito a Empresas registaram um ligeiro acréscimo em 2008 (+0,2 p.p.) tanto no segmento de Construção Civil, como no conjunto dos restantes sectores. O segmento da Construção Civil continua a evidenciar maiores níveis de incumprimento, sobretudo nos créditos concedidos a empresas nas classes de maior risco.

FREQUÊNCIAS DE INCUMPRIMENTO A 1 ANO CRÉDITO A EMPRESAS CONSTRUÇÃO CIVIL



FREQUÊNCIAS DE INCUMPRIMENTO A 1 ANO CRÉDITO A EMPRESAS OUTROS SECTORES



Nos segmentos de Particulares, são habitualmente monitorizadas as frequências médias de incumprimento a 1 ano para as operações de Crédito à Habitação e Crédito Individual. Os níveis de incumprimento para operações de novos Clientes são superiores aos registados em operações de Clientes com relação prévia, em linha com o esperado, uma vez que os Clientes com relações anteriores possuem um nível de informação mais rico, permitindo uma melhor análise de risco.

No final de 2008, o crédito e juros vencidos há mais de 3 meses, que representava 82,0% do total, ascendia a 350,3 milhões de euros, correspondendo a 2,3% da carteira de crédito bruto.

PRINCIPAIS INDICADORES DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS

(milhares de euros)

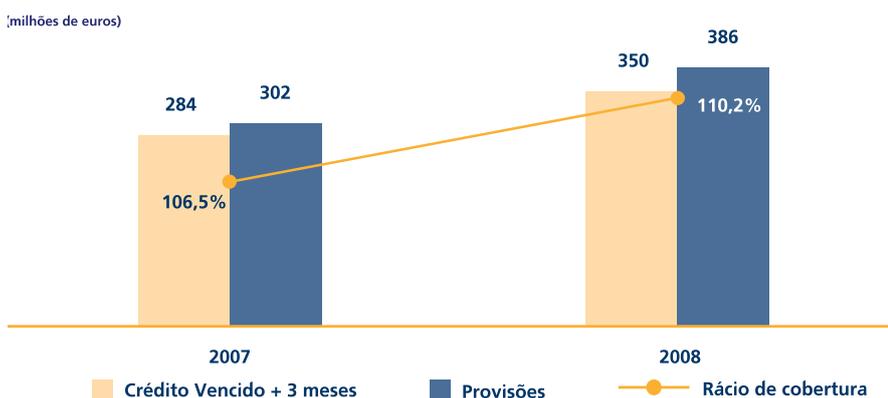
INDICADORES	2007	2008	Variação	
			Valor	%
Crédito a Clientes Bruto	14 263 420	14 949 067	685 647	4,8
Crédito e Juros Vencidos	326 540	427 336	100 796	30,9
Crédito Vencido há mais de 3 meses	283 829	350 341	66 512	23,4
Crédito Vencido há mais de 12 meses	233 303	286 536	53 233	22,8
Provisões Totais para Crédito	302 180	386 103	83 923	27,8
Riscos Gerais de Crédito	96 983	101 240	4 257	4,4
Crédito Vencido e Cobrança Duvidosa	205 197	284 863	79 666	38,8
Rácios de Crédito Vencido em % do Crédito Total				
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 3 meses	2,0	2,3	0,3 p.p.	
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 12 meses	1,6	1,9	0,3 p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento (a)	2,4	2,9	0,5 p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento líquido de provisões (a)	1,0	1,1	0,1 p.p.	
Cobertura do Crédito Vencido por Provisões (%)				
Crédito Vencido há mais de 3 meses	106,5	110,2	3,7 p.p.	
Crédito Vencido há mais de 12 meses	129,5	134,7	5,2 p.p.	

(a) De acordo com a Instrução n.º 16/2004, do Banco de Portugal.

O rácio de incumprimento foi de 2,9%, evidenciando assim a política mais rigorosa na gestão do risco de crédito e do processo de recuperação de crédito, resultando numa evolução do incumprimento a níveis abaixo dos registados pelo mercado.

As provisões totais para crédito atingiram 386,1 milhões de Euros, correspondendo a um crescimento homólogo de 83,9 milhões de Euros (27,8%). Este reforço do provisionamento para riscos de crédito permitiu a melhoria dos rácios de cobertura do saldo de crédito e juros vencidos há mais de 3 meses de 106,5%, em 2007, para 110,2%, em 2008. Também o saldo de crédito e juros vencidos há mais de 12 meses estava coberto por provisões em 134,7%.

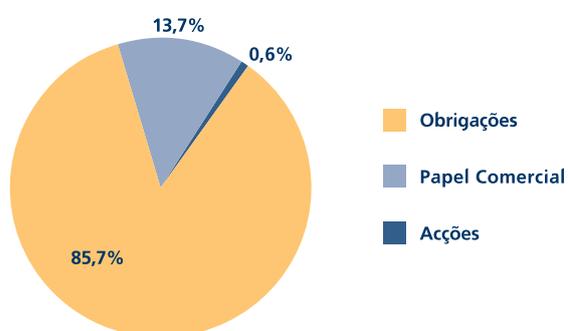
COBERTURA POR PROVISÕES DO CRÉDITO E JUROS VENCIDOS COM MAIS DE 3 MESES DE ATRASO



Risco em Activos Financeiros

A carteira de investimento manteve-se concentrada em obrigações, maioritariamente de taxa variável, que, no final de 2008, representavam 85,7% do total da carteira. O papel comercial apresentava um peso de 13,7% e as acções uma proporção inexpressiva (0,6%). A componente de obrigações da carteira de investimento manteve um reduzido nível de risco de crédito dado que continuou concentrada em classes de *rating Investment Grade*, que assumem um peso de 98%.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR TIPO DE ACTIVOS



ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSES DE RATING

(milhares de euros)

CLASSES DE RATING	2008	
	Valor	%
AAA	70 289	9,9
AA+	51 119	7,2
AA	77 035	10,9
AA-	134 843	19,0
A+	79 697	11,2
A	150 150	21,2
A-	88 567	12,5
BBB+	25 365	3,6
BBB	10 802	1,5
BBB-	8 017	1,1
BB+	5 319	0,7
BB	758	0,1
D	2 522	0,4
NR	5 086	0,7
TOTAL	709 569	100,0

Riscos Estruturais de Balanço

O risco de taxa de juro, essencialmente de taxa de juro, está associado à existência de diferentes prazos de refixação e de estrutura de indexação dos activos e dos passivos às taxas de juro de curto prazo. Em geral, a sensibilidade às taxas de juro é reduzida, pelo facto de grande parte do activo e do passivo refixar as suas taxas em prazos curtos.

O risco de liquidez advém dos diferentes prazos médios das operações activas e passivas, com os *gaps* dinâmicos a revelarem valores consistentes em linha com a actividade prevista. Para avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatches* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos. Paralelamente, é também realizado um acompanhamento dos rácios e dos *gaps* de liquidez, calculados segundo as regras exigidas pela autoridade de supervisão.

O Montepio apresentou, no final de 2008, um *gap* dinâmico de liquidez acumulado até aos 12 meses seguintes de 767 milhões de Euros. Tal evidencia uma situação de liquidez de curto prazo robusta uma vez que esses *gaps* reflectem o plano de tesouraria, (incorporando a amortização de dívida considerada para o período em análise).

GAPS DINÂMICOS DE POSIÇÃO DE LIQUIDEZ EM 31 DEZEMBRO DE 2008

(milhões de euros)

Posições à data de referência + Valores Previsionais	Intervalos Temporais				
	À vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses
<i>Mismatches</i> Acumulados	1 319	1 448	1 985	1 851	767

É preocupação da Instituição assegurar uma estrutura de financiamento de balanço adequada à maturidade dos seus activos, diversificar as suas fontes de financiamento e manter um conjunto de activos de liquidez adequada que lhe permitam, por exemplo, recorrer ao Banco Central Europeu (BCE) como fonte adicional de *funding*.

Neste âmbito, salienta-se os seguintes factos ocorridos em 2008:

- operação de titularização de créditos à habitação realizada em Maio (no valor de mil milhões de Euros), a qual permitiu aumentar significativamente a *pool* de títulos elegíveis e, deste modo, converter activos de médio e longo prazo, em activos mais líquidos;

- empréstimo de longo prazo do Banco Europeu de Investimento (BEI), de 40 milhões de Euros em 2008, fonte de financiamento que volta a ser utilizada no início de 2009 (60 milhões de Euros em Jan.09), com o objectivo de dinamizar a actividade creditícia junto das Pequenas e Médias Empresas;
- emissões de dívida sénior e subordinada colocadas junto de Clientes.

No final de 2008, a dívida de médio e longo prazo a reembolsar no decorrer dos três anos seguintes, horizonte temporal do actual Plano Estratégico (2009-2011), totaliza 3,6 mil milhões de Euros. De acordo com o actual plano de tesouraria, e tendo em conta a situação de liquidez no final de 2008, bem como as características do grupo, o Montepio apresenta-se numa situação de adequada capacidade de gestão das suas fontes de financiamento.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de deficiências ou falhas dos processos internos, recursos humanos, sistemas ou de factores externos. O sistema de gestão de risco operacional baseia-se na identificação, avaliação, acompanhamento, medição e sua mitigação. Além da existência de uma unidade de estrutura orgânica específica, o modelo de gestão funciona de forma descentralizada, com interlocutores nas diversas unidades orgânicas do grupo.

Durante o ano de 2008, desenvolveram-se as seguintes actividades:

- revisão do mapeamento de actividades, riscos e respectivos controlos, identificando especialmente as unidades orgânicas que foram objecto de reorganização;
- exercício de Autoavaliação de Riscos e Controlos, com base na frequência e impacto médio e o grau de eficácia dos controlos;
- monitorização do processo de captura de eventos de perdas derivadas de risco operacional e da respectiva base de dados, reforçando as fontes de captação e considerando os eventos ocorridos ainda que sem perda financeira (*near-misses*);
- definição dos KRI (*Key Risk Indicators*) gerais e específicos de cada tipo de actividade;
- acompanhamento e desenvolvimento de acções de mitigação de risco operacional, designadamente ao nível da continuidade de negócio;
- elaboração de relatórios periódicos sobre o perfil de risco operacional da Instituição.

4.6.5. ANÁLISE FINANCEIRA

Evolução e Estrutura do Activo

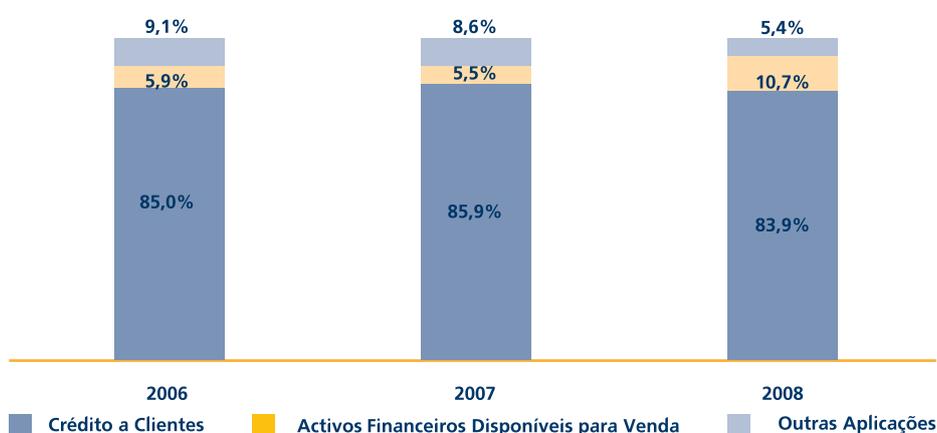
Atendendo ao contexto descrito, a actuação do Montepio centrou-se, sobretudo, em aplicações com adequados níveis de liquidez e com possibilidades de recurso a operações de redesconto junto do Banco Central Europeu, salvaguardando sempre ajustados patamares de rendibilidade e risco. Em 2008, o Montepio atingiu um Total de Activos Líquidos de 17 559,4 milhões de Euros, ou seja, +6,8% face ao ano anterior.

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aplicações Financeiras	16 099 686	98,0	17 232 464	98,1	1 132 778	7,0
Aplicações em Instituições de Crédito	663 021	4,0	166 781	0,9	-496 240	-74,8
Crédito a Clientes (Líquido)	14 108 881	85,9	14 724 822	83,9	615 941	4,4
Activos Financeiros Disponíveis para venda	905 195	5,5	1 886 107	10,7	980 912	108,4
Outros Activos Financeiros	422 589	2,6	454 754	2,6	32 165	7,6
Outras Aplicações	335 493	2,0	326 915	1,9	-8 578	-2,6
Investimentos em Filiais	30 597	0,2	30 626	0,2	29	0,1
Imóveis para Negociação	104 461	0,6	109 774	0,6	5 313	5,1
Aplicações Diversas	200 435	1,2	186 515	1,1	-13 920	-6,9
TOTAL DE ACTIVOS LÍQUIDOS	16 435 179	100,0	17 559 379	100,0	1 124 200	6,8

No conjunto das Aplicações Financeiras, que representaram 98,1% do total do Activo Líquido (98,0%, em 2007), e em linha com as orientações assumidas, os Activos Financeiros Disponíveis para Venda registaram um incremento de 980,9 milhões de Euros (+108,4%) e a sua proporção no total do activo passou de 5,5%, em 2007, para 10,7%, em 2008. Tal variação justifica-se com o incremento resultante da operação de titularização *Pelican Mortgages no.4*, que produziu um aumento dos títulos elegíveis para operações de redesconto. O Crédito a Clientes (Líquido) registou uma variação de 615,9 milhões de Euros (+4,4%), nomeadamente por via do incremento do crédito às empresas. Assim, e contrariando a tendência dos anos anteriores, o peso do crédito a Clientes no total do activo diminuiu de 85,9%, em 2007, para 83,9%, em 2008.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO ACTIVO



Carteira de Títulos e Outras Aplicações Financeiras

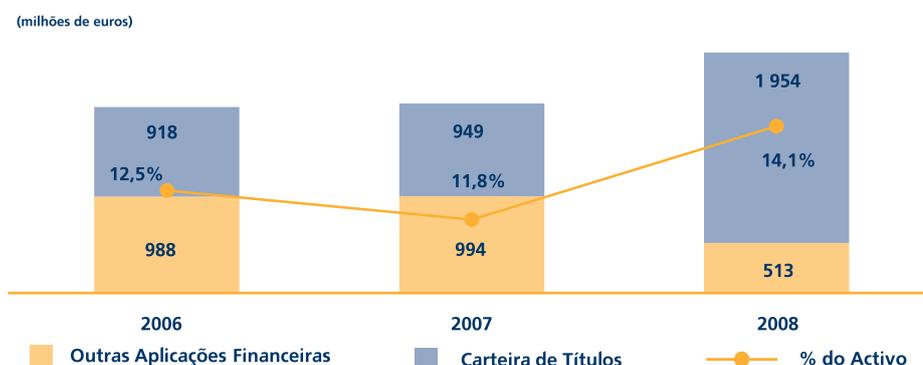
Com o compromisso de melhorar a composição da carteira dos activos financeiros, por forma a obter níveis de liquidez mais ajustados à situação dos mercados e a uma maior dispersão dos riscos, a componente de Obrigações e Papel Comercial que, tradicionalmente apresenta menores volatilidades, foi aquela que revelou uma maior dinâmica, com um incremento de 1 034,7 milhões de Euros (+114,7%), tendo sido esta evolução decisiva para o acréscimo global desta carteira de activos (+26,1%).

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Carteira de Títulos e Similares						
Obrigações e Papel Comercial	902 187	46,4	1 936 916	78,5	1 034 729	114,7
Acções	4 281	0,2	6 479	0,3	2 198	51,3
Outros Títulos	42 783	2,2	10 973	0,4	-31 810	-74,4
TOTAL 1	949 251	48,8	1 954 368	79,2	1 005 117	105,9
% do Activo	5,8		11,1		5,3 p.p.	
2. Outras Aplicações Financeiras	993 725	51,2	513 435	20,8	-480 290	-48,3
% do Activo	6,0		2,9		-3,1 p.p.	
TOTAL (1+2)	1 942 976	100,0	2 467 803	100,0	524 827	27,0
% do Activo	11,8		14,1		2,3 p.p.	
Imparidade	11 448		31 269		19 821	173,1
TOTAL LÍQUIDO	1 931 528		2 436 534		505 006	26,1

Em 2008, verificou-se uma alteração da estrutura desta carteira, a qual passou a representar 14,1% do activo, com a carteira de títulos e similares a elevar-se a 1 954,4 milhões de Euros (+105,9%), devido à titularização de créditos já mencionada. O agregado de Outras Aplicações Financeiras reduziu-se para 513,4 milhões de Euros (-48,3%).

CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS



A componente de Acções, sendo a mais exposta à volatilidade dos mercados, apresentava um peso pouco significativo, representando apenas 0,3% (0,2%, em 2007) do total desta carteira.

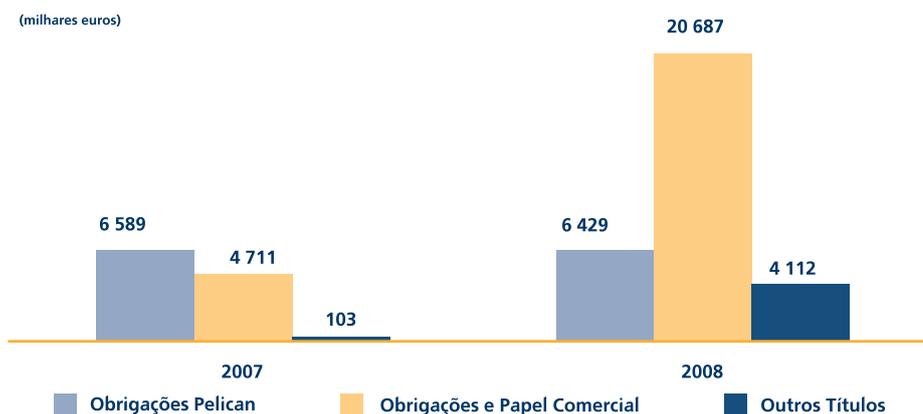
A prudente gestão do Montepio ao nível da composição da sua carteira de títulos levou a que o registo de perdas por imparidade não excedesse, em 2008, o valor global de 31,2 milhões de Euros, fenómeno particularmente centrado no último quadrimestre do ano e maioritariamente relacionado com instrumentos de dívida (Obrigações e Papel Comercial).

CARTEIRAS DE TÍTULOS CLASSIFICADOS COMO ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA E DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

(milhares de euros)

RUBRICA	Carteira		Imparidade		Variação	
	2007	2008	2007	2008	Carteira	Imparidade
	Valor	Valor	Valor	Valor	%	%
Títulos Disponíveis para Venda	910 957	1 909 202	11 403	31 228	109,6	173,9
Obrigações do Tesouro	63	4	1		-93,7	-100,0
Obrigações Pelican	18 323	1 006 511	6 589	6 429	5 393,2	-2,4
Obrigações de Outros Emissores e Papel Comercial	841 469	884 157	4 711	20 687	5,1	339,1
Unidades de Participação em Fundos de Investimento	42 782	10 973		3 211	-74,4	
Acções e similares	4 282	5 279	54	853	23,3	1 479,6
Participações Financeiras	4 038	2 278	48	48	-43,6	0,0
Títulos Detidos até à Maturidade	38 553	39 191	0	0	1,7	
Obrigações do Tesouro	38 553	39 191			1,7	
TOTAL	949 510	1 948 393	11 403	31 228	105,2	173,9

EVOLUÇÃO DA IMPARIDADE DE TÍTULOS



Carteira de Participações Financeiras

Tendo por princípio as Linhas de Orientação Estratégica que apontam para a focalização da actividade em operações do mercado doméstico, procedeu-se, nos últimos dois anos, à progressiva alienação de participações em África (Caixa Económica de Cabo Verde e Banco da África Ocidental). Porém, é de realçar o contributo que o Montepio prestou na ajuda ao desenvolvimento dos sistemas financeiros dos países africanos de expressão portuguesa, através da participação em bancos de referência locais, bem como o excelente relacionamento mantido com as autoridades que sempre demonstraram toda a disponibilidade, e por quem o Montepio demonstra o seu apreço. Tendo, no entanto, em conta recentes manifestações de interesse, é de admitir, num futuro próximo, o apoio a algum, ou a alguns países africanos, no sentido do desenvolvimento de acções que perspectivem o desenvolvimento do movimento mutualista naqueles países.

EVOLUÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(milhares de euros)

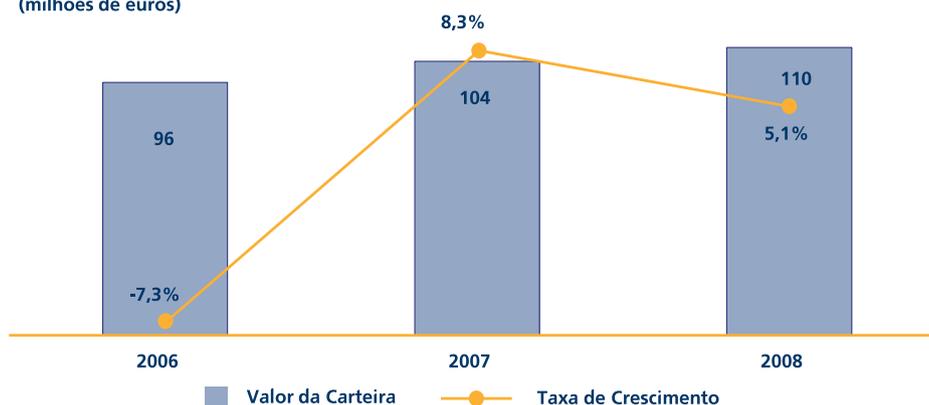
EMPRESAS	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Participações Financeiras				
Caixa Económica de Cabo Verde	1 444		-1 444	-100,0
Banco MG Cabo Verde	7 001	7 001		
Futuro S G Fundos Pensões	419	419		
Lusitania Vida C.ª Seguros	9 530	9 530		
Lusitania C.ª Seguros	10 816	10 816		
UNICRE	311	311		
SIBS	1 074	1 074		
Germont		29	29	
Banco da África Ocidental	312		-312	-100,0
Moçambique C.ª Seguros	190	190		
HTA Hotéis Turismo e Animação dos Açores	2 000	2 000		
NORFIN – Soc. Gest. Fundos Inv. Imob.	50	50		
Outras	288	283	-5	-1,7
Subtotal	33 435	31 703	-1 732	-5,2
Prestações Suplementares de Capital				
HTA Hotéis Turismo e Animação dos Açores	1 200	1 200		
TOTAL	34 635	32 903	-1 732	-5,0

Carteira de Imóveis para Negociação

O contexto desfavorável verificado nos mercados financeiros reflectiu-se, também, no sector imobiliário, por uma desaceleração nas transacções, pelo que o valor desta carteira situou-se, no final de 2008, em 110 milhões de Euros, face aos 104 milhões de Euros de 2007, registando-se, assim, um aumento de +5,1%.

EVOLUÇÃO DO SALDO DE IMÓVEIS PARA NEGOCIAÇÃO

(milhões de euros)



Evolução do Passivo e dos Recursos Próprios

Em 2008, o Montepio prosseguiu a sua política de diversificação de fontes de financiamento, centrada em instrumentos financeiros de prazos mais longos e mais adequados ao perfil das aplicações e às necessidades financeiras futuras. Nesta perspectiva, os Recursos de Clientes de Balanço cresceram 339,7 milhões de Euros (+3,7%), correspondendo à capacidade de dinamização da rede de retalho e à natureza do Montepio como Instituição de cariz aforrador. De realçar que, grande parte dos novos recursos de balanço decorrem do esforço de captação de poupanças junto de Clientes actuais e de novos Clientes, tendo os resgates de Fundos de Investimento um peso pouco expressivo. A leitura sobre a capacidade de captação de recursos de Clientes só está completa se for acompanhada pela análise à dinâmica de captação que o Montepio possui noutros domínios, nomeadamente na colocação de modalidades mutualistas, tema desenvolvido em capítulo próprio.

Por sua vez, os Recursos Complementares de Balanço registaram um acréscimo de 801 milhões de Euros (+12,9%) e os Recursos Próprios e Provisões apresentaram, em 2008, uma redução de 16,6 milhões de Euros (-1,7%), totalizando uma variação global nos Recursos de Balanço de 1.124,2 milhões de Euros, ou seja, uma variação positiva de 6,8%, num ano de contexto adverso.

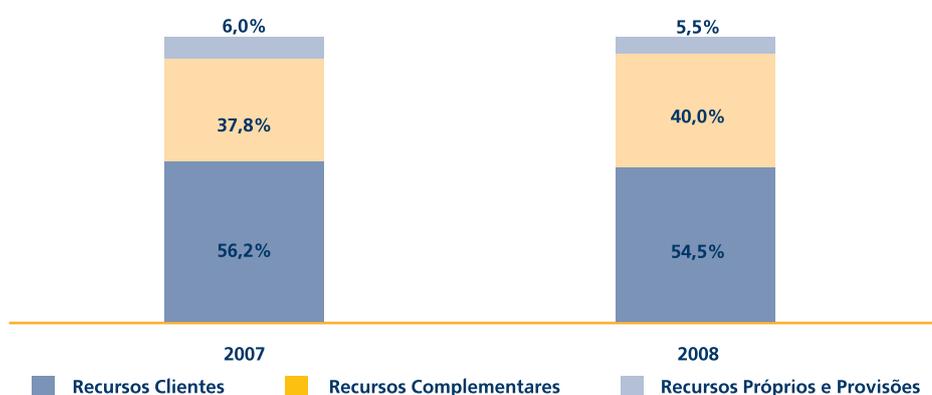
EVOLUÇÃO DO PASSIVO E DOS RECURSOS PRÓPRIOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – Recursos de Clientes	9 241 990	56,2	9 581 706	54,5	339 716	3,7
Depósitos de Clientes e de Instituições de Crédito	8 357 964	50,8	8 309 363	47,3	-48 601	-0,6
Títulos Colocados em Clientes (Obrigações de Caixa)	884 026	5,4	1 272 343	7,2	388 317	43,9
2 – Recursos Complementares	6 216 426	37,8	7 017 469	40,0	801 043	12,9
Recursos de Instituições de Crédito e de Bancos Centrais	1 699	0,0	1 013 584	5,8	1 011 885	–
Empréstimos Subord. e não Subord., Sindicados e Cert. Dívida	5 264 265	32,0	4 321 896	24,6	-942 369	-17,9
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	670 633	4,1	1 450 122	8,3	779 489	116,2
Outros Passivos	279 829	1,7	231 867	1,3	-47 962	-17,1
3 – Recursos Próprios e Provisões	976 763	6,0	960 204	5,5	-16 559	-1,7
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	16 435 179	100,0	17 559 379	100,0	1 124 200	6,8

Ao nível da análise de balanço, o financiamento da actividade continuou a ser assegurado maioritariamente pelos Recursos de Clientes, que representaram 54,5% do total e, dentro destes, as Obrigações de Caixa colocadas pela rede comercial (7,2%), com características aforradoras que contribuíram para a estabilidade dos recursos, uma vez que se trata de produtos «fixed rate step up» com maturidades entre 2 e 5 anos. Seguem-se os recursos complementares de balanço, com 40,0% e os recursos próprios e provisões para riscos gerais, com 5,5%.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO



Como forma de privilegiar os recursos mais estáveis, a evolução verificada nos Recursos de Clientes teve um importante contributo, através da emissão de Obrigações de Caixa Subordinadas, integralmente subscritas pelos Clientes, e que representaram a maioria dos 388,3 milhões de Euros de variação dos Títulos Colocados em Clientes (+43,9%).

Recursos Complementares de Balanço

Acrescendo à captação de recursos financeiros através da rede comercial, o Montepio desenvolveu um conjunto de operações, essencialmente, focalizadas em prazos mais longos e de maior estabilidade, cuja variação foi de 725,3 milhões de Euros (+12,2%), face a um aumento de 160,0 milhões de Euros (+49,3%) no muito curto prazo.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS COMPLEMENTARES DE BALANÇO

(milhares de euros)

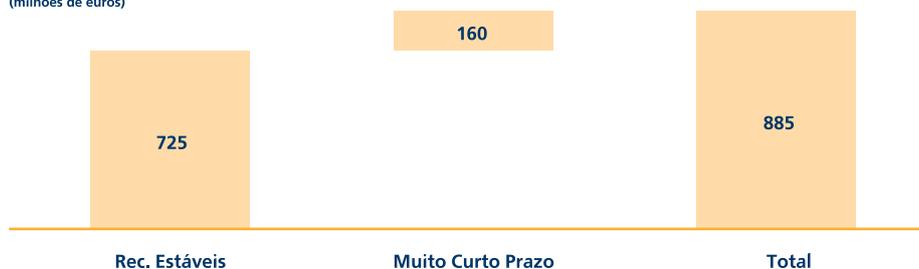
DESIGNAÇÃO	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – Recursos Estáveis						
Obrigações Subordinadas	300 000	4,8	50 000	0,7	-250 000	-83,3
Obrigações não Subordinadas	4 346 265	69,4	3 732 876	52,2	-613 389	-14,1
Empréstimos Sindicados	225 000	3,6	225 000	3,2	0	0,0
Certificados de Dívida	393 000	6,3	314 020	4,4	-78 980	-20,1
Organismos Financeiros Internacionais	1 413	0,0	41 413	0,6	40 000	2 830,9
Passivos de Titularização	669 161	10,7	1 446 862	20,2	777 701	116,2
Recursos de Bancos Centrais		0,0	850 000	11,9	850 000	
TOTAL 1	5 934 839	94,8	6 660 171	93,2	725 332	12,2
% do Passivo	38,1		39,9		1,8 p.p.	
2 – Muito Curto Prazo						
Depósitos a Prazo de Instituições de Crédito	300 787	4,8	348 557	4,9	47 770	15,9
Outros Recursos	24 033	0,4	136 341	1,9	112 308	467,3
TOTAL 2	324 820	5,2	484 898	6,8	160 078	49,3
% do Passivo	2,1		2,9		0,8 p.p.	
TOTAL (1+2)	6 259 659	100,0	7 145 069	100,0	885 410	14,1
% do Passivo	40,2		42,8		2,6 p.p.	

Das operações realizadas em 2008, com perfil de maior estabilidade e que explicam as variações registadas no quadro anterior, merecem especial destaque as seguintes:

- concretização da quarta operação de titularização de créditos à habitação, no âmbito do programa *Pelican Mortgages*, no montante de 1 000 milhões de Euros;
- operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu, no valor de 850 milhões de Euros;
- financiamento junto do Banco Europeu de Investimentos de uma linha de crédito, no montante de 100 milhões de Euros, tendo sido utilizados 40 milhões de Euros, estando os restantes 60 milhões de Euros disponíveis para utilização já no primeiro trimestre de 2009.

VARIAÇÃO DOS RECURSOS COMPLEMENTARES EM 2008

(milhões de euros)



Para além das operações realizadas, citadas anteriormente, e com o intuito de preparar o futuro para aproveitar eventuais oportunidades de mercado, o Montepio procedeu ainda a:

- renovação do seu Programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN), o qual tem um montante total autorizado de 6 mil milhões de Euros, dos quais se encontram utilizados apenas 3,7 mil milhões de Euros (62,2% do total da linha);
- estabelecimento de um Programa de Obrigações Hipotecárias, num montante global autorizado de 5 mil milhões de Euros, que ainda não teve qualquer emissão.

Recursos Próprios e Provisões para Riscos Gerais

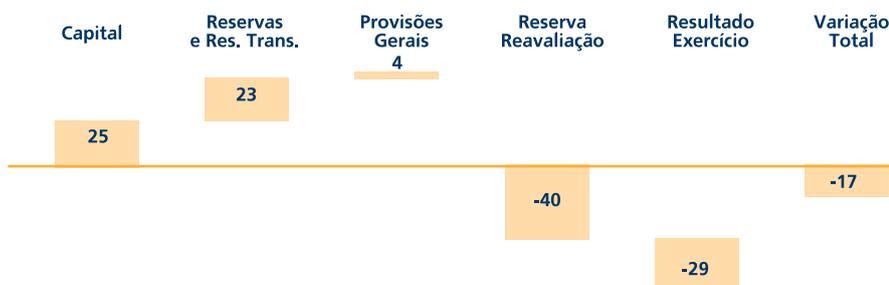
A Associação Mutualista, mercê da sua solidez financeira, tem vindo a reforçar, anualmente, o Capital Institucional da Caixa Económica de modo a dotá-la do volume de capitais próprios que assegurem a sua sustentabilidade no médio e longo prazo. Assim, no ano de 2008, procedeu ao reforço do Capital Institucional, no valor de 25 milhões de Euros. Paralelamente, o valor das Reservas e Resultados Transitados aumentou 23,2 milhões de Euros.

Não obstante, a evolução positiva das duas rubricas anteriores, e decorrente da actual conjuntura dos mercados, o total do agregado de Recursos Próprios e Provisões para Riscos Gerais apresentou uma diminuição de 16,6 milhões de Euros (-1,7%), devido ao efeito conjugado das variações verificadas em 2008, face a 2007, das Reservas de Reavaliação de Títulos, no valor de -40 milhões de Euros, e da redução no Resultado do Exercício, no valor de 28,8 milhões de Euros.

As Provisões para Riscos Gerais, que correspondem, na sua quase totalidade a provisões para riscos gerais de crédito, aumentaram ligeiramente o seu valor.

VARIAÇÃO DOS RECURSOS PRÓPRIOS E PROVISÕES GERAIS

(milhões de euros)



Resultados

Não obstante o contexto de mercado em que foi desenvolvida a actividade de 2008, o Montepio atingiu um Resultado do Exercício de 35,3 milhões de Euros. A contribuir positivamente para a formação do resultado esteve o desempenho da Margem Financeira, com um crescimento de 1,7%, e das Comissões (Serviços Prestados a Clientes), em que esta última evidenciou um bom desempenho, com uma variação de +8,0%. Regista-se, igualmente, o efeito da contenção de custos, nomeadamente dos Gastos com Pessoal que, apesar da dotação extraordinária para o Fundo de Pensões, devido às reformas antecipadas ocorridas no período, teve um aumento de apenas 1,6% (descontado o efeito extraordinário de reformas antecipadas, esta rubrica registaria uma variação de -5,0%). A contribuir negativamente para a formação dos resultados esteve a constituição de provisões (sobretudo, de Títulos, com uma variação de +435,8%), que explica 93,7% do decréscimo total.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

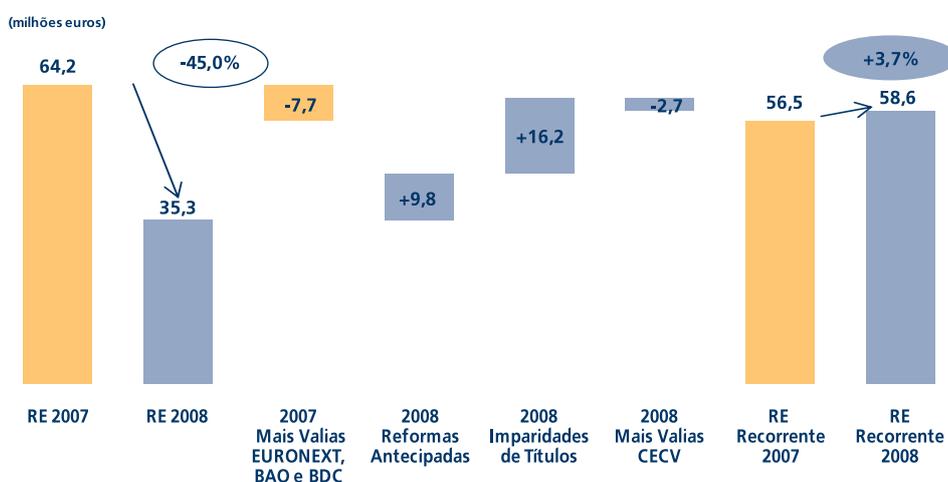
(milhares de euros)

RESULTADO DA ACTIVIDADE	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem Financeira	328 138	81,6	333 769	81,4	5 631	1,7
Serviços Prestados a Clientes	77 862	19,4	84 067	20,5	6 205	8,0
Produto Bancário Comercial	406 000	101,0	417 836	101,9	11 836	2,9
Resultado de Mercados (a)	-8 349	-2,1	-10 296	-2,5	-1 947	23,3
Rendimento de Participações Financeiras	1 719	0,4	1 951	0,5	232	13,5
Resultado da Venda de Imóveis para Negociação	2 665	0,7	583	0,1	-2 082	-78,1
Produto Bancário	402 035	100,0	410 074	100,0	8 039	2,0
Gastos com Pessoal	147 616	36,7	149 988	36,5	2 372	1,6
<i>Dos quais: Reformas Antecipadas</i>			9 801		9 801	
Gastos Gerais Administrativos	80 858	20,1	85 651	20,9	4 793	5,9
Amortizações	15 676	3,9	18 367	4,5	2 691	17,2
Gastos Operacionais	244 150	60,7	254 006	61,9	9 856	4,0
Resultado Bruto	157 885	39,3	156 068	38,1	-1 817	-1,2
Provisões Líquidas	93 693	23,3	120 757	29,5	27 064	28,9
Crédito	83 853		95 905		12 052	14,4
Títulos	3 714		19 899		16 185	435,8
Outras	6 126		4 953		-1 173	-19,1
= Resultado do Exercício	64 192	16,0	35 311	8,6	-28 881	-45,0

(a) Inclui rendimento de acções e de outros títulos de rendimento variável, excepto de participações financeiras.

Assim, excluindo as situações não recorrentes, como sejam, em 2008, encargos com reformas antecipadas (9,8 milhões de Euros) e mais-valias com a venda da participação na Caixa Económica de Cabo Verde – CECV (2,7 milhões de Euros) e, em 2007, mais-valias na venda de participações financeiras (7,7 milhões de Euros), o Resultado de 2008 teria sido de 42,4 milhões de Euros (que compararia em 2007, com um Resultado corrigido para 56,5 milhões de Euros), a que corresponderia uma diminuição de 24,8%, em termos recorrentes. Isolando o anormal valor de provisões para a carteira de Títulos (que registou uma variação de +16,2 milhões de Euros), o Resultado recorrente seria de 58,6 milhões de Euros, que representaria, sem efeitos extraordinários, uma variação anual nos Resultados do Exercício de +3,7%.

ANÁLISE À EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO



Produto Bancário

No ano de 2008, o Montepio continuou a reforçar as actividades de negócio geradoras de Comissões, produzindo uma diminuição na dependência do efeito da Margem Financeira no total do Produto Bancário.

O Produto Bancário Comercial (Margem Financeira+Serviços Prestados a Clientes) registou uma variação de +2,9%, com a Margem Financeira a diminuir o seu contributo (de 83,2%, em 2006 para 81,4%, em 2008), ao invés das Comissões, associadas aos Serviços e Actividades Prestadas a Clientes, que aumentaram o seu peso relativo (de 18,3% em 2006, para 20,5%, em 2008).

FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

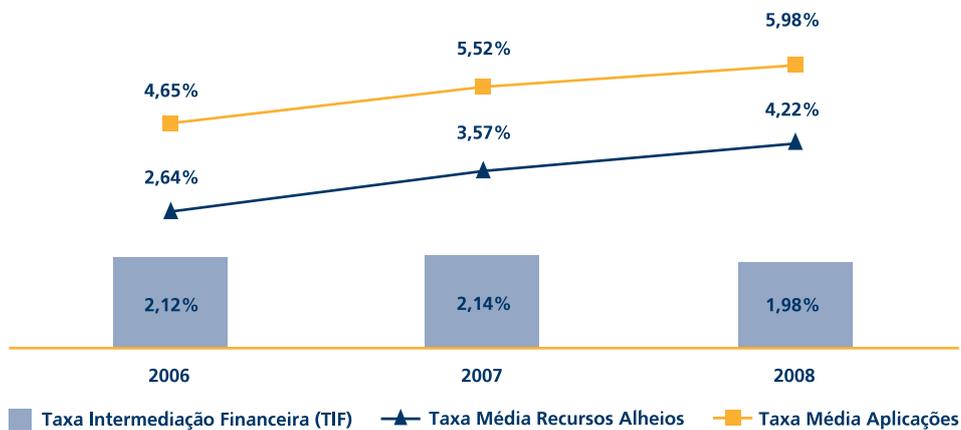


Saliente-se que o Produto Bancário aumentou 8 milhões de Euros, em 2008, enquanto que o Produto Bancário Comercial apresentou um crescimento de 11,8 milhões de Euros (por via do crescimento da Margem Financeira em 5,6 milhões de

Euros e dos Serviços Prestados a Clientes, em 6,2 milhões de Euros). O Produto Bancário Comercial foi superior ao Produto Bancário Global em 3,8 milhões de Euros, sendo este incremento absorvido pela variação negativa dos Resultados das Operações de Mercados (1,9 milhões de Euros) e da Venda de Imóveis para Negociação (2,1 milhões de Euros).

Margem Financeira

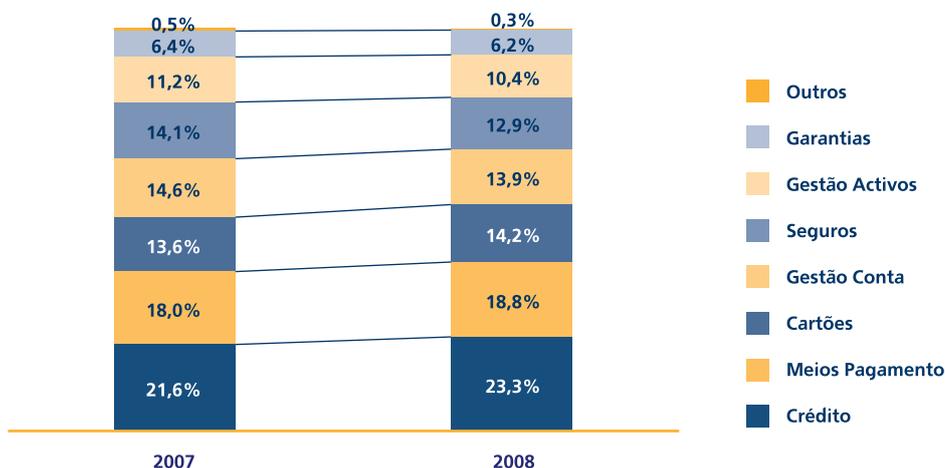
A Margem Financeira, que se situou nos 333,8 milhões de Euros, cresceu 1,7%. Para esta evolução contribuiu o acréscimo das actividades de negócio em volume, tendo o conjunto das aplicações financeiras médias progredido 9,6%. A componente associada ao factor preço (taxas de juro *versus* Taxa de Intermediação Financeira) teve um efeito redutor da Margem Financeira, atendendo a que a Taxa de Intermediação sofreu uma variação de -0,16 p.p. (2,14%, em 2007 e 1,98%, em 2008), uma vez que a taxa média dos recursos alheios (3,57%, em 2007 e 4,22%, em 2008) variou +0,65 p.p., e a taxa média das aplicações (5,52%, em 2007 e 5,98%, em 2008), apenas cresceu 0,46 p.p.



Resultado de Serviços a Clientes

O Resultado de Serviços a Clientes foi a rubrica que mais contribuiu, em variação relativa e absoluta, para o aumento do Produto Bancário, ou seja, representou 77,2% do referido acréscimo, devido à maior dinamização nas áreas do *cross-selling* e a uma melhor adequação da carteira de oferta.

ESTRUTURA DO RESULTADO DE SERVIÇO A CLIENTES



As actividades geradoras de comissões e de outros proveitos que mais impulsionaram o Produto Bancário foram:

- comissões de crédito (+16,4%);
- cartões (+12,5%);
- gestão de meios de pagamento (+12,4%).

EVOLUÇÃO DO RESULTADO DE SERVIÇOS PRESTADOS A CLIENTES

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Comissões de Gestão de Conta	11 388	11 688	300	2,6
Cartões	10 623	11 950	1 327	12,5
Comissões de Crédito	16 844	19 599	2 755	16,4
Garantias	4 970	5 172	202	4,1
Seguros	11 017	10 809	-208	-1,9
Gestão de Activos	8 743	8 777	34	0,4
Gestão Meios Pagamento	14 044	15 785	1 741	12,4
Outros Serviços	233	287	54	23,2
TOTAL	77 862	84 067	6 205	8,0

A variação negativa das comissões de seguros está associada à desaceleração na contratação de crédito à habitação e a um menor desempenho da carteira no ano de 2008.

Resultados em Operações de Mercados

A conjuntura reflectiu-se negativamente no desempenho da actividade relacionada com os mercados, por via dos resultados líquidos dos swaps de cobertura de produtos estruturados e de empréstimos obrigacionistas emitidos pelo Montepio.

Neste contexto, os Resultados das Operações de Mercados atingiram, no final do ano, o valor negativo de 10,3 milhões de Euros.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES DE MERCADOS

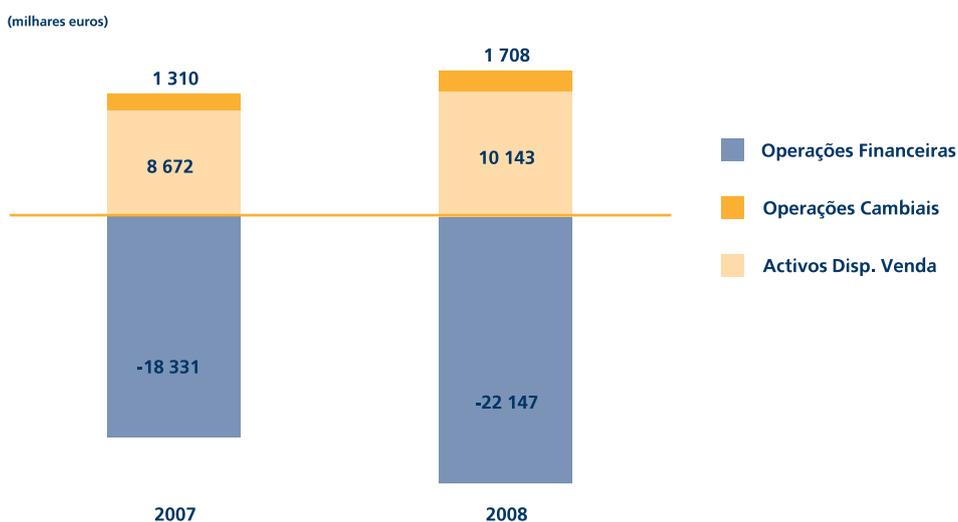
(milhares de euros)

RUBRICAS	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Resultados em operações financeiras	-18 331	-22 147	-3 816	20,8
Operações avaliadas ao justo valor através de resultados	-240	135	375	-156,3
Operações sobre activos financeiros detidos para negociação	-18 494	-21 868	-3 374	18,2
Operações sobre activos financeiros detidos até à maturidade	-359	-151	208	-57,9
Operações com Derivados de Cobertura	762	-263	-1 025	-134,5
Resultados em activos disponíveis para venda	8 672	10 143	1 471	17,0
Acções	51	-49	-100	-196,1
Obrigações	134	-102	-236	-176,1
Outras	8 487	10 294	1 807	21,3
Resultado Cambial	1 310	1 708	398	30,4
TOTAL	-8 349	-10 296	-1 947	23,3

Os juros referentes a *swaps* de cobertura estão relevados em Operações sobre Activos Financeiros Detidos para Negociação, os quais se reflectem no valor total dos Resultados em Operações Financeiras.

No âmbito dos Resultados de Mercados merece destaque, por um lado, os valores positivos alcançados de Resultados em Activos Disponíveis para Venda, que se situaram em 10,1 milhões de Euros (+17,0%), traduzindo, essencialmente a venda de unidades de participação e a alienação da participação financeira na Caixa Económica de Cabo Verde e, por outro, o Resultado Cambial obtido, no montante de 1,7 milhões de Euros (+30,4%).

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS EM OPERAÇÕES DE MERCADOS



O total das Participações Financeiras gerou um rendimento de 2,0 milhões de Euros, a que corresponde um crescimento de 13,5%.

(milhares de euros)

EMPRESAS	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
SIBS	72	65	-7	-9,7
Caixa Económica de Cabo Verde	102	124	22	21,6
Futuro	142	26	-116	-81,7
Banco MG Cabo Verde	216	132	-84	-38,9
Visa Europe		363	363	
Unicre	290	298	8	2,8
Banco África Ocidental	36		-36	-100,0
Moçambique Companhia de Seguros		4	4	
Norfin	85	112	27	31,8
Montepio Gestão de Activos	0	1	1	215,9
Lusitania Vida	331	472	141	42,6
Lusitania Seguros	445	354	-91	-20,4
TOTAL	1 719	1 951	232	13,5

A evolução desfavorável no mercado imobiliário repercutiu-se no volume de vendas e nos preços da carteira de imóveis provenientes da recuperação de crédito, pelo que as mais-valias obtidas na venda dos Imóveis de Negociação registaram uma queda de 2,1 milhões de Euros (-78,1%).

RESULTADO DA VENDA DE IMÓVEIS PARA NEGOCIAÇÃO

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Lucros na Venda de Imóveis	4 270	2 129	-2 141	-50,1
Prejuízos na Venda de Imóveis	1 605	1 546	-59	-3,7
RESULTADO LÍQUIDO	2 665	583	-2 082	-78,1

Óptica de Distribuição do Produto Bancário

Pela óptica de distribuição do produto bancário, verifica-se que a rubrica de Gastos com Pessoal continua a ser a que regista maior peso, com 36,5%, embora em desaceleração (excluindo os encargos extraordinários com reformas antecipadas, a mesma baixaria para 34,2%). Segue-se a rubrica de Provisões, com 29,5% (23,3%, em 2007) e, finalmente, os Resultados do Exercício com 8,6% (16,0%, em 2007).

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos com Pessoal	147 616	36,7	149 988	36,5	2 372	1,6
Excluindo Reformas Antecipadas	147 616	36,7	140 187	34,2	-7 429	-5,0
Gastos Gerais Administrativos	80 858	20,1	85 651	20,9	4 793	5,9
Amortizações	15 676	3,9	18 367	4,5	2 691	17,2
Gastos Operacionais	244 150	60,7	254 006	61,9	9 856	4,0
Provisões	93 693	23,3	120 757	29,5	27 064	28,9
Resultado do Exercício	64 192	16,0	35 311	8,6	-28 881	-45,0
Produto Bancário	402 035	100,0	410 074	100,0	8 039	2,0

Gastos Operacionais e Eficiência

Os Gastos Operacionais (somatório dos gastos com pessoal, gastos gerais administrativos e amortizações) atingiram o valor de 254,0 milhões de Euros, registando um acréscimo de 9,9 milhões de Euros, a que corresponde uma taxa de crescimento de +4,0% (+5,6% em 2007), estando estes valores, como já anteriormente referido, adicionados de encargos extraordinários com reformas antecipadas, no montante de 9,8 milhões de Euros. Excluindo estes encargos, a variação de Gastos Operacionais em 2008 seria praticamente nula, fazendo reduzir o rácio de *Cost-to-Income* para 59,6%.

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos com Pessoal	147 616	60,5	149 988	59,1	2 372	1,6
Excluindo Reformas Antecipadas	147 616		140 187		-7 429	-5,0
Gastos Gerais Administrativos	80 858	33,1	85 651	33,7	4 793	5,9
Gastos de Funcionamento	228 474	93,6	235 639	92,8	7 165	3,1
Amortizações	15 676	6,4	18 367	7,2	2 691	17,2
Gastos Operacionais	244 150	100,0	254 006	100,0	9 856	4,0
Produto Bancário	402 035		410 074		8 039	2,0
RÁCIOS						
Gastos com o Pessoal / Produto Bancário	36,7%		36,5%		-0,2 p.p.	
<i>Rácio sem encargos com Reformas Antecipadas</i>	36,7%		34,2%		-2,5 p.p.	
Gastos Gerais Administrativos / Produto Bancário	20,1%		20,9%		0,8 p.p.	
Amortizações / Produto Bancário	3,9%		4,5%		0,6 p.p.	
<i>Cost-to-Income</i> (Gastos Operacionais / Produto Bancário)	60,7%		61,9%		1,2 p.p.	
<i>Cost-to-Income excluindo os encargos com Reformas Antecipadas</i>	60,7%		59,6%		-1,1 p.p.	
Rácio de Eficiência (Gastos de Funcionamento / Produto Bancário)	56,8%		57,5%		0,7 p.p.	

Gastos com Pessoal

Os Gastos com Pessoal foram contidos, apresentando uma variação de, apenas, 2,4 milhões de Euros, ou seja, +1,6% (+4,8% em 2007). Excluindo os encargos não recorrentes de dotação do Fundo de Pensões por via de Reformas Antecipadas, a variação seria negativa no valor de -7,4 milhões de Euros (-5,0%).

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos com Pessoal						
Remuneração dos Órgãos de Gestão	1 067	0,7	1 302	0,9	235	22,0
Remuneração dos Empregados	103 386	70,0	97 169	64,8	-6 217	-6,0
Encargos Sociais Obrigatórios	39 971	27,1	48 887	32,6	8 916	22,3
Outros Custos com Pessoal	3 192	2,2	2 630	1,7	-562	-17,6
TOTAL	147 616	100,0	149 988	100,0	2 372	1,6
Excluindo Encargos c/ Reformas Antecipadas	147 616		140 187		-7 429	-5,0

Gastos Gerais Administrativos

Proseguiu-se com medidas de racionalização de processos, de melhoria dos sistemas organizacionais e de informação tendo por objectivo incrementar os serviços prestados aos Clientes, bem como melhorar a eficiência futura, conducente a uma redução dos custos nos próximos anos. Neste sentido, recorreu-se, essencialmente a trabalhos de Consultoria Externa, rubrica que registou uma variação absoluta de +3,8 milhões de Euros.

Neste contexto, os Gastos Gerais Administrativos situaram-se em 85,7 milhões de Euros, a que corresponde um acréscimo de 4,8 milhões de Euros (+5,9%).

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos Gerais Administrativos						
Instalações	20 485	25,3	21 807	25,5	1 322	6,5
Publicidade	12 792	15,8	10 687	12,5	-2 105	-16,5
Comunicações	8 616	10,7	9 944	11,6	1 328	15,4
Informática	8 981	11,1	9 447	11,0	466	5,2
Deslocações	1 872	2,3	1 589	1,9	-283	-15,1
Economato	1 894	2,4	2 042	2,4	148	7,8
Consultadoria	5 930	7,3	9 775	11,4	3 845	64,8
Mão de Obra Eventual	4 030	5,0	2 710	3,2	-1 320	-32,8
Formação	602	0,7	761	0,9	159	26,4
Gestão de Meios de Pagamento	7 168	8,9	7 268	8,4	100	1,4
Outros Fornecimentos e Serviços	8 488	10,5	9 621	11,2	1 133	13,3
TOTAL	80 858	100,0	85 651	100,0	4 793	5,9

Amortizações

O acréscimo verificado em 2008 na rubrica de Amortizações, no valor de 2,7 milhões de Euros (+17,2%) reflecte os investimentos efectuados nas vertentes de *Software* e de Equipamento Informático, que representaram 65,6% do investimento total.

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007		2008		Variação	
	Valor		Valor		Valor	%
Amortizações						
Activos Intangíveis	6 537		8 152		1 615	24,7
Software	6 537		8 152		1 615	24,7
Activos Tangíveis	9 139		10 215		1 076	11,8
Imóveis	3 485		3 303		-182	-5,2
Equipamento	5 611		6 679		1 068	19,0
Activos em Locação Operacional	43		233		190	441,9
TOTAL	15 676		18 367		2 691	17,2

Eficiência

O Rácio de *Cost-to-Income* registado em 2008 foi de 61,9%. Deduzido o efeito extraordinário dos Encargos com Reformas Antecipadas, obter-se-ia o valor de 59,6%, inferior em 1,1 p.p. ao do ano de 2007.

EVOLUÇÃO DO RÁCIO COST-TO-INCOME

(milhões de euros)



Os diversos indicadores de funcionamento e de produtividade apresentam melhorias, sendo de destacar, para além da redução do número médio de Colaboradores por Balcão, que passou de 10, em 2007, para 9,3, em 2008, a redução do montante de Gastos de Funcionamento em proporção do Activo, o acréscimo de Activo Líquido Médio por Colaborador, de 476 mil Euros, situando-se em 5,8 milhões de Euros (+8,9%) e o aumento de Produto Bancário médio por Colaborador, que atingiu 139 mil Euros em 2008.

INDICADORES	2007	2008	Variação	
Gastos de Funcionamento/ Activo Líquido Médio (%)	1,45	1,37	-0,08 p.p.	
Activo Líquido Médio/ N.º Médio de Colaboradores (m.€)	5 358	5 834	476	8,9%
Produto Bancário/ N.º Médio de Colaboradores (m.€)	137	139	2	1,5%
N.º Colaboradores / Balcão (Quantidade)	9,96	9,29	-0,67	-6,7%

Provisões e Imparidade

Foram ainda implementadas medidas, mobilizadas pessoas e reorganizados processos, conducentes à melhoria da eficácia na recuperação e controlo do crédito vencido, através das quais foi possível amortecer os efeitos negativos do contexto, caracterizado pelo aumento das dificuldades das empresas e das famílias no cumprimento do serviço de dívida dentro dos prazos acordados, e da menor propensão à valorização dos activos mobiliários e imobiliários.

Assim, o total das Provisões Líquidas situou-se em 120,8 milhões de Euros, observando um acréscimo de 27,1 milhões de Euros (+28,9% face a 2007), não se afastando significativamente da taxa de crescimento ocorrida no ano anterior (que foi de 22,2%).

(milhares de euros)

TIPOS DE PROVISÕES E IMPARIDADE	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões Líquidas de Crédito	83 853	89,5	95 905	79,4	12 052	14,4
Constituição	300 939		423 215		122 276	40,6
Recuperação	217 086		327 310		110 224	50,8
Imparidades Líquidas de Títulos	3 714	4,0	19 899	16,5	16 185	435,8
Constituição	3 714		20 372		16 658	448,5
Recuperação			473		473	
Imparidades Líquidas de Outros Activos	6 126	6,5	4 953	4,1	-1 173	-19,1
Constituição	7 782		6 073		-1 709	-22,0
Recuperação	1 656		1 120		-536	-32,4
Total das Provisões e Imparidade Líquidas	93 693	100,0	120 757	100,0	27 064	28,9
Constituição	312 435		449 660		137 225	43,9
Recuperação	218 742		328 903		110 161	50,4

O aumento registado no total das provisões líquidas foi substancialmente afectado pela variação no reconhecimento de imparidades na carteira de títulos, no valor de 16,2 milhões de Euros (+435,8%). Tal evolução explica 59,8% da variação total das provisões, seguindo-se a componente de crédito, como um aumento de 12,1 milhões de Euros (+14,4%).

Rendibilidade

Os rácios de rendibilidade foram afectados pelo contexto. Assim, para um Resultado do Exercício de 35,3 milhões de Euros, alcançou-se uma rendibilidade dos capitais próprios (ROE) de 4,14% (7,78% em 2007) e uma rendibilidade do activo (ROA) de 0,21% (0,41% em 2007).

O *cash flow* total atingiu o valor de 174,4 milhões de Euros, registando um ligeiro aumento de 0,5%, traduzindo, fundamentalmente a evolução das Provisões e Imparidade, que se reflectiu negativamente no Resultado do Exercício.

EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DO CASH-FLOW

(milhares de euros)

	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cash-Flow Total	173 561	100,0	174 435	100,0	874	0,5
Amortizações	15 676	9,0	18 367	10,5	2 691	17,2
Provisões Líquidas	93 693	54,0	120 757	69,2	27 064	28,9
Resultado do Exercício	64 192	37,0	35 311	20,3	-28 881	-45,0

Fundo de Pensões

Para o cálculo das responsabilidades do Fundo de Pensões do Montepio foram considerados os seguintes pressupostos:

- taxa de desconto de 5,75%;
- taxa de crescimento salarial de 3,0%;
- taxa de crescimento das pensões de 2,0%;
- manutenção da tábua de mortalidade TV 88/90, para homens e para mulheres.

As responsabilidades passadas totais situaram-se em 514,2 milhões de Euros, com uma variação homóloga negativa de 34,0 milhões de Euros (-6,2%), devido aos ajustamentos introduzidos nos pressupostos, sobretudo, na taxa de desconto, de modo a espelhar as condições de mercado registadas ao longo do ano.

EVOLUÇÃO DO FUNDO DE PENSÕES DO MONTEPIO

(milhares de euros)

	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Responsabilidades passadas totais	548 265	514 212	-34 053	-6,2
2. Responsabilidades dispensadas de financiamento	106 482	78 216	-28 266	-26,5
3. Responsabilidades mínimas a cobrir (1-2)	441 783	435 996	-5 787	-1,3
4. Valor do Fundo	442 901	436 148	-6 753	-1,5
5. Coberturas				
Responsabilidades Mínimas (4/3)	100,3%	100,0%		
Responsabilidade Total (4/1)	80,8%	84,8%		4,0 p.p.
6. Movimentos efectuados no Fundo:				
6.1. Contribuições recebidas (+)	57 035	36 648	-20 387	-35,7
6.2. Rendimento efectivo dos activos (+)	22 353	-29 217	-51 570	-230,7
6.3. Encargos (-)	160	114	-46	-28,8
6.4. Pensões pagas (-)	10 728	14 070	3 342	31,2
	68 500	-6 753	-75 253	-109,9

As condições adversas dos mercados exerceram a sua influência no desempenho do Fundo de Pensões do Montepio, observando uma desvalorização de 1,5%, para um valor, no final do ano, de 436,1 milhões de Euros, devido, sobretudo, ao rendimento dos activos que foi de -29,2 milhões de Euros no exercício, influenciando o valor final do movimento financeiro, o qual registou uma variação de -6,8 milhões de Euros em 2008.

O grau de cobertura das Responsabilidades Mínimas exigidas pelas autoridades de supervisão para o valor do fundo, situou-se em 100,0% (100,3% em 2007), e o grau de cobertura para as Responsabilidades Passadas Totais foi de 84,8% (80,8% em 2007).

Solvabilidade

Com o objectivo de alcançar maiores níveis de solidez e sustentabilidade, o Montepio reforçou os Fundos Próprios de Base, no valor de 111,0 milhões de Euros (+14,8%) e os Fundos Próprios Complementares, no montante de 72,3 milhões de Euros (+24,1%), alcançando um Rácio de Solvabilidade de 11,67% e um *Tier 1* (que, no caso da Caixa Económica é equivalente ao *Core Capital*) de 8,21% excedendo, assim, o limite mínimo recomendado pelo Banco de Portugal, na Carta Circular nº 83/2008 (de 8% a partir do próximo mês de Setembro de 2009). Por outro lado, o Rácio do Imobilizado situa-se nos 11,56%, estando sujeito ao limite máximo de 100%.

(milhares de euros)

RUBRICAS	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Fundos Próprios Elegíveis	1 043 126	1 224 920	181 794	17,4
(+) <i>Capital Institucional</i>	635 000	660 000	25 000	3,9
(+) <i>Reservas e Resultados</i>	200 808	265 286	64 478	32,1
(-) <i>Deduções Regulamentares</i>	85 077	63 605	-21 472	-25,2
(=) Fundos Próprios de Base	750 731	861 681	110 950	14,8
(+) Fundos Próprios Complementares	300 431	372 746	72 315	24,1
(-) Outras deduções	8 036	9 507	1 471	18,3
2. Fundos Próprios Mínimos Requeridos	938 669	840 032	-98 637	-10,5
3. Rácios				
Solvabilidade	8,89%	11,67%		2,78 p.p.
<i>Tier 1</i> * (recomendação BdP: 8% a partir de Setembro p.f.)	6,40%	8,21%		1,81 p.p.
<i>Core Capital</i>	6,40%	8,21%		1,81 p.p.
Imobilizado (limite BdP: 100%)	13,12%	11,56%		-1,56 p.p.

* Atendendo à sua natureza institucional, no caso da Caixa Económica, *Tier 1* é equivalente ao *Core Capital*, uma vez que não temos instrumentos híbridos.

4.6.6. NOTAÇÕES DE RATING

O Montepio vem sendo avaliado, para efeitos de notação de *rating*, por duas prestigiadas agências de *rating* internacionais, a Fitch Ratings e a Moody's, que mantiveram as notações para a Caixa Económica, mantendo o seu *outlook* estável.

AGÊNCIAS DE RATING	Curto Prazo	Longo Prazo	Outlook
Fitch Ratings	F2	A-	Estável
Moody's	P-1	A2	Estável

Os principais factores subjacentes às notações atribuídas pelas agências são:

- baixo risco associado à actividade de retalho;
- forte implantação da marca no mercado de crédito à habitação;
- adequada qualidade dos activos;
- solidez dos fundos próprios.

4.6.7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Dando cumprimento ao disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 23.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação dos Resultados de 2008, no valor de 35 311 milhares de Euros:

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor
Para Reserva Legal	7 063
Para Reserva Especial	1 766
Transferência para Resultados Transitados (Aviso 12/2001 BdP)	15 210
A transferir para o Montepio Geral – Associação Mutualista	11 272
RESULTADO DO EXERCÍCIO	35 311

O valor a transferir para Resultados Transitados corresponde à amortização do impacto da transição para as IAS/IFRS, das responsabilidades para com o Fundo de Pensões, em conformidade com o n.º 13-A do Aviso n.º 12/2001, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 4/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal.



Caixa Económica
Montepio Geral
– Consolidado



4.7. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL – BASE CONSOLIDADA

ANÁLISE FINANCEIRA

Introdução

Considerando que, no Relatório de Gestão da Caixa Económica, em base individual, já é apresentada uma análise detalhada dos aspectos relativos ao negócio, aos riscos, aos rácios e limites prudenciais, aos indicadores de desempenho e aos resultados e, tendo em conta que o seu activo líquido representou cerca de 104% do total do grupo, abordam-se, neste ponto, apenas os aspectos relacionados com a consolidação de contas.

Perímetro de Consolidação

O perímetro de consolidação, definido de acordo com as regras estabelecidas para este efeito, compreende as seguintes entidades:

- Consolidadas pelo método da consolidação integral:
 - Caixa Económica Montepio Geral;
 - Banco MG Cabo Verde, IFI, SA;
 - Veículos de titularização de crédito («Pelican Mortgages No.1» e «Pelican Mortgages No.2»); estas entidades, através das quais foram realizadas as operações de titularização, são incluídas, porquanto, de acordo com os critérios definidos pelas NIC, é possível inferir que a Caixa Económica exerce controlo sobre as suas actividades.
- Consolidadas pelo método da equivalência patrimonial – são consolidadas por este método as empresas participadas em que a Caixa Económica detém um investimento duradouro mas não existe uma relação de domínio. Estão nesta situação as seguintes empresas participadas:
 - Lusitania, Companhia de Seguros, SA (*);
 - Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA (*);
 - HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, SA;
 - Norfin – Soc. Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, SA;
 - Germont – Empreendimentos Imobiliários, SA.

Diferencial entre Resultados Individuais e Consolidados

IMPACTO NOS RESULTADOS E NA SITUAÇÃO LÍQUIDA DA CONSOLIDAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(milhares de euros)

RUBRICAS	Resultados Líquidos	Situação Líquida
1 – CEMG – Contas Individuais 31 Dez. 08	35 311	857 296
2 – Impacto da Consolidação das Participações Financeiras	2 173	-6 063
2.1. – Consolidação Integral	488	748
MG Cabo Verde	488	748
2.2. – Equivalência Patrimonial	1 685	-6 811
Lusitania – Seguros	274	-4 148
Lusitania – Vida	1 434	-2 439
NORFIN	79	404
Germont	–	–
HTA Hotéis Turismo e Animação dos Açores	-102	-628
3 – Outros Reajustamentos de Consolidação	-3 610	-27 564
Imparidade da Carteira Crédito	-2 300	8 422
Fundo Pensões	-1 271	-36 398
Swaps associados às Operações de Titularização	-39	412
4 – CEMG – Contas Consolidadas 31 Dez. 08 (1+2+3)	33 874	823 669

(*) Considerada nesta consolidação apenas a posição accionista directa da CEMG na Lusitania (26,2%) e na Lusitania Vida (39,3%). As posições accionistas do MG – AM nestas participadas estratégicas (65,7% e 41,1%, respectivamente) não são consideradas neste perímetro de consolidação.

Os principais impactos decorrentes da consolidação nos Resultados e na Situação Líquida tiveram origem nas seguintes situações:

- **ajustamentos de Consolidação nos Resultados do Exercício:** todas as empresas consideradas no perímetro de consolidação tiveram contributos positivos para a formação do Resultado do Exercício, com excepção da HTA Hotéis Turismo Animação dos Açores, que apresentou um valor negativo de 0,102 milhões de Euros;
- **ajustamentos de Consolidação na Situação Líquida:** as empresas Lusitania Seguros, Lusitania Vida e HTA Hotéis Turismo Animação dos Açores registaram contributos negativos para a Situação Líquida Global Consolidada, reflectindo a diferença entre a situação líquida detida em cada empresa (% do capital social aplicado aos capitais próprios) e o valor da Participação Financeira registado no Balanço da CEMG;
- **imparidade da Carteira de Crédito:** realizou-se um reforço de 2,3 milhões de Euros, no ano de 2008, com impacto directo nos Resultados. Não obstante, continuou-se a verificar um impacto global positivo na Situação Líquida, no montante de 8,4 milhões de Euros, decorrente da aplicação das IAS à determinação do risco económico da carteira de crédito que se revela mais favorável à Instituição, comparando com as provisões para riscos de crédito, calculadas de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal;
- **Fundo de Pensões:** o impacto do Fundo de Pensões no Resultado Líquido Consolidado, no valor de 1,3 milhões de Euros, refere-se à amortização dos desvios excluídos do Corredor que, no caso das contas consolidadas, incide também sobre o acréscimo de responsabilidades decorrentes da aplicação da nova tábua de mortalidade. Na Situação Líquida, o valor negativo, de 36,4 milhões de Euros, resulta da situação anterior, e do reconhecimento em Resultados Transitados do impacto da transição para as IAS que, no caso das contas em base individual, é reconhecido em Encargos Diferidos (Aviso n.º 12/2001, do Banco de Portugal).

Síntese de Indicadores

Das contas consolidadas da Caixa Económica, em 2008, destaca-se:

- o Resultado Consolidado do Exercício, que atingiu o valor de 33,9 milhões de Euros, registando uma redução de 46,3%, face a 2007;
- a rentabilidade do Activo Líquido Médio (ROA), que se fixou em 0,20%, e a dos Capitais Próprios Médios (ROE) que atingiu 4,05%;
- o Rácio de Solvabilidade, que apresentou um valor de 11,44%. O *Tier 1* (igual ao *Core Capital*, no caso do Montepio) foi de 7,92%.

(milhares de euros)

INDICADORES CONSOLIDADOS	2007	2008	Variação homóloga	
			Valor	%
1. DIMENSÃO				
Activo Líquido	16 898 729	16 851 534	-47 195	-0,3
Varição	6,3%	-0,3%		-6,6 p.p.
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	835 733	823 669	-12 064	-1,4
2. RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA				
<i>Cash Flow</i> do Exercício	175 467	175 302	-165	-0,1
Resultado do Exercício	63 095	33 874	-29 221	-46,3
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	0,38%	0,20%		-0,18 p.p.
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	7,90%	4,05%		-3,85 p.p.
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2,45%	2,43%		-0,02 p.p.
<i>Cost to Income</i>	60,79%	62,33%		1,54 p.p.
3. RISCO DE CRÉDITO				
Rácio de Crédito e Juros Vencidos	2,20%	2,79%		0,59 p.p.
Rácio de Crédito e Juros Vencidos a mais de 90 dias	1,91%	2,29%		0,38 p.p.
4. PRUDENCIAIS				
Rácio de Solvabilidade	8,95%	11,44%		2,49 p.p.
<i>Tier 1</i> e <i>Core Capital</i>	6,42%	7,92%		1,50 p.p.

Síntese da Actividade de Grupo

O Activo Líquido consolidado atingiu o valor de 16 852 milhões de Euros, correspondendo a um decréscimo de 47,2 milhões de Euros (-0,3%), quando comparado com 2007, devido à evolução registada nos Activos Financeiros e Outros Investimentos (aplicações em Instituições de Crédito), apresentando uma redução de 27,8%, associada a reembolsos de recursos que atingiram a maturidade.

EVOLUÇÃO DO ACTIVO LÍQUIDO

(milhares de euros)

TIPO DE ACTIVOS	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito a Clientes	14 605 447	86,4	15 009 892	89,1	404 445	2,8
Disponibilidades	360 031	2,2	369 244	2,2	9 213	2,6
Aplicações Inst. Crédito e Outros Investimentos Financeiros	1 676 698	9,9	1 210 505	7,2	-466 193	-27,8
Outros Activos	256 553	1,5	261 893	1,5	5 340	2,1
TOTAL DO ACTIVO	16 898 729	100,0	16 851 534	100,0	-47 195	-0,3

A diminuição registada nas Aplicações em Instituições de Crédito, anteriormente referida, a par do acréscimo verificado no Crédito a Clientes (+2,8%), provocou uma diminuição de 2,7 p.p. no peso das referidas aplicações financeiras no Total do Activo, e um aumento, também de 2,7 p.p., na proporção do Crédito a Clientes.

O Total do Activo Líquido em base individual é superior ao do consolidado, no montante de 708 milhões de Euros, devido à metodologia de consolidação aplicada à operação sintética de Titularização *Pelican Mortgages* N.º 4, no valor de 1 000 milhões de Euros, realizada em Maio de 2008.

Na estrutura do Passivo e Capital consolidados mantiveram-se as percentagens do ano anterior, com 95,1% e com 4,9%, respectivamente.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO E DO CAPITAL

(milhares de euros)

TIPO DE PASSIVOS	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Recursos de Clientes	8 373 164	49,6	8 330 340	49,4	-42 824	-0,5
Recursos de Instituições de Crédito	657 934	3,9	744 456	4,4	86 522	13,2
Recursos de Bancos Centrais			852 803	5,1	852 803	
Passivos Financeiros	6 210 112	36,7	5 486 096	32,6	-724 016	-11,7
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	670 633	4,0	485 186	2,9	-185 447	-27,7
Outros Passivos	151 153	0,9	128 984	0,7	-22 169	-14,7
TOTAL DO PASSIVO	16 062 996	95,1	16 027 865	95,1	-35 131	-0,2
TOTAL DO CAPITAL	835 733	4,9	823 669	4,9	-12 064	-1,4
TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL	16 898 729	100,0	16 851 534	100,0	-47 195	-0,3

No Total do Passivo destaca-se:

- o recurso a Bancos Centrais (BCE), no montante de 853 milhões de Euros;
- os Recursos de Clientes, que continuaram a representar a maior parcela de financiamento do Grupo, com um peso de 49,4%, embora, ligeiramente inferior a 2007 (49,6%);
- os Passivos Financeiros, constituídos, essencialmente, por responsabilidades representadas por títulos, que apresentaram uma redução de 724 milhões de Euros (-11,7%), traduzindo as amortizações efectuadas.

O total do Capital (Situação Líquida), que inclui o Capital Institucional, Reservas e Resultados, registou uma diminuição de 12 milhões de Euros (-1,4%).

Resultados, Eficiência e Rendibilidade

O Resultado Consolidado atingiu o valor de 33,9 milhões de Euros, ou seja, -46,3% (explicada detalhadamente no Relatório de Gestão da Caixa Económica em base individual), devido, essencialmente, ao acréscimo verificado na imparidade de títulos (+16,5 milhões Euros) e ao reforço de Encargos com Reformas Antecipadas (+9,8 milhões Euros).

Excluindo estes dois efeitos não recorrentes (+26,3 milhões de Euros) e as mais-valias extraordinárias com a venda de participações financeiras (-2,7 milhões de Euros) obter-se-ia um Resultado corrigido de 57,5 milhões de Euros. Por outro lado, ajustando o Resultado do Exercício de 2007 das mais-valias não recorrentes, provenientes da venda de participações financeiras (que seria de 55,4 milhões de Euros), o resultado de 2008 seria superior em 3,8%, face ao de 2007.

(milhares de euros)

	2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros e proveitos equiparados	850 702		971 277		120 575	14,2
Juros e custos equiparados	522 085		636 781		114 696	22,0
MARGEM FINANCEIRA	328 617	81,8	334 496	81,7	5 879	1,8
Rendimentos de instrumentos de capital	649	0,2	882	0,2	233	35,9
Rendimentos de serviços e comissões	79 406	19,8	84 544	20,6	5 138	6,5
Encargos com serviços e comissões	11 276	2,8	13 560	3,3	2 284	20,3
Resultados de activ. e pass. avaliados ao justo valor através de result.	(17 691)	-4,4	(22 040)	-5,4	(4 349)	24,6
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8 667	2,2	3 765	0,9	(4 902)	-56,6
Resultados de reavaliação cambial	1 294	0,3	1 681	0,4	387	29,9
Resultados de alienação de outros activos	2 318	0,6	496	0,1	(1 820)	-78,5
Outros resultados de exploração	9 692	2,4	19 369	4,7	9 677	99,8
Total de proveitos operacionais	73 059	18,2	75 139	18,3	2 080	2,8
PRODUTO BANCÁRIO	401 676	100,0	409 635	100,0	7 959	2,0
Gastos com o pessoal	147 616	36,8	151 260	36,9	3 644	2,5
Gastos gerais administrativos	80 900	20,1	85 696	20,9	4 796	5,9
Amortizações do exercício	15 678	3,9	18 370	4,5	2 692	17,2
Total de custos operacionais	244 194	60,8	255 326	62,3	11 132	4,6
Provisões líquidas de anulações	231	0,1	185	0,0	(46)	-19,9
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	86 322	21,5	97 855	23,9	11 533	13,4
Imparidade de outros activ. Financ. líquida de reversões e recuperações	3 714	0,9	20 248	4,9	16 534	445,2
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	6 427	1,6	4 770	1,2	(1 657)	-25,8
RESULTADO OPERACIONAL	60 788	15,1	31 251	7,6	(29 537)	-48,6
Resultados por equivalência patrimonial	2 307	0,6	2 623	0,6	316	13,7
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	63 095	15,7	33 874	8,3	(29 221)	-46,3
<i>Cash-Flow</i>	175 467		175 302		(165)	-0,1

O rácio *Cost to Income* (Gastos Operacionais / Produto Bancário, em %) situou-se em 62,3%, registando uma subida de 1,5 p.p.. Excluindo dos Gastos Operacionais o valor não recorrente de Encargos com Reformas Antecipadas (9,8 milhões de Euros) o rácio *cost-to-income* passaria de 62,3% para 59,9%, ou seja, -2,4 p.p.

DESIGNAÇÃO	2007	2008	Variação
	%	%	
Custos com o Pessoal / Produto Bancário	36,8	36,9	0,1 p.p.
Gastos Gerais Administrativos / Produto Bancário	20,1	20,9	0,8 p.p.
Amortizações / Produto Bancário	3,9	4,5	-0,6 p.p.
Cost to Income	60,8	62,3	1,5 p.p.
Cost to Income sem Encargos com Reformas Antecipadas	60,8	59,9	-0,9 p.p.

Os níveis de rentabilidade foram influenciados negativamente pela turbulência verificada nos mercados financeiros e no mercado imobiliário, obrigando ao reforço das provisões, e pelos encargos com reformas antecipadas, tendo-se situado a Rentabilidade do Activo (ROA) em 0,20% e a Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) em 4,08%.

RENDIBILIDADE

DESIGNAÇÃO	2007	2008	Variação
Resultados / Activo Líquido Médio (ROA)	0,38%	0,20%	-0,18 p.p.
Resultados / Capitais Próprios Médios (ROE)	7,90%	4,08%	-3,82 p.p.
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2,45%	2,43%	-0,02 p.p.

Capitalização e Rácios Prudenciais

Os Fundos Próprios de Base consolidados, constituídos pelo Capital Institucional, Reservas e Resultados do Exercício, elevaram-se a 833 milhões de Euros, reflectindo o reforço do Capital Institucional, em 25 milhões de Euros, por parte da Associação Mutualista, e o aumento das Reservas.

Os Requisitos de Fundos Próprios (fundos próprios mínimos correspondentes a 8% dos activos e extrapatrimoniais ponderados pelo risco) situaram-se em 840 milhões de Euros e apresentaram uma melhoria significativa (redução de 10,6%), devido à aplicação dos critérios de Basileia II, sobretudo, à ponderação mais favorável atribuída ao crédito hipotecário, face ao risco da carteira.

O Rácio de Solvabilidade consolidado fixou-se em 11,44%, tendo o *Tier 1* (equivalente ao *Core Capital*, no caso do Montepio) atingido 7,92%.

FUNDOS PRÓPRIOS, RÁCIO DE SOLVABILIDADE E RÁCIO DO IMOBILIZADO CONSOLIDADO

(milhares de euros)

INDICADORES	2007	2008	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Fundos Próprios Elegíveis	1 051 695	1 202 349	150 654	14,32
(+) Fundos próprios de base	754 184	832 316	78 132	10,36
(+) Fundos próprios complementares	305 547	379 541	73 994	24,22
(-) Deduções	8 036	9 508	1 472	18,32
Requisitos de Fundos Próprios	940 123	840 469	-99 654	-10,60
Rácios				
Solvabilidade	8,95%	11,44%	2,49 p.p.	
<i>Tier 1</i> e <i>Core Capital</i> (recomendação BdP: 8% a partir de Setembro p.f.)	6,42%	7,92%	1,50 p.p.	
Imobilizado (limite BdP: 100%)	12,03%	10,63%	-1,40 p.p.	

4.8. EMPRESAS DO GRUPO MONTEPIO

Montepio Gestão de Activos

MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS – SGFI, SA.

A Sociedade Montepio Gestão de Activos é a entidade especializada na gestão de patrimónios financeiros do grupo Montepio, concentrando as actividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras.

Síntese da Actividade

Em consequência da conjuntura, o mercado português de fundos de investimento mobiliário foi fortemente penalizado em 2008, assistindo-se a uma redução dos activos sob gestão de 44,3%, o que representou uma queda de valor de 25 763 milhões de Euros, em 2007, para 14 343 milhões de Euros, em 2008 (Fonte: CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários).

Apesar da evolução dos fundos de investimento mobiliário geridos pela Montepio Gestão de Activos, ter sido, igualmente, penalizada pelas condições de mercado, não foi, contudo, na mesma dimensão dos seus principais concorrentes. A Montepio Gestão de Activos ocupa o 6.º lugar do *ranking* das Sociedades Gestoras de Fundos Mobiliários, desde Janeiro de 2008 (8.º lugar, no final de 2007), considerando o valor dos activos sob gestão, fixando-se a quota de mercado no final de 2008 em 2,22%, superior à do ano 2008.

Na actividade de gestão discricionária de carteiras os efeitos da crise financeira não se fizeram sentir de igual forma, tendo a carteira sob gestão da Montepio Gestão de Activos registado um decréscimo de 3,2%, em linha com o mercado.

Indicadores Financeiros

A crise financeira mundial determinou uma redução significativa do Resultado Líquido do Exercício da Montepio Gestão de Activos: registou-se, assim, uma diminuição de 45,5%, situando-se em 0,6 milhões de Euros. Os proveitos da sociedade foram afectados pela diminuição das comissões de gestão dos Fundos de Investimento Mobiliário, bem como pela redução das comissões variáveis relacionadas com os objectivos de rentabilidade fixados para as carteiras sob gestão discricionária.

Em consequência, os indicadores de rentabilidade diminuiram, face ao ano de 2007, apesar de se manterem em níveis apreciáveis.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Activos sob Gestão (FIM + GP)	1 436 744	1 163 753	-272 991	-19,0
<i>Activos sob Gestão (FIM)</i>	563 684	318 541	-245 143	-43,5
<i>Activos sob Gestão (GP)</i>	873 060	845 212	-27 848	-3,2
Activo Líquido	3 878	3 134	-744	-19,2
Recursos Próprios	2 947	2 581	-366	-12,4
Proveitos de Exploração	6 386	5 457	-929	-14,5
Resultado do Exercício	1 032	562	-470	-45,5
<i>Cash Flow</i>	1 048	570	-478	-45,6
ROA	26,60%	17,93%	-8,67 p.p.	
ROE	53,86%	27,83%	-26,03 p.p.	
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	13	13	0	

Perspectivas

Em 2009, a actividade da sociedade deverá continuar a ser condicionada pela evolução dos mercados financeiros e pela incerteza quanto à recuperação das principais economias mundiais.

O objectivo passa por continuar a perseguir a valorização dos activos dos participantes, apesar do contexto difícil, procurando desenvolver adequadamente a carteira de oferta de Fundos de Investimento, em conformidade com o Plano Estratégico aprovado para o grupo Montepio, aproveitando a capacidade da rede de balcões do Montepio, nomeadamente por via de relacionamento dos Gestores de Cliente *Premium* com os Clientes do segmento *affluent*.



FUTURO – SGFP, SA.

A Futuro é uma instituição especializada na gestão de Fundos de Pensões Fechados e Abertos, dirigidos a empresas e particulares, com 20 anos de actividade e cujo capital social é detido maioritariamente pelo grupo Montepio.

Síntese da Actividade

No final de 2008, o valor sob gestão no mercado nacional de Fundos de Pensões ascendia a 20 242 milhões de Euros (Fonte: Instituto de Seguros de Portugal), o que traduz um decréscimo de 9,5%, face ao final de 2007. Os Fundos de Pensões PPR diminuíram 19,7% fixando-se em 403 milhões de Euros.

A Futuro é uma das oito maiores entidades gestoras de Fundos de Pensões do mercado português que, no seu conjunto, concentravam cerca de 95% do valor total sob gestão dos fundos de pensões em 2008, dos quais a Futuro representava 5,5%. A Sociedade gere 7 Fundos Abertos, com cerca de 40.000 participantes particulares, 20 Fundos Fechados de Grandes Empresas e Instituições, tais como Montepio, NAV, IFADAP, GALP, REN, Banco BIG ou Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e 17 de Empresas – Adesões colectivas.

No exercício, o valor das contribuições nos Fundos de Pensões geridos pela Futuro foi de 19,6 milhões de Euros, tendo o ano encerrado com um saldo negativo (contribuições deduzidas de reembolsos) de 21,3 milhões de Euros, afectado pelo aumento acentuado dos reembolsos (83%), face ao ano anterior. Não obstante, o número de novos Clientes angariados foi de 2 620. Face à conjuntura, os investidores aumentaram a procura de produtos com capital garantido, ou mesmo com rentabilidade garantida, o que explica que, da oferta de Fundos da Futuro, o Fundo Garantia de Futuro tenha sido o que teve o maior crescimento homólogo do valor de subscrições (21,5%).

O Canal Bancário contribuiu com 15,7 milhões de Euros das subscrições angariadas pela FUTURO, o que representa cerca de 80% do total da produção de 2008.

Indicadores Financeiros

Os activos sob gestão dos Fundos de Pensões geridos pela Futuro apresentaram um decréscimo de 2,5%, face a 2007, explicado fundamentalmente pela redução de 14,5% do valor sob gestão dos Fundos Abertos. Os Proveitos diminuíram 4,6%, face ao ano anterior, com especial incidência nas comissões dos Fundos Abertos (-4,9%).

O resultado líquido apurado foi de 0,3 milhões de Euros, em linha com o obtido em 2007.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Activos sob Gestão	1 150 958	1 121 799	-29 159	-2,5
Activo Líquido	7 461	7 197	-264	-3,5
Recursos Próprios	4 939	4 944	5	0,1
Proveitos de Exploração	7 970	7 601	-369	-4,6
Resultado do Exercício	277	273	-4	-1,4
Cash Flow	670	768	98	14,6
ROA	3,71%	3,79%	0,08 p.p.	
ROE	5,61%	5,52%	-0,09 p.p.	
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	31	31	0	

Perspectivas

O modelo de negócio ir-se-á manter em 2009, tendo como principal objectivo o aumento da penetração no mercado das Pequenas e Médias Empresas, aproveitando a capacidade de distribuição dos Gestores de Clientes de Empresas e dos Gestores de Negócios, bem como através da integração dos produtos da Futuro no pacote de oferta do Montepio destinado a empresas.

Em 2009, perspectiva-se um incremento da produção junto dos segmentos de Particulares, através da venda de planos de entregas periódicas, sabendo-se que os benefícios fiscais se mantêm no Orçamento de Estado para 2009.



Grupo Montepio

LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS, SA.

Fundada em 1986, a Lusitania é a companhia de seguros dedicada aos ramos Não Vida do grupo Montepio.

Síntese da Actividade

No ano de 2008, o volume dos prémios do mercado de Seguros Não Vida cifrou-se em 4,3 mil milhões de Euros (Fonte: Instituto de Seguros de Portugal), registando um decréscimo de cerca de 2%, que resultou, essencialmente, da evolução negativa observada nos dois ramos de maior dimensão – Automóvel e Acidentes de Trabalho. A redução mais expressiva foi a do Ramo Automóvel, de 7%, que reflecte a tendência de diminuição do prémio médio cobrado aos Clientes e, ainda, a redução das vendas no sector.

O valor de prémios brutos emitidos pela Lusitania Companhia de Seguros foi de 139,4 milhões de Euros, no final de 2008, o que representava uma quota de mercado de seguros Não Vida de 3,22%. Os ramos de Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos obtiveram uma produção idêntica à de 2007, com uma quota de mercado superior à quota global do ramo Não Vida, ramos que em conjunto com o Automóvel representam 96% da actividade da Lusitania.

No que diz respeito ao Canal Bancário, verificou-se um maior aproveitamento de sinergias, consubstanciado no aumento da actividade de venda cruzada na rede de balcões do Montepio, com principal destaque para a Campanha Montepio Ordenado Auto, que esteve em vigor durante todo o ano, com impacto positivo no valor dos prémios captados pela rede bancária. Em consequência, a relevância do Canal Bancário na produção da Lusitania aumentou, passando o seu peso de 15,8%, em 2007, para 18,6%, em 2008.

Indicadores Financeiros

Em 2008, o Resultado Líquido do Exercício foi de 2,4 milhões de Euros, valor superior em 169% ao alcançado em 2007. Para este resultado contribuíram positivamente a redução dos custos com sinistros, líquidos de resseguro e dos gastos administrativos.

Os níveis de rentabilidade tiveram uma melhoria face a 2007: o ROE passou para 9,42% e o ROA para 0,86%.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Activo Líquido	294 734	279 793	-14 941	-5,1
Recursos Próprios	30 303	25 403	-4 900	-16,2
Prémios Brutos Emitidos	156 968	139 367	-17 601	-11,2
Custos com Sinistros	85 305	85 404	99	0,1
Resultado do Exercício	888	2 392	1 504	169,4
Taxa de sinistralidade	54,3%	61,3%	6,9 p.p.	
ROA	0,30%	0,86%	0,55 p.p.	
ROE	2,93%	9,42%	6,49 p.p.	
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	353	353	0	

Perspectivas

Em linha com as Orientações Estratégicas definidas para o grupo, dar-se-á prioridade ao desenvolvimento das sinergias com o Canal Bancário, aproveitando a experiência acumulada da sua rede de balcões na venda cruzada de produtos da Lusitania. Por outro lado, perspectiva-se uma evolução favorável da actividade de *Assurfinance*, por via da dinamização dos canais agenciados do Montepio.

LUSITANIA VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

A Lusitania Vida, seguradora do ramo vida pertencente ao grupo Montepio, disponibiliza na sua oferta seguros de vida, individuais e de grupo, com coberturas para os riscos de morte, invalidez e acidente, produtos para a protecção da velhice, de poupança e investimento e, ainda, operações de capitalização de poupanças.

Síntese da Actividade

Tal como ocorreu em 2007, o crescimento do volume de negócios no mercado segurador em Portugal foi impulsionado pela expansão do ramo Vida (+17%), segmento onde o total dos prémios atingiu quase 11 mil milhões de Euros (Fonte: Instituto de Seguros de Portugal). Para esta evolução, pesaram muito positivamente os PPR, cujos prémios ou contribuições aumentaram 44% (cerca de 2,5 mil milhões de Euros).

A actividade da Lusitania Vida, no exercício de 2008, reflecte o aprofundamento da estratégia do grupo Montepio no domínio dos produtos vida, de maior complementaridade com a Associação Mutualista e com a Futuro. Os PPR são disponibilizados preferencialmente por estas duas entidades, as soluções de capitalização pela Associação Mutualista e os produtos de vida-risco pela Associação Mutualista e Lusitania Vida.

Indicadores Financeiros

No ano de 2008, os Resultados Líquidos da Lusitania Vida aumentaram 15,1%, para 4,8 milhões de Euros e a rentabilidade atingiu níveis expressivos, com o ROE a atingir cerca de 25%. A melhoria nos resultados é reflexo do aumento da actividade nos últimos três anos, permitindo potenciar os rendimentos provenientes da carteira.

O valor de prémios brutos emitidos na componente vida-risco manteve-se relativamente constante, em linha com a evolução dos produtos de crédito bancário que originam a sua venda cruzada. Nos produtos de capitalização, registou-se um decréscimo, fruto da estratégia de captação de recursos do Montepio, da maior complementaridade com a Associação Mutualista, mas também da alteração do comportamento dos investidores, mais avessos ao risco, e que, por este motivo, deram preferência a aplicações de curto prazo.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2007	2008	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Activo Líquido	428 767	422 310	-6 457	-1,5
Recursos Próprios	19 584	18 023	-1 561	-8,0
Prémios Brutos Emitidos	105 815	32 767	-73 048	-69,0
Resultado do Exercício	4 209	4 845	636	15,1
ROA	-	1,14%	-	-
ROE	-	24,74%	-	-
N.º de trabalhadores a 31 Dezembro	30	29	-1	-3,3

Nota: No início do ano de 2008 foi introduzido o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros – os valores apresentados foram apurados de acordo com as novas regras. Não foram calculados os indicadores de rentabilidade para o ano de 2007, uma vez que não existem dados pro-forma de Balanço para o ano de 2006.

Perspectivas

Em 2009, a Lusitania Vida deverá manter a oferta do Ramo Vida no Canal Bancário em estreita complementaridade com a oferta da Associação Mutualista, com a Futuro e com a Lusitania Seguros, nomeadamente nos produtos vida-risco, com crescente importância na actividade de venda cruzada do Montepio.



Montepio RESIDÊNCIAS

RESIDÊNCIAS MONTEPIO – SERVIÇOS DE SAÚDE, SA.

A empresa Residências Montepio, Serviços de Saúde S.A. foi criada no final do ano de 2005, com o objectivo de reforçar a presença do Grupo Montepio na área da protecção social e da melhoria de qualidade de vida, em especial no segmento da 3.ª idade. A sua actividade centra-se na gestão de centros de Residências Sénior e na prestação de serviços de apoio domiciliário, através da comercialização dos cartões Vitalidade na rede comercial do Montepio.

Síntese da Actividade

O exercício de 2008, terceiro ano completo de actividade da Residências Montepio, foi marcado pela inauguração, em Outubro, no Porto, do primeiro dos sete centros residenciais com abertura prevista até ao ano de 2010.

A prestação de serviços de apoio domiciliário através da comercialização do cartão Vitalidade +, que cobre a área da Grande Lisboa, Grande Porto e as cidades de Setúbal e Braga, e do cartão Tele-Vitalidade, que veio permitir alargar o serviço a todo o país, continuaram a ser amplamente promovidos na rede comercial do Montepio e através da celebração de protocolos de colaboração com diversas entidades associativas.

Perspectivas

Para 2009 está prevista a abertura de mais três centros residenciais, o que deverá gerar um aumento muito significativo das receitas. A abertura destes centros residenciais deverá estimular, igualmente, o negócio dos serviços de apoio domiciliário, aumentando o interesse dos clientes por este produto.

5. Demonstrações Financeiras, Notas, Certificação Legal de Contas e Relatórios de Auditoria

5.1. MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

ACTIVO	NOTAS	2008			2007
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		53 251	6 264	46 987	31 784
Terrenos e Recursos Naturais	7	3 729	–	3 729	3 088
Edifícios e Outras Construções	7	19 022	6 264	12 758	11 945
Outras Imobilizações Corpóreas	7	89	–	89	89
Imobilizações em Curso	7	30 411	–	30 411	16 662
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		1 675 059	61 611	1 613 448	1 326 026
Participação Financeira Institucional	9	660 000	–	660 000	635 000
Participações Financeiras Diversas	9	51 094	–	51 094	38 628
Acções Diversas	8	6 283	1 357	4 926	7 603
Obrigações e Títulos de Participação	8	606 880	14 517	592 363	408 481
Empréstimos de Financiamento		3 533	–	3 533	1 791
Investimento em Imóveis	7	154 126	41 427	112 699	109 260
Outras Aplicações Financeiras	8	193 143	4 310	188 833	125 263
DÍVIDAS DE TERCEIROS		7 930	342	7 588	8 045
Associados		568	–	568	532
Estado e Outros Entes Públicos	17	1 526	–	1 526	1 590
Outros Devedores		5 836	342	5 494	5 923
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS		23 202		23 202	52 062
Obrigações	8	25 038	–	25 038	49 879
Derivados	8	(1 836)	–	(1 836)	2 183
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA		896 890		896 890	836 964
Depósitos Bancários	35	896 890	–	896 890	836 964
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		12 211		12 211	11 327
Acréscimos de Proveitos	32	12 029	–	12 029	11 297
Custos Diferidos	32	182	–	182	30
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		–	47 691	–	–
TOTAL DE PROVISÕES		–	20 526	–	–
TOTAL DO ACTIVO		2 668 543	68 217	2 600 326	2 266 208

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2009

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	2008	2007
CAPITAL PRÓPRIO			
Fundo Social			
Fundos Próprios	23	75 971	68 263
Excedentes Técnicos	20 e 23	60 954	59 235
Reservas de Reavaliação	10 e 23	(20 862)	(7 552)
Reservas Legais	23	169 866	150 991
Outras Reservas	23	1 581	1 388
Resultados transitados	23	45 273	36 507
Resultado Líquido do Exercício		9 390	50 169
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		342 173	359 001
PASSIVO			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS			
Provisões Matemáticas para Encargos com Modalidades Associativas	20 e 23	1 964 413	1 811 149
Subvenções e Melhorias de Benefícios	20 e 23	89 388	91 594
DÍVIDAS A TERCEIROS		203 551	3 428
Beneficiários		2 244	2 301
Dívidas a Instituições de Crédito	33	200 000	–
Estado e Outros Entes Públicos	17	702	642
Fornecedores		77	370
Outros Credores		528	115
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		801	1 036
Acréscimos de Custos	32	801	1 036
TOTAL DO PASSIVO		2 258 153	1 907 207
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		2 600 326	2 266 208
CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS			
Administração de Fundações	18	2 329	2 176
Responsabilidades Assumidas por Terceiros	18	37 489	46 791
Responsabilidades Assumidas perante Terceiros	18	36 636	43 427
Outras Contas Extrapatromoniais	18	6 894	2 511

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃOAntónio Tomás Correia – *Presidente*

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

DÉBITO	NOTAS	2008	2007
CUSTOS E PERDAS			
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS		582 246	477 815
Aumento das Provisões Matemáticas		355 924	281 705
Outros Custos das Modalidades Associativas			
Prestações		3 132	2 656
Capitais Vencidos	36	195 588	165 970
Subvenções e Melhorias de Benefícios		7 784	8 702
Rendas Vitalícias		2 738	2 764
Outros Custos Inerentes a Associados		17 080	16 018
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		2 413	2 866
CUSTOS COM O PESSOAL	26	6 976	6 788
AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO	7	380	357
PROVISÕES		127	94
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		749	1 025
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS FINANCEIROS	27	21 317	3 756
JUROS E CUSTOS SIMILARES	27	11 897	5 614
	(A)	626 105	498 315
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS		2 842	1 857
Donativos	29	58	30
Perdas em Imobilizações	29	2 678	1 606
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	29	102	219
Outras Perdas Extraordinárias	29	4	2
TOTAL DOS CUSTOS	(C)	628 947	500 172
RESULTADO DO EXERCÍCIO		9 390	50 169
TOTAL DO DÉBITO		638 337	550 341

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2009

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

CRÉDITO	NOTAS	2008	2007
PROVEITOS E GANHOS			
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS		515 600	437 944
Redução das Provisões Matemáticas		217 263	147 890
Outros Proveitos das Modalidades Associativas			
Jóias		387	519
Quotizações		70 933	67 049
Capitais Recebidos		224 210	219 331
Rendas Vitalícias		891	1 444
Outros Proveitos Inerentes a Associados		1 916	1 711
PROVEITOS SUPLEMENTARES		6	8
COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		25 632	20 252
Dotação da Caixa Económica	23	25 632	20 252
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS		89 771	82 416
Juros Obtidos	27	65 593	56 120
Rendimento de Imóveis	27 e 28	16 218	15 517
Rendimento de Participações de Capital	27	3 104	3 264
Diferenças de Câmbio Favoráveis	27		1
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	27	3 027	5 779
Proveitos de Operações de Cobertura	27	1 829	1 735
	(B)	631 009	540 620
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS		7 328	9 721
Ganhos em Imobilizações	29	6 968	8 783
Redução de Amortizações e Provisões	29	–	208
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	29	353	724
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	29	7	6
TOTAL DO CRÉDITO	(D)	638 337	550 341
RESUMO:			
RESULTADOS CORRENTES	(B)-(A)	4 904	42 305
RESULTADO LÍQUIDO	(D)-(C)	9 390	50 169

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃOAntónio Tomás Correia – *Presidente*

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	2008	2007
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamento / (Recebimento) de fornecedores	(283)	194
Devedores e credores	(5 638)	46
Custos inerentes a associados	(226 322)	(195 726)
Proveitos inerentes a associados	298 337	290 055
Associados e beneficiários	(86)	681
Outros proveitos operacionais	48	36
Outros custos operacionais	(9 365)	(9 643)
Fundos próprios	(829)	(632)
Excedentes técnicos	(2 957)	(5 496)
Custos e proveitos extraordinários	35	(26)
Impostos	124	(606)
	53 064	78 883
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Participações financeiras diversas	(7 506)	1 342
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros – imóveis	9 194	13 522
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros – títulos de crédito	(228 904)	43 423
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros – títulos negociáveis	27 062	(32 789)
Depósitos a prazo	(39 566)	(29 044)
Papel comercial	(15 000)	510
Juros de depósitos à ordem	4 210	5 683
Imobilizações corpóreas	(16 381)	(14 820)
Imobilizações incorpóreas	(68)	(14)
	(266 959)	(12 187)
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Participação institucional	(25 000)	(50 000)
Resultados transferidos da CEMG	25 757	20 377
Empréstimos de financiamento	(656)	(898)
Empréstimos bancários	200 000	(1 436)
	200 101	(31 957)
Varição Líquida em Caixa e Equivalentes	(13 794)	34 739
Caixa e Equivalentes no início do período	87 714	52 975
Caixa e Equivalentes no fim do período	73 920	87 714

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

Introdução

O Montepio Geral – Associação Mutualista («Associação») é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em 4 de Outubro de 1840.

A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver acções de protecção social, solidariedade e integridade a favor dos Associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

O Montepio Geral – Associação Mutualista é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. Iniciou a sua actividade em 4 de Outubro de 1840 e as contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

A Associação prepara as suas Demonstrações Financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de Dezembro. Até 31 de Dezembro de 2007, a Associação preparava as suas Demonstrações Financeiras de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no citado Plano de Contas.

Em 31 de Dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objectivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board («IASB») e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee («IFRIC»), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas reportam-se aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 e foram preparadas com base nos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação na preparação das suas Demonstrações Financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2008, são consistentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2007.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros activos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nos IFRS requer que a Associação efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das Demonstrações Financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.16.

As presentes notas às Demonstrações Financeiras respeitam a ordem estabelecida pelo Plano de Contas das Associações Mutualistas, pelo que os números não identificados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de situações a reportar.

A Associação não prepara Demonstrações Financeiras consolidadas. Nesta base, as Demonstrações Financeiras anexas da Associação não reflectem as variações patrimoniais que resultariam da aplicação de critérios de consolidação das participações financeiras diversas e da participação financeira institucional.

As Demonstrações Financeiras da Associação são preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

3.2. TRANSIÇÃO – ALTERAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na preparação das Demonstrações Financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2008 e na determinação dos ajustamentos de introdução das alterações às políticas contabilísticas, a Associação aplicou retrospectivamente os critérios de mensuração e reconhecimento estabelecidos nos IFRS.

Uma análise dos impactos das alterações às políticas contabilísticas, referente a 31 de Dezembro de 2007 e 1 de Janeiro de 2007 (data da transição) é apresentada na Nota 37.

3.3. IMOBILIZADO CORPÓREO

O imobilizado corpóreo encontra-se valorizado ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com o imobilizado corpóreo são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	N.º de anos
Edifícios e outras construções	50

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 - Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

3.4. INVESTIMENTO EM IMÓVEIS

A Associação classifica como Investimento em imóveis os edifícios arrendados.

Os Investimentos em imóveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

	N.º de anos
Investimento em imóveis	50

Quando existe indicação de que um investimento em imóveis possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um investimento em imóveis exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do um investimento em imóveis e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com os investimentos em imóveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

3.5. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (INSTITUCIONAL E DIVERSAS)

As participações financeiras correspondem a participações no capital de empresas em que o interesse da sua manutenção esteja ligado à actividade da Associação e da sua Caixa Económica.

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Associação exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Associação detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Associação detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Associação detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Associação exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade.

3.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*«trade date»*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*«discounted cash flows»*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

3.7. CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Classificação

Conforme referido na nota 3.1., a Associação alterou as suas políticas contabilísticas tendo adoptado os critérios de reconhecimento e mensuração definidos nos IFRS. Nessa base a estrutura e nível de divulgação de informação das demonstrações financeiras não foram alterados.

Nessa base, para efeitos de mensuração dos instrumentos financeiros de acordo com os requisitos definidos no IAS 39 – Instrumentos financeiros, a Associação classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Associação designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch); ou
- Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Investimentos disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Associação tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*«trade date»*), ou seja, na data em que a Associação se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Associação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou

(iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Associação tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente («*bid-price*»). Na ausência de cotação, a Associação estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. A Associação não adoptou esta possibilidade.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Activos a deter até à maturidade são também permitidas.

Imparidade

A Associação avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

3.8. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

3.9. DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

3.10. PROVISÕES DE COBRANÇAS DUVIDOSAS

A provisão para cobranças duvidosas é baseada na evolução das dívidas de cobrança duvidosa, sendo apresentada como dedução ao saldo de clientes de cobrança duvidosa.

A avaliação desta provisão é efectuada trimestralmente pela Associação, tomando em consideração o período de incumprimento.

3.11. RECONHECIMENTO DE CUSTOS E PROVEITOS

Os proveitos e os custos são registados no período a que dizem respeito, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

3.12. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases actuariais aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das Demonstrações Financeiras, a Associação efectua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos actuariais mais adequados face à realidade actual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades será efectuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detectada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

3.13. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido.

3.14. DESPESAS RELATIVAS À CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afectos à Direcção e ao Gabinete de Desenvolvimento da Associação, na dependência da Direcção Informática, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direcção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial (ver nota 26).

3.15. LUCROS DISTRIBUÍDOS PELA CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

Os lucros recebidos da Caixa foram repartidos entre as rubricas de fundos próprios e participações e subsídios à exploração da demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a referida distribuição (ver nota 35).

3.16. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na Nota 3 às Demonstrações Financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das Demonstrações Financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Associação determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Associação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e como consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados durante o ano de 2008, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Associação.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Provisões técnicas

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas decorrentes das modalidades, a Associação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

6. Número de Associados

Em 31 de Dezembro de 2008, a Associação possuía 431 596 (2007: 411 960) Associados efectivos, que efectuaram 729 228 inscrições (2007: 681 830). Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de Associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	2008	2007
Modalidades individuais:		
Capitais de reforma	232 433	228 955
Garantia de pagamento de encargos	144 476	144 667
Capitais de previdência diferidos com opção	126 646	107 185
Poupança reforma	18 378	15 360
Capitais para jovens	9 258	8 943
Capitais de previdência	6 911	7 133
Capitais de reforma com prazo certo	18 414	6 791
Pensões de reforma	5 879	6 175
Pensões de sobrevivência e dotes	1 779	1 836
Outros	2 816	3 016
	566 990	530 061
Modalidades de coberturas adicionais:		
Pensões de reforma – restituição de quotas	5 810	6 080
Capital temporário de invalidez	307	298
Pensões de reforma – adicional de invalidez	272	297
Quotas para capitais de garantia	31	30
	6 420	6 705

7. Imobilizações e investimentos em imóveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Imobilizações corpóreas:		
Terrenos e recursos naturais	3 729	3 088
Edifícios e outras construções	19 022	17 828
Outras imobilizações corpóreas	89	89
Imobilizações em curso	30 411	16 662
	53 251	37 667
Investimentos financeiros:		
Investimento em imóveis	154 126	148 282
	207 377	185 949
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(2 944)	(2 830)
Relativas a exercícios anteriores	(44 747)	(42 075)
	(47 691)	(44 905)
	159 686	141 044

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Imobilizações em curso inclui o montante de Euros 29 872 000 (2007: Euros 15 371 000) referente a custos incorridos com a construção de complexos habitacionais de residências assistidas.

Os movimentos da rubrica Imobilizações e investimentos financeiros, durante o exercício de 2008, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Transf. Euros '000	Abates/ Regularizações Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	3 088	641	–	–	3 729
Edifícios e outras construções	17 828	1 133	61	–	19 022
Outras imobilizações corpóreas	89	–	–	–	89
Imobilizações em curso	16 662	14 607	(858)	–	30 411
	37 667	16 381	(797)	–	53 251
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis	148 282	6 066	797	(1 019)	154 126
	185 949	22 447	–	(1 019)	207 377
Amortizações acumuladas:					
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	5 883	381	–	–	6 264
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis	39 022	2 564	–	(159)	41 427
	44 905	2 945	–	(159)	47 691

8. Carteira de títulos

Conforme referido na nota 3.7, os outros activos financeiros foram classificados nas várias categorias do IAS 39 – Instrumentos financeiros e mensurados ao justo valor com as variações reflectidas nas reservas ou nos resultados de acordo com a política contabilística associada a cada carteira.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos classificados como disponíveis para venda são analisados como segue:

	Euros '000				Valor de Balanço
	Custo amortizado	Reserva de justo valor		Imparidade	
		Positiva	Negativa		
Acções diversas	7 449	769	(615)	–	7 603
Obrigações e títulos de participação	375 305	351	(6 968)	(1 431)	367 257
Outras aplicações	126 352	2 049	(3 138)	–	125 263
31 de Dezembro de 2007	509 106	3 169	(10 721)	(1 431)	500 123
Acções diversas	6 808	70	(595)	(1 357)	4 926
Obrigações e títulos de participação	595 767	3 650	(26 422)	(14 517)	558 478
Outras aplicações	190 708	4 260	(1 825)	(4 310)	188 833
31 de Dezembro de 2008	793 283	7 980	(28 842)	(20 184)	752 237

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Valor de balanço – Obrigações	33 885	41 224
Valor de aquisição	41 675	44 015

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos classificados como detidos para negociação são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Valor de balanço – Obrigações	25 038	49 879
Valor de aquisição	24 821	49 790

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os derivados são analisados como segue:

	2008 Euros '000		2007 Euros '000	
	Nocional	Justo Valor	Nocional	Justo valor
Contratos sobre crédito				
<i>Credit Default Swaps</i>	30 000	(1 000)	21 500	(134)
Contratos sobre taxas de juro				
<i>Interest Rate Swaps</i>	25 000	(930)	44 000	2 317
Contratos sobre índices				
<i>Call Options</i>	10	66	–	–
<i>Put Options</i>	36	28	–	–
		(1 836)		2 183

No Anexo I é apresentado o inventário de títulos com referência a 31 de Dezembro de 2008.

A provisão para a carteira de títulos corresponde à imparidade determinada de acordo com os critérios estabelecidos pelo IAS 39 – Instrumentos Financeiros. O movimento ocorrido nesta rubrica, durante o exercício de 2008, é apresentado como segue:

	Euros '000			
	Saldo em 1 Janeiro	Reforços	Reposições/ Utilizações	Saldo em 31 Dezembro
Acções, obrigações e outras aplicações financeiras	1 431	18 753	–	20 184

9. Participações financeiras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Participação financeira institucional	660 000	635 000
Participações financeiras diversas	51 094	38 628
	711 094	673 628

Durante o exercício de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral precedeu a um aumento de capital no montante de Euros 25 000 000, tendo sido integralmente subscrito pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

Ainda no exercício de 2008, a Nova Câmbios, S.A. procedeu a um aumento de capital no montante de Euros 250 000, tendo o Montepio Geral – Associação Mutualista subscrito o montante de Euros 75 000.

No decurso do exercício de 2008, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação que detinha na Caixa Económica de Cabo Verde de cerca de 17,61% do capital social desta instituição, tendo realizado uma mais valia no montante de Euros 4 799 000 Euros.

Durante o exercício de 2008, o Montepio Geral – Associação Mutualista procedeu à constituição da sociedade comercial anónima denominada por Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A., tendo subscrito e realizado o capital de Euros 70 000, correspondente a 70% do capital social da instituição.

Ainda no exercício de 2008, a Bolsimo procedeu a dois aumentos de capital no montante global de Euros 13 450 000, tendo o Montepio Geral – Associação Mutualista subscrito o montante de Euros 12 325 000.

A rubrica Participações financeiras pode ser analisada como segue:

	2008					
	Capital Social	Número acções	Percentagem de Participação	Custo aquisição Euros '000	Capitais próprios (*) Euros '000	Valor Balanço Euros '000
Subsidiárias e associadas						
Caixa Económica Montepio Geral	635 000	–	100,000%	660 000	857 296	660 000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	25 000	3 285 475	65,710%	23 769	16 692	23 769
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	20 000	328 893	41,111%	9 647	7 409	9 647
Nova Câmbios, S.A.	750	4 500	30,000%	227	241	227
Silvip, S.A.	750	3 960	26,400%	308	664	308
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 567	52 822	61,737%	1 963	3 052	1 963
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	1 200	239 655	99,856%	1 331	2 577	1 331
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	50	10 000	100,000%	50	31	50
Bolsimo – Gestão de Activos	13 500	123 700	91,630%	12 370	12 360	12 370
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	3 000	1 529 700	50,990%	1 020	1 301	1 020
Sagies, S.A.	500	27 000	27,000%	97	155	97
Leacock (Seguros), Lda.	300	a)	81,000%	242	1 990	242
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	100	700	70,000%	70	n.d.	70
						711 094

a) Representada por quotas

* Os capitais próprios atribuíveis são relativos às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

A participação financeira institucional corresponde ao capital institucional (100%) na Caixa Económica Montepio Geral. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o balanço da Caixa pode ser resumido como segue:

	2008	2007
	Euros '000	Euros '000
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	254 742	269 201
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	92 125	62 664
Outros créditos sobre instituições de crédito	166 781	663 021
Créditos a clientes	14 724 822	14 108 881
Activos financeiros detidos para negociação	58 655	43 417
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 031	3 897
Activos financeiros disponíveis para venda	1 886 107	905 195
Derivados de cobertura	7 727	9 536
Investimentos detidos até à maturidade	39 912	39 371
Investimentos em associadas	30 626	30 597
Outros activos tangíveis	85 847	80 921
Activos intangíveis	14 776	13 619
Outros activos	193 228	204 859
	17 559 379	16 435 179
Passivo		
Recursos de bancos centrais	852 803	–
Recursos de outras instituições de crédito	1 073 122	952 282
Recursos de clientes	8 009 242	8 086 025
Responsabilidades representadas por títulos	4 670 942	5 246 771
Passivos financeiros detidos para negociação	37 643	60 070
Derivados de cobertura	1 234	3 820
Provisões	102 908	98 720
Outros passivos subordinados	386 872	301 848
Outros passivos	1 567 317	807 599
	16 702 083	15 557 135
Situação Líquida		
Capital	660 000	635 000
Reservas de justo valor	(48 064)	(7 973)
Outras reservas e resultados transitados	210 049	186 825
Lucro do exercício	35 311	64 192
	857 296	878 044
	17 559 379	16 435 179

10. Critérios de reavaliação de investimentos financeiros

De acordo com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros, os activos classificados como disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida.

11. Discriminação da reavaliação

Esta rubrica é analisada como segue:

	Custo Aquisição Amortizado Euros '000	Reserva de Reavaliação Euros '000	Valor de Balço Euros '000
Acções diversas			
Acções de entidades nacionais	628	(200)	428
Acções de entidades estrangeiras	4 823	(325)	4 498
	5 451	(525)	4 926
Obrigações e títulos de participação			
Obrigações de entidades nacionais	228 825	(740)	228 085
Obrigações de entidades estrangeiras	352 425	(22 032)	330 393
	581 250	(22 772)	558 478
Outras aplicações financeiras			
Títulos da dívida pública portuguesa	48 477	786	49 263
Títulos da dívida pública estrangeira	20 720	170	20 890
Fundos de investimento	102 201	1 479	103 680
Papel comercial	15 000	–	15 000
	186 398	2 435	188 833
	773 099	(20 862)	752 237

17. Estado e outros entes públicos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Activo:		
IVA a recuperar	324	1 299
IVA – reembolsos pedidos	1202	291
	1 526	1 590
Passivo:		
IRS retenções na fonte	82	61
IVA apuramento	618	581
Imposto do selo	2	–
	702	642

18. Contas extrapatrimoniais

Os saldos desta conta são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Responsabilidades assumidas perante terceiros	36 636	43 427
Valores recebidos em depósito e administração	2 329	2 176
Responsabilidades assumidas por terceiros	37 489	46 791
Outras contas extrapatrimoniais	6 894	2 511

A rubrica «Valores recebidos em depósito e administração», diz respeito ao património de várias fundações e de alguns prémios atribuídos em diversos âmbitos, que são geridos pela Associação.

A rubrica «Responsabilidades assumidas perante terceiros» inclui o montante de Euros 23 000 000 (2007: Euros 31 500 000) referente a derivados contratados com a Caixa Económica Montepio Geral, bem como o montante de Euros 13 636 000 (2007: Euros 11 927 000) de empreitadas adjudicadas.

A rubrica «Responsabilidades assumidas por terceiros» inclui o montante de Euros 32 140 000 (2007: Euros 34 000 000) referente a derivados contratados com a Caixa Económica Montepio Geral e ainda o montante de Euros 5 349 000 (2007: Euros 6 323 000) de garantias bancárias.

20. Fundos permanentes

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica dos fundos permanentes das modalidades associativas pode ser analisada como segue:

	2008			
	Euros '000			
	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Excedentes técnicos	Total
Capitais de reforma	1 387 018	–	2 957	1 389 975
Capitais de reforma prazo certo	177 684	–	–	177 684
Poupança reforma	58 110	–	–	58 110
Capitais de previdência	10 520	25 011	11 898	47 429
Capitais de previdência diferidos com opção	111 708	9 084	24 406	145 198
Pensões de reforma	124 440	25 845	2 077	152 362
Capitais para jovens	33 656	5 502	9 818	48 976
Pensões de sobrevivência e dotes	6 889	21 550	3 448	31 887
Outros	28 193	2 396	6 344	36 933
	1 938 218	89 388	60 948	2 088 554
Rendas Vitalícias:				
Estatutos de 1966	26 195	–	6	26 201
	1 964 413	89 388	60 954	2 114 755
	2007			
	Euros '000			
	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Excedentes técnicos	Total
Capitais de reforma	1 387 945	–	5 070	1 393 015
Capitais de reforma prazo certo	71 388	–	–	71 388
Poupança reforma	46 964	–	–	46 964
Capitais de previdência	9 947	24 899	11 399	46 245
Capitais de previdência diferidos com opção	102 285	10 029	24 107	136 421
Pensões de reforma	102 722	25 728	1 484	129 934
Capitais para jovens	31 736	6 253	9 730	47 719
Pensões de sobrevivência e dotes	5 272	22 091	1 791	29 154
Outros	25 822	2 594	5 648	34 064
	1 784 081	91 594	59 229	1 934 904
Rendas Vitalícias:				
Estatutos de 1966	27 068	–	6	27 074
	1 811 149	91 594	59 235	1 961 978

Em 31 de Dezembro de 2008, o grau de cobertura do património líquido sobre as provisões matemáticas corresponde a 115,01% (2007: 114,71%).

As provisões matemáticas incluem o montante de Euros 66 166 000 (2007: 49 004 000), relativo ao incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes da introdução do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 3.7. A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2008 foi de 3,75% (2007: 4,25%).

23. Fundos próprios e fundos permanentes, reservas e provisões para riscos e encargos

As rubricas incluídas nos fundos próprios e fundos permanentes, reservas e provisões para riscos e encargos têm a seguinte composição:

	Distribuição de resultados			Variação líquida das provisões matemáticas Euros '000	Transf. e dotações Euros '000	Outros Euros '000	Saldos em 31 Dezembro Euros '000
	Saldos em 1 Janeiro da Euros '000	da Associação Euros '000	da Caixa Euros '000				
Fundos próprios e fundos permanentes:							
Fundos próprios	68 263	8 413	125	–	(800)	(30)	75 971
Excedentes técnicos	59 229	9 296	–	–	(3 107)	(4 469)	60 949
Rendas vitalícias							
Excedentes técnicos	6	328	–	–	(324)	(5)	5
	127 498	18 037	125	–	(4 231)	(4 522)	136 925
Reservas e resultados transitados:							
Reservas de reavaliação	(7 552)	–	–	–	–	(13 310)	(20 862)
Reservas gerais	150 991	15 396	–	–	3 431	48	169 866
Outras reservas	1 388	–	–	–	193	–	1 581
Resultados transitados	36 507	8 766	–	–	–	–	45 273
	181 334	24 162	–	–	3 817	(13 344)	195 858
Provisões para riscos e encargos:							
Provisões matemáticas	1 811 149	7 970	–	143 175	–	2 119	1 964 413
Subvenções e melhorias de benefícios	91 594	–	–	(4 514)	–	2 308	89 388
	1 902 743	7 970	–	138 661	–	4 427	2 053 801
	2 211 575	50 169	125	138 661	(414)	(13 439)	2 386 584

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante referido como «Outros» em termos do movimento dos Excedentes técnicos inclui a atribuição de melhorias de benefícios às modalidades actuariais, bem como o complemento de resultados atribuídos às modalidades de capitalização.

Durante os exercícios de 2008 e 2007, a Associação recebeu resultados da Caixa (nota 35), tendo efectuado o seu registo nas seguintes rubricas:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Comparticipações e subsídios à exploração	25 632	20 252
Fundos próprios	125	125
	25 757	20 377

Em conformidade com os Estatutos da Associação, os Fundos Permanentes destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

a) Provisões matemáticas – Encontram-se reflectidas no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos e destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Estas provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas actuariais aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 3.12.

b) Subvenções e melhorias de benefícios

i) **Excedentes para subvenções** – Destinam-se a satisfazer os encargos por melhoria de benefícios dos pensionistas e Associados existentes à data do balanço. Os benefícios são calculados de acordo com percentagens aprovadas pela Assembleia Geral.

ii) **Excedentes para melhorias de benefícios** – Estes excedentes destinam-se, de acordo com os Estatutos da Associação, a melhorar os benefícios em formação e em curso. O cálculo destes benefícios efectua-se com bases actuariais. A distribuição efectua-se no momento em que os benefícios se vencem.

Respondem ainda pelas responsabilidades assumidas pela Associação os valores apresentados nas seguintes rubricas do capital próprio:

a) Excedentes técnicos – Parte dos fundos permanentes, não afectos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor

b) Reservas gerais – Estas reservas são dotadas com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respectivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respectivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

26. Custos com o pessoal

A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afectos à Direcção e ao Gabinete de Desenvolvimento da Associação, na dependência da Direcção Informática, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direcção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial. Em 31 de Dezembro de 2008, o montante de custos com pessoal suportado pela Associação ascende a Euros 6 976 000 (2007: Euros 6 788 000).

27. Demonstração de resultados financeiros

As rubricas incluídas na Demonstração de resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	65 593	56 120
Rendimento de imóveis	16 218	15 517
Rendimentos de participações de capital	3 104	3 264
Outros proveitos e ganhos financeiros	3 027	5 779
Operações de cobertura	1 829	1 736
	89 771	82 416
Custos e perdas:		
Juros suportados	28	35
Conservação e reparação de edifícios	1 602	1 755
Outros custos e perdas financeiras	8 915	2 585
Operações de cobertura	1 352	1 239
Juros e custos similares	11 897	5 614
Amortizações de investimentos em imóveis	2 564	2 474
Provisões para aplicações financeiras	18 753	1 282
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	21 317	3 756
	33 214	9 370
Resultado financeiro	56 557	73 046

28. Rendimento de imóveis

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros' 000	
	Valor de balanço	Despesas de conservação e reparação
		Rendimento dos imóveis
Imóveis	176 877	16 218

29. Demonstração de resultados extraordinários

As rubricas incluídas na Demonstração de resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações	6 968	8 783
Redução de provisões e amortizações	–	208
Correcções relativas a exercícios anteriores	353	724
Outros proveitos e ganhos extraordinários	7	6
	<hr/> 7 328	<hr/> 9 721
Custos e perdas:		
Donativos	58	30
Perdas em imobilizações	2 678	1 606
Correcções relativas a exercícios anteriores	102	219
Outros custos e perdas extraordinários	4	2
	<hr/> 2 842	<hr/> 1 857
Resultado extraordinário	<hr/> 4 486	<hr/> 7 864

32. Acréscimos e diferimentos

As rubricas de Acréscimos e diferimentos são analisadas como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Acréscimo de proveitos:		
Juros a receber		
Títulos	9 443	6 204
Outros	2 575	5 086
Outros proveitos a receber		
Outros	11	7
	<hr/> 12 029	<hr/> 11 297
Custos diferidos	<hr/> 182	<hr/> 30
Acréscimos de custos	<hr/> 801	<hr/> 1 036

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Acréscimos de custos inclui o montante de Euros 774 000 (2007: Euros 863 000), relativo a responsabilidades com férias e subsídio de férias.

33. Dívidas a instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2008, a Associação Mutualista firmou um contrato de venda com acordo de recompra de títulos de rendimento fixo com a Caixa Económica – Montepio Geral no montante de Euros 200 000 000.

Importa referir que os activos vendidos não foram desreconhecidos uma vez que a Associação Mutualista detém os riscos e os benefícios subjacentes aos títulos referidos.

34. Imposto sobre o rendimento

A Associação é uma instituição particular de solidariedade social que beneficia de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 10.º do respectivo Código. Tal isenção foi confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

35. Transacções com a Caixa Económica Montepio Geral

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos e as principais transacções efectuadas com a Caixa durante os exercícios findos nessas datas, foram os seguintes:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Depósitos à ordem	73 920	87 714
Depósitos a prazo	822 970	749 250
Empréstimos obtidos (nota 33)	200.000	–
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	11 219	10 739
Distribuição de resultados relativos ao exercício anterior (nota 23)	25 757	20 377
Aumento de capital institucional da Caixa (nota 9)	25 000	50 000

36. Capitais vencidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Capitais de reforma	164 336	132 387
Capitais de previdência diferidos com opção	24 973	28 361
Capitais para jovens	3 445	2 799
Outros	2 834	2 423
	195 588	165 970

A rubrica Capitais vencidos corresponde aos reembolsos de capitais relativos a modalidades cujo benefício se processa por amortização parcial ou total dos valores entregues pelos Associados. Estes reembolsos são deduzidos às responsabilidades da Associação para efeitos do apuramento periódico das provisões matemáticas.

37. Transição – alteração das políticas contabilísticas

Conforme referido na nota 3.1, em 31 de Dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objectivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, a Associação alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008.

As políticas contabilísticas descritas na nota 3 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, na preparação da informação financeira comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, assim como na preparação do balanço de abertura em 1 de Janeiro de 2007.

Os principais impactos, no capital próprio, da aplicação dos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nos IFRS em 31 de Dezembro de 2007, são analisados como segue:

	31 de Dezembro de 2007		
	Capitais próprios		
	PCAM Euros '000	Ajustamentos Euros '000	IFRS* Euros '000
Fundo social	127 498	–	127 498
Reservas de reavaliação	32 910	(40 462)	(7 552)
Reservas gerais	150 991	–	150 991
Outras reservas	1 388	–	1 388
Resultados transitados	–	36 507	36 507
Resultado do exercício	41 404	8 765	50 169
	354 191	4 810	359 001

* Critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nos IFRS

Uma análise detalhada dos ajustamentos decorrentes da aplicação dos critérios de reconhecimento e mensuração dos IFRS em 1 de Janeiro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2007 é apresentada como segue:

	1-Jan-07 Euros '000	31-Dez-07 Euros '000
Capitais próprios de acordo com PCAM	329 155	354 191
Justo valor de investimentos de activos financeiros	1 203	(10 701)
Imparidade de activos financeiros	(149)	(1 435)
Justo valor dos derivados	295	1 656
Anulação da provisão para títulos	5 082	15 290
Capitais próprios de acordo com IFRS *	335 586	359 001

A aplicação dos ajustamentos decorrentes da aplicação dos critérios de reconhecimento e mensuração dos IFRS teve o seguinte impacto no resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007:

	31-Dez-07 Euros '000
Resultado do exercício de acordo com PCAM	41 403
Justo valor de investimentos de activos financeiros	(1 521)
Imparidade de activos financeiros	(1 282)
Justo valor dos derivados	1 361
Anulação da provisão para títulos	10 208
Resultado do exercício de acordo com IFRS *	50 169

Análise dos principais ajustamentos efectuados

Instrumentos financeiros

De acordo com o IAS 39, os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço pelo seu justo valor. De acordo com as anteriores políticas contabilísticas adoptadas pela Associação, os derivados de cobertura eram registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal, sendo apenas periodificado o respectivo juro corrido.

De acordo com o IAS 39, os activos financeiros foram classificados nas categorias de activos financeiros disponíveis para venda e na categoria de justo valor através dos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao valor de mercado sendo as mais e menos valias potenciais existentes registadas em reservas, excepto quando se verifique existir uma perda de imparidade, a qual é registada por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em acções não podem ser revertidas por resultados, contrariamente ao procedimento a seguir para os restantes títulos.

Os activos financeiros na categoria de justo valor através de resultados são registados ao justo valor sendo as mais e menos valias potenciais registadas nos resultados do exercício.

De acordo com o Plano de Contas das Associações Mutualistas, os títulos em carteira eram valorizados ao custo de aquisição ou ao valor de mercado (valor estimado de realização no que respeita a títulos não cotados), dos dois o menor.

As menos-valias potenciais apuradas na valorização dos títulos e outras aplicações financeiras ao valor de mercado ou ao valor estimado de realização, quando não cotados, eram integralmente provisionadas.

A aplicação dos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos no IAS 39, em 31 de Dezembro de 2007, originou um aumento no capital próprio no montante de 4 810 milhares de euros (1 de Janeiro de 2007: 6 431 milhares de euros).

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Anexo I

119

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade Euros '000	Valor do Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000		Valor Unitário	Total Euros '000
INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA			792 677		793 283	(20 184)		752 237
ACÇÕES			6 808		6 808	(1 357)		4 926
<i>Acções de entidades nacionais</i>			1 278		1 278	(148)		943
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS		1,28	77	1,28	77	(28)	0,81	49
EDP RENOVÁVEIS		8,00	320	8,00	320	(120)	5,01	200
CLÍNICA SANTA MARIA BELÉM		7,44	493	7,44	49	–	7,99	529
HOSPITAL DO CORAÇÃO		40,00	2	40,00	2	–	40,00	2
E.I.A.		4,99	349	4,99	349	–	1,90	133
SOFICATRA		24,67	37	24,67	37	–	19,33	29
<i>Acções de entidades estrangeiras</i>			5 530		5 530	(1 210)		3 983
FIVE ARROWS FUND (ex LET HOLDING, Lda.)		0,64	12	0,66	12	–	0,64	12
ETFS LYXOR DJ Eurostoxx 50		44,30	800	44,30	800	(323)	26,42	477
DAX OPEN END CERTIFICATE		79,91	250	79,92	250	(100)	47,94	150
ETFS SHORT DJ Eurostoxx 50		47,63	1 241	47,63	1 241	–	47,06	1 226
ETFS SHORT DAX		102,00	1 000	102,04	1 000	–	89,49	877
ETFS LYXOR DJ Eurostoxx 50		44,30	800	44,30	800	(323)	26,42	477
ETFS Fundo de Acções MSCI		38,66	249	38,60	249	(127)	18,98	122
DAX OPEN END CERTIFICATE		76,63	349	76,55	349	(131)	47,94	219
DAX EUROSTOXX 50 OE CERTIFICATE		43,08	350	43,12	350	(151)	24,44	198
BOVESPA		250,51	100	250,00	100	(55)	114,22	46
MOÇAMBIQUE, COMPANHIA DE SEGUROS		8,77	379	8,77	379	–	4,14	179
OBRIGAÇÕES			595 029		595 767	(14 517)		558 478
<i>Obrigações de entidades nacionais</i>			228 855		228 973	(149)		228 085
MONTEPIO RENDIMENTO TOP 2.ª Série	15 710	1,00	15 700	1,00	15 700	–	1,00	15 710
CEMG 2013	9 200	0,75	6 900	0,76	6 984	–	0,94	8 605
BRISA AUTO ESTRADAS PORTUGAL	1 000	1,00	996	1,00	997	–	0,82	815
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	1 000	0,99	989	0,99	992	–	0,97	970
REN Redes Energéticas	1 100	1,00	1 096	1,00	1 096	–	1,01	1 115
PORTUCEL 2005/2010	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,01	5 027
CELULOSE DO CAIMA, SGPS	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	0,97	4 854
PORTUCEL 2005/2012	4 500	1,00	4 500	1,00	4 500	–	1,00	4 502
BANCO ESPIRITO SANTO	2 000	1,00	1 997	1,00	1 998	–	0,94	1 886
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	2 000	1,00	1 998	1,00	1 998	–	0,94	1 884
BANCO ITAU EUROPA SA	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,86	1 716
LUSITANIA VIDA/2007	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,00	5 000
MONTEPIO RENDIMENTO TOP 1.ª Série	19 421	1,00	19 395	1,00	19 398	–	1,00	19 421
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS 2010	2 000	1,00	1 999	1,00	1 999	–	0,99	1 978
CEMG Jun08-2018 (Obrigações de Caixa – Subscrição Privada)	28 000	1,00	28 000	1,00	28 000	–	1,00	28 000
BANCO ESPIRITO SANTO 2010	2 000	0,97	1 944	0,98	1 950	–	0,97	1 941
BOLSIMO – Gestão de Activos	25 000	1,00	25 000	1,00	25 000	–	1,00	25 000
PARPUBLICA	5 750	0,99	5 705	1,00	5 723	–	1,02	5 874
BANCO SANTANDER TOTTA SA	1 000	1,00	997	1,00	997	–	1,02	1 023
BPI 2017	10 000	1,00	9 990	1,00	9 992	–	0,83	8 265
CEMG Abr/2012 (Obrigações de Caixa – Subscrição Privada)	6 000	1,00	6 000	1,00	6 000	–	1,00	6 000
MONTEPIO CR 35 Novembro 2009	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,00	5 000
CEMG Inflação 2008-2016 (Obrigações de Caixa)	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,00	5 000

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade Euros '000	Valor do Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000		Valor Unitário	Total Euros '000
CRPC 2008/2013 (Obrigações de Caixa)	68 500	1,00	68 500	1,00	68 500	–	1,00	68 500
SOMECE/94	150	0,99	149	1,00	149	(149)	–	–
<i>Obrigações de entidades estrangeiras</i>			366 174		366 794	(14 368)		330 393
OTP BANK PLC	1 000	1,00	1 002	1,00	1 001	–	0,79	793
IXIS CORP & INVESTMENT	2 000	1,00	1 998	1,00	1 998	–	0,95	1 909
MUFG CAPITAL FIN 4 LTD (Tier 1)	750	1,00	750	1,00	750	–	0,58	435
ESFG INTERNATIONAL LTD	500	1,00	500	1,00	500	–	0,80	402
BOIRO FINANCE BV	4 000	1,00	4 000	1,00	4 000	(1 056)	0,74	2 944
NOSTRUM MORTGAGES PLC	3 456	0,98	3 395	0,98	3 396	–	0,92	3 190
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL 2010	8 000	0,98	7 801	0,98	7 865	–	0,98	7 870
BEI 2017	15 000	1,00	14 940	1,00	14 963	–	0,93	13 958
TELECOM ITALIA SPA	500	0,99	495	0,99	496	–	0,87	435
VEOLIA ENVIRONNEMENT	1 000	0,99	990	0,99	992	–	0,87	870
CARNIVAL PLC	1 000	1,00	995	1,00	997	–	0,97	973
ABB INTL FINANCE LTD	1 000	1,01	1 012	1,01	1 008	–	0,93	928
PORTUGAL TELECOM 2012	7 500	0,92	6 934	0,95	7 126	–	0,88	6 609
EDP FINANCE	2 000	1,01	2 015	1,00	2 010	–	0,97	1 937
THYSSENKRUPP AG	2 000	1,03	2 055	1,01	2 029	–	1,01	2 010
REPSOL INTL FINANCE	1 000	1,03	1 035	1,02	1 024	–	0,97	970
VEOLIA ENVIRONNEMENT 2013	3 000	1,03	3 083	1,02	3 057	–	1,03	3 098
TELECOM ITALIA SPA	500	1,06	531	1,04	520	–	1,00	500
ELECTRICITE DE FRANCE SA	500	0,99	497	0,99	497	–	0,98	492
CITIGROUP	1 000	0,94	942	0,96	955	–	0,95	951
BANK OF NOVA SCOTIA	1 000	1,00	997	1,00	998	–	0,97	969
ING GROEP NV FIXED RATE	1 000	0,99	990	0,99	990	–	0,83	830
IBERDROLA FINANZAS SAU	200	1,00	200	1,00	200	–	1,06	211
BEI/96-16	379	1,00	381	1,00	380	–	1,30	492
SUN LIFE CANADÁ FUNDING	750	1,00	749	1,00	750	–	1,02	766
BNP PARIBAS	500	1,00	500	1,00	500	–	0,68	340
BRISA FINANCE BV/2003	2 000	0,99	1 988	1,00	1 995	–	0,93	1 859
PORCHE INTL FINANCE	4 000	1,00	4 000	1,00	4 000	–	0,94	3 760
ENDESA SA	1 500	1,00	1 506	1,00	1 500	–	0,98	1 475
PORTUGAL TELECOM INT FIN	1 500	1,00	1 504	1,00	1 500	–	0,99	1 483
BAYER CORP	1 000	1,00	995	1,00	1 000	–	0,99	994
BELGACOM SA DROIT PUB	400	1,00	399	1,00	399	–	0,96	384
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN	1 000	1,00	999	1,00	999	–	1,01	1 012
TELEFONICA EMISIONES SAU	1 000	0,98	980	0,99	990	–	1,00	1 002
COMPAGNIE DE ST GOBAIN	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,94	1 880
EADS FINANCE B V	1 000	1,01	1 008	1,00	1 003	–	1,00	1 000
BANQUES POPULAIRES CB	1 700	1,00	1 696	1,00	1 697	–	1,02	1 734
STADSHYPOTEK AB	1 000	0,98	976	0,98	979	–	0,98	985
LRP LB RHEINLAND – PFALZ	1 000	0,99	987	0,99	992	–	1,00	1 002
LB BADEN – WUERTTEMBERG	1 000	1,00	998	1,00	998	–	1,01	1 014
NATIONAL AUSTRALIA BANK	500	1,00	500	1,00	500	–	0,99	495
CAISSE REFINANCE L'HABIT	1 000	0,99	994	1,00	995	–	0,99	993
ING BANK NV 2013	1 000	1,00	998	1,00	998	–	0,99	994
FORTIS FINANCE NV	500	1,00	500	1,00	500	–	0,97	483
XSTRATA CANADA FIN CORP	500	1,00	498	1,00	499	–	0,99	493
E. ON INTL FINANCE BV	1 000	0,99	994	0,99	995	–	1,04	1 038
SANTANDER INTL DEBT SA	1 000	1,00	999	1,00	999	–	1,02	1 020
ELECTRICIDADE DE FRANCE	200	1,00	199	1,00	199	–	1,06	211

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade Euros '000	Valor do Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000		Valor Unitário	Total Euros '000
FINANTIA	2 500	1,00	2 500	1,00	2 500	–	0,94	2 347
CAJA SEVILLA MONPIS	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	0,60	2 999
SEDNA FINANCE	2 500	1,00	2 500	1,00	2 500	(2 500)	0,00	0
BANCA ITALEASE	2 000	1,00	1 995	1,00	1 997	–	0,58	1 156
PREPS 20061 B1	1 200	1,00	1 200	1,00	1 200	(1 054)	0,12	146
LANDSBANKI ISLANDS	500	0,99	494	0,99	494	(479)	0,03	15
CITIGROUP 2013	500	1,00	500	1,00	500	–	0,95	476
TELECOM ITALIA SPA	500	1,00	500	1,00	500	–	0,96	478
LEHMAN BROTHERS HOLDINGS	2 500	1,00	2 491	1,00	2 491	(2 241)	0,10	250
TELEFONICA EMISIONES SAU	500	1,00	500	1,00	500	–	0,98	490
SANTANDER ISSUANCES	500	0,99	497	1,00	498	–	0,99	494
SYDBANK A/S	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,99	993
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,97	969
MORGAN STANLEY	1 000	1,00	1 001	1,00	1 000	–	0,89	886
SPAREBANKEN ROGALAND	1 000	1,00	1 004	1,00	1 003	–	1,00	997
VODAFONE GROUP PLC	2 000	1,00	1 999	1,00	2 000	–	0,95	1 910
METRO AG	500	1,00	500	1,00	500	–	0,97	483
ING VERZEKERINGEN NV	2 000	1,00	1 997	1,00	1 998	–	0,87	1 736
UNICREDITO ITALIANO	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,84	843
ABS BANCO POPULAR	100	1,00	100	1,00	100	–	0,89	89
BBVA SENIOR FINANCE	3 000	1,00	2 999	1,00	3 000	–	0,98	2 951
ANGLO IRISH BANK CORP	1 000	1,00	1 001	1,00	1 000	–	0,99	985
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	12 425	0,98	12 220	0,99	12 359	–	1,00	12 441
BANCO BPI SA, CAYMAN	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,97	1 944
LEHMAN BROTHERS HOLDINGS	1 000	1,00	998	1,00	998	(898)	0,10	100
MERRILL LYNCH & CO	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,88	878
CITIGROUP INC	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,83	829
BANK OF AMERICA CORP	2 000	1,00	1 995	1,00	1 997	–	0,98	1 963
ALPHA CREDIT GROUP PLC	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,98	979
SELLA HOLDING BANCA SPA	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,95	946
BANCHE POPOLARI UNITE 2011	2 000	1,00	1 997	1,00	1 999	–	0,98	1 968
CAJA DE AHORROS GALICIA	3 500	1,00	3 497	1,00	3 499	–	0,96	3 360
HYPO REAL ESTATE BANK AG	2 500	1,00	2 499	1,00	2 500	–	1,00	2 499
ST GEORGE BANK LTD	1 000	1,00	1 001	1,00	1 000	–	0,98	978
BANKINTER SA	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,97	970
IBERDROLA FINANZAS	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,96	960
WASHINGTON MUTUAL BK	2 000	1,00	1 998	1,00	1 998	(1 618)	0,19	380
DEUTSCHE TELECOM INT FIN	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,99	986
RCI BANQUE SA	1 500	1,00	1 498	1,00	1 499	–	0,99	1 488
CASSA RISPARMIO FIRENZE	1 000	1,00	997	1,00	998	–	1,00	1 000
ROTHSHILDS CONT FIN PLC	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,99	994
BBVA SUB CAPITAL UNIPERS	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	0,95	1 418
FINANCE FOR DANISH IND	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,98	979
NOMURA EUROPE FINANCE NV	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,96	962
SKANDINAVISKA ENSKILDA	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,76	760
BANCHE POPOLARI UNITE 2015	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,87	1 740
DEUTSCHE POSRBANK	2 000	1,00	1 994	1,00	1 995	–	0,84	1 680
BILBAO BIZKAIA KUTXA	2 000	1,00	1 996	1,00	1 997	–	0,88	1 759
MEDIOBANCA	2 000	1,00	1 998	1,00	1 998	–	0,94	1 885
COMMONWEALTH	1 500	1,00	1 497	1,00	1 498	–	0,97	1 461
BANIF FINANCE LTD	2 000	1,00	1 999	1,00	1 999	–	0,95	1 890

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

122

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade Euros '000	Valor do Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000		Valor Unitário	Total Euros '000
ERSTE BANK	2 000	1,00	1 999	1,00	1 999	–	0,60	1 196
DNB NORBANK ASA	2 000	1,00	2 004	1,00	2 003	–	0,77	1 544
HYPOVERREINSBANK LUX	1 000	1,03	1 032	1,02	1 018	–	1,01	1 006
ALLIES IRISH BANKS PLC	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,97	972
ENDESA CAPITAL SA	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	0,99	1 478
FRANCE TELECOM	1 000	1,00	1 002	1,00	1 001	–	0,98	978
GE CAPITAL EURO FUNDING	1 500	1,00	1 497	1,00	1 498	–	0,87	1 306
HSBC FINANCE CORP	1 000	1,00	1 003	1,00	1 001	–	0,99	990
ING VERZEKERINGEN NV	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,99	987
IRISH NATIONWIDE BLDG SO	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	1,00	1 504
NIBC BANK NV	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,87	874
F VAN LANSCHOT BANKIERS	1 500	1,00	1 505	1,00	1 502	–	0,99	1 483
AUTOSTRADA SPA	2 500	1,01	2 515	1,00	2 508	–	0,94	2 347
BANCA ITALEASE	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,96	964
SELLA HOLDING BNCA	1 500	1,00	1 499	1,00	1 499	–	0,95	1 432
LUSITANO PLC (LSME 1 A)	1 525	1,00	1 525	1,00	1 525	–	0,91	1 387
PYME BANCO POPULAR (POPY 2006-1 B)	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	0,80	1 207
DNB NOR BANK ASA	3 000	1,00	2 999	1,00	2 999	–	0,99	2 975
AYT DEUDA SUBORDINADA (Fundo Titularização)	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	0,90	1 345
EBS BUILDING SOCIETY	3 000	1,00	2 993	1,00	2 995	–	0,94	2 820
BANCA DELLE MARCHE	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	1,00	1 000
STANDARD CHARTERES BANK	1 000	1,00	997	1,00	998	–	0,71	710
BANCA LOMBARDA	1 500	1,00	1 498	1,00	1 498	–	0,77	1 148
PROMS XXS6-1 C	1 319	1,00	1 319	1,00	1 319	(162)	0,88	1 157
BES FINANCE LTD	1 000	0,98	983	0,98	983	–	0,49	485
BANIF FINANCE LTD 2016	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	1,00	999
BK TOKYO – MITSUBISHI UF	1 000	0,97	968	0,98	975	–	0,90	901
ROYAL BK OF SCOTLAND PLC	1 000	1,03	1 030	1,03	1 030	–	0,52	520
KBC IFIMA NV	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,92	923
ANGLO IRISH BANK CORP	2 000	1,00	1 999	1,00	1 999	–	0,97	1 936
BANCO POPOLARE DI MILANO	2 000	1,00	1 994	1,00	1 996	–	0,94	1 884
BCP FINANCE BANK LTD	3 000	0,99	2 968	0,99	2 980	–	0,97	2 904
LEASEPLAN CORPORATION NV	1 500	1,00	1 499	1,00	1 500	–	0,99	1 487
COFIDIS	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,96	1 918
MERRIL LYNCH & Co Inc	2 500	1,00	2 498	1,00	2 499	–	0,92	2 294
REPSOL INTL FINANCE	4 000	0,99	3 962	0,99	3 976	–	0,91	3 651
BANCO DE VALENCIA SA	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,82	1 640
NOMURA EUROPE FINANCE NV	3 000	1,00	2 998	1,00	2 999	–	0,98	2 952
HEAT MEZZANINE (Classe AAA)	493	1,00	493	1,00	493	–	0,92	453
PREPS 2007-1 A1 (CLO PREPS)	1 874	1,00	1 874	1,00	1 874	(926)	0,51	948
BANCA ITALEASE 2010	2 000	1,00	1 997	1,00	1 999	–	0,90	1 806
EATON VANCE CDO LTD	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,78	782
INTESA SANPAOLO SPA	2 000	1,00	1 998	1,00	1 998	–	0,91	1 822
BBVA SUB CAPITAL UNIPERS	2 000	1,00	1 997	1,00	1 998	–	0,76	1 525
BENDIGO BANK LTD	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,97	975
SLM CORP	2 000	1,00	1 994	1,00	1 996	–	0,88	1 758
RCI BANQUE SA	1 500	1,00	1 499	1,00	1 499	–	0,95	1 418
CAJA CANTABRIA	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,97	1 932
DEUTSCHE TELEKOM INT FIN	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,96	1 922
HSBC FINANCE CORP	2 000	1,00	1 995	1,00	1 996	–	0,97	1 930
LHB INTERNATIONAL HANDEL	250	1,00	250	1,00	250	–	0,96	240
CAJA ZARAGOZA ARAGON & R	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,79	1 582

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade Euros '000	Valor do Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000		Valor Unitário	Total Euros '000
ICICI BANK LTD/SINGAPORE	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	-	0,95	953
CIE FINANCIERE DU CRED	1 000	1,00	999	1,00	999	-	0,89	888
CID FINANCE BV	500	1,00	500	1,00	500	-	0,91	456
CSCP 2007-5X A2 (CDO) – (GSC European CDO)	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	(313)	0,69	687
BANIF FINANCE LTD	2 000	1,00	1 995	1,00	1 996	-	0,95	1 903
BBVA BANCOMER AS	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	-	0,68	1 367
BANCA DELLE MARCHE 2017	1 500	1,00	1 499	1,00	1 499	-	0,93	1 402
NATIXIS	1 750	1,00	1 749	1,00	1 749	-	0,61	1 068
MERRILL LYNCH 2014	1 500	1,00	1 495	1,00	1 496	-	0,86	1 292
PREPS 2005-2 B1	3 000	0,99	2 963	0,99	2 963	(2 566)	0,13	397
SOCIÉTÉ GENERALE 2017	1 500	1,00	1 499	1,00	1 499	-	0,81	1 211
CAJA DE AHORROS DEL MEDITERRANEO	1 750	1,00	1 748	1,00	1 749	-	0,95	1 656
CREDICO FUNDING SRL	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	-	0,94	941
MALACHITE SENIOR MEZZANINE	840	1,00	840	1,00	840	(554)	0,34	286
ENEL – SOCIETA PER AZIONI	500	1,00	499	1,00	499	-	0,91	456
CEMG 2016 (CALLABLE)	6 000	1,00	6 002	1,00	6 002	-	0,84	5 048
CEMG 2012	4 600	1,00	4 580	1,00	4 582	-	0,97	4 455
UBI BANCA SPCA	1 000	1,00	998	1,00	999	-	0,97	969
NOMURA EUROPE FINANCE NV	2 000	1,00	1 999	1,00	1 999	-	0,91	1 810
CAIXA ESTALVIS TERRASSA	1 000	1,00	999	1,00	999	-	0,97	968
DEUTSCHE BANK AG	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	-	0,98	1 964
CITIGROUP INC	2 000	1,00	2 004	1,00	2 001	-	0,99	1 978
ULSTER BANK IRELAND LTD	2 000	1,00	1 999	1,00	1 999	-	0,92	1 846
CAJA AHORRO MONTE MADRID	2 000	1,00	2 001	1,00	2 000	-	0,98	1 965
BANCO BILBAO VIZCAYA ARG	1 600	1,00	1 601	1,00	1 600	-	0,99	1 591
NATIONAL AUSTRALIA BANK	2 000	1,00	2 002	1,00	2 001	-	0,99	1 982
FORTIS BANK	3 000	1,00	3 005	1,00	3 004	-	0,83	2 501
DOURO 2 A1 (SAGRES)	27	0,90	25	0,91	25	-	0,82	22
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL 2011	9 000	0,98	8 864	0,99	8 907	-	0,97	8 766
UNICREDITO SPA	1 000	0,99	987	0,99	989	-	0,96	958
CAIXA GERAL DEPO PARIS	3 000	0,96	2 873	0,96	2 887	-	0,99	2 958
BCP FINANCE BANK	1 000	0,95	955	0,96	960	-	0,85	854
CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL 2015	4 000	0,95	3 799	0,96	3 821	-	1,00	4 008
UBS AG JERSEY BRANCH	500	0,97	486	0,98	489	-	0,89	445
UBS CAPITAL SECS LTD	500	1,00	500	1,00	500	-	0,65	325
BCP FINANCE BANK 2016	1 000	0,92	918	0,92	924	-	0,96	964
FORTIS BANQUE LUXEMBOURG	2 000	0,94	1 881	0,95	1 891	-	0,98	1 955
BANQUE FED CRED MUTUEL	1 000	1,00	999	1,00	999	-	0,99	987
DEUTSCHE BANK AG	1 000	0,96	956	0,96	960	-	0,88	875
BANCO ITAU EUROPA, AS	2 000	0,98	1 950	0,98	1 964	-	0,98	1 953
FORTIS BANK SA/NV	2 000	1,00	1 999	1,00	1 999	-	0,95	1 909
ABN AMRO BANK NV	2 000	0,96	1 917	0,96	1 924	-	0,96	1 915
NORDEA BANK AB	1 250	1,00	1 249	1,00	1 249	-	0,97	1 216
UNICREDITO SPA	2 000	1,00	1 999	1,00	1 999	-	0,98	1 961
INTESA SANPAOLO SPA	2 000	1,00	1 997	1,00	1 998	-	0,99	1 976
SNS BANK NEDERLAND	1 500	1,00	1 499	1,00	1 499	-	0,94	1 409
BANK OF IRELAND	1 000	1,00	999	1,00	999	-	0,98	978
NATIXIS 2010	1 000	1,00	1 002	1,00	1 001	-	1,00	998
DRESDBNER BANK AG	1 500	1,00	1 499	1,00	1 500	-	0,97	1 455
SPAREBANKEN VEST	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	-	0,99	992
BANK OF MONTREAL	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	-	0,97	968
CREDIT SUISSE LONDON	1 000	1,00	999	1,00	999	-	1,00	997

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade Euros '000	Valor do Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000		Valor Unitário	Total Euros '000
CEMG Jan/2011	6 950	0,94	6 543	0,95	6 599	–	0,99	6 912
BANK OF SCOTLAND PLC	1 000	1,00	998	1,00	998	–	0,97	972
CREDIT AGRICOLE	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,98	983
CEMG PELICAN MORTAGES 3A	2 611	0,87	2 274	0,87	2 280	–	1,00	2 601
CEMG PELICAN MORTAGES 2A	2 061	0,84	1 732	0,84	1 734	–	1,00	2 063
NORTHERN ROCK PLC	500	0,99	494	0,99	495	–	0,99	496
VOLKSWAGEN FIN SERV AG	500	1,03	517	1,02	511	–	1,01	507
COMMERZBANK AG	4 000	0,99	3 967	0,99	3 973	–	0,87	3 496
OUTRAS APLICAÇÕES			190 841		190 708	(4 310)		188 833
<i>Titulos da dívida pública portuguesa</i>			48 612		48 477	–		49 263
CERTIFICADO DE RENDA PERPÉTUA N.º 118	0	1,98	1	2,65	1	–	1,98	1
CONSOLIDADO 1941	1	0,66	0	0,00	–	–	0,87	1
CONSOLIDADO 1942	279	0,94	262	0,94	263	–	0,78	217
CONSOLIDADO 1943	2	0,47	1	0,45	1	–	0,73	2
CONSOLIDADO-CENTENÁRIOS 1940	410	1,00	409	1,00	409	–	0,96	394
O.T's SETEMBRO 98/2013	11 700	1,04	12 164	1,02	11 977	–	1,08	12 647
O.T's JUNHO 2001/2011	12 000	1,00	11 958	1,00	11 982	–	1,05	12 607
O.T's ABRIL 2005/2021	20 000	1,00	19 969	1,00	19 977	–	0,97	19 440
OBRIGAÇÕES DO TESOIRO / Out-2015	3 000	0,95	2 860	0,96	2 876	–	0,98	2 950
OBRIGAÇÕES DO TESOIRO / Abr-2011	1 000	0,99	987	0,99	991	–	1,01	1 005
<i>Titulos da dívida pública estrangeira</i>			20 718		20 721	–		20 890
BUONI POLIENNALI DEL TES	1 000	0,98	980	0,98	984	–	0,98	981
BUONI POLIENNALI DEL TES / Mar-2010	1 000	0,99	987	0,99	993	–	1,01	1 011
REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL / Abr-2009	1 000	1,11	1 106	1,02	1 016	–	1,02	1 021
HELLENIC REPUBLIC / Abr-2009	3 000	0,98	2 947	1,00	2 990	–	1,00	3 003
HELLENIC REPUBLIC / Jul-2015	3 000	0,98	2 933	0,98	2 942	–	0,93	2 790
FINNISH GOVERNMENT / Set-20017	1 000	0,99	991	0,99	992	–	1,03	1 031
BONO Y OBLIG DEL ESTADO / Jan-2016	1 000	0,94	940	0,95	947	–	0,97	974
BELGIUM KINGDOM / Mar-2018	1 000	0,98	980	0,98	982	–	1,02	1 016
BUONI POLIENNALI DEL TES / Ago-2010	4 000	0,98	3 934	0,99	3 942	–	1,00	3 981
NETHERLANDS GOVERNMENT / Jul-2014	2 000	1,00	1 993	1,00	1 994	–	1,03	2 068
NETHERLANDS GOVERNMENT / Jul-2015	2 000	0,97	1 937	0,97	1 944	–	1,00	2 006
BUONI POLIENNALI DEL TES / Jan-2010	1 000	0,99	991	1,00	995	–	1,01	1 007
<i>Fundos de investimento nacionais</i>			80 906		80 906	(3 582)		76 806
MONTEPIO FINANCE SERVICE		50,00	2 000	50,00	2 000	(1 320)	17,00	680
MONTEPIO EURO ENERGY		50,00	2 150	50,00	2 150	(731)	33,00	1 419
MONTEPIO HEALTHCARE		50,00	2 250	50,00	2 250	–	37,00	1 665
FUNDO VIP		9,28	31 219	9,28	31 219	–	9,41	31 661
FUNDO VISION ESCRITÓRIOS		6,84	6 842	6,84	6 842	–	6,54	6 541
FUNDO LOGISTICA DISTRIBUIÇÃO		6,12	2 447	6,12	2 447	–	6,11	2 445
FUNDO IBÉRIA		5,24	524	5,24	524	–	4,51	451
MG-ACÇÕES EUROPA		48,58	1 966	48,59	1 966	(833)	28,00	1 133
MG MULTI GESTÃO DINÂMICA		46,27	1 388	46,27	1 388	(698)	23,00	690
PORTUGAL VENTURE CAP I – A (PVC1)		120 000,00	120	120 000,00	120	–	120 000,00	120
FUNDO ONGOING INTERNATIONAL-CLASS A		1 000,00	30 000	1 000,00	30 000	–	1 000,00	30 000
<i>Fundos de investimento estrangeiros</i>			25 604		25 604	(728)		26 874
GLOBAL HIGH YIELD BOND FUND		11,70	1 755	11,70	1 755	(728)	6,85	1 027
FUNDO NOVENERGIA II		52 656,56	22 850	52 656,56	22 850	–	57 516,62	24 959
FUNDO ROTSCCHILD SAINT		163,61	749	163,54	749	–	147,85	677
FUNDO ARIS DEFENSIVE		156,64	250	156,64	250	–	132,33	211

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade Euros '000	Valor do Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000		Valor Unitário	Total Euros '000
<i>Papel comercial</i>			15 000		15 000	–		15 000
BOLSIMO			15 000		15 000	–		15 000
ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS			41 675		41 675	–		33 885
OBRIGAÇÕES			41 675		41 675	–		33 885
<i>Obrigações de entidades estrangeiras</i>			41 675		41 675	–		33 885
ATLANTEO 2019	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,99	990
ATLANTEO 2020	5 000	1,00	4 988	1,00	4 988	–	0,92	4 625
BARCLAYS BANK	3 000	1,00	3 000	1,00	3 000	–	0,91	2 721
BEI 2016	5 000	0,99	4 925	0,99	4 925	–	0,79	3 973
BNP PARIBAS 777	5 000	0,99	4 950	0,99	4 950	–	0,73	3 657
BOIRO FINANCE BV	3 000	1,00	3 000	1,00	3 000	–	1,00	3 000
CLARIS LIMITED	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,34	343
DRESDNER BANK AG	1 000	0,99	985	0,99	985	–	0,83	825
ESPIRITO SANTO INVST PLC	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	1,00	1 500
GOLDEN 2 SERIES (SG ACCEPTANCE NV)	2 500	1,00	2 500	1,00	2 500	–	0,91	2 275
IVORY (CDO) – (SG ACCEPTANCE)	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,80	800
KBC IFIMA	750	1,00	749	1,00	749	–	0,57	429
LB BADEN-WUERTTEMBERG	1 000	0,98	981	0,98	981	–	0,71	709
MALACHITE JUNIOR MEZZANINE	160	1,00	160	1,00	160	–	0,02	3
NIB CAPITAL	1 500	1,00	1 498	1,00	1 498	–	0,64	960
PYRAMID 2005	4 000	1,00	4 000	1,00	4 000	–	0,98	3 923
RIVIERA (Citibank Intl Plc)	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,44	438
SOCIETE GENERALE (France Telecom Callable)	1 450	1,00	1 450	1,00	1 450	–	0,80	1 160
STRARLING FINANCE	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,85	850
UBS FLOAT (GBP-EUR 10NC3M RA)	1 000	0,99	990	0,99	990	–	0,71	707
ZELA FINANCE CORPORATION	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,00	0
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO			24 821		24 821	–		25 038
OBRIGAÇÕES			24 821		24 821	–		25 038
<i>Obrigações de entidades nacionais</i>			24 821		24 821	–		25 038
MG AFORRO EM CAIXA 2005 – 1.ª Série	581	0,99	576	0,99	576	–	1,00	582
MG AFORRO EM CAIXA 2005 – 2.ª Série	1 569	0,99	1 551	0,99	1 551	–	1,00	1 571
MG AFORRO EM CAIXA 2005 – 3.ª Série	2	0,99	2	0,99	2	–	0,99	2
MG AFORRO EM CAIXA 2005 – 4.ª Série	1 312	0,99	1 300	0,99	1 300	–	1,00	1 312
MG ESPECIAL POUPANÇA	32	0,99	32	0,99	32	–	1,00	32
MG VALOR GARANTIDO	1	0,97	1	0,97	1	–	0,98	1
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 1.ª Série	1 915	0,99	1 904	0,99	1 904	–	1,00	1 913
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 2.ª Série	956	0,99	950	0,99	950	–	1,00	956
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 3.ª Série	736	0,99	730	0,99	730	–	1,00	737
MG AFORRO ESPECIAL FEV06-2009	570	0,99	566	0,99	566	–	1,00	570
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 4.ª Série	309	0,99	307	0,99	307	–	1,00	309
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 5.ª Série	440	1,00	438	1,00	438	–	1,00	441
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 6.ª Série	540	0,99	537	0,99	537	–	1,00	541
MG COMMODITIES	662	1,00	660	1,00	660	–	1,02	677
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 7.ª Série	333	0,99	331	0,99	331	–	1,00	334
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 8.ª Série	337	0,99	335	0,99	335	–	1,00	338
MG AFORRO ESPECIAL JUL06-2009	170	1,00	170	1,00	170	–	1,01	171
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 9.ª Série	213	1,00	212	1,00	212	–	1,01	214

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeira

Continua na página seguinte

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade Euros '000	Valor do Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000		Valor Unitário	Total Euros '000
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 10.ª Série	1 955	0,99	1 929	0,99	1 929	–	1,01	1 974
MG AFORRO EM CAIXA 2006 – 11.ª Série	434	1,00	433	1,00	433	–	1,01	437
VALOR IMOBILIÁRIO	252	1,01	256	1,01	256	–	0,99	250
MG AFORRO 2006 (5 Anos) – 2.ª Série	518	0,97	504	0,97	504	–	1,00	518
MG AFORRO 2006 (5 Anos) – 3.ª Série	1	0,99	1	0,99	1	–	0,99	1
AFORRO MONTEPIO 2006 (5 Anos) – 4.ª Série	281	0,96	269	0,96	269	–	0,98	277
AFORRO MONTEPIO 2006 3 ANOS – 12.ª Série	288	0,99	287	0,99	287	–	1,01	290
AFORRO MONTEPIO 2006 3 ANOS – 13.ª Série	36	1,00	36	1,00	36	–	1,01	36
AFORRO MONTEPIO ASSOC. 2006 3 ANOS – 1.ª Série	93	1,00	92	1,00	92	–	1,01	93
AFORRO MONTEPIO 2006 (5 Anos) – 5.ª Série	96	0,96	92	0,96	92	–	0,98	94
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 Anos) – 1.ª Série	52	0,98	51	0,98	51	–	1,00	52
AFORRO MONTEPIO ASSOC. 2007 (3 ANOS) – 1.ª Série	131	0,99	131	0,99	131	–	1,01	132
AFORRO MONTEPIO ASSOC. 2007 (5 ANOS) – 1.ª Série	285	0,96	273	0,96	273	–	0,99	281
AFORRO MONTEPIO 2007 (5 ANOS) – 1.ª Série	63	0,96	60	0,96	60	–	0,98	61
AFORRO MONT. ASSOC. 2007 (3 ANOS) – 2.ª Série	123	0,99	122	0,99	122	–	1,01	124
AFORRO MONT. ASSOC. 2007 (3 ANOS) – 3.ª Série	197	0,99	195	0,99	195	–	1,01	199
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 3.ª Série	44	1,00	44	1,00	44	–	1,00	44
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 4.ª Série	103	0,99	101	0,99	101	–	1,00	103
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 2.ª Série	56	0,99	55	0,99	55	–	1,00	56
MONTEPIO PORTUGAL DINÂMICO 2007/09	69	20,98	675	0,98	675	–	0,97	674
AFORRO MONT. ASSOC. 2007 (3 ANOS) – 5.ª Série	194	0,99	192	0,99	192	–	1,01	195
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 5.ª Série	89	0,98	88	0,98	88	–	1,00	90
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 6.ª Série	112	0,99	111	0,99	111	–	1,01	113
AFORRO MONT. ASSOC. 2007 (3 ANOS) – 4.ª Série	92	0,99	90	0,99	90	–	1,01	92
AFORRO MONT. ASSOC. 2007 (3 ANOS) – 6.ª Série	251	0,99	249	0,99	249	–	1,01	253
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 7.ª Série	24	1,00	24	1,00	24	–	1,01	24
AFORRO MONT. ASSOC. 2007 (3 ANOS) – 7.ª Série	161	0,99	160	0,99	160	–	1,01	163
MONTEPIO ENERGIA RENOVÁVEIS JUL 2007/10	521	0,96	499	0,96	499	–	0,98	510
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 8.ª Série	13	1,00	13	1,00	13	–	1,01	13
AFORRO MONTEPIO ASSOC. 2007/2010 – 8.ª Série	155	0,99	154	0,99	154	–	1,01	157
MONTEPIO PLANETA TERRA 2007/10	241	0,96	232	0,96	232	–	0,84	203
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 9.ª Série	153	0,99	152	0,99	152	–	1,01	154
AFORRO MONTEPIO ASSOC. 2007/2010 – 9.ª Série	179	1,00	179	1,00	179	–	1,01	182
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 10.ª Série	109	1,00	109	1,00	109	–	1,01	110
AFORRO MONTEPIO 2007 (3 ANOS) – 11.ª Série	107	1,00	108	1,00	108	–	1,01	109
MONTEPIO EURO AFORRO 2007 (3 Anos) – 1.ª Série	1 067	0,97	1 037	0,97	1 037	–	0,98	1 045
MONTEPIO EURO RANGE OUTUBRO 2007/10	711	1,00	711	1,00	711	–	0,99	702
MONTEPIO ENERGIA RENOVÁVEIS JUN 2007/10	184	0,95	176	0,95	176	–	0,96	177
MONTEPIO EURO AFORRO 2007 (3 Anos) – 2.ª Série	583	0,97	567	0,97	567	–	0,98	571
MONTEPIO EURO AFORRO 2007 (3 Anos) – 3.ª Série	613	0,97	595	0,97	595	–	0,98	599
MONTEPIO EURO AFORRO 2007 (3 Anos) – 4.ª Série	313	0,97	304	0,97	304	–	0,97	304
MONTEPIO CABAZ ENERGIA 2007/09	154	0,97	149	0,97	149	–	0,93	143
MONTEPIO EURO AFORRO 2007/10 – 5.ª Série	417	0,97	404	0,97	404	–	0,97	404
AFORRO MONTEPIO 2008/11 – 1.ª Série	171	0,97	166	0,97	166	–	1,00	171
MONT. CABAZ COMMODITIES AGRÍCOLA 2008/2011	434	0,97	421	0,97	421	–	0,99	429
MONTEPIO EURO AFORRO 2008 – 1.ª Série	699	0,96	673	0,96	673	–	0,96	672
MONTEPIO EURO AFORRO 2008/11 – 2.ª Série	399	0,96	382	0,96	382	–	0,96	383
MONTEPIO EURO AFORRO 2008/11 – 3.ª Série	298	0,96	286	0,96	286	–	0,96	286
MONTEPIO EURO AFORRO 2008/11 – 4.ª Série	403	0,96	386	0,96	386	–	0,96	388
TOTAL			859 174		859 779	(20 184)		811 160

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

Certificação das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Montepio Geral – Associação Mutualista, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 2.600.326 milhares de euros, e um total de capital próprio de 342.173 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 9.390 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos descritos na Nota 3.

Ênfase

- 8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que no exercício de 2008, o Montepio Geral – Associação Mutualista, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objectivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008. Sem prejuízo desta alteração destacamos ainda o facto do Montepio Geral – Associação Mutualista ter mantido em termos de divulgação de informação, os requisitos definidos no Plano de Contas das Associações Mutualistas.

Lisboa, 4 de Março de 2009



**KPMG & Associados, Sociedade
de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)**

Representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado
(ROC n.º 1011)

5.2. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL – BASE INDIVIDUAL

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	2008			2007
	ACTIVO BRUTO	IMPARIDADES AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	254 742		254 742	269 201
Disponibilidades em outras instituições de crédito	92 125		92 125	62 664
Activos financeiros detidos para negociação	56 899		56 899	38 084
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 031		4 031	3 897
Activos financeiros disponíveis para venda	1 917 335	31 228	1 886 107	905 195
Aplicações em instituições de crédito	166 823	42	166 781	663 021
Crédito a clientes	15 009 684	284 862	14 724 822	14 108 881
Investimentos detidos até à maturidade	39 912		39 912	39 371
Derivados de cobertura	7 045		7 045	9 372
Activos não correntes detidos para venda	116 180	23 868	92 312	96 833
Outros activos tangíveis	183 923	98 076	85 847	80 921
Activos intangíveis	47 319	32 543	14 776	13 619
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	30 626		30 626	30 597
Outros activos	106 827	3 473	103 354	113 523
TOTAL DE ACTIVO	18 033 471	474 092	17 559 379	16 435 179
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais	852 803		852 803	
Passivos financeiros detidos para negociação	35 886		35 886	54 737
Recursos de outras instituições de crédito	1 073 122		1 073 122	952 282
Recursos de clientes e outros empréstimos	8 009 242		8 009 242	8 086 025
Responsabilidades representadas por títulos	4 670 942		4 670 942	5 246 771
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 450 122		1 450 122	670 633
Derivados de cobertura	1 801		1 801	7 736
Provisões	102 908		102 908	98 720
Outros passivos subordinados	386 872		386 872	301 848
Outros passivos	118 385		118 385	138 383
TOTAL DE PASSIVO	16 702 083		16 702 083	15 557 135
CAPITAL				
Capital	660 000		660 000	635 000
Reservas de reavaliação	-39 660		-39 660	431
Outras reservas e resultados transitados	201 645		201 645	178 421
Resultado do exercício	35 311		35 311	64 192
TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO	857 296		857 296	878 044
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	17 559 379		17 559 379	16 435 179

Lisboa, Fevereiro de 2009

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – *Presidente*

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	2008	2007
Juros e rendimentos similares	1 009 961	850 701
Juros e encargos similares	676 192	522 563
MARGEM FINANCEIRA	333 769	328 138
Rendimentos de instrumentos de capital	1 952	1 725
Rendimentos de serviços e comissões	84 544	79 406
Encargos com serviços e comissões	13 560	11 276
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-21 996	-17 972
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	3 765	8 667
Resultados de reavaliação cambial	1 710	1 310
Resultados de alienação de outros activos	498	2 318
Outros resultados de exploração	19 392	9 719
PRODUTO BANCÁRIO	410 074	402 035
Gastos com pessoal	149 988	147 616
Gastos gerais administrativos	85 651	80 858
Amortizações do exercício	18 367	15 676
Provisões líquidas de reposições e anulações	4 442	9 420
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	91 646	74 132
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19 899	3 714
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	4 770	6 427
RESULTADO	35 311	64 192

Lisboa, Fevereiro de 2009

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – *Presidente*

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(milhares de euros)

131

	2008	2007
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	1 008 067	829 542
Comissões recebidas	82 506	80 438
Pagamento de juros	(655 506)	(484 858)
Pagamento de comissões	(13 726)	(17 842)
Despesas com pessoal e fornecedores	(242 193)	(254 634)
Recuperação de crédito e juros	4 324	1 510
Outros pagamentos e recebimentos	(13 936)	37 457
	169 536	191 613
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	575 369	(546 952)
Outros activos	(9 098)	(22 613)
	566 271	(569 565)
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	(84 629)	21 551
Recursos para com instituições de crédito	121 098	(169 788)
Recursos de bancos centrais	850 000	–
	886 469	(148 237)
	1 622 276	(526 189)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	1 952	1 725
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	(14 856)	(2 081)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(135)	(4 917)
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(1 040 732)	(34 230)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	(3 608)	55
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	(638)	(2 510)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	(29)	(2 361)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	17 560	(12 942)
Alienação de imobilizações	107	45
Aquisição de imobilizações	(24 733)	(19 975)
	(1 065 112)	(77 191)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(25 758)	(20 377)
Aumento de capital	25 000	50 000
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	(83 917)	1 134 760
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(417 500)	(578 500)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	(22 427)	18 327
	(524 602)	604 210
Varição líquida em caixa e equivalentes	32 562	830
Caixa e equivalentes no início do exercício	149 463	148 633
Caixa (nota 16)	86 799	73 312
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 17)	62 664	75 321
Caixa e equivalentes no fim do exercício	182 025	149 463

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2007	822 175	585 000	185 770	8 404	7 586	35 415
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	12 031	–	–	(12 031)
Reserva especial	–	–	3 007	–	–	(3 007)
Aumento de capital	50 000	50 000	–	–	–	–
Distribuição de resultados	(20 377)	–	–	–	–	(20 377)
Reservas de justo valor (Nota 37)	(15 559)	–	–	–	(15 559)	–
Impacto da aplicação da IAS 19	(22 387)	–	–	–	–	(22 387)
Resultado do exercício	64 192	–	–	–	–	64 192
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	878 044	635 000	200 808	8 404	(7 973)	41 805
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	12 837	–	–	(12 837)
Reserva especial	–	–	3 210	–	–	(3 210)
Aumento de capital (Nota 36)	25 000	25 000	–	–	–	–
Distribuição de resultados	(25 758)	–	–	–	–	(25 758)
Reservas de justo valor	(40 091)	–	–	–	(40 091)	–
Impacto da aplicação da IAS 19	(15 210)	–	–	–	–	(15 210)
Resultado do exercício	35 311	–	–	–	–	35 311
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	857 296	660 000	216 855	8 404	(48 064)	20 101

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

1. Políticas contabilísticas

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «CEMG») é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da CEMG são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas («NCA's»), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA's traduzem-se na aplicação, às demonstrações financeiras individuais, das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição, conforme definido no n.º 2 e n.º 3 do Aviso n.º 1/2005 e do n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* («IASB») e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* («IFRIC»), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais da CEMG agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com as NCA's, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008. As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2008 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2007.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2008, a CEMG adoptou as alterações à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações relativa à transferência de activos financeiros entre categorias, publicadas pelo IASB em Outubro de 2008. Decorrente destas alterações, a CEMG adaptou a sua política contabilística referente a transferências entre categorias. A adopção destas alterações não teve efeito nas demonstrações financeiras da CEMG.

Adicionalmente, a CEMG adoptou ainda em 2008 o IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e a sua interacção. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras da CEMG.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que a CEMG efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 1.21.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 29 de Janeiro de 2009.

1.2. TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

1.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Classificação

A CEMG classifica como derivados para gestão de risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

i) Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

ii) Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos pela contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

iii) Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.4. CRÉDITO A CLIENTES

O Crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG relativos aos respectivos fluxos de caixa, (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a CEMG ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal, não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

Imparidade

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.1, a Caixa aplica nas suas contas as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela Caixa nos exercícios anteriores, como segue:

i) Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos incluindo os créditos vencidos associados, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela Caixa, tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 7/00 de 27 de Outubro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003.

ii) Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999 e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003, do Banco de Portugal.

iii) Provisão para risco-país

A provisão para risco-país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim Oficial do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida Instrução.

iv) Anulação contabilística de créditos (write-offs)

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de provisões para crédito quando estas, de acordo com os critérios definidos nesta política, correspondem a 100% do valor dos créditos.

1.5. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

i) Classificação

A Caixa classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Caixa designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A nota 21 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, que a CEMG tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a CEMG tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a CEMG se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a CEMG tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a CEMG tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

As transferências entre estas categorias são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Durante o mês de Outubro de 2008, o IASB emitiu uma alteração à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações. Esta alteração à IAS 39 veio permitir, em

circunstâncias raras, que uma entidade transfira activos financeiros não derivados da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados (com excepção de activos financeiros reconhecidos inicialmente ao justo valor através de resultados), para as categorias de activos financeiros detidos até à maturidade, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Esta alteração veio também permitir a transferência da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

v) Imparidade

Em conformidade com as NCA's, a CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo, anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.6. ACTIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

1.7. PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação e considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso a CEMG recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.8. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.9. APLICAÇÕES POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis e títulos resultantes da resolução de contratos de crédito a clientes. Estes activos são classificados na rubrica Outros activos, e são registados no seu reconhecimento inicial, pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela CEMG.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. A CEMG obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, das aplicações por recuperação de crédito.

1.10. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os investimentos em associadas, nos quais a CEMG exerce influência significativa mas não exerce controlo, são valorizados ao custo de aquisição. Estes investimentos são sujeitos a testes de imparidade periódicos.

1.11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os outros activos tangíveis da CEMG encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as NCA's, 1 de Janeiro de 2004, a CEMG elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as NCA's, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles possam resultar benefícios económicos futuros para a CEMG. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade dos activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso contínuo do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela CEMG necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela CEMG, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.13. LOCAÇÕES

A CEMG classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

– Como locatário

Os pagamentos efectuados pela CEMG à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos exercícios a que dizem respeito.

– Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme política contabilística 1.11.

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

– Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

– Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Plano de benefícios definidos

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário («ACT»).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo «Plano ACT – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário» e pelo «Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário».

A CEMG financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na CEMG correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

Em 2005, no seguimento da autorização formal do Banco de Portugal, a CEMG aplicou retrospectivamente os Avisos n.º 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal, através do reconhecimento de todos os ganhos e perdas actuárias acumuladas registados no activo, de acordo com os anteriores princípios contabilísticos, por contrapartida de resultados transitados.

De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi inicialmente definido um período de diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Subsequentemente, com a alteração introduzida no ponto 2 do Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto que, a 31 de Dezembro de 2008, ainda se encontra por reconhecer, ao abrigo do plano de amortização estabelecido no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes com a duração adicional de três anos face à duração inicialmente prevista.

Nesta base, para os Benefícios de Saúde, faltavam 42 meses para 31 de Dezembro de 2011 que acrescidos de 36 meses ficaram com um período de amortização de 78 meses (6 anos e seis meses). Para as Outras Responsabilidades, o prazo de diferimento passou a ser de 54 meses (4 anos e seis meses). O diferimento do impacto contabilístico decorrente desta alteração é analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde	10 anos
Abatimento de perdas actuárias diferidas, corredor e decrementos de invalidez	8 anos
Aumento de responsabilidades	8 anos

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's, o acréscimo de responsabilidades resultantes das alterações dos pressupostos actuários relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

As responsabilidades da CEMG com pensões de reforma são calculadas semestralmente, à data de 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, pela CEMG, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Os ganhos e perdas actuárias determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuários e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuários, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor, nos termos definidos para a IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuárias diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do Fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A CEMG determinou que os desvios actuários são amortizados por um período de 24 anos. Os ganhos e perdas actuárias acumulados que se situem dentro do referido limite (corredor), não são reconhecidos em resultados.

Em cada período, a CEMG reconhece como um custo, na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo e (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuárias determinada com base no referido método do corredor, e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuárias associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

A CEMG efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, a CEMG avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 - Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) quando atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

1.15. FISCALIDADE

A CEMG encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

1.16. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.17. RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes, para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos similares são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resulta-

dos de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

1.18. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem;
- os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.19. RECONHECIMENTO DE DIVIDENDOS

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.20. RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 6 da IAS 14 – Relato por Segmentos, a CEMG está dispensada de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as consolidadas

1.21. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.22. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA's estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da CEMG e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG é apresentada nas notas 1.1 a 1.21 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a CEMG recolhe e avalia toda a informação relevante

à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados durante o ano de 2008, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição (20% em 2007) ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses (seis meses em 2007);
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito a clientes

A CEMG efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Investimentos detidos até à maturidade

A CEMG classifica como investimentos detidos até à maturidade os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, de acordo com os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimentos e Mensuração. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a CEMG avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a CEMG não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação, para activos financeiros disponíveis para venda de toda a carteira, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	NOTAS	2008	2007
Juros e rendimentos similares	3	1 009 961	850 701
Juros e encargos similares	3	676 192	522 563
MARGEM FINANCEIRA		333 769	328 138
Rendimentos de instrumentos de capital	4	1 952	1 725
Resultados de serviços e comissões	5	84 544	79 406
Encargos com serviços e comissões	5	(13 560)	(11 276)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	(21 996)	(17 972)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	3 765	8 667
Resultados de reavaliação cambial	8	1 710	1 310
Resultados de alienação de outros activos		498	2 318
Outros resultados de exploração	9	15 067	8 210
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS		405 749	400 526
Custos com o pessoal	10	149 988	147 616
Gastos gerais administrativos	11	85 651	80 858
Amortizações do exercício	12	18 367	15 676
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS		254 006	244 150
Imparidade do crédito	13	91 578	81 812
Imparidade de outros activos	14	24 669	10 141
Outras provisões	15	185	231
RESULTADO OPERACIONAL		35 311	64 192
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		35 311	64 192

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	NOTAS	2008	2007
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	254 742	269 201
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	92 125	62 664
Aplicações em instituições de crédito	18	166 781	663 021
Créditos a clientes	19	14 724 822	14 108 881
Activos financeiros detidos para negociação	20	58 655	43 417
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	21	4 031	3 897
Activos financeiros disponíveis para venda	22	1 886 107	905 195
Derivados de cobertura	23	7 727	9 536
Investimentos detidos até à maturidade	24	39 912	39 371
Investimentos em associadas e outras	25	30 626	30 597
Outros activos tangíveis	26	85 847	80 921
Activos intangíveis	27	14 776	13 619
Outros activos	28	193 228	204 859
TOTAL DO ACTIVO		17 559 379	16 435 179
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	29	852 803	–
Recursos de outras instituições de crédito	30	1 073 122	952 282
Recursos de clientes	31	8 009 242	8 086 025
Responsabilidades representadas por títulos	32	4 670 942	5 246 771
Passivos financeiros detidos para negociação	20	37 643	60 070
Derivados de cobertura	23	1 234	3 820
Provisões	33	102 908	98 720
Passivos subordinados	34	386 872	301 848
Outros passivos	35	1 567 317	807 599
TOTAL DO PASSIVO		16 702 083	15 557 135
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital	36	660 000	635 000
Reservas de justo valor	38	(48 064)	(7 973)
Outras reservas e resultados transitados	37 e 38	210 049	186 825
Resultado líquido do exercício		35 311	64 192
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		857 296	878 044
TOTAL		17 559 379	16 435 179

Contas extrapatrimoniais (Nota 39)

2. Margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda

As NCA's em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer na rubrica de juros e rendimentos similares, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Margem financeira	333 769	328 138
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	(18 231)	(9 305)
	315 538	318 833

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	866 113	–	866 113	750 926	–	750 926
Juros de outras aplicações	17 900	–	17 900	19 319	–	19 319
Juros de depósitos	6 178	–	6 178	5 695	–	5 695
Juros de activos financeiros para venda	89 872	–	89 872	40 200	–	40 200
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1 647	–	1 647	1 576	–	1 576
Juros de derivados de cobertura	7 172	–	7 172	13 069	–	13 069
Juros de activos financeiros detidos para negociação	–	662	662	–	213	213
Outros juros e rendimentos similares	20 417	–	20 417	19 703	–	19 703
	1 009 299	662	1 009 961	850 488	213	850 701
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	271 120	–	271 120	212 359	–	212 359
Juros de títulos emitidos	253 658	–	253 658	220 654	–	220 654
Juros de empréstimos	14 793	–	14 793	20 421	–	20 421
Juros de outros recursos	52 914	–	52 914	24 592	–	24 592
Juros de derivados de cobertura	7 966	–	7 966	14 799	–	14 799
Juros de passivos financeiros detidos para negociação	–	216	216	–	17	17
Outros juros e encargos similares	75 525	–	75 525	29 721	–	29 721
	675 976	216	676 192	522 546	17	522 563
Margem Financeira	333 323	446	333 769	327 942	196	328 138

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda
Dividendos de empresas associadas

2008 Euros '000	2007 Euros '000
882	649
1 070	1 076
1 952	1 725

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

Rendimentos de serviços e comissões:

Por serviços bancários prestados
Por operações realizadas por conta de terceiros
Por garantias prestadas
Outros rendimentos de serviços e comissões

2008 Euros '000	2007 Euros '000
58 985	53 718
9 685	10 250
5 527	5 266
10 347	10 172
84 544	79 406

Encargos com serviços e comissões:

Por serviços bancários prestados por terceiros
Por operações realizadas com títulos
Outros encargos com serviços e comissões

12 389	10 337
412	401
759	538
13 560	11 276
70 984	68 130

Resultados líquidos de serviços e comissões

6. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	77	56	21	–	–	–
De outros emissores	117	46	71	–	–	–
Acções	154	1 183	(1 029)	5	4	1
	348	1 285	(937)	5	4	1
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	3 793	5 313	(1 520)	2 608	2 578	30
Contratos sobre taxas de juro	93 250	90 861	2 389	55 916	59 685	(3 769)
Contratos sobre créditos (CDS)	8 595	8 152	443	2 254	2 216	38
Outros	321 268	343 511	(22 243)	144 118	158 912	(14 794)
	426 906	447 837	(20 931)	204 896	223 391	(18 495)
	427 254	449 122	(21 868)	204 901	223 395	(18 494)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	224	89	135	–	240	(240)
Derivados de cobertura						
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	2 025	3 535	(1 510)	1 940	702	1 238
Recursos de clientes	3 090	3 150	(60)	2 528	1 411	1 117
Débitos representados por títulos	1 586	3 886	(2 300)	2 024	3 563	(1 539)
Outros passivos subordinados	47 781	44 174	3 607	28 088	28 142	(54)
	54 482	54 745	(263)	34 580	33 818	762
	481 960	503 956	(21 996)	239 481	257 453	(17 972)

7. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	173	15	158	24	6	18
De outros emissores	56	317	(261)	203	87	116
Acções	2 676	101	2 575	7 711	14	7 697
Outros títulos de rendimento variável	1 613	320	1 293	897	61	836
	4 518	753	3 765	8 835	168	8 667

8. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Reavaliação cambial	87 962	86 252	1 710	9 328	8 018	1 310

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.2.

9. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	4 206	3 496
Reembolso de despesas	1 606	2 194
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	8 699	8 316
Dívida readquirida	6 376	–
Outros	1 708	1 930
	22 595	15 936
Outros custos de exploração:		
Impostos	240	79
Donativos e quotizações	425	261
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 885	1 604
Outros	4 978	5 782
	7 528	7 726
Outros resultados líquidos de exploração	15 067	8 210

10. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Remunerações	98 471	104 453
Contribuições para o SAMS (ver Nota 42)	6 328	5 938
Encargos sociais obrigatórios	12 076	10 899
Outros encargos com fundo de pensões (ver Nota 42)	30 483	23 134
Outros custos	2 630	3 192
	149 988	147 616

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de Euros 1 132 000 (2007: Euros 1 253 000) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós-emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver Nota 42).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2008, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 119	4 446	5 565
Custos com pensões de reforma e SAMS	1 320	1 125	2 445
Remunerações variáveis	322	595	917
	2 761	6 166	8 927

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2007, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 129	4 267	5 396
Custos com pensões de reforma e SAMS	836	1 385	2 221
Remunerações variáveis	–	645	645
	1 965	6 297	8 262

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores de primeira linha da CEMG.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor do crédito concedido pela CEMG ao pessoal chave da gestão ascendia a Euros 5 338 000 e Euros 3 778 000, respectivamente.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da CEMG durante os exercícios de 2008 e 2007, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2008	2007
Direcção e coordenação	128	122
Chefia e gerência	569	663
Técnicos	520	418
Específicos	162	178
Administrativos	1 472	1 498
Auxiliares	80	88
	2 931	2 967

11. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Rendas e alugueres	23 770	22 374
Serviços especializados		
Informática	3 529	3 198
Trabalho independente	3 306	4 540
Outros serviços especializados	16 444	12 118
Publicidade e publicações	10 588	12 570
Comunicações e expedição	8 436	7 491
Água, energia e combustíveis	4 076	3 709
Conservação e reparação	3 187	3 056
Transportes	3 186	3 214
Seguros	2 359	2 148
Deslocações, estadias e despesas de representação	1 434	1 707
Material de consumo corrente	1 868	1 803
Formação	761	602
Outros gastos administrativos	2 707	2 328
	85 651	80 858

12. Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Activos intangíveis:		
<i>Software</i>	8 152	6 537
Outros activos tangíveis:		
Imóveis	3 303	3 485
Equipamento:		
Mobiliário e material	611	586
Máquinas e ferramentas	106	128
Equipamento informático	3 922	2 969
Instalações interiores	1 881	1 778
Equipamento de transporte	15	29
Equipamento de segurança	144	121
Locação operacional – <i>Renting</i>	233	43
	10 215	9 139
	18 367	15 676

13. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Crédito vencido e concedido a clientes:		
Dotação do exercício	423 215	300 939
Reversão do exercício	(327 310)	(217 086)
Recuperações de crédito e juros	(4 324)	(1 510)
	<u>91 581</u>	<u>82 343</u>
Aplicações em instituições de crédito:		
Dotação do exercício	503	124
Reversão do exercício	(506)	(655)
	<u>(3)</u>	<u>(531)</u>
	<u>91 578</u>	<u>81 812</u>

Conforme referido na Nota 19, a rubrica de Crédito vencido concedido a clientes, inclui os efeitos que resultaram da venda de uma carteira de créditos, em situação de incumprimento, à Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.

14. Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:		
Dotação do exercício	5 322	7 110
Reversão do exercício	(552)	(683)
	<u>4 770</u>	<u>6 427</u>
Imparidade para títulos:		
Dotação do exercício	20 372	3 714
Reversão do exercício	(473)	–
	<u>19 899</u>	<u>3 714</u>
	<u>24 669</u>	<u>10 141</u>

15. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do exercício	248	548
Reversão do exercício	(63)	(317)
	<u>185</u>	<u>231</u>

16. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Caixa	89 900	86 799
Banco de Portugal	164 842	182 402
	254 742	269 201

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2008, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 4,14% (2007: 3,89%).

17. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Em instituições de crédito no país	75	10
Em instituições de crédito no estrangeiro	48 875	7 406
Valores a cobrar	43 175	55 248
	92 125	62 664

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

18. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Depósitos	590	590
Aplicações de muito curto prazo	14 372	66 012
Outras aplicações	26 385	48 361
	<hr/> 41 347	<hr/> 114 963
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	110	105
Aplicações de muito curto prazo	120 337	350 000
Outras aplicações	5 029	197 998
	<hr/> 125 476	<hr/> 548 103
	166 823	663 066
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(42)	(45)
	<hr/> 166 781	<hr/> 663 021

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2008, vencem juros à taxa média anual de 2,99% (2007: 3,92%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Até 3 meses	155 539	639 043
3 meses até 6 meses	9 394	21 955
6 meses até 1 ano	1 190	1 373
Mais de 5 anos	590	590
Duração indeterminada	110	105
	<hr/> 166 823	<hr/> 663 066

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	45	576
Dotação do exercício	503	124
Reversão do exercício	(506)	(655)
Saldo em 31 de Dezembro	<hr/> 42	<hr/> 45

19. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Crédito interno:		
A empresas		
Empréstimo	1 053 448	975 018
Créditos em conta corrente	2 617 830	2 561 903
Locação financeira	144 270	82 141
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	139 958	138 590
Factoring	54 169	14 696
Descobertos em depósitos à ordem	6 907	7 082
Outros créditos	814 635	540 997
A particulares		
Habitação	8 936 771	8 893 051
Locação financeira	27 283	16 327
Consumo e outros créditos	786 963	757 733
	14 582 234	13 987 538
Crédito ao exterior:		
A empresas		
Descobertos em depósitos à ordem	114	–
	14 582 348	13 987 538
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	76 995	42 711
Mais de 90 dias	350 341	283 829
	427 336	326 540
	15 009 684	14 314 078
Imparidade para riscos de crédito	(284 862)	(205 197)
	14 724 822	14 108 881

Durante o mês de Dezembro de 2008, o Conselho de Administração da CEMG deliberou sobre a venda à Bolsimo Gestão de Activos, S.A. («Bolsimo») de uma carteira de créditos em situação de incumprimento.

Esta venda implicou a transferência de todos os riscos e benefícios da referida carteira, incluindo o direito sobre as garantias constituídas em colateral de empréstimos/créditos.

Considerando a natureza desta operação o Conselho de Administração procedeu à sua análise e enquadramento contabilístico, nomeadamente à luz das regras de desreconhecimento da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, em particular as expressas nos parágrafos AG 36 e seguintes desta norma. Esta análise teve por base a verificação dos seguintes aspectos principais:

- Transferência integral dos direitos aos fluxos de caixa futuros do activo;
- Existência ou não de acerto de preço («preço contingente»);
- Existência ou não de direito de regresso dos créditos;
- Verificação da autonomia do Cessionário (*autopilot*); e
- Eventual controlo ou influência por parte da CEMG sobre a Bolsimo.

Em consequência da referida venda foi celebrado um contrato entre a CEMG e a Bolsimo, e cujas características permitiram ao Conselho de Administração concluir que por via da venda dos créditos, a CEMG eliminou a sua exposição à variabilidade resultante do montante e *timing* dos *cash flows* associados à carteira de crédito objecto da venda. Nessa base, concluiu que foram transferidos os riscos e os benefícios associados à carteira de crédito cedida, pelo que foram desre-

conhecidos de balanço créditos no montante de Euros 138 607 000. Relativamente às provisões especificamente associadas a esta carteira, no montante de Euros 58 636 000, a CEMG realocou para outros riscos de crédito provisões no montante de Euros 39 700 000 e registou em resultados como uma reposição de provisões o montante de Euros 18 936 000.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Outros créditos incluía cerca de Euros 1 450 122 000 (2007: Euros 670 633.000) relativo a créditos que foram objecto de securitização e, que de acordo com a política contabilística 1.4, não foram objecto de desconhecimento. Este montante encontra-se igualmente registado nas contas de passivo, na rubrica de Passivos financeiros associados a activos transferidos, conforme referido na nota 35.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na Nota 41.

A rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados «créditos arrematados» no montante de Euros 6 298 000 (2007: Euros 6 375 000). Os «créditos arrematados» correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua totalidade a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

Crédito a clientes					
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito com garantias reais	711 496	2 529 886	9 644 584	363 590	13 249 556
Crédito com outras garantias	627 711	77 820	128 636	18 782	852 949
Crédito sem garantias	305 976	118 244	209 654	42 528	676 402
Crédito ao sector público	25	454	56 195	342	57 016
Crédito sobre o estrangeiro	114	–	–	–	114
Crédito em locação	51	66 306	105 196	2 094	173 647
	1 645 373	2 792 710	10 144 265	427 336	15 009 684

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

Crédito a clientes					
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito com garantias reais	481 204	2 388 936	9 540 754	276 082	12 686 976
Crédito com outras garantias	455 981	178 223	131 512	21 366	787 082
Crédito sem garantias	249 286	197 141	207 870	28 306	682 603
Crédito ao sector público	24	684	57 455	318	58 481
Crédito em locação	9	37 994	60 465	468	98 936
	1 186 504	2 802 978	9 998 056	326 540	14 314 078

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2008, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

Crédito em locação				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	35 673	87 604	95 332	218 609
Juros vincendos	(8 586)	(24 105)	(27 942)	(60 633)
Valores residuais	532	8 244	4 801	13 577
	27 619	71 743	72 191	171 553

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2007, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	19 945	49 841	57 733	127 519
Juros vincendos	(5 655)	(14 598)	(17 279)	(37 532)
Valores residuais	188	2 893	5 400	8 481
	14 478	38 136	45 854	98 468

A análise do Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Crédito com garantias reais	363 590	276 082
Crédito com outras garantias	18 782	21 366
Crédito sem garantias	42 528	28 306
Crédito ao sector público	342	318
Crédito em locação	2 094	468
	427 336	326 540

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Empresas:		
Construção/Produção	88 952	66 052
Investimento	33 682	29 443
Tesouraria	28 032	19 848
Outras finalidades	620	280
Particulares:		
Habitação	226 752	169 345
Crédito ao consumo	4 969	3 826
Outras finalidades	21 331	11 934
Sector Público Administrativo	390	318
Outros segmentos	22 608	25 494
	427 336	326 540

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	205 197	216 340
Dotação do exercício	372 540	257 761
Reversão do exercício	(280 892)	(183 097)
Utilização de imparidade	(11 983)	(85 807)
Saldo em 31 de Dezembro	284 862	205 197

Adicionalmente, a CEMG tem em 31 de Dezembro de 2008, Euros 101 240 000 de provisões para riscos gerais de crédito (2007: Euros 96 983 000), as quais de acordo com as NCA's são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 33.

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2008:

	Classes de incumprimento					
	Até 3 meses Euros '000	3-6 meses Euros '000	6-12 meses Euros '000	1-3 anos Euros '000	Mais 3 anos Euros '000	Total Euros '000
Crédito vencido com garantia	66 373	19 592	41 137	175 292	82 414	384 808
Imparidade existente	489	1 634	9 564	92 842	87 938	192 467
Crédito vencido sem garantia	11 583	2 732	5 667	13 615	8 931	42 528
Imparidade existente	4 176	682	3 470	13 615	8 931	30 874
Total de crédito vencido	77 956	22 324	46 804	188 907	91 345	427 336
Total da imparidade para crédito vencido	4 665	2 316	13 034	106 457	96 869	223 341
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao vencido e outros	147	715	5 893	47 181	7 585	61 521
Total da imparidade para riscos de crédito	4 812	3 031	18 927	153 638	104 454	284 862

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Crédito com garantias reais	233 277	167 804
Crédito com outras garantias	15 241	13 244
Crédito sem garantias	36 344	24 149
	284 862	205 197

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Crédito com garantias reais	12 532	77 198
Crédito com outras garantias	(3 832)	4 790
Crédito sem garantias	3 283	3 819
	11 983	85 807

As utilizações da imparidade para riscos de crédito correspondem a *write-offs* efectuados durante o exercício de 2008.

A análise da recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer do exercício entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2008 e durante o exercício de 2007, ascendeu ao montante de Euros 4 324 000 e Euros 1 510 000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 13.

20. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Acções	1 200	-
Obrigações	3 172	-
	4 372	-
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	54 283	43 417
	58 655	43 417
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	37 643	60 070

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística 1.5. Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	2008			2007		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	14	-	14	-	-	-
Estrangeiros	1 186	-	1 186	-	-	-
	1 200	-	1 200	-	-	-
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações						
De outros emissores	3 172	-	3 172	-	-	-
	4 372	-	4 372	-	-	-

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2008 é apresentado como segue:

	2008				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	-	-	-	14	14
Estrangeiros	-	-	-	1 186	1 186
	-	-	-	1 200	1 200
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações					
De outros emissores	-	1 666	1 506	-	3 172
	-	1 666	1 506	1 200	4 372

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2008, pode ser analisado como segue:

		2008						
Produto derivado	Activo/Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Justo Valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Valor de reembolso na maturidade Euros '000
Swap taxa de juro	Emissão de obrigações	450 000	8 652	(8 865)	1 669	5 986	315 000	315 000
Swap taxa de juro	Depósitos	277 388	832	(2 848)	939	2 387	168 619	168 619
Swap taxa de juro	Recursos	1 550 151	6 413	(21 083)	13 323	30 756	954 640	954 640
Swap taxa de juro	Titularização	1 926 961	3 619	(4 820)	-	-	-	-
Swap cambial	Emissão de dívida	151 020	(2 585)	4 044	(1 128)	(2 664)	10 360	10 360
Futuros	-	2 130	(2)	-	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	81 206	(28)	69	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	172 934	(261)	208	-	-	-	-
		4 611 790	16 640	(33 295)	14 803	36 465	1 448 619	1 448 619

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2007, pode ser analisado como segue:

		2007						
Produto derivado	Activo/Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Justo Valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Valor de reembolso na maturidade Euros '000
Swap taxa de juro	Emissão de obrigações	460 000	(212)	12 811	(4 317)	1 478	230 000	230 000
Swap taxa de juro	Depósitos	653 659	(2 016)	2 410	(1 448)	(471)	367 647	367 647
Swap taxa de juro	Recursos	1 683 876	(14 671)	2 241	(14 652)	(2 695)	1 041 578	1 041 578
Swap taxa de juro	Titularização	2 549 538	(1 201)	(2 387)	-	-	-	-
Swap cambial	Emissão de dívida	64 277	1 461	(16 616)	1 536	(471)	26 000	26.000
Futuros	-	164	(2)	2	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	119 994	41	(42)	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	88 500	(53)	103	-	-	-	-
		5 620 008	(16 653)	(1 478)	18 881	(2 159)	1 665 225	1 665 225

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	2008					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
<i>Swap</i> taxa de juro	252 388	909 300	3 042 812	4 204 500	50 717	31 201
Opções	251	6 341	74 614	81 206	630	658
Contratos sobre taxas de cambio:						
<i>Swap</i> taxa de juro	115 772	35 248	–	151 020	11	2 596
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	2 130	–	–	2 130	–	2
Contratos sobre crédito:						
<i>Credit default swaps</i>	43 000	2 500	127 434	172 934	2 925	3 186
	413 541	953 389	3 244 860	4 611 790	54 283	37 643

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
<i>Swap</i> taxa de juro	144 065	391 206	4 811 802	5 347 073	36 581	54 681
Opções	468	65 650	53 876	119 994	3 289	3 248
Contratos sobre taxas de cambio:						
<i>Swap</i> taxa de juro	9 780	35 426	19 071	64 277	3 261	1 800
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	164	–	–	164	–	2
Contratos sobre crédito:						
<i>Credit default swaps</i>	24 500	15 000	49 000	88 500	286	339
	178 977	507 282	4 933 749	5 620 008	43 417	60 070

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1.3 no montante de Euros 1 757 000 (2007: Euros 5 333 000).

21. Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	4 031	3 897

A opção da CEMG em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão de risco da CEMG, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é apresentada como segue:

	2008			2007		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de outros emissores						
Estrangeiros	4 031	–	4 031	3 897	–	3 897

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	2008				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de outros emissores					
Estrangeiros	–	–	4 031	–	4 031

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de outros emissores					
Estrangeiros	–	–	3 897	–	3 897

22. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008				
	Reserva de justo valor				
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	4	–	–	–	4
Estrangeiros	1 076	–	(38)	–	1 038
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	1 032 662	79	(2 266)	(189)	1 030 286
Estrangeiros	774 716	346	(45 927)	(25 929)	703 206
Papel comercial	138 153	–	–	(998)	137 155
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	5 334	–	(23)	(91)	5 220
Estrangeiros	2 246	–	–	(810)	1 436
Unidades de participação	11 208	35	(270)	(3 211)	7 762
	1 965 399	460	(48 524)	(31 228)	1 886 107

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	2007				
	Reserva de justo valor				
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	65	–	–	(1)	64
Estrangeiros	6 125	–	(64)	–	6 061
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	37 723	1	(174)	–	37 550
Estrangeiros	812 990	96	(8 620)	(10 302)	794 164
Papel comercial	17 355	–	–	(998)	16 357
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	6 176	–	–	(54)	6 122
Estrangeiros	2 173	–	(30)	(48)	2 095
Unidades de participação	41 964	1 218	(400)	–	42 782
	924 571	1 315	(9 288)	(11 403)	905 195

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.5 a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 38.

Os movimentos por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Imparidade para títulos:		
Saldo em 1 de Janeiro	11 403	7 838
Dotação do exercício	20 372	3 714
Reversão do exercício	(473)	–
Utilização de imparidade	(74)	(149)
Saldo em 31 de Dezembro	31 228	11 403

Durante o exercício de 2008 e conforme referido na nota 1.5, foram reconhecidas perdas por imparidade, no montante de Euros 19 825 000 (2007: Euros 3 565 000), associadas a títulos de rendimento fixo em resultado da queda prolongada do valor da sua cotação.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	2008				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	–	–	–	4	4
Estrangeiros	–	–	1 038	–	1 038
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	–	1 025 261	5 025	1 030 286
Estrangeiros	29 257	71 136	590 959	11 854	703 206
Papel comercial	101 280	35 875	–	–	137.155
	130 537	107 011	1 617 258	16 883	1 871 689
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	2 757	2 463	5 220
Estrangeiras	–	–	–	1 436	1 436
Unidades de participação	–	1 852	–	5 910	7 762
	–	1 852	2 757	9 809	14 418
	130 537	108 863	1 620 015	26 692	1 886 107

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	–	60	–	4	64
Estrangeiros	–	–	6 061	–	6 061
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	5 590	31 960	–	37 550
Estrangeiros	26 080	31 352	718 219	18 513	794 164
Papel comercial	13 957	2 400	–	–	16 357
	40 037	39 402	756 240	18 517	854 196
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	3 820	2 302	6 122
Estrangeiras	–	312	–	1 783	2 095
Unidades de participação	–	1 852	–	40 930	42 782
	–	2 164	3 820	45 015	50 999
	40 037	41 566	760 060	63 532	905 195

A CEMG reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual a CEMG tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros em 2008, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% (20% em 2007) face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses (6 meses em 2007);
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.5 a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de Euros 48 064 000 e de Euros 31 228 000 (2007: Euros 7 973 000 e de Euros 11 403 000), respectivamente.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma

	2008			2007		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	4	–	4	64	–	64
Estrangeiros	1 038	–	1 038	6 061	–	6 061
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	31 227	999 059	1 030 286	17 826	19 724	37 550
Estrangeiros	700 596	2 610	703 206	781 413	12 751	794 164
Papel comercial	–	137 155	137 155	–	16 357	16 357
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	166	5 054	5 200	–	6 122	6 122
Estrangeiros	1 278	158	1 436	182	1 913	2 095
Unidades de participação	7 762	–	7 762	42 782	–	42 782
	742 071	1 144 036	1 886 107	848 328	56 867	905 195

23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Activo:		
<i>Swap</i> de taxa de juro	4 759	6 326
<i>Swap</i> cambial	2 968	3 210
	7 727	9 536
Passivo:		
<i>Swap</i> de taxa de juro	1 008	3 612
<i>Swap</i> cambial	226	208
	1 234	3 820

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a CEMG está exposta às variações de justo valor, ou a variações de *cash-flows*, ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	(1 510)	1 237
Responsabilidades representadas por títulos	(796)	(1 556)
Recursos de clientes	897	180
	(1 409)	(139)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	2008							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
<i>Swap</i> de taxa de juro	–	–	204 000	204 000	–	–	3 751	3 751
<i>Swap</i> cambial	–	34 405	–	34 405	–	2 742	–	2 742
	–	34 405	204 000	238 405	–	2 742	3 751	6 493

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
<i>Swap</i> de taxa de juro	–	230 000	204 000	434 000	–	2 368	346	2 714
<i>Swap</i> cambial	–	–	34 577	34 577	–	–	3 002	3 002
	–	230 000	238 577	468 577	–	2 368	3 348	5 716

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2008 podem ser analisadas como segue:

2008							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional Euros '000	Justo valor do derivado (2) Euros '000	Varição do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	84 000	157	1 497	496	1 717
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120 000	3 594	1 991	2 424	1 818
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	–	–	(2 452)	–	380
Swap cambial	Emissão de dívida	Taxa de juro	34 405	2 742	(259)	3 011	(63)
			238 405	6 493	777	5 931	3 852

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2007 podem ser analisadas como segue:

2007							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional Euros '000	Justo valor do derivado (2) Euros '000	Varição do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	114 000	(1 340)	(5 458)	(1 221)	181
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120 000	1 602	(1 537)	607	(1 049)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	200 000	2 452	1 509	(380)	1 253
Swap cambial	Emissão de dívida	Taxa de juro	34 577	3 002	4 181	3 074	114
			468 577	5 716	(1 305)	2 080	499

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

24. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	24 977	36 424
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	14 935	2 947
	39 912	39 371

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na Nota 41.

A CEMG avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2008, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detida até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2008, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Euros '000
OT – Setembro 98/2013	Maio, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,450%	96
OT – Julho 99/2009	Janeiro, 1999	Julho, 2009	Taxa fixa de 3,950%	6.280
OT – Junho 02/2012	Fevereiro, 2002	Junho, 2012	Taxa fixa de 5,000%	105
OT – Maio 00/2010	Janeiro, 2000	Maio, 2010	Taxa fixa de 5,850%	6.536
OT – Junho 01/2011	Março, 2001	Junho, 2011	Taxa fixa de 5,150%	1 069
OT – Outubro 05/2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,350%	6 047
OT – Abril 05/2011	Novembro, 2005	Abril, 2011	Taxa fixa de 3,200%	4 844
Buoni Poliennali Del Tes.06/2011	Março, 2006	Março, 2011	Taxa fixa de 5,375%	2 972
Netherlands Government 05/2015	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,250%	4 939
Republic of Austria 04/2015	Maio, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,500%	2 001
Belgium Kingdom 05/2015	Março, 2005	Setembro, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 007
Buoni Poliennali Del Tes.05/2015	Maio, 2005	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 007
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2010	Janeiro, 2005	Janeiro, 2010	Taxa fixa de 3,500%	1 009
				39 912

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística apresentada na nota 1.5.

A análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
3 meses até 1 ano	6 280	20 200
1 ano até 5 anos	16 631	18 973
Mais de 5 anos	17 001	198
	39 912	39 371

25. Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Participações financeiras em associadas e outras – Não cotadas:		
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	7 001	7 001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	10 816	10 816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	9 530	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3 200	3 200
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A..	50	50
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	29	–
	30 626	30 597

171

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	Número de acções	Participação directa no capital	Valor nominal unitário Euros	Custo da participação Euros '000
31 de Dezembro de 2008				
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77 200	100,00%	90,69	7 001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	1 312 420	26,25%	5,00	10 816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	314 736	39,34%	25,00	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 000	20,00%	5,00	3 200
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	9 900	9,90%	5,00	50
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	1.000	28,9%	1,00	29
				30 626
31 de Dezembro de 2007				
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77 200	100,00%	90,69	7 001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	1 312 420	26,25%	5,00	10 816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	314 736	39,34%	25,00	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 000	20,00%	5,00	3 200
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	9 900	9,90%	5,00	50
				30 597

26. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008	2007
	Euros '000	Euros '000
Custo:		
Imóveis:		
De serviço próprio	63 413	63 413
Obras em imóveis arrendados	30 730	33 900
Imobilizado em curso	120	105
Equipamento:		
Mobiliário e material	10 326	9 356
Máquinas e ferramentas	2 125	2 358
Equipamento informático	43 405	36 572
Instalações interiores	26 696	25 176
Equipamento de transporte	676	1 133
Equipamento de segurança	3 202	2 835
Património artístico	2 226	775
Activos em locação operacional	478	474
Outras imobilizações corpóreas	31	31
Imobilizações em curso	495	1 373
	183 923	177 501
Depreciações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(1 496)	(8 435)
Relativas a exercícios anteriores	(96 580)	(88 145)
	(98 076)	(96 580)
	85 847	80 921

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2008, são analisados como segue:

	2008				Saldo em 31 Dezembro Euros '000
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	63 413	–	–	–	63 413
Obras em imóveis arrendados	33 900	328	(7 798)	4 300	30 730
Imobilizado em curso	105	15	–	–	120
Equipamento:					
Mobiliário e material	9 356	1 200	(230)	–	10 326
Máquinas e ferramentas	2 358	73	(306)	–	2 125
Equipamento informático	36 572	6 833	–	–	43 405
Instalações interiores	25 176	311	(25)	1 234	26 696
Equipamento de transporte	1 133	–	(457)	–	676
Equipamento de segurança	2 835	377	(10)	–	3 202
Activos em locação operacional	775	1 451	–	–	2 226
Património artístico	474	4	–	–	478
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	1 373	4 656	–	(5 534)	495
	177 501	15 248	(8 826)	–	183 923
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	13 827	1 000	–	–	14 827
Obras em imóveis arrendados	25 277	2 303	(7 795)	–	19 785
Equipamento:					
Mobiliário e material	6 948	611	(126)	–	7 433
Máquinas e ferramentas	2 123	106	(306)	–	1 923
Equipamento informático	28 246	3 922	–	–	32 168
Instalações interiores	16 529	1 881	(25)	–	18 385
Equipamento de transporte	1 106	15	(457)	–	664
Equipamento de segurança	2 481	144	(10)	–	2 615
Activos em locação operacional	43	233	–	–	276
	96 580	10 215	(8 719)	–	98 076

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2007, são analisados como segue:

	2007				Saldo em 31 Dezembro Euros '000
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	63 413	–	–	–	63 413
Obras em imóveis arrendados	32 452	612	(14)	850	33 900
Imobilizado em curso	82	23	–	–	105
Equipamento:					
Mobiliário e material	8 253	1 557	(454)	–	9 356
Máquinas e ferramentas	2 531	86	(259)	–	2 358
Equipamento informático	32 554	4 020	(2)	–	36 572
Instalações interiores	23 008	1 441	–	727	25 176
Equipamento de transporte	1 153	–	(20)	–	1 133
Equipamento de segurança	2 720	115	–	–	2 835
Activos em locação operacional	–	775	–	–	775
Património artístico	422	52	–	–	474
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	554	2 396	–	(1 577)	1 373
	167 173	11 077	(749)	–	177 501
Amortizações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	12 827	1 000	–	–	13 827
Obras em imóveis arrendados	22 796	2 485	(4)	–	25 277
Equipamento:					
Mobiliário e material	6 783	586	(421)	–	6 948
Máquinas e ferramentas	2 254	128	(259)	–	2 123
Equipamento informático	25 277	2 969	–	–	28 246
Instalações interiores	14 751	1 778	–	–	16 529
Equipamento de transporte	1 097	29	(20)	–	1 106
Equipamento de segurança	2 360	121	–	–	2 481
Activos em locação operacional	–	43	–	–	43
	88 145	9 139	(704)	–	96 580

27. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Custo:		
Trespases	–	33
Software	44 988	36 667
Adiantamentos por conta de imobilizações	2 331	1 310
	47 319	38 010
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(8 152)	(5 948)
Relativas a exercícios anteriores	(24 391)	(18 443)
	(32 543)	(24 391)
	14 776	13 619

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2008, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Trespases	33	–	–	(33)	–
Software	36 667	7 737	–	584	44 988
Adiantamentos por conta de imobilizações	1 310	1 748	–	(727)	2 331
	38 010	9 485	–	(176)	47 319
Amortizações acumuladas:					
Software	24 391	8 152	–	–	32 543

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2007, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Trespases	33	–	–	–	33
Software	29 596	7 744	(589)	(84)	36 667
Adiantamentos por conta de imobilizações	72	1 154	–	84	1 310
	29 701	8 898	(589)	–	38 010
Amortizações acumuladas:					
Software	18 443	6 537	(589)	–	24 391

28. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Aplicações por recuperação de crédito	116 180	116 230
Bonificações a receber do Estado Português	20 468	27 913
Outros devedores	17 279	9 771
Outros proveitos a receber	6 442	5 123
Despesas com custo diferido	36 669	52 727
Contas diversas	23 531	15 965
	220 569	227 729
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito	(23 868)	(19 397)
Imparidade para bonificações	(3 473)	(3 473)
	193 228	204 859

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito inclui o montante de Euros 109 774 000 (2007: Euros 104 461 000) relativo aos imóveis recebidos pela CEMG por arrematação ou dação em cumprimento de créditos e cuja mensuração é efectuada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.9.

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 20 468 000 (2007: Euros 27 913 000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	4 194	9 553
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	9 219	8 792
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	7 055	9 568
	20 468	27 913

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, um montante de Euros 3 473 000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 31 de Dezembro de 2008, o montante de Euros 35 127 000 (2007: Euros 50 337 000) referente ao valor ainda não registado na situação líquida do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 relativamente ao apuramento do valor actuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Neste caso é aplicado um diferimento de dez anos ou oito anos conforme se trate de benefícios de saúde ou outros benefícios, conforme a política contabilística descrita na nota 1.14.

Os movimentos de imparidade para aplicações por recuperação de crédito são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito		
Saldo em 1 de Janeiro	19 397	13 326
Dotação do exercício	5 322	7 110
Reversão do exercício	(552)	(683)
Utilização de imparidade	(299)	(356)
Saldo em 31 de Dezembro	23 868	19 397

29. Recursos de bancos centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 regista o montante de Euros 852 803 000 referente aos títulos vendidos, com acordo de recompra (*repos*) por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, que não são desreconhecidos do balanço.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é a seguinte:

	2008	2007
	Euros '000	Euros '000
Até 3 meses	751 544	–
3 meses até 6 meses	101 259	–
	852 803	–

30. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008			2007		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	–	106 829	106 829	–	18 928	18 928
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	4 777	961 516	966 293	12 720	920 634	933 354
	4 777	1 068 345	1 073 122	12 720	939 562	952 282

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2008	2007
	Euros '000	Euros '000
Até 3 meses	538 686	374 777
3 meses até 6 meses	53 109	15 397
6 meses a 1 ano	116	15 331
1 ano até 5 anos	306 446	445 386
Mais de 5 anos	172 341	100 477
	1 070 698	951 368
Correcções de valor por operações de cobertura	2 424	914
	1 073 122	952 282

31. Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008			2007		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Depósitos à ordem	1 877 502	–	1 877 502	1 961 783	–	1 961 783
Depósitos a prazo (*)	–	5 449 219	5 449 219	–	5 132 286	5 132 286
Depósitos de poupança (*)	–	681 082	681 082	–	993 976	993 976
Outros recursos	177	–	177	650	–	650
Correcções de valor por operações de cobertura	1 262	–	1 262	(2 670)	–	(2 670)
	1 878 941	6 130 301	8 009 242	1 959 763	6 126 262	8 086 025

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na Nota 20 e na política contabilística 1.3.

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui Euros 210 869 000 (2007: Euros 442 799 000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo são fixados anualmente por instrução do Banco de Portugal.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Depósitos à ordem	1 877 502	1 961 783
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	1 270 016	2 891 092
3 meses até 6 meses	2 902 217	1 843 189
6 meses até 1 ano	906 440	855 166
1 ano até 5 anos	962 587	511 027
Mais de 5 anos	89 041	25 788
	8 007 803	8 088 045
Correcções de valor por operações de cobertura	1 262	(2 670)
	8 009 065	8 085 375
Outros recursos:		
Até 3 meses	177	650
	8 009 242	8 086 025

32. Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
<i>Euro Medium Term Notes</i>	3 705 944	4 922 774
Obrigações de Caixa	964 998	323 997
	4 670 942	5 246 771

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na Nota 41.

Durante o exercício de 2008, a CEMG procedeu à emissão de Euros 149 700 000 (2007: Euros 1 134 576 000) de títulos, tendo sido reembolsados Euros 703 427 000 (2007: Euros 578 500 000).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Até 6 meses	188 762	120 201
6 meses até 1 ano	988 413	390 229
1 ano até 5 anos	3 094 029	3 754 323
Mais de 5 anos	382 690	996 863
	4 653 894	5 261 616
Correcções de valor por operações de cobertura	17 048	(14 845)
	4 670 942	5 246 771

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2008 Euros '000
Obr. CEMG / 03	Ago.2003	Ago.2009	Taxa fixa de 4,232%	100 000
Obr. CEMG / 04	Mar.2004	Mar.2009	Hibor 3 meses + 0,26%	9 271
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,25%	15 000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2009	Taxa fixa de 4,6%	18 605
Obr. CEMG / 04	Nov.2004	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25%	300 000
Obr. CEMG / 04	Fev.2005	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25%	300 000
Obr. CEMG / 05	Fev.2005	Fev.2015	Taxa anual de 4,278%	125 000
Obr. CEMG / 05	Mai.2005	Mai.2012	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. caixa MG Aforro 1.ª Emissão	Ago.2005	Ago.2009	Taxa fixa semestral de 3% (8.º semestre taxa fixa de 4%)	17 000
Obr. CEMG / 05	Set.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	500 000
Obr. CEMG / 05	Out.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	125 000
Obr. caixa MG Aforro 2.ª Emissão	Out.2005	Out.2009	Taxa fixa semestral de 3% (8.º semestre taxa fixa de 4%)	62 000
Obr. caixa MG Aforro 3.ª Emissão	Nov.2005	Nov.2009	Taxa fixa semestral de 3% (8.º semestre taxa fixa de 4%)	14 000
Obr. caixa MG Especial Poupança	Nov.2005	Nov.2010	Taxa fixa semestral de 2,5% (9.º semestre taxa fixa de 4% e 10.º semestre taxa fixa de 6%)	23 000
Obr. caixa MG Aforro 4.ª Emissão	Dez.2005	Dez.2009	Taxa fixa semestral de 3% (8.º semestre taxa fixa de 4%)	52 000
Obr. CEMG / 06	Jan.2006	Jan.2011	Euribor 3 meses + 0,20%	500 000
Obr. caixa MG Valor Garantido 2006	Jan.2006	Jan.2011	Taxa fixa semestral de 3% (7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,25%, 9.º semestre taxa fixa de 3,5% e no 10.º semestre taxa fixa de 4%)	10 000
Obr. caixa MG Aforro/06 1.ª Emissão	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa trimestral de 5%	40 000
Obr. caixa MG Aforro/06 2.ª Emissão	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa trimestral de 5%	17 000
Obr. caixa MG Aforro Especial Fev.06	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa trimestral de 6%	9 000
Obr. caixa MG Aforro/06 3.ª Emissão	Mar.2006	Mar.2009	Taxa fixa trimestral de 5%	17 000
Obr. caixa MG Aforro/06 4.ª Emissão	Mar.2006	Mar.2009	Taxa fixa trimestral de 5%	23 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5.ª Emissão	Abr.2006	Abr.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (12.º trimestre taxa fixa de 5%)	20 000
Obr. caixa MG Aforro/06 6.ª Emissão	Mai.2006	Mai.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (12.º trimestre taxa fixa de 5%)	20 000
Obr. caixa MG Valor Imobiliário	Mai.2006	Mai.2009	Taxa fixa anual de 1% + remuneração variável indexada ao Índice EPRA, paga na data de maturidade	2 000
Obr. caixa MG Commodities	Mai.2006	Mai.2009	Taxa variável indexada à cotação de 4 Commodities	4 700
Obr. caixa MG Aforro/06 7.ª Emissão	Jun.2006	Jun.2009	Taxa fixa trimestral de 3,5% (12.º trimestre taxa fixa de 5%)	25 000
Obr. caixa MG Aforro/06 8.ª Emissão	Jul.2006	Jul.2009	Taxa fixa trimestral de 3,5% (11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	18 000
Obr. caixa MG Aforro Especial Jul.06	Jul.2006	Jul.2009	Taxa fixa trimestral de 3,75% (11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5,5%)	13 000
Obr. caixa MG Aforro/06 9.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2009	Taxa fixa trimestral de 3,625% (11.º trimestre taxa fixa de 4,25%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	23 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 1.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 3,5% (6.º semestre taxa fixa de 3,5%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 4%, 9.º semestre taxa fixa de 6% e 10.º semestre taxa fixa de 6%)	7 000
Obr. caixa MG Aforro/06 10.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2009	Taxa fixa trimestral de 3,5% (11.º trimestre taxa fixa de 5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	15 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 2.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 3,5% (6.º semestre taxa fixa de 3,625%, 7.º semestre taxa fixa de 3,875%, 8.º semestre taxa fixa de 4%, 9.º semestre taxa fixa de 4,75% e 10.º semestre taxa fixa de 7%)	4 000
Obr. CEMG / 06	Set.2006	Set.2011	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2008 Euros '000
Obr. caixa MG Aforro/06 11.ª Emissão	Set.2006	Set.2009	Taxa fixa trimestral de 3,5% (11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	15 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 3.ª Emissão	Set.2006	Set.2011	Taxa fixa semestral de 3,375% (6.º semestre taxa fixa de 3,5%, 7.º semestre taxa fixa de 3,625%, 8.º semestre taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 4%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	3 500
Obr. caixa MG Aforro/06 12.ª Emissão	Nov.2006	Nov.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (11.º trimestre taxa fixa de 3,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	17 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 4.ª Emissão	Nov.2006	Nov.2011	Taxa fixa semestral de 3,25% (6.º semestre taxa fixa de 3,25%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,375%, 9.º semestre taxa fixa de 3,5%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	3 750
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 5.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,375% (6.º semestre taxa fixa de 3,375%, 7.º e 8.º semestre taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	1 000
Obr. caixa MG Aforro/06 13.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2009	Taxa fixa trimestral de 3,75% (10.º trimestre taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,625% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,25%)	6 000
Obr. caixa MG Ass./06 5 anos 1.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,5% (6.º semestre taxa fixa de 3,5%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,625%, 9.º semestre taxa fixa de 3,75%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	1 000
Obr. caixa MG Ass./06 3 anos 1.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2009	Taxa fixa trimestral de 3,5% (10.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,5%)	7 000
Obr. CEMG / 07	Jan.2007	Jan.2017	Taxa fixa de 4,2%	100 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,25% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,375%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,625% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,25%)	5 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,5% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,5%)	9 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 1ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,5% (5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,625%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	4 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,25% (5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,375%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	1 000
Obr. CEMG / 07	Fev.2007	Fev.2017	Taxa fixa de 5%	90 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,25% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,375%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,625% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,25%)	7 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,5% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,5%)	11 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,5% (5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,625%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	3 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2008 Euros '000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,25% (5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,375%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	2 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 3.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 7%)	9 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 3.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (8.º e 9.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 10.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 11.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	6 500
Obr. CEMG / 07	Mar.2007	Mar.2014	Euribor 3 meses + 0,14%	50 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 4.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 4.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 7%)	6 000
Obr. caixa – AM Eur 6M 5Y – 2012	Abr.2007	Abr.2012	Taxa fixa de 4,455%	6 000
Obr. caixa – Montepio Portugal Dinâmico	Abr.2007	Abr.2009	Taxa variável indexada ao Índice PSI 20 com um <i>floor</i> de 3,35%	10 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 5.ª Série	Abr.2007	Abr.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (8.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	8 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 5.ª Série	Abr.2007	Abr.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (8.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 7%)	12 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 6.ª Série	Mai.2007	Mai.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 9.º e 10.º trimestres taxa de 3,750%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 6.ª Série	Mai.2007	Mai.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,875%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	8 500
Obr. CEMG / 07	Mai.2007	Mai.2013	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 7.ª Série	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (6.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,875%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 7.ª Série	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa trimestral de 3,75% (6.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,75%, 9.º e 10.º trimestres de 4%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,250% e 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	8 000
Obr. caixa MG Energ. Renováveis/07 3 anos	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa anual de 2% nos dois primeiros anos. (À data de maturidade é pago uma taxa variável sobre a variação do Índice ERIXP com um <i>floor</i> de 2%)	4 100
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 8ª Série	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa trimestral de 3,75% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2008 Euros '000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 8ª Série	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa trimestral de 3,875% (7.º e 8.º trimestre taxa fixa de 3,875%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,125%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	6 800
Obr. caixa MG Energ. Renováveis/07 3 anos Julho 2007/2010	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa anual de 2% nos dois primeiros anos. (À data de maturidade é paga uma remuneração variável indexada ao índice ERIXP com um <i>floor</i> de 2%)	8 100
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 9ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4,125% (7.º e 8.º trimestre taxa fixa de 4,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,375% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	10 700
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 9ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (7.º e 8.º trimestre taxa fixa de 4%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,125%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	9 300
Obr. Caixa – Montepio Planeta Terra – Agosto 2007/2010	Ago.2007	Ago.2010	Taxa variável indexada a um cabaz de 10 acções com <i>floor</i> de 3,75%	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 10ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4,125% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 4,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	15 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 11ª Série	Set.2007	Set.2010	Taxa fixa trimestral de 4,125% (7.º e 8.º trimestre taxa fixa de 4,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	15 000
Obr.caixa – Montepio Setembro 2010	Set.2007	Set.2010	Taxa fixa de 4,6126%	1 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 1ª série	Out.2007	Out.2010	Taxa fixa semestral de 4,919% (4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,50%, no 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25% e no 6.º semestre: Euribor a 6 meses + 0,25%)	22 000
Obr. Caixa – Euro Range – Out 2007/2009	Out.2007	Out.2009	Taxa fixa no 1.º ano de 5,5%	13 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 2ª série	Out.2007	Out.2010	Taxa fixa semestral de 4,663% (3.º semestre Euribor a 6 meses – 0,40%, 4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,30%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25% e 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,25%)	11 599
Montepio Standard Poor's BRIC 40	Out.2007	Out.2012	Taxa fixa semestral de 0,9% (2.º ao 9.º semestre taxa fixa de 0,9%). Na maturidade, remuneração variável indexada ao Índice <i>Standard & Poor's</i> BRIC40	2 156
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 3ª série	Nov.2007	Nov.2010	Taxa fixa semestral de 4,354% (4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,30%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25% e 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,25%)	10 000
Obr. Caixa- Montepio Cap Ref – 3 anos – Nov 2009	Nov. 2007	Nov.2009	Taxa fixa de 4,665%	5 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 4ª série	Dez.2007	Dez.2010	Taxa fixa semestral de 3,559% (4.º semestre taxa Euribor a 6 meses – 0,25%, no 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,2%)	7 000
Montepio Cabaz Energia	Dez.2007	Dez.2009	Taxa trimestral indexada a 80% da Euribor a três meses	5 950
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 5ª série	Dez.2007	Dez.2010	Taxa fixa semestral de 2,943% (4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25%, no 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,2%)	13 488
Obr. caixa – Montepio Cabaz Commodities Agrícolas	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa variável paga no reembolso que corresponde a 95% da performance de um Cabaz de 5 <i>Commodities</i> , com um mínimo de 1% e um máximo de 50%	5 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2008 Euros '000
Obr. caixa – Aforro Montepio 2008 – 3 anos – 1.ª série	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa trimestral de 4,125% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 4,25%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,375%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	10 000
Obr.caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 anos – 1.ª série	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa semestral de 4% (3.º semestre Euribor 6 meses – 0,5%, no 4.º semestre Euribor 6 meses – 0,4%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,3% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	17 100
Obr. Caixa – Montepio Select 5 anos	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa de 2,5% nos 4 primeiros anos e no reembolso remuneração variável entre 2,5% e 60% da performance média anual de um cabaz composto pelo Índice <i>Dow Jones Eurostoxx Select Dividend 30</i> e o Índice <i>IBOXX Euro Eurozone Performance Sovereigns 5 a 7 Anos</i>	1 000
Obr. Caixa – Montepio Taxa Fixa 5Y – Janeiro 2008	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa de 2,5%	2 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 2.ª série	Mar. 2008	Mar. 2011	Taxa fixa semestral de 3,9% (3.º semestre Euribor 6 meses – 0,4%, no 4.º semestre Euribor 6 meses – 0,3%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	13 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 3.ª série	Abr. 2008	Abr. 2011	Taxa fixa semestral de 4% (3.º semestre Euribor 6 meses – 0,4%, no 4.º semestre Euribor 6 meses – 0,3%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	15 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 4.ª série	Mai. 2008	Mai. 2011	Taxa fixa semestral de 4% (3.º semestre Euribor 6 meses – 0,4%, no 4.º semestre Euribor 6 meses – 0,3%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,1%)	12 100
Obr. Caixa- Montepio Inflação 2008 – 2016 – 1.ª Série	Jun. 2008	Jun. 2016	Taxa variável anual de 3,2% acrescida da taxa anual de Inflação Europeia	5 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2008/2013	Set. 2008	Set. 2013	Taxa fixa anual de 5,5% (2.º semestre taxa fixa de 6% e 3.º ao 5.º semestre Euribor 3m + 1%)	31 500
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Out. 2008/2013	Out. 2008	Out. 2013	Taxa fixa anual de 5,5% (2.º ao 5.º semestre Euribor 3m + 1%)	37 000
				4 677 219
Correcções de valor por operações de cobertura				17 048
Periodificações, custos e proveitos diferidos				(23 325)
				<u>4 670 942</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui o montante de Euros 1 448 619 000 (2007: Euros 1 423 378 000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 3,102% e 5,044%.

Os reembolsos ocorridos no decurso do ano de 2008 são analisados como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante de reembolso Euros '000
Obrigações de Caixa:				
MG Business Invest 2006	Mar.2006	Mar.2008	Taxa fixa anual de 3%	17 000
MG Business Invest 3,85%	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa anual de 3,85%	26 500
MG Aforro Especial	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa anual de 3,5%	30 000
MG Energias Renováveis – Dez 06/08	Dez.2006	Dez.2008	Taxa variável	5 000
Montepio Cabaz BRIC	Dez.2006	Dez.2008	Taxa variável	9 000
				87 500
Empréstimos obrigacionistas:				
Obrigações CEMG – 2003	Nov.2003	Nov.2008	Euribor 3m + 0,3%	420 927
Obrigações CEMG – 2004	Set.2004	Set.2008	Euribor 3m + 0,31%	100 000
Obrigações CEMG – 2005	Mar.2005	Mar.2008	Euribor 3m + 0,25%	5 000
Obrigações CEMG – 2007	Jul.2007	Jul.2008	Euribor 6m + 0,12%	90 000
				615 927
				703 427

As responsabilidades representadas por títulos com vencimento no decurso do ano de 2009 ascendem a Euros 727 876 000.

33. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito	101 240	96 983
Provisões para outros riscos e encargos	1 668	1 737
	102 908	98 720

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	96 983	87 794
Dotação do exercício	50 675	43 178
Reversão do exercício	(46 418)	(33 989)
Saldo em 31 de Dezembro	101 240	96 983

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999, e n.º 8/03 de 30 de Janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na nota 1.4.

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Saldo em 1 de Janeiro	1 737	4 979
Dotação do exercício	248	548
Reversão do exercício	(63)	(317)
Utilização de provisões	(254)	–
Transferências	–	(3 473)
Saldo em 31 de Dezembro	1 668	1 737

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade da CEMG.

34. Outros passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Obrigações de prazo determinado	386 872	200 740
Obrigações perpétuas	–	101 108
	386 872	301 848

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2008 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obrigações de prazo determinado:					
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50 000	Euribor 3 meses + 0,45%	50 478
CEMG/08	Fev. 2008	Fev. 2018	150 000	Euribor 6 meses + 0,13%	151 008
CEMG/08	Jun. 2008	Jun. 2018	28 000	Euribor 12 meses + 0,10%	31 233
CEMG/08	Jul. 2008	Jul. 2018	150 000	Euribor 6 meses + 0,13%	154 153
					386 872

O justo valor da carteira de passivos subordinados encontra-se apresentada na Nota 41.

Os passivos subordinados CEMG /2001 e CEMG/2003 foram reembolsados antecipadamente em Julho e Fevereiro de 2008, respectivamente, pelo montante de Euros 250 000 000.

Em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 2,96% e 6,42%.

A rubrica Outros passivos subordinados tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Mais de 5 anos	386 872	301 848

35. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	8 067	9 090
Outros credores	27 809	29 657
Sector público administrativo	10 393	9 291
Passivos financeiros associados a activos transferidos	1 450 122	670 633
Férias e subsídio de férias a pagar	19 826	26 748
Outros custos a pagar	450	630
Receitas com rendimento diferido	647	608
Operações sobre títulos a liquidar	6 154	–
Contas diversas	43 849	60 942
	1 567 317	807 599

A rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos refere-se a operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras, que não foram objecto de desreconhecimento de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O detalhe das operações de titularização encontra-se analisado na Nota 44.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas relativas às responsabilidades da CEMG com benefícios a colaboradores, incluídas na rubrica Contas diversas, são analisadas como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	514 212	548 265
Valor do Fundo	(436 148)	(442 901)
	78 064	105 364
Perdas actuariais		
Corredor	81 931	91 873
Acima do corredor	29	17 664
	81 960	109 537
	(3 896)	(4 173)

O valor do corredor e das perdas actuariais foram determinadas em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.14.

36. Capital

Em 20 de Junho de 2008, na sequência da deliberação da Assembleia Geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 25 000 000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 660 000 000, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

37. Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa, a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

38. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Reservas de justo valor	(48 064)	(7 973)
Reservas e resultados transitados:		
Reserva geral	156 067	143 229
Reserva especial	60 788	57 579
Outras reservas	8 404	8 404
Resultados transitados	(15 210)	(22 387)
	210 049	186 825

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.5.

A movimentação durante o ano de 2008 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(64)	(23)	–	49	–	(38)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(173)	(1 799)	–	(26)	(189)	(2 187)
Estrangeiros	(8 524)	(20 170)	(370)	(891)	(15 626)	(45 581)
	(8 761)	(21 992)	(370)	(868)	(15 815)	(47 806)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	–	37	(23)	–	(37)	(23)
Estrangeiras	(30)	762	–	30	(762)	–
Unidades de participação	818	2 902	(50)	(694)	(3 211)	(235)
	788	3 701	(73)	(664)	(4 010)	(258)
	(7 973)	(18 291)	(443)	(1 532)	(19 825)	(48 064)

A movimentação durante o ano de 2007 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	(10)	(63)	10	(1)	(64)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	4	(112)	(64)	(1)	–	(173)
Estrangeiros	184	(3 640)	(1 233)	(122)	(3 713)	(8 524)
	188	(3 762)	(1 360)	(113)	(3 714)	(8 761)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Estrangeiras	8 313	(154)	(25)	(8 313)	149	(30)
Unidades de participação	(915)	650	619	464	–	818
	7 398	496	594	(7 849)	149	788
	7 586	(3 266)	(766)	(7 962)	(3 565)	(7 973)

A rubrica Reservas e resultados transitados inclui, em 31 de Dezembro de 2008, o montante de Euros 15 210 000 (2007: Euros 22 387 000) relativo à amortização dos ajustamentos de transição resultantes da adopção da IAS 19, conforme definido na política contabilística 1.14.

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	1 965 399	924 571
Imparidade acumulada reconhecida	(31 228)	(11 403)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	1 934 171	913 168
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	1 886 107	905 195
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(48 064)	(7 973)

39. Contas extrapatrimoniais

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Garantias e avales prestados	431 209	367 978
Garantias e avales recebidos	30 265 782	30 172 390
Compromissos perante terceiros	1 377 791	1 529 749
Compromissos assumidos por terceiros	20 791	24 800
Activos cedidos em operações de titularização	389 662	592 629
Valores recebidos em depósito	5 510 251	5 993 330

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	2008	2007
	Euros '000	Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	428 782	364 753
Créditos documentários abertos	2 427	3 225
	431 209	367 978

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

	2008	2007
	Euros '000	Euros '000
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	2 756	3 820
Linhas de crédito irrevogáveis	281 103	226 786
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	19 634	19 425
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	3 173	2.790
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	1 071 125	1 276 928
	1 377 791	1 529 749

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

40. Distribuição de resultados

Em 31 de Março de 2008, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 25 758 000 (2007: Euros 20 377 000).

41. Justo valor

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

– Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros.

– Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

– Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito, determinado de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

– Derivados de cobertura e de negociação

Os derivados de cobertura encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados «ao balcão», aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário

interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinados por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

– Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa média de desconto foi de 3,29% em Dezembro de 2008 e de 4,65% em Dezembro de 2007. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

– Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

– Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa média de desconto foi de 2,74% em Dezembro de 2008 e de 4,42% em Dezembro de 2007.

– Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco taxa de juro já registado. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de Dezembro de 2008, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas para no apuramento das curvas taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte-Americanos, Libras Esterlinas, Coroa Checas e Dólar de Hong-Kong utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas				
	Euros	Dólar Norte-Americano	Libra Esterlina	Coroa Checa	Dólar de Hong-Kong
1 dia	2.250%	0,1300%	1,5000%	2,5000%	0,1050%
7 dias	2,250%	0,3000%	1,5000%	2,5000%	0,1050%
1 mês	2,500%	0,5500%	2,2450%	3,5000%	0,2800%
2 meses	2,675%	1,3950%	2,6700%	3,5000%	0,9650%
3 meses	2,815%	1,4100%	2,7750%	3,5000%	1,3050%
6 meses	2,855%	1,7400%	2,7300%	3,9500%	1,7500%
9 meses	2,915%	1,8900%	2,8300%	4,0500%	2,0400%
1 ano	3,005%	2,0300%	2,8350%	4,1000%	2,3400%
2 anos	2,684%	1,4250%	2,6085%	2,6800%	1,4900%
3 anos	3,027%	1,7140%	2,8475%	2,7200%	1,7910%
5 anos	3,234%	2,0740%	3,1475%	2,8800%	2,0240%
7 anos	3,463%	2,3010%	3,3125%	2,9700%	1,9920%
10 anos	3,738%	2,4840%	3,4475%	3,2500%	1,9380%
15 anos	3,900%	2,7125%	3,4475%	3,4600%	1,9380%
20 anos	3,849%	2,7490%	3,4475%	3,4800%	1,9380%
30 anos	3,543%	2,6780%	3,4475%	3,4800%	1,9380%

– Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	2008	2007	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,3917	1,4721	22,80	22,70	20,80	19,80	19,00
EUR/GBP	0,9525	0,7334	17,00	19,00	19,00	18,00	17,75
EUR/CHF	1,4850	1,6547	13,75	12,25	11,30	9,00	10,00
EUR/JPY	126,14	164,93	23,00	23,60	22,83	22,65	22,27

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da CEMG contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

	2008									
	Designado	Detido	Empréstimos	Disponíveis	Outros	Outros	Valor	Justo		
	Negociação	ao	até a	e	para					ao custo
	Euros '000	justo valor	maturidade	aplicações	venda	amortizado	Euros '000	Euros '000	valor	Euros '000
Activos financeiros:										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	254 742	-	-	-	254 742	254 742	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	92 125	-	-	-	92 125	92 125	
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	166 781	-	-	-	166 781	166 781	
Crédito a clientes	-	-	-	14 724 822	-	-	-	14 724 822	15 089 645	
Activos financeiros detidos para negociação	58 566	-	-	-	-	-	-	58 566	58 566	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4 031	-	-	-	-	-	4 031	4 031	
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	1 886 107	-	-	1 886 107	1 886 107	
Derivados de cobertura	7 727	-	-	-	-	-	-	7 727	7 727	
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	39 912	-	-	-	-	39 912	39 912	
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	30 626	30 626	30 626	
	66 382	4 031	39 912	15 238 470	1 886 107	-	30 626	17 265 528	17 630 551	
Passivos financeiros:										
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	852 803	-	852 803	852 803	
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	1 073 122	-	1 073 122	1 073 285	
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	8 009 242	-	8 009 242	8 086 797	
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	4 670 942	-	4 670 942	4 670 942	
Passivos financeiros detidos para negociação	37 643	-	-	-	-	-	-	37 643	37 643	
Derivados de cobertura	1 234	-	-	-	-	-	-	1 234	1 234	
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	386 872	-	386 872	386 872	
	38 877	-	-	-	-	14 992 981	-	15 031 858	15 109 576	

2007

	Negociação	Designado ao justo valor	Detido até a maturidade	Empréstimos e aplicações	Disponíveis para venda	Outros ao custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	269 201	-	-	-	269 201	269 201
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	62 664	-	-	-	62 664	62 664
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	663 021	-	-	-	663 021	663 021
Crédito a clientes	-	-	-	14 108 881	-	-	-	14 108 881	15 066 106
Activos financeiros detidos para negociação	43 417	-	-	-	-	-	-	43 417	43 417
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3 897	-	-	-	-	-	3 897	3 897
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	905 195	-	-	905 195	905 195
Derivados de cobertura	9 536	-	-	-	-	-	-	9 536	9 536
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	39 371	-	-	-	-	39 371	39 371
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	30 597	30 597	30 597
	52 953	3 897	39 371	15 103 767	905 195	-	30 597	16 135 780	17 093 005
Passivos financeiros:									
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	952 282	-	952 282	952 282
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	8 086 025	-	8 086 025	8 086 025
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	5 246 771	-	5 246 771	5 246 771
Passivos financeiros detidos para negociação	60 070	-	-	-	-	-	-	60 070	60 070
Derivados de cobertura	3 820	-	-	-	-	-	-	3 820	3 820
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	301 848	-	301 848	301 848
	63 890	-	-	-	-	14 586 926	-	14 650 816	14 650 816

42. Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o «Fundo de Pensões» o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2008	2007
Número de participantes		
Reformados e pensionistas	663	552
Pessoal no activo	2 799	2 908
	3 462	3 460

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1.14, as responsabilidades da CEMG por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Activos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço								
Responsabilidades								
Reformados e pensionistas	202 934	558	13 191	216 683	155 731	461	10 123	166 315
Pessoal no activo	278 234	6 147	13 148	297 529	354 040	7 875	20 035	381 950
	481 168	6 705	26 339	514 212	509 771	8 336	30 158	548 265
Valor do Fundo	(408 121)	(5 687)	(22 340)	(436 148)	(411 805)	(6 734)	(24 362)	(442 901)
Excesso / (défice) de cobertura	73 047	1 018	3 999	78 064	97 966	1 602	5 796	105 364
Desvios actuariais diferidos	88 783	(7 176)	353	81 960	111 886	(5 376)	3 027	109 537
Activos / (Responsabilidades) líquidas em balanço								
	(15 736)	8 194	3 646	(3 896)	97 966	6 978	2 769	(4 173)

Em 31 de Dezembro de 2008, não existem imóveis utilizados pela CEMG ou títulos emitidos por esta, registados nas Demonstrações Financeiras do Fundo.

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados durante o exercício de 2008 e 2007 é analisado conforme segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	509 771	8 336	30 158	548 265	475 205	–	31 190	506 395
Custo do serviço corrente	19 773	1 132	572	21 477	18 864	–	1 253	20 117
Custo dos juros	26 763	438	1 583	28 784	22 572	–	1 482	24 054
Ganhos e (perdas) actuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	2 419	(2 003)	(1 638)	(1 222)	11 491	1 358	(3 266)	9 583
– Resultantes de alterações de pressupostos	(73 290)	(1 198)	(4 336)	(78 824)	(7 633)	–	(501)	(8 134)
Pagamentos	(14 069)	–	–	(14 069)	(10 728)	–	–	(10 728)
Reformas antecipadas	9 801	–	–	9 801	–	–	–	–
Outros	–	–	–	–	–	6 978	–	6 978
Valores a 31 de Dezembro	481 168	6 705	26 339	514 212	509 771	8 336	30 158	548 265

A evolução dos valores relativos a responsabilidades não financiadas por benefícios projectados durante os exercícios de 2008 e 2007, é analisada conforme segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	97 966	1 602	5 796	105 364	123 864	–	8 130	131 994
Custo do serviço corrente	19 773	1 132	572	21 477	18 865	–	1 252	20 117
Custo dos juros	26 763	438	1 583	28 784	22 572	–	1 482	24 054
Rendimento esperado dos activos	(21 619)	(354)	(1 279)	(23 252)	(16 689)	–	(1 095)	(17 784)
Reformas antecipadas	9 801	–	–	9 801	–	–	–	–
Ganhos e (perdas) actuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	50 188	(602)	1 662	51 248	13 862	(5 376)	(3 472)	5 014
– Resultantes de alterações de pressupostos	(73 290)	(1 198)	(4 336)	(78 824)	(7 633)	–	(501)	(8 134)
Contribuições para o Fundo	(36 648)	–	–	(36 648)	(57 035)	–	–	(57 035)
Encargos suportados pelo Fundo	114	–	–	114	160	–	–	160
Outros	–	–	–	–	–	6 978	–	6 978
Valores a 31 de Dezembro	73 048	1 018	3 998	78 064	97 966	1 603	5 796	105 364

Os activos do Fundo de pensões podem ser analisadas como segue:

	2008	2007
	Euros '000	Euros '000
Acções	31 467	35 456
Outros títulos de rendimento variável	68 372	77 610
Obrigações	275 337	269 937
Outros	60 972	59 898
	436 148	442 901

Os títulos emitidos por empresas da CEMG existentes na carteira do Fundo são analisados como segue:

	2008	2007
	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento variável	22 521	6 732

A evolução do valor dos activos do Fundo durante os exercícios de 2008 e 2007 é analisada conforme segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	411 805	6 734	24 362	442 901	351 341	–	23 060	374 401
Rendimento esperado dos activos	21 619	354	1 279	23 252	16 689	–	1 095	17 784
Ganhos e (perdas) actuariais	(47 769)	(1 401)	(3 300)	(52 470)	(2 372)	6 734	207	4 569
Contribuições para o Fundo da CEMG	35 176	–	–	35 176	55 621	–	–	55 621
Contribuições para o Fundo dos empregados	1 472	–	–	1 472	1 414	–	–	1 414
Pagamentos	(14 069)	–	–	(14 069)	(10 728)	–	–	(10 728)
Outros	(114)	–	–	(114)	(160)	–	–	(160)
Valores a 31 de Dezembro	408 120	5 687	22 341	436 148	411 805	6 734	24 362	442 901

As contribuições para o Fundo incluem a contribuição adicional no montante de Euros 12 500 000, efectuada pela CEMG em Janeiro de 2009 com data-valor de 2008. As contribuições efectuadas ao Fundo pela CEMG durante o exercício de 2008 foram efectuadas na sua totalidade em dinheiro.

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de Dezembro de 2008, as perdas actuariais diferidas, incluindo o valor do corredor, são analisadas como segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Desvios actuariais diferidos no início do exercício	111 886	(5 376)	(3 027)	109 537	106 665	–	7 001	113 666
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:								
– Actuariais	(70 871)	(3 201)	(5 974)	(80 046)	3 858	1 358	(3 767)	1 449
– Financeiros	47 769	1 401	3 300	52 470	2 372	(6 734)	(207)	(4 569)
Amortização das perdas actuariais acima do corredor	(1)	–	–	(1)	(1 009)	–	–	(1 009)
Valores a 31 de Dezembro	(88 783)	(7 176)	353	81 960	111 886	(5 376)	3 027	109 357
Dos quais:								
Dentro do corredor	76 666	4 197	1 068	81 931	85 423	5 053	1 397	91 873
Fora do corredor	12 117	(11 373)	(715)	29	26 463	(10 429)	1 630	17 664

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2008, o valor do corredor calculado de acordo com o parágrafo 92 da IAS 19 ascendia a Euros 81 931 000 (2007: Euros 91 873 000).

Com referência a 31 de Dezembro de 2008, os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de Euros 29 000 (2007: Euros 17 664 000) serão reconhecidos em resultados do exercício durante um período de 24 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.14.

Em 2008, a CEMG reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 36 811 000 (2007: Euros 29 072 000). A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Custo dos serviços correntes	19 773	1 132	572	21 477	18 864	–	1 253	20 117
Custo dos juros	26 763	438	1 583	28 784	22 572	–	1 482	24 054
Rendimento esperado dos activos	(21 619)	(354)	(1 279)	(23 252)	(16 689)	–	(1 095)	(17 784)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	1	–	–	1	1 009	–	–	1 009
Reformas antecipadas	9 801	–	–	9 801	–	–	–	–
Outros	–	–	–	–	1 676	–	–	1 676
Custo do exercício	34 719	1 216	876	36 811	27 432	–	1 640	29 072

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e a taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, a CEMG alterou os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2008. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	Pressupostos	
	2008	2007
Taxa de crescimento salarial	3,00%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,25%
Taxa de rendimento do fundo	5,75%	5,25%
Taxa de desconto	5,75%	5,25%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	SOA Trans Male

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos/(perdas) actuariais líquidos do exercício de 2008 de Euros 27 576 000 (2007: Euros 3 120 000) são relativos à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados e são analisados conforme segue:

	(Ganhos) /Perdas actuariais	
	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Taxa de desconto	80 056	–
Taxa de crescimento dos salários	3 243	3 696
Taxa de crescimento das pensões	(3 253)	3 993
Rendimento dos fundos	(52 470)	(4 569)
	(27 576)	3 120

O valor estimado das contribuições a efectuar em 2009 no âmbito do Plano de Pensões é de Euros 32 873 000 (2007: Euros 55 273 000).

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores a 1 de Janeiro	(6 942)	–	2 769	(4 173)	17 199	–	1 129	18 328
Custo do exercício	34 719	1 216	876	36 811	25 756	–	1 640	27 396
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas	(36 648)	–	–	(36 648)	(57 035)	–	–	(57 035)
Outros	114	–	–	114	7 138	–	–	7 138
Valores a 31 de Dezembro	(8 757)	1 216	3 645	(3 896)	(6 942)	–	2 769	(4 173)

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é como segue:

	2008			2007			2006			2005			2004		
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000
Responsabilidades	481 168	6 705	26 339	509 771	8 336	30 158	475 205	-	31 190	439 080	-	29 057	280 153	-	-
Saldo do fundo	(408 121)	(5 687)	(22 340)	(411 805)	(6 734)	(24 362)	(351 341)	-	(23 060)	(307 380)	-	(20 341)	(259 798)	-	-
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	73 047	1 018	3 999	97 966	1 602	5 796	123 864	-	8 130	131 700	-	8 716	20 355	-	-
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	2 419	(2 003)	(1 638)	11 490	1 359	(3 266)	3 781	-	248	11 785	-	780	3 793	-	-
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	47 769	1 401	3 300	2 372	(6 734)	(207)	(3 929)	-	(258)	(1 441)	-	(95)	(120)	-	-

43. Transacções com partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro de 2008, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	13 256	5 490	18 746
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	11 995	11 250	23 245
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	162	-	162
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	105	-	105
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	17 200	-	17 200
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	13 849	-	13 849
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	6 195	-	6 195
	62 762	16 740	79 502

À data de 31 de Dezembro de 2007, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	22 278	1 490	23 768
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	71 111	1 250	72 361
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	214	-	214
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	271	-	271
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	2 459	-	2 459
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	3 211	-	3 211
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	1 292	-	1 292
Bolsimo – Gest. Imobiliária, Lda.	57	-	57
	100 893	2 740	103 633

À data de 31 de Dezembro de 2008, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	471	3 151	3 622
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	952	7 479	8 431
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	2	–	2
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	5	11 104	11 109
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	9	4 165	4 174
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	19	3 428	3 447
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	8	359	367
	1 466	29 686	31 152

À data de 31 de Dezembro de 2007, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	6	3 887	3 893
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	–	6 191	6 191
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	136	–	136
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	–	22 115	22 115
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	–	4 021	4 021
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	–	3 403	3 403
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	–	361	361
	142	39 978	40 120

Conforme referido nas Notas 13 e 19, em Dezembro de 2008, a CEMG vendeu uma carteira de crédito à Bolsimo – Gestão de Activos, S.A., sociedade detida em 91% pelo Montepio Geral – Associação Mutualista e da qual resultou o desreconhecimento de balanço de créditos no montante de Euros 138 607 000, a realocação para outros riscos de crédito de provisões no montante de Euros 39 700 000 e uma reposição de provisões no montante de Euros 18 936 000.

44. Securitização de activos

Em 31 de Dezembro de 2008, existem quatro operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 3*. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 4*. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

O *servicer* das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos no âmbito da operação e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do devido depósito, para o *Pelican Mortgages No. 1 PLC* e para o *Pelican Mortgages No. 2 PLC*.

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 31 de Dezembro de 2008, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante
<i>Pelican Mortgages No. 1</i>	Dezembro de 2002	Euros	Crédito imobiliário	650 000 000
<i>Pelican Mortgages No. 2</i>	Setembro de 2003	Euros	Crédito imobiliário	700 000 000
<i>Pelican Mortgages No. 3</i>	Março de 2007	Euros	Crédito imobiliário	750 000 000
<i>Pelican Mortgages No. 4</i>	Maio de 2008	Euros	Crédito imobiliário	1 000 000 000
				<u>3 100 000 000</u>

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
<i>Pelican Mortgages No.1</i>	142 875	193 436
<i>Pelican Mortgages No. 2</i>	246 788	399 193
	<u>389 663</u>	<u>592 629</u>

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2008, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Data de reembolso	Rating das obrigações (Moody's)		
					Fitch	Moody's	S&P
<i>Pelican Mortgages No. 1</i> PLC	Classe A	211 058 614	100 027 948	2037	AAA	Aaa	n.d.
	Classe B	16 250 000	16 250 000	2037	AAA	A2	n.d.
	Classe C	22 750 000	22 750 000	2037	BBB+	Baa2	n.d.
	Classe D	3 250 000	3 250 000	2037	n.d.	n.d.	n.d.
<i>Pelican Mortgages No. 2</i> PLC	Classe A	422 069 596	209 198 743	2036	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	17 500 000	17 500 000	2036	AAA	A1	AA-
	Classe C	22 750 000	22 750 000	2036	A-	Baa2	BBB
	Classe D	5 600 000	5 600 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.
<i>Pelican Mortgages No. 3</i>	Classe A	701 315 365	468 277 796	2054	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	14 250 000	12 090 270	2054	AA-	Aa2	AA-
	Classe C	12 000 000	10 181 280	2054	A-	A3	A
	Classe D	6 375 000	5 408 805	2054	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	7 361 334	–	2054	BBB-	n.d.	BBB-
	Classe F	4 125 000	4 125 000	2054	n.d.	n.d.	n.d.
<i>Pelican Mortgages No. 4</i>	Classe A	832 000 000	796 935 887	2056	AAA	Aaa	n.d.
	Classe B	55 500 000	55 500 000	2056	AA-	Aa	n.d.
	Classe C	60 000 000	60 000 000	2056	A-	A-	n.d.
	Classe D	25 000 000	25 000 000	2056	BBB	Bbb	n.d.
	Classe E	27 500 000	27 500 000	2056	BB	Bb	n.d.
	Classe F	28 600 000	28 600 000	2056	n.d.	n.d.	n.d.

45. Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas

À data de 31 de Dezembro de 2008, os Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas, representadas ou não por títulos, incluídos na rubrica Recursos de outras instituições de crédito são analisados como segue:

	Recursos de outras IC's Euros '000
Banco MG – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A (IFI)	328 771

46. Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativas com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

47. Gestão de riscos

O Grupo Montepio («CEMG») está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A análise e gestão dos riscos é efectuada de um modo integrado e numa óptica de Grupo, através da Direcção de Análise e Gestão de Riscos («DAGR»), que inclui quatro departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado;
- Departamento de Risco Operacional;
- Departamento de Análise de Crédito a Empresas.

O Departamento de Análise de Crédito a Empresas iniciou a sua actividade em Dezembro de 2007, integrando a função de análise de crédito a empresas, com o objectivo de segregar de forma mais objectiva a análise de risco nas principais operações ou exposições da função comercial, em linha com as melhores práticas e as recomendações do Comité de Basileia, procedendo-se igualmente à simplificação de processos e ao reforço do papel do risco no *pricing* das operações. Durante o ano de 2008, foram introduzidas alterações de estrutura no seu funcionamento, tendo sido criados dois núcleos em Lisboa e no Porto, a par dos já existentes nos Açores e Madeira.

Foi também efectuada uma afectação sectorial e por dimensão das empresas pelos analistas e estabelecidas métricas comportamentais. Foram igualmente introduzidas alterações metodológicas, nomeadamente com a implementação de modelos de limites de crédito a empresas não financeiras e financeiras e criação de novos modelos de relatórios de crédito, mais funcionais na perspectiva da tomada de decisão, que são disponibilizados automaticamente através do sistema informático de suporte ao funcionamento dos modelos de *rating* interno de empresas. Este sistema passou também a suportar a informação de limites de exposição a empresas. Adicionalmente, procedeu-se à integração informática dos novos modelos de *rating* interno para o segmento de crédito a empresas.

No plano regulamentar, a DAGR concluiu os trabalhos de implementação dos reportes regulamentares no âmbito de Basileia II. A DAGR assegura também os reportes de risco de taxa de juro, respondendo aos requisitos da instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, assim como o reporte de *gaps* de liquidez, no âmbito do novo reporte de risco de liquidez exigido pelo Banco de Portugal desde Outubro de 2007.

Foi igualmente assegurada a participação no exercício de *stress-testing* promovido pelo Banco de Portugal, de resposta aos requisitos da Instrução n.º 18/2007. Foram igualmente concluídos os trabalhos no âmbito do processo de candidatura, ao Banco de Portugal, para a adopção do método standard de cálculo de requisitos de capital para risco operacional.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direcção de Análise e Gestão de Riscos («DAGR»), que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo.

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DAGR, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito – Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. De facto, a concessão de crédito a particulares obriga à submissão das propostas de crédito aos modelos de *scoring* reactivo existentes para as principais carteiras (crédito à habitação, crédito individual e cartões de crédito).

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. De modo a apoiar as estratégias comerciais, são também utilizados modelos de *scoring* comportamentais.

Foram introduzidos nos sistemas de informação novos modelos de *scoring* reactivo para crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se igualmente em fase de operacionalização informática novos modelos de *rating* interno para empresas e de *scoring* para pequenos negócios.

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2008, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	2008										
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade (a)	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	25 127	(821)	-	-	-	-	-	-	-	-	512
Indústrias extractivas	5 699	(63)	-	-	-	-	-	-	-	-	842
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	54 486	(2 412)	-	-	-	-	-	-	-	-	961
Têxteis e vestuário	30 279	(7 504)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 333
Curtumes e calçado	5 658	(657)	-	-	-	-	-	-	-	-	66
Madeira e cortiça	28 304	(1 336)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 205
Papel e indústrias gráficas	17 430	(1 834)	-	-	-	-	-	-	-	-	294
Refinação de petróleo	24	(2)	-	-	-	-	3 257	-	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	23 627	(628)	-	-	-	-	999	-	-	-	1 509
Produtos minerais não metálicos	18 055	(1 501)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 625
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	54 438	(2 540)	-	-	-	-	-	-	-	-	3 277
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	13 855	(2 692)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 497
Fabricação de Material de Transporte	10 386	(202)	-	-	-	-	-	-	-	-	232
Outras indústrias transformadoras	23 169	(2 322)	-	-	-	-	57 700	-	-	-	712
Electricidade, gás e água	38 318	(613)	1 187	-	2 998	-	31 404	(1 014)	-	-	516
Construção e obras públicas	2 886 325	(141 005)	-	-	-	-	10 981	(998)	-	-	205 943
Comércio por grosso e a retalho	553 210	(45 906)	-	-	-	-	8 896	-	-	-	37 728
Turismo	186 208	(14 489)	-	-	-	-	10 163	(54)	-	-	17 171
Transportes	82 708	(1 911)	2	-	-	-	15 898	-	-	-	3 993
Actividades de informação e comunicação	20 489	(1 947)	4	-	-	-	-	-	-	-	220
Actividades financeiras	96 081	(1 921)	57 462	-	1 033	-	707 440	(22 685)	-	-	55 172
Actividades imobiliárias	823 421	(32 525)	-	-	-	-	8 537	-	-	-	69 082
Serviços prestados às empresas	306 022	(9 063)	-	-	-	-	-	-	-	-	6 930
Administração e serviços públicos	186 503	(3 764)	-	-	-	-	2 883	-	39 912	-	2 896
Outras actividades de serviços colectivos	51 889	(2 683)	-	-	-	-	565	-	-	-	3 737
Crédito à Habitação	9 163 523	(104 447)	-	-	-	-	1 033 755	(6 430)	-	-	10 299
Outros	304 450	(1 314)	-	-	-	-	24 857	(47)	-	-	3 457
TOTAL	15 009 684	(386 102)	58 655	-	4 031	-	1 917 335	(31 228)	39 912	-	431 209

(a) inclui provisão para imparidade no valor de 284 862 milhares de euros (ver Nota 19) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 101 240 milhares de euros (ver Nota 33).

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2007, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	2007										
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade (a)	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	23 199	(274)	-	-	-	-	-	-	-	-	801
Indústrias extractivas	5 263	(60)	-	-	-	-	-	-	-	-	956
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	45 516	(927)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 458
Têxteis e vestuário	21 583	(2 167)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 319
Curtumes e calçado	2 748	(144)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira e cortiça	21 262	(320)	-	-	-	-	-	-	-	-	655
Papel e indústrias gráficas	14 391	(295)	-	-	-	-	-	-	-	-	319
Refinação de petróleo	34	-	-	-	-	-	1 972	-	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	16 577	(426)	-	-	-	-	1 056	-	-	-	765
Produtos minerais não metálicos	12 464	(277)	-	-	-	-	-	-	-	-	464
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	32 670	(551)	-	-	-	-	995	-	-	-	1 896
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	21 661	(374)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 708
Fabricação de Material de Transporte	4 980	(48)	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Outras indústrias transformadoras	17 197	(453)	-	-	-	-	8 049	-	-	-	380
Electricidade, gás e água	5 002	(146)	-	-	2 907	-	3 105	-	-	-	303
Construção e obras públicas	2 589 887	(64 895)	-	-	-	-	14 359	(998)	-	-	160 043
Comércio por grosso e a retalho	414 188	(12 235)	-	-	-	-	50	-	-	-	26 804
Turismo	158 264	(4 463)	-	-	-	-	3 910	(54)	-	-	17 891
Transportes e comunicações	49 459	(863)	-	-	-	-	13 088	-	-	-	4 286
Actividades financeiras	19 634	(561)	43 417	-	900	-	779 301	(3 761)	-	-	42 182
Actividades imobiliárias	946 221	(23 845)	-	-	-	-	32 744	-	-	-	68 227
Serviços prestados às empresas	305 935	(4 892)	-	-	-	-	-	-	-	-	62
Administração e serviços públicos	56 468	(45)	-	-	-	-	8 127	(1)	39 371	-	12 616
Outras actividades de serviços colectivos	97 117	(2 942)	-	-	-	-	700	-	-	-	4 005
Crédito à Habitação	9 060 247	(152 418)	-	-	-	-	48 932	(6 589)	-	-	11 146
Outros	372 111	(28 559)	-	-	-	-	210	-	-	-	9 689
TOTAL	14 314 078	(302 180)	43 417	-	3 897	-	916 598	(11 403)	39 371	-	367 978

(a) inclui provisão para imparidade no valor de 205 197 milhares de euros (ver Nota 19) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 96.983 milhares de euros (ver Nota 33).

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o ano de 2008, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emittentes *investment grade*, com o valor nominal das posições de compra e de venda de protecção a atingir no final do ano Euros 43 500 000 e Euros 26 500 000, respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos («ALCO»), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada, exceptuando-se naturalmente os meses em que ocorrem pagamentos relacionados com o serviço da dívida das obrigações emitidas. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* («*VaR*»).

As carteiras próprias encontram-se concentradas em títulos de dívida de taxa variável, exibindo por isso níveis de *VaR* muito reduzidos (o cálculo do *VaR* é efectuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela *RiskMetrics*, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%). A exposição ao risco de crédito é limitada pelo facto das obrigações em carteira se situarem genericamente em níveis de *investment grade*.

Em 2008, as carteiras próprias mantiveram-se concentradas em títulos de dívida de taxa variável. Assim sendo, o *Value at Risk* («*VaR*») para risco de mercado manteve-se em níveis muito reduzidos, embora tenha registado um aumento (para 0,1%, com um horizonte de 10 dias e grau de confiança de 99%), face à maior volatilidade observada nos principais mercados financeiros. Concomitantemente, a duração média da carteira manteve-se reduzida.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final de 2008 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros 458 900 000 (2007: Euros 1 200 000 000) (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	2008				2007			
	Dezembro Euros '000	Média Anual Euros '000	Máximo Euros '000	Mínimo Euros '000	Dezembro Euros '000	Média Anual Euros '000	Máximo Euros '000	Mínimo Euros '000
Gap de taxa de juro	458 900	739 400	1 019 900	458 900	1 208 925	854 903	1 208 925	500 881

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* («BIS») classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	De 6 meses a 1 ano Euros '000	de 1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
31 de Dezembro de 2008					
Activo	10 723 517	3 944 496	43 111	467 267	82 450
Fora de balanço	143 500	3 000	192 752	103 500	76 020
Total	10 867 017	3 947 496	235 863	570 767	158 470
Passivo	9 733 744	2 380 049	731 452	1 880 616	76 020
Fora de balanço	269 771	245 000	–	–	4 000
Total	10 003 515	2 625 049	731 452	1 880 616	80 020
Gap (Activos – Passivos)	863 502	1 322 447	(495 589)	(1 309 849)	78 450
31 de Dezembro de 2007					
Activo	10 127 837	4 218 669	51 868	659 517	4 196
Fora de balanço	152 500	–	141 500	204 450	50 000
Total	10 280 337	4 218 669	193 368	863 967	54 196
Passivo	9 032 860	1 728 903	792 090	2 185 830	50 000
Fora de balanço	239 103	308 119	50 000	–	4 000
Total	9 271 963	2 037 022	842 090	2 185 830	54 000
Gap (Activos – Passivos)	1 008 374	2 181 647	(648 722)	(1 321 863)	196

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em Dezembro de 2008, uma variação instantânea das taxas de juro em 100bp motivaria um aumento dos resultados em Euros 17 000 000 (2007: Euros 25 302 000).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

PRODUTOS	2008			2007		
	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos/ Custos Euros '000	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos/ Custos Euros '000
Aplicações						
Crédito a clientes	14 478 792	6,05	882 724	13 725 321	5,59	767 170
Disponibilidades	148 424	4,09	6 076	150 424	3,73	5 605
Carteira de Títulos	1 602 280	5,74	91 896	969 006	4,33	41 956
Aplicações interbancárias	488 560	3,68	18 003	492 988	3,94	19 409
Outras aplicações	2 217	5,24	116	4 804	4,07	196
Swaps	–	–	7 457	–	–	13 103
Total Aplicações	16 820 274		1 006 272	15 342 543		847 439
Recursos						
Depósitos de clientes	8 291 152	2,71	286 019	8 017 889	2,79	223 824
Recursos titulados	7 106 555	5,47	354 300	6 004 009	4,22	253 395
Recursos interbancários	551 699	4,35	23 979	32 176	2,44	784
Outros recursos	878	2,62	23	1 003	2,25	23
Swaps	–	–	8 182	–	–	41 275
Total Recursos	15 950 284		672 503	14 055 077		519 301

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2008, por moeda, é analisado como segue:

	2008							Valor Total Euros '000
	Dólares	Libras	Dólares	Dólar de	Coroa	Outras		
	Euros Euros '000	Americanos Euros '000	Esterlinas Euros '000	Canadianos Euros '000	Hong-Kong Euros '000	Checa Euros '000	Moedas Estrangeiras Euros '000	
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	247 954	4 359	728	168	–	–	1 533	254 742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46 515	43 716	687	807	–	–	400	92 125
Aplicações em instituições de crédito	72 679	47 716	3 150	15 360	9 271	18 605	–	166 781
Crédito a clientes	14 721 924	2 231	–	–	–	–	667	14 724 822
Activos financeiros detidos para negociação	58 593	62	–	–	–	–	–	58 655
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 021	3	–	–	7	–	–	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	1 884 718	1 389	–	–	–	–	–	1 886 107
Derivados de cobertura	7 504	–	–	–	–	223	–	7 727
Investimentos detidos até à maturidade	39 912	–	–	–	–	–	–	39 912
Investimentos em associadas e outras	30 626	–	–	–	–	–	–	30 626
Outros activos tangíveis	85 847	–	–	–	–	–	–	85 847
Activos intangíveis	14 776	–	–	–	–	–	–	14 776
Outros activos	164 966	117	12	255	9 271	18 605	2	193 228
	17 380 035	99 593	4 577	16 590	18 549	37 443	2 602	17 559 379
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	852 803	–	–	–	–	–	–	852 803
Recursos de outras instituições de crédito	957 334	69 926	3 463	14 354	9 271	18 605	169	1 073 122
Recursos de clientes	7 981 150	25 252	577	2 147	–	–	116	8 009 242
Responsabilidades representadas por títulos	4 640 909	2 156	–	–	9 271	18 605	–	4 670 942
Passivos financeiros detidos para negociação	37 499	144	–	–	–	–	–	37 643
Derivados de cobertura	1 234	–	–	–	–	–	–	1 234
Provisões	102 908	–	–	–	–	–	–	102 908
Outros passivos subordinados	386 872	–	–	–	–	–	–	386 872
Outros passivos	1 561 982	2 163	537	88	7	223	2 317	1 567 317
Total Passivo	16 522 692	99 641	4 577	16 589	18 549	37 433	2 602	16 702 083
Activo / (Passivo) líquido por moeda	857 343	(48)	–	1	–	–	–	857 296
Situação Líquida	857 248	48	–	–	–	–	–	857 296
Exposição Líquida	95	(96)	–	1	–	–	–	–

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2007, por moeda, é analisado como segue:

	2007							Valor Total Euros '000
	Dólares Norte	Libras	Dólares	Dólar de	Coroa	Outras		
	Euros Euros '000	Americanos Euros '000	Esterlinas Euros '000	Canadianos Euros '000	Hong-Kong Euros '000	Checa Euros '000	Moedas Estrangeiras Euros '000	
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	265 103	1 841	982	186	–	–	1 089	269 201
Disponibilidades em outras instituições de crédito	60 106	697	466	84	–	–	1 311	62 664
Aplicações em instituições de crédito	561 647	42 180	–	12 591	8 711	37 554	338	663 021
Crédito a clientes	14 106 678	1 632	–	–	–	–	571	14 108 881
Activos financeiros detidos para negociação	11 596	–	–	–	–	–	–	11 596
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	35 591	2	–	–	13	112	–	35 718
Activos financeiros disponíveis para venda	903 160	2 035	–	–	–	–	–	905 195
Derivados de cobertura	9 312	–	–	–	–	224	–	9 536
Investimentos detidos até à maturidade	39 371	–	–	–	–	–	–	39 371
Investimentos em associadas e outras	30 597	–	–	–	–	–	–	30 597
Outros activos tangíveis	80 921	–	–	–	–	–	–	80 921
Activos intangíveis	13 619	–	–	–	–	–	–	13 619
Outros activos	152 626	109	3 545	1 580	8 711	37 554	734	204 859
	16 270 327	48 496	4 993	14 441	17 435	75 444	4 043	16 435 179
Passivo por moeda								
Recursos de outras instituições de crédito	871 682	17 752	3 197	13 048	8 711	37 554	338	952 282
Recursos de clientes	8 060 909	22 851	766	1 393	–	–	106	8 086 025
Responsabilidades representadas por títulos	5 198 469	2 038	–	–	37 553	8 711	–	5 246 771
Passivos financeiros detidos para negociação	12 809	–	–	–	–	–	–	12 809
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	47 249	12	–	–	–	–	–	47 261
Derivados de cobertura	3 820	–	–	–	–	–	–	3 820
Provisões	98 720	–	–	–	–	–	–	98 720
Passivos subordinados	301 848	–	–	–	–	–	–	301 848
Outros passivos	796 893	5 847	1 030	–	13	337	3 479	807 599
Total Passivo	15 392 399	48 500	4 993	14 441	46 277	46 602	3 923	15 557 135
Activo / (Passivo) líquido por moeda	877 928	(4)	–	–	(28 842)	28 842	120	878 044
Situação Líquida	878 044	–	–	–	–	–	–	878 044
Exposição Líquida	(116)	(4)	–	–	(28 842)	28 842	120	–

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte da CEMG dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores de liquidez da CEMG:

	2008	2007
Rácio de liquidez (%) (1)	75,48%	95,29%

(1) Rácio de liquidez calculado de acordo com a Instrução n.º 1/2000 do Banco de Portugal.

Risco Operacional

Relativamente ao risco operacional, após a conclusão do desenvolvimento do modelo de gestão de risco, abrangendo todas as unidades da estrutura orgânica, procedeu-se à candidatura ao método standard para cálculo de requisitos de fundos próprios associados a risco operacional.

Para a gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que tem como intuito assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DAGR exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras definem os elementos constitutivos dos Fundos Próprios elegíveis e os modelos de cálculo dos requisitos de capital exigidos pelos riscos assumidos e determinam o cumprimento de um Rácio de Solvabilidade mínimo de 8% (para ser cumprido a partir de Setembro de 2008 de acordo com a carta circular n.º 83/2008), bem como o valor mínimo de 4% para a sua componente principal, a *Tier1*. Estes referenciais mínimos poderão ser aumentados futuramente.

Os elementos de capital da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base («FPB»): Esta categoria inclui o capital realizado, as reservas estatutárias, os resultados transitados e do exercício e um valor, decrescente e extingüível em 2014, que visa compensar o impacto negativo nos Fundos Próprios de diferenças apuradas no Fundo de Pensões, aquando da transição para as NIC's/ NCA's. Entram como elementos negativos, os activos intangíveis, os custos diferidos e os desvios actuariais negativos fora do corredor referentes ao Fundo de Pensões, as reservas de reavaliação negativas de títulos de capital e 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras;
- Fundos Próprios Complementares («FPC»): Incorporam a dívida subordinada emitida elegível, as reservas de reavaliação do activo imobilizado, 45% das reservas de reavaliação positivas de títulos de capital e sofrem a dedução de 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras;
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, valor este calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 10 ou 13 anos em carteira o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. No caso das participações em instituições sujeitas à supervisão em base consolidada, nos termos do artigo 131.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, ou à supervisão complementar prevista no Decreto-Lei n.º 145/2006, a CEMG não procede à inclusão destas participações nestas deduções. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

A repercussão nos Fundos Próprios do impacto referente a diferenças apuradas no Fundo de Pensões, na transição para as NIC's / NCA's, está a ser efectuado de forma progressiva e linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal).

Assim, no final do exercício de 2008, o impacto líquido negativo nos Fundos Próprios, calculados em base individual, da regularização das diferenças antes referidas, foi de Euros 21 700 000, valor que resulta de um impacto negativo de Euros 15 200 000 levados a resultados transitados e de Euros 35 100 000 registados em encargos diferidos, compensados por uma variação positiva de mais Euros 28 600 000 referentes a impactos ainda por reconhecer em Fundos Próprios (nos termos do n.º 4, do n.º 13.º-A, do Aviso 12/2001).

O valor de Euros 35 100 000, dos quais Euros 9 000 000 são referentes a benefícios de saúde e Euros 26 100 000 a outros benefícios pós reforma, será progressivamente levado a resultados transitados até se extinguir em 2014. De igual modo, o valor de compensação nos Fundos Próprios irá diminuindo até se extinguir em 2014. No final do período, as diferenças apuradas no Fundo de Pensões terão sido totalmente absorvidas pelas reservas estatutárias

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 31 de Dezembro de 2008 e 2007 apresenta-se como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado	660 000	635 000
Resultados, reservas gerais, especiais e resultados não distribuídos	236 956	178 421
Outros ajustamentos regulamentares	(63 898)	(104 582)
Impacto na transição para as NIC/NCA	28 623	41 892
	861 681	750 731
Fundos Próprios Complementares		
<i>Upper Tier 2</i>	8 420	114 105
<i>Lower Tier 2</i>	378 000	200 000
<i>Deduções</i>	(13 674)	(13 674)
	372 746	300 431
Deduções aos fundos próprios totais	(9 507)	(8 036)
<i>Fundos próprios totais</i>	1 224 920	1 043 126
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito (Aviso n.º 5/2007)	775 786	–
Risco de mercado (Aviso n.º 8/2007)	5 265	–
Risco operacional (Aviso n.º 9/2007)	58 981	–
Requisitos exigidos pelo Aviso n.º 1/93	–	938 669
	840 032	938 669
Rácios Prudenciais		
Rácio <i>Tier 1</i>	8,21%	6,40%
Rácio de Solvabilidade	11,67%	8,89%

48. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a CEMG ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

- **IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas**

As alterações à IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A CEMG não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

- **IFRS 2 (alterada) – Pagamentos com base em acções: condições de aquisição**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração à IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração à IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se às condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de *non-vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

A CEMG não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

- **IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (revisto) Concentrações de actividades empresariais e uma alteração à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações à IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão da IFRS 3 e alteração da IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

- **IFRS 8 – Segmentos operacionais**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 – Segmentos operacionais, o qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

A IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma específica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e consequentemente alterará a IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatária a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A CEMG não adoptou retrospectivamente a IFRS 8. Contudo prevê-se que em 2009 os segmentos reportáveis sofram alterações face aos apresentados em 2008, uma vez que terão de se vincular a critérios de gestão.

- **IAS 1 (alterada) – Apresentação de demonstrações financeiras**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 (alterada) – Apresentação de demonstrações financeiras, a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IAS 1 (alterada) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de *comprehensive income*.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da CEMG decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de *comprehensive income*.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

As alterações impostas pela IAS 1 terão efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras da CEMG estando actualmente em curso um trabalho com vista à determinação da extensão das modificações necessárias.

- **IAS 23 (alterada) – Custos de empréstimos obtidos**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Março de 2007, a IAS 23 (alterada) – Custos de empréstimos obtidos, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A CEMG não espera que esta alteração à IAS 23 tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

- **Alteração ao IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros puttable e obrigações decorrentes de liquidação**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008, uma alteração à IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros puttable e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros puttable e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos da IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos puttable), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda a IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração à IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da CEMG.

- **Alteração à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

• **IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes**

A IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para a CEMG a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

• **IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis**

A IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito da IAS 18 – Reconhecimento de proveitos ou da IAS 11 – Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A CEMG não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

• **IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira**

A IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo.

Esta interpretação é de aplicação prospectiva. A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

• **IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas**

A IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A CEMG não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

• **IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes**

A IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;

- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- _ o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A CEMG não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

• **Annual Improvement Project**

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para a CEMG em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* resumem-se como segue:

- Alteração à IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pela CEMG em 2010;
- Alteração à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras da CEMG;
- Alteração à IAS 16 – Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. Esta alteração à IAS 16 não terá impacto significativo nas demonstrações financeiras da CEMG;
- Alteração à IAS 19 – Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuada permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações da IAS 19 serão adoptadas pela CEMG em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras;
- Alteração à IAS 20 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com a IAS 20. Esta alteração não deverá ter efeitos significativos nas demonstrações financeiras da CEMG;
- Alteração à IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado na IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre a IAS 23 e a IAS 39. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos ao nível das demonstrações financeiras da CEMG;
- Alteração à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com a IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito da IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras das entidades da CEMG na medida em que, nas respectivas contas individuais, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com a IAS 27;
- Alteração à IAS 28 – Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz da IAS 36 – Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde

que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. Esta norma será adoptada pela CEMG em 2009 não sendo expectável que a mesma tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras;

- Alteração à IAS 38 – Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas da CEMG;
- Alteração à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente às quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação da IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A CEMG adoptará esta norma em 2009 não esperando actualmente impactos significativos decorrentes da sua adopção;
- Alteração à IAS 40 – Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito da IAS 40 (antes abrangidas pela IAS 16 – Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. Actualmente esta alteração não deverá ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da CEMG.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da **Caixa Económica Montepio Geral**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 17.559.379 milhares de euros e um total de capital próprio de 857.296 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 35.311 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
- a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal que tem como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da **Caixa Económica Montepio Geral**, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa;
 - b) que a informação financeira seja preparada de acordo com as NCA’s e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e,
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Caixa Económica Montepio Geral** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2009



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)

5.3. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL – BASE CONSOLIDADA

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	2008			2007
	ACTIVO BRUTO	IMPARIDADES AMORTIZAÇÕES	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	254 742		254 742	269 201
Disponibilidades em outras instituições de crédito	114 502		114 502	90 830
Activos financeiros detidos para negociação	57 361		57 361	37 915
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 031		4 031	3 897
Activos financeiros disponíveis para venda	943 549	24 987	918 562	902 934
Aplicações em instituições de crédito	166 823	42	166 781	663 021
Crédito a clientes	15 393 813	383 921	15 009 892	14 605 447
Investimentos detidos até à maturidade	39 912		39 912	39 371
Derivados de cobertura	7 045		7 045	9 372
Activos não correntes detidos para venda	116 180	23 867	92 313	96 833
Outros activos tangíveis	184 031	98 081	85 950	80 926
Activos intangíveis	47 318	32 543	14 775	13 619
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	16 813		16 813	20 188
Outros activos	72 328	3 473	68 855	65 175
TOTAL DE ACTIVO	17 418 448	566 914	16 851 534	16 898 729
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais	852 803		852 803	
Passivos financeiros detidos para negociação	35 936		35 936	54 124
Recursos de outras instituições de crédito	744 456		744 456	657 934
Recursos de clientes e outros empréstimos	8 330 340		8 330 340	8 373 164
Responsabilidades representadas por títulos	5 061 487		5 061 487	5 846 404
Passivos financeiros associados a activos transferidos	485 186		485 186	670 633
Derivados de cobertura	1 801		1 801	7 736
Provisões	1 668		1 668	1 737
Outros passivos subordinados	386 872		386 872	301 848
Outros passivos	127 316		127 316	149 416
TOTAL DE PASSIVO	16 027 865		16 027 865	16 062 996
CAPITAL				
Capital	660 000		660 000	635 000
Reservas de reavaliação	-46 069		-46 069	-2 467
Outras reservas e resultados transitados	175 864		175 864	140 105
Resultado do exercício	33 874		33 874	63 095
TOTAL DE CAPITAL	823 669		823 669	835 733
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL	16 851 534		16 851 534	16 898 729

Lisboa, Março de 2009

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – *Presidente*

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	2008	2007
Juros e rendimentos similares	971 277	850 702
Juros e encargos similares	636 781	522 085
MARGEM FINANCEIRA	334 496	328 617
Rendimentos de instrumentos de capital	882	649
Rendimentos de serviços e comissões	84 544	79 406
Encargos com serviços e comissões	13 560	11 276
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-22 040	-17 691
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	3 765	8 667
Resultados de reavaliação cambial	1 681	1 294
Resultados de alienação de outros activos	498	2 318
Outros resultados de exploração	19 369	9 692
PRODUTO DA ACTIVIDADE	409 635	401 676
Custos com pessoal	151 260	147 616
Gastos gerais administrativos	85 696	80 900
Depreciações e amortizações	18 370	15 678
Provisões líquidas de anulações	185	231
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	97 855	86 322
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20 248	3 714
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	4 770	6 427
Resultados de associados e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	2 623	2 307
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	33 874	63 095

Lisboa, Março de 2009

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – *Presidente*

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(milhares de euros)

	2008	2007
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	971 850	826 494
Comissões recebidas	84 633	78 282
Pagamento de juros	(614 973)	(482 867)
Pagamento de comissões	(11 516)	(10 355)
Despesas com pessoal e fornecedores	(242 238)	(254 677)
Recuperação de crédito e juros	4 324	1 512
Outros pagamentos e recebimentos	(16 140)	40 699
	175 940	199 088
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(188 610)	(341 954)
Outros activos	(9 009)	(21 544)
	(197 619)	(363 498)
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	(51 791)	50 426
Recursos para com instituições de crédito	86 780	(200 301)
Recursos de bancos centrais	850 000	–
	884 989	(149 875)
	863 310	(314 285)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Dividendos recebidos	882	649
(Compra) / Venda de activos financeiros de negociação	(17 955)	(2 097)
(Compra) / Venda de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(135)	(1 821)
(Compra) / Venda de activos financeiros disponíveis para venda	(75 797)	(34 230)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	(3 608)	55
(Compra) / Venda de activos financeiros detidos até à maturidade	(638)	(2 510)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	909	(1 499)
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	17 560	(12 942)
Alienação de imobilizações	107	45
Aquisição de imobilizações	(24 834)	(19 975)
	(103 509)	(74 325)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(25 758)	(20 377)
Aumento de capital	25 000	50 000
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	242 922	917 346
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(953 427)	(578 500)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	(21 765)	17 894
	(733 028)	386 363
Variação líquida em caixa e equivalentes	26 773	(2 247)
Caixa e equivalentes no início do exercício	177 629	179 876
Caixa (nota 17)	86 799	73 312
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 18)	90 830	106 564
Caixa e equivalentes no fim do exercício	204 402	177 629

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA CONSOLIDADA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de Janeiro de 2007	762 610	585 000	185 770	8 007	7 586	(23 753)
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:						
Alterações de justo valor	(15 559)	–	–	–	(15 559)	–
Aumento de capital	50 000	50 000	–	–	–	–
Distribuição de resultados	(20 377)	–	–	–	–	(20 377)
Equivalência patrimonial	(4 036)	–	–	(2 501)	–	(1 535)
Resultado do exercício	63 095	–	–	–	–	63 095
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	835 733	635 000	185 770	5 506	(7 973)	17 430
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	12 049	–	–	(12 049)
Reserva especial	–	–	3 006	–	–	(3 006)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	835 733	635 000	200 825	5 506	(7 973)	2 375
Outros movimentos registados directamente na situação líquida:						
Alterações de justo valor	(40 091)	–	–	–	(40 091)	–
Aumento de capital (Nota 37)	25 000	25 000	–	–	–	–
Distribuição de resultados	(25 758)	–	–	–	–	(25 758)
Equivalência patrimonial	(5 089)	–	–	(3 511)	–	(1 578)
Resultado do exercício	33 874	–	–	–	–	33 874
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	823 669	660 000	200 825	1 995	(48 064)	8 913
Constituição de reservas						
Reserva geral	–	–	12 949	–	–	(12 949)
Reserva especial	–	–	3 211	–	–	(3 211)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	823 669	660 000	216 985	1 995	(48 064)	(7 247)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

1. Políticas contabilísticas

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «CEMG») é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa Económica Montepio Geral («CEMG») são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* («IASB») e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* («IFRIC»), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da CEMG agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008. As políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2008 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2007.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2008, a CEMG adoptou as alterações à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações relativa à transferência de activos financeiros entre categorias, publicadas pelo IASB em Outubro de 2008. Decorrente destas alterações, a CEMG adaptou a sua política contabilística referente a transferências entre categorias. A adopção destas alterações não teve efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da CEMG.

Adicionalmente, a CEMG adoptou ainda em 2008 o IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e a sua interacção. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da CEMG.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondadas ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que a CEMG efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 1.22.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 5 de Março de 2009.

1.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da CEMG e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis à CEMG referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas da CEMG, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que a CEMG exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral, desde a data em que a CEMG assume o controlo sobre as suas actividades, até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a CEMG detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando a CEMG detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível à CEMG, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos da CEMG até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pela CEMG sejam recuperadas.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a CEMG adquire a influência significativa, até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais a CEMG tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a CEMG exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto, da associada. Caso a CEMG detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que a CEMG não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte da CEMG é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre a CEMG e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível à CEMG do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada, de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis à CEMG iguala ou excede o valor contabilístico da operação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se a CEMG tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial («SPE's»)

A CEMG consolida pelo método integral determinados SPE's, constituídos especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a CEMG exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12 – Consolidação de entidades de finalidade especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades do SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio da CEMG e para que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- A CEMG detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- A CEMG tem o direito de obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- A CEMG está exposta à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas da CEMG, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados nos processos de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da CEMG nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

1.3. TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

1.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Classificação

A CEMG classifica como derivados para gestão de risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

i) Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

ii) Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

iii) Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente, quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

1.5. CRÉDITO A CLIENTES

O Crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido em balanço quando (i) os direitos contratuais da CEMG relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante a CEMG ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

A política da CEMG consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se com imparidade quando exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, a CEMG avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- a exposição de cada cliente junto da CEMG e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no *rating* do cliente;
- o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido de imparidade. Para um crédito com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva anual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados de um crédito com garantias reais, corresponde aos fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas («IBNR») em créditos sujeitos à análise individual de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas;
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pela CEMG de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite à CEMG o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais só ocorrerá em períodos futuros.

Quando a CEMG considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade a 100%, este é abatido ao activo.

1.6. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

i) Classificação

A CEMG classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (accounting mismatch); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 22 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, que a CEMG tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a CEMG tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que a CEMG se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da CEMG ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a CEMG tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a CEMG tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

As transferências entre estas categorias são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Durante o mês de Outubro de 2008, o IASB emitiu uma alteração à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações. Esta alteração à IAS 39 veio permitir, em circunstâncias raras, que uma entidade transfira activos financeiros não derivados da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados (com excepção de activos financeiros reconhecidos inicialmente ao justo valor através de resultados), para as categorias de activos financeiros detidos até à maturidade, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Esta alteração veio também permitir a transferência da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

v) Imparidade

A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

1.7. ACTIVOS CEDIDOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

1.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

A CEMG designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pela CEMG, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, a CEMG estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente.

Caso a CEMG recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

1.9. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.10. APLICAÇÕES POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis e títulos resultantes da resolução de contratos de crédito a clientes. Estes activos são classificados na rubrica Outros activos, e são registados no seu reconhecimento inicial pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela CEMG.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. A CEMG obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, das aplicações por recuperação de crédito.

1.11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os outros activos tangíveis da CEMG encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, a CEMG elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles possam resultar benefícios económicos futuros para a CEMG. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 - Imparidade dos activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela CEMG necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela CEMG, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos

1.13. LOCAÇÕES

A CEMG classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações

financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

– Como locatário

Os pagamentos efectuados pela CEMG à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

– Como locador

Os activos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do activo.

Os proveitos decorrentes das rendas facturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos directos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do activo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para activos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para activos semelhantes, conforme política contabilística 1.11.

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

– Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

– Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Plano de benefícios definidos

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário («ACT»).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo «Plano ACT – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário» e pelo «Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário».

A CEMG financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na CEMG correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades da CEMG com pensões de reforma são calculadas semestralmente, na data de em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, pela CEMG, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor, nos termos definidos para a IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do Fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A CEMG determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 24 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite (corredor), não são reconhecidos em resultados.

Em cada período, a CEMG reconhece como um custo, na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo e (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor, e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

A CEMG efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, a CEMG avalia, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) quando atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

1.15. FISCALIDADE

A CEMG encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

1.16. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.17. RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes, para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e rendimentos similares, são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

1.18. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicacção de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

1.19. RECONHECIMENTO DE DIVIDENDOS

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

1.20. RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

1.21. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratacção, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.22. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da CEMG e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela CEMG é apresentada nas notas 1.1 a 1.21 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes, caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual a CEMG recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados durante o ano de 2008, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição (20% em 2007) ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses (seis meses em 2007);
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade no crédito a clientes

A CEMG efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Investimentos detidos até à maturidade

A CEMG classifica como investimentos detidos até à maturidade os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, de acordo com os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimentos e Mensuração. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a CEMG avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a CEMG não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação, para activos financeiros disponíveis para venda de toda a carteira, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial («SPE's»)

A CEMG utiliza SPE's com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

A CEMG não consolida os SPE's em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se a CEMG está exposta aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (nota 1.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pela CEMG requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação da CEMG fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	NOTAS	2008	2007
Juros e rendimentos similares	3	971 277	850 702
Juros e encargos similares	3	636 781	522 085
MARGEM FINANCEIRA		334 496	328 617
Rendimentos de instrumentos de capital	4	882	649
Resultados de serviços e comissões	5	84 544	79 406
Encargos com serviços e comissões	5	(13 560)	(11 276)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	(22 040)	(17 691)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	3 765	8 667
Resultados de reavaliação cambial	8	1 681	1 294
Resultados de alienação de outros activos		498	2 318
Outros resultados de exploração	9	15 044	8 180
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS		405 310	400 164
Custos com o pessoal	10	151 260	147 616
Gastos gerais administrativos	11	85 696	80 900
Depreciações e amortizações	12	18 370	15 678
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS		255 326	244 194
Imparidade do crédito	13	93 530	84 810
Imparidade de outros activos	14	25 018	10 141
Outras provisões	15	185	231
RESULTADO OPERACIONAL		31 251	60 788
Resultados por equivalência patrimonial	16	2 623	2 307
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		33 874	63 095

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(milhares de euros)

	NOTAS	2008	2007
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	254 742	269 201
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	114 502	90 830
Aplicações em instituições de crédito	19	166 781	663 021
Créditos a clientes	20	15 009 892	14 605 447
Activos financeiros detidos para negociação	21	59 118	43 248
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	22	4 031	3 897
Activos financeiros disponíveis para venda	23	918 562	902 934
Derivados de cobertura	24	7 727	9 536
Investimentos detidos até à maturidade	25	39 912	39 371
Investimentos em associadas e outras	26	16 813	20 188
Outros activos tangíveis	27	85 950	80 926
Activos intangíveis	28	14 776	13 619
Outros activos	29	158 728	156 511
TOTAL DO ACTIVO		16 851 534	16 898 729
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	30	852 803	–
Recursos de outras instituições de crédito	31	744 456	657 934
Recursos de clientes	32	8 330 340	8 373 164
Responsabilidades representadas por títulos	33	5 061 487	5 846 404
Passivos financeiros detidos para negociação	21	37 692	59 457
Derivados de cobertura	24	1 234	3 820
Provisões	34	1 668	1 737
Passivos subordinados	35	386 872	301 848
Outros passivos	36	611 313	818 632
TOTAL DO PASSIVO		16 027 865	16 062 996
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital	37	660 000	635 000
Reservas de justo valor	39	(48 064)	(7 973)
Outras reservas e resultados transitados	38 e 39	177 859	145 611
Resultado líquido do exercício		33 874	63 095
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		823 669	835 733
TOTAL		16 851 534	16 898 729

Contas extrapatrimoniais (Nota 40)

2. Margem financeira e resultados em operações financeiras e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em activos financeiros disponíveis para venda, quer na rubrica de juros e rendimentos similares, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Margem financeira	334 496	328 617
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda	(18 275)	(9 024)
	316 221	319 593

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda Euros '000	De activos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	839 959	–	839 959	762 428	–	762 428
Juros de outras aplicações	17 900	–	17 900	19 319	–	19 319
Juros de depósitos	6 179	–	6 179	5 697	–	5 697
Juros de títulos disponíveis para venda	89 872	–	89 872	40 200	–	40 200
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1 647	–	1 647	1 576	–	1 576
Juros de derivados de cobertura	7 172	–	7 172	13 069	–	13 069
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	662	662	–	213	213
Outros juros e rendimentos similares	7 886	–	7 886	8 200	–	8 200
	970 615	662	971 277	850 489	213	850 702
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	285 314	–	285 314	223 368	–	223 368
Juros de títulos emitidos	253 658	–	253 658	220 654	–	220 654
Juros de empréstimos	14 793	–	14 793	20 421	–	20 421
Juros de outros recursos	41 655	–	41 655	16 337	–	16 337
Juros de derivados de cobertura	7 966	–	7 966	14 799	–	14 799
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	216	216	–	17	17
Outros juros e encargos similares	33 179	–	33 179	26 489	–	26 489
	636 565	216	636 781	522 068	17	522 085
Margem Financeira	334 050	446	334 496	328 421	196	328 617

4. Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica no montante de Euros 882 000 (2007: Euros 649 000) refere-se a dividendos de activos financeiros disponíveis para venda.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados	58 985	53 718
Por operações realizadas por conta de terceiros	9 685	10 250
Por garantias prestadas	5 527	5 266
Outros rendimentos de serviços e comissões	10 347	10 172
	<hr/> 84 544	<hr/> 79 406
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	12 389	10 337
Por operações realizadas com títulos	412	401
Outros encargos com serviços e comissões	759	538
	<hr/> 13 560	<hr/> 11 276
Resultados líquidos de serviços e comissões	<hr/> 70 984	<hr/> 68 130

6. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	77	56	21	–	–	–
De outros emissores	117	46	71	–	–	–
Acções	154	1 183	(1 029)	5	4	1
	348	1 285	(937)	5	4	1
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	3 793	5 313	(1 520)	2 608	2 578	30
Contratos sobre taxas de juro	93 098	90 708	2 390	54 772	58 518	(3 746)
Contratos sobre créditos (CDS)	8 595	8 152	443	2 254	2 216	38
Outros	321 583	343 865	(22 282)	144 909	159 274	(14 365)
	427 069	448 038	(20 969)	204 543	222 586	(18 043)
	427 417	449 323	(21 906)	204 548	222 590	(18 042)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	224	89	135	–	240	(240)
Derivados de cobertura						
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	2 025	3 535	(1 510)	1 940	702	1 238
Recursos de clientes	3 090	3 159	(69)	2 602	1 656	946
Débitos representados por títulos	1 586	3 886	(2 297)	2 024	3 563	(1 539)
Outros passivos subordinados	47 781	44 174	3 607	28 088	28 142	(54)
	54 485	54 754	(269)	34 654	34 063	591
	482 126	504 166	(22 040)	239 202	256 893	(17 691)

7. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	173	15	158	24	6	18
De outros emissores	56	317	(261)	203	87	116
Acções	2 676	101	2 575	7 711	14	7 697
Outros títulos de rendimento variável	1 613	320	1 293	897	61	836
	4 518	753	3 765	8 835	168	8 667

8. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2008			2007		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Reavaliação cambial	91 239	89 558	1 681	10 259	8 965	1 294

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.3.

9. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	4 206	3 496
Reembolso de despesas	1 606	2 194
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	8 699	8 316
Outros	8 086	1 930
	22 597	15 936
Outros custos de exploração:		
Impostos	265	109
Donativos e quotizações	425	261
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 885	1 604
Outros	4 978	5 782
	7 553	7 756
Outros resultados líquidos de exploração	15 044	8 180

10. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Remunerações	98 471	104 453
Contribuições para o SAMS (ver Nota 43)	6 328	5 938
Encargos sociais obrigatórios	12 076	10 899
Outros encargos com fundo de pensões (ver Nota 43)	31 754	23 134
Outros custos	2 631	3 192
	151 260	147 616

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de Euros 1 132 000 (2007: Euros 1 253 000) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós-emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver Nota 43).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2008, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 119	4 446	5 565
Custos com pensões de reforma e SAMS	1 320	1 125	2 445
Remunerações variáveis	322	595	917
	2 761	6 166	8 927

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2007, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 129	4 267	5 396
Custos com pensões de reforma e SAMS	836	1 385	2 221
Remunerações variáveis	–	645	645
	1 965	6 297	8 262

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores de primeira linha da CEMG.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor do crédito concedido pela CEMG ao pessoal chave da gestão ascendia a Euros 5 338 000 e Euros 3 778 000, respectivamente.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da CEMG durante os exercícios de 2008 e 2007, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2008	2007
Direcção e coordenação	128	122
Chefia e gerência	569	663
Técnicos	520	418
Específicos	162	178
Administrativos	1 472	1 498
Auxiliares	80	88
	2 931	2 967

11. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Rendas e alugueres	23 779	22 383
Serviços especializados		
Informática	3 529	3 198
Trabalho independente	3 331	4 565
Outros serviços especializados	16 453	12 123
Publicidade e publicações	10 588	12 570
Comunicações e expedição	8 436	7 491
Água, energia e combustíveis	4 077	3 710
Conservação e reparação	3 187	3 056
Transportes	3 186	3 214
Seguros	2 359	2 148
Deslocações, estadias e despesas de representação	1 434	1 707
Material de consumo corrente	1 868	1 803
Formação	761	602
Outros gastos administrativos	2 708	2 330
	85 696	80 900

12. Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Activos intangíveis:		
<i>Software</i>	8 152	6 537
Outros activos tangíveis:		
Imóveis	3 306	3 485
Equipamento:		
Mobiliário e material	612	5886
Máquinas e ferramentas	106	128
Equipamento informático	3 922	2 973
Instalações interiores	1 880	1 778
Equipamento de transporte	15	25
Equipamento de segurança	144	121
Locação operacional – <i>Renting</i>	233	43
	10 218	9 141
	18 370	15 678

13. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Crédito vencido e concedido a clientes:		
Dotação do exercício	425 567	303 939
Reversão do exercício	(327 710)	(217 086)
Recuperações de crédito e juros	(4 324)	(1 512)
	<hr/> 93 533	<hr/> 82 341
Aplicações em instituições de crédito:		
Dotação do exercício	503	124
Reversão do exercício	(506)	(655)
	<hr/> (3)	<hr/> (531)
	<hr/> 93 530	<hr/> 81 810

Conforme referido na Nota 19, a rubrica de Crédito vencido concedido a clientes, inclui os efeitos que resultaram da venda de uma carteira de créditos, em situação de incumprimento, à Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.

14. Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:		
Dotação do exercício	5 322	7 110
Reversão do exercício	(552)	(683)
	<hr/> 4 770	<hr/> 6 427
Imparidade para títulos:		
Dotação do exercício	20 321	3 714
Reversão do exercício	(73)	–
	<hr/> 20 248	<hr/> 3 714
	<hr/> 25 018	<hr/> 10 141

15. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do exercício	248	548
Reversão do exercício	(63)	(317)
	<hr/> 185	<hr/> 231

16. Resultados por equivalência patrimonial

Os contributos na rubrica de rendimento de imobilizações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	628	531
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	1 906	1 611
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	191	175
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	(102)	(10)
	2 623	2 307

17. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Caixa	89 900	86 799
Banco de Portugal	164 842	182 402
	254 742	269 201

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm como objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2008, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 4,14% (2007: 3,89%).

18. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Em instituições de crédito no país	22 451	28 176
Em instituições de crédito no estrangeiro	48 875	7 406
Valores a cobrar	43 176	55 248
	114 502	90 830

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

19. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Depósitos	590	590
Aplicações de muito curto prazo	14 372	66 012
Outras aplicações	26 385	48 361
	<hr/> 41 347	<hr/> 114 963
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	110	105
Aplicações de muito curto prazo	120 337	350 000
Outras aplicações	5 029	197 998
	<hr/> 125 476	<hr/> 548 103
	<hr/> 166 823	<hr/> 663 066
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(42)	(45)
	<hr/> 166 781	<hr/> 663 021

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2008, vencem juros à taxa média anual de 2,99% (2007: 3,92%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Até 3 meses	155 539	639 043
3 meses até 6 meses	9 394	21 955
6 meses até 1 ano	1 190	1 373
Mais de 5 anos	590	590
Duração indeterminada	110	105
	<hr/> 166 823	<hr/> 663 066

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	45	576
Dotação do exercício	503	124
Reversão do exercício	(506)	(655)
Saldo em 31 de Dezembro	<hr/> 42	<hr/> 45

20. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Crédito interno:		
A empresas		
Empréstimo	1 053 448	975 018
Créditos em conta corrente	2 617 830	2 561 903
Locação financeira	144 270	82 141
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	139 958	138 590
Factoring	54 169	14 696
Descobertos em depósitos à ordem	6 907	7 082
Outros créditos	814 634	540 997
A particulares		
Habitação	9 320 901	9 482 467
Locação financeira	27 283	16 327
Consumo e outros créditos	786 963	757 733
	14 966 363	14 576 954
Crédito ao exterior:		
A empresas		
Descobertos em depósitos à ordem	114	–
	14 966 477	14 576 954
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	76 995	42 711
Mais de 90 dias	350 341	283 829
	427 336	326 540
	15 393 813	14 903 498
Imparidade para riscos de crédito	(383 921)	(298 047)
	15 009 892	14 605 447

Durante o mês de Dezembro de 2008, o Conselho de Administração da CEMG deliberou sobre a venda à Bolsimo Gestão de Activos, S.A. («Bolsimo») de uma carteira de créditos em situação de incumprimento.

Esta venda implicou a transferência de todos os riscos e benefícios da referida carteira, incluindo o direito sobre as garantias constituídas em colateral de empréstimos/créditos.

Considerando a natureza desta operação o Conselho de Administração procedeu à sua análise e enquadramento contabilístico, nomeadamente à luz das regras de desreconhecimento da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, em particular as expressas nos parágrafos AG 36 e seguintes desta norma. Esta análise teve por base a verificação dos seguintes aspectos principais:

- Transferência integral dos direitos aos fluxos de caixa futuros do activo;
- Existência ou não de acerto de preço («preço contingente»);
- Existência ou não de direito de regresso dos créditos;
- Verificação da autonomia do Cessionário (*autopilot*); e
- Eventual controlo ou influência por parte da CEMG sobre a Bolsimo.

Em consequência da referida venda foi celebrado um contrato entre a CEMG e a Bolsimo, e cujas características permitiram ao Conselho de Administração concluir que por via da venda dos créditos, a CEMG eliminou a sua exposição à variabilidade resultante do montante e *timing* dos *cash flows* associados à carteira de crédito objecto da venda. Nessa base, concluiu que foram transferidos os riscos e os benefícios associados à carteira de crédito cedida, pelo que foram desreconhecidos de balanço créditos no montante de Euros 138 607 000. Relativamente às provisões especificamente associa-

das a esta carteira, no montante de Euros 58 636 000, a CEMG realocou para outros riscos de crédito provisões no montante de Euros 39 700 000 e registou em resultados como uma reposição de provisões o montante de Euros 18 936 000.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Crédito com outras garantias incluía o montante de Euros 485 187 000 (2007: Euros 670 633 000) aproximadamente, relativo a créditos que foram objecto de securitização e que de acordo com a política contabilística 1.5 não foram objecto de desconhecimento. Este montante encontra-se igualmente registado nas contas de passivo, na rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos, conforme referido na Nota 36.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na Nota 42.

A rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados «créditos arrematados» no montante de Euros 6 298 000 (2007: Euros 6 375 000). Os «créditos arrematados» correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua totalidade a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito com garantias reais	711 496	2 529 886	10 028 463	363 590	13 633 435
Crédito com outras garantias	627 711	77 820	128 858	18 782	853 171
Crédito sem garantias	305 976	118 244	209 682	42 528	676 430
Crédito ao sector público	25	454	56 195	342	57 016
Crédito sobre o estrangeiro	114	–	–	–	114
Crédito em locação	51	66 306	105 196	2 094	173 647
	1 645 373	2 792 710	10 528 94	427 336	15 393 813

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Crédito com garantias reais	481 204	2 388 936	10 128 241	276 082	13 274 463
Crédito com outras garantias	455 981	178 223	131 512	21 366	787 082
Crédito sem garantias	249 287	197 141	209 798	28 306	684 532
Crédito ao sector público	24	684	57 455	318	58 481
Crédito em locação	9	37 994	60 465	468	98 936
	1 186 505	2 802 978	10 587 471	326 540	14 903 494

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2008, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	35 673	87 604	95 332	218 609
Juros vincendos	(8 586)	(24 105)	(27 942)	(60 633)
Valores residuais	532	8 244	4 801	13 577
	27 619	71 743	72 191	171 553

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2007, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	19 945	49 841	57 733	127 519
Juros vincendos	(5 655)	(14 598)	(17 279)	(37 532)
Valores residuais	188	2 893	5 400	8 481
	14 478	38 136	45 854	98 468

A análise do Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Crédito com garantias reais	363 590	276 082
Crédito com outras garantias	18 782	21 366
Crédito sem garantias	42 528	28 306
Crédito ao sector público	342	318
Crédito em locação	2 094	468
	427 336	326 540

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Empresas:		
Construção/Produção	88 952	66 052
Investimento	33 682	29 443
Tesouraria	28 032	19 848
Outras finalidades	620	280
Particulares:		
Habitação	226 752	169 345
Crédito ao consumo	4 969	3 826
Outras finalidades	21 331	11 934
Sector Público Administrativo	390	318
Outros segmentos	22 608	25 494
	427 336	326 540

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	298 047	297 001
Dotação do exercício	425 567	303 939
Reversão do exercício	(327 710)	(217 086)
Utilização de imparidade	(11 983)	(85 807)
Saldo em 31 de Dezembro	383 921	298 047

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2008:

	Classes de incumprimento					
	Até 3 meses Euros '000	3-6 meses Euros '000	6-12 meses Euros '000	1-3 anos Euros '000	Mais 3 anos Euros '000	Total Euros '000
Crédito vencido com garantia	66 373	19 592	41 137	175 292	82 414	384 808
Imparidade existente	579	1 667	9 791	95 022	83 227	190 286
Crédito vencido sem garantia	11 583	2 732	5 667	13 615	8 931	42 528
Imparidade existente	4 176	682	3 470	13 615	8 931	30 874
Total de crédito vencido	77 956	22 324	46 804	188 907	91 345	427 336
Total da imparidade para crédito vencido	4 755	2 349	13 261	108 637	92 158	221 160
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao vencido e outros	101 387	715	5 893	47 181	7 585	162 761
Total da imparidade para riscos de crédito	106 142	3 064	19 154	155 818	99 743	383 921

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Crédito com garantias reais	307 037	267 311
Crédito com outras garantias	17 785	11 167
Crédito sem garantias	59 099	19 569
	383 921	298 047

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Crédito com garantias reais	12 532	77 198
Crédito com outras garantias	(3 832)	4 790
Crédito sem garantias	3 283	3 819
	11 983	85 807

As utilizações da imparidade para riscos de crédito correspondem a *write-offs* efectuados durante o exercício de 2008.

A análise da recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer do exercício entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2008 e durante o exercício de 2007, ascendeu ao montante de Euros 4 324 000 e Euros 1 512 000, respectivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 13.

21. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Activos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Acções	1 200	–
Obrigações	3 172	–
	4 372	–
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	54 749	43 248
	59 118	43 248
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	37 692	59 457

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística 1.6. Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	2008			2007		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	14	–	14	–	–	–
Estrangeiros	1 186	–	1 186	–	–	–
	1 200	–	1 200	–	–	–
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações						
De emissores públicos	–	–	–	–	–	–
De outros emissores	3 172	–	3 172	–	–	–
De outros emissores	3 172	–	3 172	–	–	–
	4 372	–	4 372	–	–	–

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2008 é apresentado como segue:

	2008				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	-	-	-	14	14
Estrangeiros	-	-	-	1 186	1 186
	-	-	-	1 200	1 200
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações					
De emissores públicos	-	-	-	-	-
De outros emissores	-	1 666	1 506	-	3 172
	-	1 666	1 506	-	3 172
	-	1 666	1 506	1 200	4 372

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2008, pode ser analisado como segue:

Produto derivado	Activo/Passivo financeiro associado	2008						
		Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000	Varição de justo valor no ano Euros '000	Justo Valor Euros '000	Varição de justo valor no ano Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Valor de reembolso na maturidade Euros '000
Swap taxa de juro	Emissão de obrigações	450 000	8 652	(8 865)	1 669	5 986	315 000	315 000
Swap taxa de juro	Depósitos	277 388	832	(2 848)	939	2 387	168 619	168 619
Swap taxa de juro	Recursos	1 550 151	6 413	(21 083)	13 323	30 756	954 640	954 640
Swap taxa de juro	Titularização	1 926 961	4 033	(4 820)	-	-	-	-
Swap cambial	Emissão de dívida	151 0209	(2 585)	4 044	(1 128)	(2 664)	10 360	10 360
Futuros	-	2 130	(2)	-	-	-	-	-
Opções	Depósitos a prazo e recursos	81 206	(28)	69	-	-	-	-
Credit Default Swaps	-	172 934	(261)	208	-	-	-	-
		4 611 790	17 054	(33 295)	14 803	36 465	1 448 619	1 448 619

O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2007, pode ser analisado como segue:

		2007						
Produto derivado	Activo/Passivo financeiro associado	Derivado			Activo / Passivo associado			
		Nocional Euros '000	Justo valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Justo Valor Euros '000	Variação de justo valor no ano Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Valor de reembolso na maturidade Euros '000
Swap taxa de juro	Emissão de obrigações	460 000	(212)	12 811	(4 317)	1 478	230 000	230 000
Swap taxa de juro	Depósitos	653 659	(2 022)	2 385	(1 448)	(471)	367 647	367 647
Swap taxa de juro	Recursos	1 683 876	(14 671)	2 241	(14 652)	(2 695)	1 041 578	1 041 578
Swap taxa de juro	Titularização	2 549 538	(750)	(2 815)	–	–	–	–
Swap cambial	Emissão de dívida	64 277	1 460	(16 616)	1 536	(471)	26 000	26 000
Futuros	–	164	(2)	2	–	–	–	–
Opções	Depósitos a prazo e recursos	119 994	41	(42)	–	–	–	–
Credit Default Swaps	–	88 500	(53)	103	–	–	–	–
		5 620 008	(16 209)	(1 931)	(18 881)	(2 159)	1 665 225	1 665 225

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

		2008					
		Nocionais com prazo remanescente			Justo valor		
		Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:							
	Swap taxa de juro	252 388	909 300	3 042 812	4 204 500	51 180	31 250
	Opções	251	6 341	74 614	81 206	630	658
Contratos sobre taxas de cambio:							
	Swap taxa de juro	115 772	35 248	–	151 020	11	2 596
Contratos sobre índices:							
	Futuros de índices	2 130	–	–	2 130	–	2
Contratos sobre crédito:							
	Credit default swaps	43 000	2 500	127 434	172 934	2 925	3 186
		413 541	953 389	3 244 860	4 611 790	54 746	37 692

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007					
	Nacionais com prazo remanescente			Justo valor		
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
<i>Swap</i> taxa de juro	143 742	389 790	4 811 414	5 344 946	36 412	54 068
Opções	468	65 650	53 876	119 994	3 289	3 248
Contratos sobre taxas de cambio:						
<i>Swap</i> taxa de juro	9 780	35 426	19 071	64 277	3 261	1 800
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	164	–	–	164	–	2
Contratos sobre crédito:						
<i>Credit default swaps</i>	24 500	15 000	49 000	88 500	286	339
	178 654	505 866	4 933 361	5 617 881	43 248	59 457

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1.4 no montante de Euros 1 757 000 (2007: Euros 5 333 000).

22. Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	4 031	3 897

A opção da CEMG em designar estes activos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão de risco da CEMG, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é apresentada como segue:

	2008			2007		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de outros emissores						
Estrangeiros	4 031	–	4 031	3 897	–	3 897

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	2008				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de outros emissores					
Estrangeiros	–	–	4 031	–	4 031

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de outros emissores					
Estrangeiros	–	–	3 897	–	3 897

23. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008				
	Reserva de justo valor			Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	4	–	–	–	4
Estrangeiros	1 076	–	(38)	–	1 038
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	67 725	80	(2 266)	(189)	65 350
Estrangeiros	765 866	346	(45 927)	(19 688)	700 597
Papel comercial	138 153	–	–	(998)	137 155
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	5 334	–	(23)	(91)	5 220
Estrangeiros	2 246	–	–	(810)	1 436
Unidades de participação	11 209	35	(271)	(3 211)	7 762
	991 613	461	(48 525)	(24 987)	918 562

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

	2007				
	Reserva de justo valor			Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000		
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	65	–	–	(1)	64
Estrangeiros	6 125	–	(64)	–	6 061
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	37 723	1	(174)	–	37 550
Estrangeiros	804 139	96	(8 620)	(3 712)	791 903
Papel comercial	17 355	–	–	(998)	16 357
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	6 176	–	–	(54)	6 122
Estrangeiros	2 173	–	(30)	(48)	2 095
Unidades de participação	41 964	1 218	(400)	–	42 782
	915 720	1 315	(9 288)	(4 813)	902 934

(1) Custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.6 a carteira de activos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 39.

A CEMG avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 1.22.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Imparidade para títulos:		
Saldo em 1 de Janeiro	4 813	1 249
Dotação do exercício	20 321	3 714
Reversão do exercício	(73)	–
Utilização de imparidade	(74)	(150)
Saldo em 31 de Dezembro	24 987	4 813

Durante o exercício de 2008, e conforme referido na nota 1.6, foram reconhecidas perdas por imparidade, no montante de Euros 20 174 000 (2007: Euros 3 564 000), associadas a títulos de rendimento fixo em resultado da queda prolongada do valor da sua cotação.

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	2008				Total Euros '000
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	–	–	–	4	4
Estrangeiros	–	–	1 038	–	1 038
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	–	60 325	5 025	65 350
Estrangeiros	29 257	71 136	588 350	11 854	700 597
Papel comercial	101 280	35 875	–	–	137.155
	130 537	107 011	649 713	16 883	904 144
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	2 757	2 463	5 220
Estrangeiras	–	–	–	1 436	1 436
Unidades de participação	–	1 852	–	5 910	7 762
	–	1 852	2 757	9 809	14 418
	130 537	108 863	652 470	26 692	918 562

A análise dos activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Indeterminado Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	–	60	–	4	64
Estrangeiros	–	–	6 061	–	6 061
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	5 590	31 960	–	37 550
Estrangeiros	26 080	31 352	715 958	18 513	791 903
Papel comercial	13 957	2 400	–	–	16 357
	40 037	39 402	753 979	18 517	851 935
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais	–	–	3 820	2 302	6 122
Estrangeiras	–	312	–	1 783	2 095
Unidades de participação	–	1 852	–	40 930	42 782
	–	2 164	3 820	45 015	50 999
	40 037	41 566	757 799	63 532	902 934

A CEMG reconhece imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta avaliação implica julgamento, no qual a CEMG tem em consideração entre outros factores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros em 2008, os seguintes factores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% (20% em 2007) face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses (6 meses em 2007);
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.6 a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de Euros 48 064 000 e de Euros 24 987 000 (2007: Euros 7 973 000 e de Euros 4 813 000), respectivamente.

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma

	2008			2007		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	4	–	4	64	–	64
Estrangeiros	1 038	–	1 038	6 061	–	6 061
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	31 227	34 123	65 350	17 826	19 724	37 550
Estrangeiros	700 597	–	700 597	781 413	10 490	791 903
Papel comercial	–	137 155	137 155	–	16 357	16 357
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	166	5 054	5 220	–	6 122	6 122
Estrangeiros	1 278	158	1 436	182	1 913	2 095
Unidades de participação	7 762	–	7 762	42 782	–	42 782
	742 072	176 490	918 562	848 328	54 606	902 934

24. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Activo:		
<i>Swap</i> de taxa de juro	4 759	6 326
<i>Swap</i> cambial	2 968	3 210
	7 727	9 536
Passivo:		
<i>Swap</i> de taxa de juro	1 008	3 612
<i>Swap</i> cambial	226	208
	1 234	3 820

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a CEMG está exposta às variações de justo valor, ou a variações de *cash-flows* ou se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A CEMG registou em resultados do exercício as variações de justo valor de risco de taxa de juro associado aos activos e passivos anteriormente referidos.

A CEMG realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	(1 510)	1 237
Responsabilidades representadas por títulos	(796)	(1 556)
Recursos de clientes	897	180
	(1 409)	(139)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	2008							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
<i>Swap</i> de taxa de juro	–	–	204 000	204 000	–	–	3 751	3 751
<i>Swap</i> cambial	–	34 405	–	34 405	–	2 742	–	2 742
	–	34 405	204 000	238 405	–	2 742	3 751	6 493

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2007, é a seguinte:

	2007							
	Nacionais por prazo remanescente				Justo valor			
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a a um ano Euros '000	Total Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
<i>Swap</i> de taxa de juro	–	230 000	204 000	434 000	–	2 368	346	2 714
<i>Swap</i> cambial	–	–	34 577	34 577	–	–	3 002	3 002
	–	230 000	238 577	468 577	–	2 368	3 348	5 716

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2008 podem ser analisadas como segue:

2008							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional Euros '000	Justo valor do derivado (2) Euros '000	Varição do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	84 000	157	1 497	496	1 717
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120 000	3 594	1 991	2 424	1 818
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	–	–	(2 452)	–	380
Swap cambial	Emissão de dívida	Taxa de juro	34 405	2 742	(259)	3 011	(63)
			238 405	6 493	777	5 931	3 852

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2007 podem ser analisadas como segue:

2007							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional Euros '000	Justo valor do derivado (2) Euros '000	Varição do justo valor do derivado no ano Euros '000	Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000	Varição do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	114 000	(1 340)	(5 458)	(1 221)	181
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	120 000	1 602	(1 537)	607	(1 049)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	200 000	2 452	1 509	(380)	1 253
Swap cambial	Emissão de dívida	Taxa de juro	34 577	3 002	4 181	3 074	114
			468 577	5 716	(1 305)	2 080	499

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui o juro corrido.

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

25. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	14 935	36 424
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	24 977	2 947
	39 912	39 371

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na Nota 42.

A CEMG avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2008, a existência de evidência objectiva da imparidade na sua carteira de investimentos detida até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2008, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Euros '000
OT – Setembro 98/2013	Maio, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,450%	96
OT – Julho 99/2009	Janeiro, 1999	Julho, 2009	Taxa fixa de 3,950%	6 280
OT – Junho 02/2012	Fevereiro, 2002	Junho, 2012	Taxa fixa de 5,000%	105
OT – Maio 00/2010	Janeiro, 2000	Maio, 2010	Taxa fixa de 5,850%	6 536
OT – Junho 01/2011	Março, 2001	Junho, 2011	Taxa fixa de 5,150%	1 069
OT – Outubro 05/2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,350%	6 047
OT – Abril 05/2011	Novembro, 2005	Abril, 2011	Taxa fixa de 3,200%	4 844
Buoni Poliennali Del Tes.06/2011	Março, 2006	Março, 2011	Taxa fixa de 5,375%	2 972
Netherlands Government 05/2015	Junho, 2005	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,250%	4 939
Republic of Austria 04/2015	Maio, 2004	Julho, 2015	Taxa fixa de 3,500%	2 001
Belgium Kingdom 05/2015	Março, 2005	Setembro, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 007
Buoni Poliennali Del Tes.05/2015	Maio, 2005	Agosto, 2015	Taxa fixa de 3,750%	2 007
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2010	Janeiro, 2005	Janeiro, 2010	Taxa fixa de 3,500%	1 009
				39 912

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística apresentada na nota 1.6.

A análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
3 meses até 1 ano	6 280	20 200
1 ano até 5 anos	16 631	18 973
Mais de 5 anos	17 001	198
	39 912	39 371

26. Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Participações financeiras em associadas e outras – Não cotadas:		
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	6 668	7 947
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	7 091	9 168
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	2 572	2 675
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	454	398
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	28	–
	16 813	20 188

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	Activo Euros '000	Passivo Euros '000	Capital Próprio Euros '000	Proveitos Euros '000	Resultado líquido Euros '000	Custo da participação Euros '000
31 de Dezembro de 2008						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	279 763	254 360	25 403	162 070	2 392	10 816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	422 310	404 287	18 023	40 405	4 845	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	55 392	42 531	12 861	9 216	(510)	3 200
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	5 762	1 179	4 583	5 339	1 933	50
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	152	53	99	–	(1)	29
31 de Dezembro de 2007						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	294 734	264 431	30 303	195 776	888	10 816
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	428 767	409 183	19 584	23 770	4 209	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	57 950	44 578	13 372	9 418	(50)	3 200
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	5 071	1 051	4 020	4 794	1 769	50

Em 31 de Dezembro de 2008, a CEMG passou a deter uma participação de 28,9% da Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.

	Percentagem detida		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível à CEMG	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	100%	100%	7 001	7 001	619	244
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (*)	26,25%	26,25%	6 668	7 947	628	531
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (*)	39,34%	39,34%	7 091	9 168	1 906	1 611
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	20%	20%	2.572	2.675	(102)	(10)
Norfin – Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S.A.	9,9%	9,9%	454	398	191	175
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	28,9%	–	28	–	–	–

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Saldo inicial	20 188	20 417
Aquisições	29	2 361
Resultado de associadas	2 623	2 307
Reservas de justo valor de associadas	(5 089)	(4 036)
Dividendos recebidos	(938)	(861)
Saldo final	16 813	20 188

27. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Custo:		
Imóveis:		
De serviço próprio	63 515	63 413
Obras em imóveis arrendados	30 730	33 900
Imobilizado em curso	120	105
Equipamento:		
Mobiliário e material	10 331	9 361
Máquinas e ferramentas	2 125	2 358
Equipamento informático	43 406	36 573
Instalações interiores	26 696	25 176
Equipamento de transporte	676	1 133
Equipamento de segurança	3 202	2 835
Património artístico	478	474
Activos em locação operacional	2 226	775
Outras imobilizações corpóreas	31	31
Imobilizações em curso	495	1 374
	184 031	177 508
Depreciações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(1 499)	(8 437)
Relativas a exercícios anteriores	(96 582)	(88 145)
	(98 081)	(96 582)
	85 950	80 926

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2008, são analisados como segue:

	2008				Saldo em 31 Dezembro Euros '000
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	63 413	102	–	–	63 515
Obras em imóveis arrendados	33 900	328	(7 798)	4 300	30 730
Imobilizado em curso	105	15	–	–	120
Equipamento:					
Mobiliário e material	9 361	1 200	(230)	–	10 331
Máquinas e ferramentas	2 358	73	(306)	–	2 125
Equipamento informático	36 573	6 833	–	–	43 406
Instalações interiores	25 176	311	(25)	1 234	26 696
Equipamento de transporte	1 133	–	(457)	–	676
Equipamento de segurança	2 835	377	(10)	–	3 202
Património artístico	474	4	–	–	478
Activos em locação operacional	775	1 451	–	–	2 226
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	1 374	4 655	–	(5 534)	495
	177 508	15 349	(8 826)	–	184 031
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	13 827	1 003	–	–	14 830
Obras em imóveis arrendados	25 277	2 303	(7 795)	–	19 785
Equipamento:					
Mobiliário e material	6 950	612	(126)	–	7 436
Máquinas e ferramentas	2 123	106	(306)	–	1 923
Equipamento informático	28 249	3 922	–	–	32 171
Instalações interiores	16 529	1 880	(25)	–	18 384
Equipamento de transporte	1 103	15	(457)	–	661
Equipamento de segurança	2 481	144	(10)	–	2 615
Activos em locação operacional	43	233	–	–	276
	96 582	10 218	(8 719)	–	98 081

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2007, são analisados como segue:

	2007				Saldo em 31 Dezembro Euros '000
	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	63 413	–	–	–	63 413
Obras em imóveis arrendados	32 452	612	(14)	850	33 900
Imobilizado em curso	82	23	–	–	105
Equipamento:					
Mobiliário e material	8 258	1 557	(454)	–	9 361
Máquinas e ferramentas	2 531	86	(259)	–	2 358
Equipamento informático	32 554	4 021	(2)	–	36 573
Instalações interiores	23 009	1 440	–	727	25 176
Equipamento de transporte	1 153	–	(20)	–	1 133
Equipamento de segurança	2 720	115	–	–	2 835
Património artístico	422	52	–	–	474
Activos em locação operacional	–	775	–	–	775
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	554	2 397	–	(1 577)	1 374
	167 179	11 078	(749)	–	177 508
Amortizações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	12 827	1 000	–	–	13 827
Obras em imóveis arrendados	22 796	2 485	(4)	–	25 277
Equipamento:					
Mobiliário e material	6 783	588	(421)	–	6 950
Máquinas e ferramentas	2 254	128	(259)	–	2 123
Equipamento informático	25 276	2 973	–	–	28 249
Instalações interiores	14 751	1 778	–	–	16 529
Equipamento de transporte	1 098	25	(20)	–	1 103
Equipamento de segurança	2 360	121	–	–	2 481
Activos em locação operacional	–	43	–	–	43
	88 145	9 141	(704)	–	96 582

28. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Custo:		
Trespases	–	33
Software	44 988	36 667
Adiantamentos por conta de imobilizações	2 331	1 310
	47 319	38 010
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(8 152)	(5 948)
Relativas a exercícios anteriores	(24 391)	(18 443)
	(32 543)	(24 391)
	14 776	13 619

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2008, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Trespases	33	–	–	(33)	–
Software	36 667	7 737	–	584	44 988
Adiantamentos por conta de imobilizações	1 310	1 748	–	(727)	2 331
	38 010	9 485	–	(176)	47 319
Amortizações acumuladas:					
Software	24 391	8 152	–	–	32 543

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2007, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Custo:					
Trespases	33	–	–	–	33
Software	29 596	7 744	(589)	(84)	36 667
Adiantamentos por conta de imobilizações	72	1 154	–	84	1 310
	29 701	8 898	(589)	–	38 010
Amortizações acumuladas:					
Software	18 443	6 537	(589)	–	24 391

29. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Aplicações por recuperação de crédito	116 180	116 230
Bonificações a receber do Estado Português	20 468	27 913
Outros devedores	17 279	9 771
Outros proveitos a receber	6 442	5 123
Despesas com custo diferido	1 541	2 390
Contas diversas	24 159	17 954
	<hr/> 186 069	<hr/> 179 381
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito	(23 868)	(19 397)
Imparidade para bonificações	(3 473)	(3 473)
	<hr/> 158 728	<hr/> 156 511

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito inclui o montante de Euros 109 774 000 (2007: Euros 104 461 000) relativo aos imóveis recebidos pela CEMG por arrematação ou dação em cumprimento de créditos e cuja mensuração é efectuada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.10.

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 20 468 000 (2007: Euros 27 913 000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	4 194	9 553
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	9 219	8 792
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	7 055	9 568
	<hr/> 20 468	<hr/> 27 913

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, um montante de Euros 3 473 000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

Os movimentos de imparidade para aplicações por recuperação de crédito são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito		
Saldo em 1 de Janeiro	19 397	13 326
Dotação do exercício	5 322	7 110
Reversão do exercício	(552)	(683)
Utilização de imparidade	(299)	(356)
Saldo em 31 de Dezembro	<hr/> 23 868	<hr/> 19 397

30. Recursos de bancos centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 regista o montante de Euros 852 803 000 referente aos títulos vendidos, com acordo de recompra (*repos*), por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação, que não são desreconhecidos do balanço.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Até 3 meses	751 544	–
3 meses até 6 meses	101 259	–
	852 803	–

31. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008			2007		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	–	106 829	106 829	–	18 928	18 928
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	4 772	632 855	637 627	12 720	626 286	639 006
	4 772	739 684	744 456	12 720	645 214	657 934

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Até 3 meses	210 021	80 429
3 meses até 6 meses	53 109	15 397
6 meses a 1 ano	116	15 331
1 ano até 5 anos	306 446	445 386
Mais de 5 anos	172 341	100 477
	742 032	657 020
Correcções de valor por operações de cobertura	2 424	914
	744 456	657 934

32. Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008			2007		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Depósitos à ordem	1 877 502	–	1 877 502	1 961 783	–	1 961 783
Depósitos a prazo (*)	–	5 770 374	5 770 374	–	5 419 485	5 419 485
Depósitos de poupança (*)	–	681 025	681 025	–	993 920	993 920
Outros recursos	177	–	177	650	–	650
Correcções de valor por operações de cobertura	1 262	–	1 262	(2 674)	–	(2 674)
	1 878 941	6 451 399	8 330 340	1 959 759	6 413 405	8 373 164

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na Nota 21 e na política contabilística 1.4.

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui Euros 210 869 000 (2007: Euros 442 799 000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo são fixados anualmente por instrução do Banco de Portugal.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Depósitos à ordem	1 877 502	1 961 783
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	1 328 202	2 967 412
3 meses até 6 meses	3 048 990	1 932 973
6 meses até 1 ano	1 018 856	975 899
1 ano até 5 anos	966 310	511 332
Mais de 5 anos	89 041	25 789
	8 328 901	8 375 188
Correcções de valor por operações de cobertura	1 262	(2 674)
	8 330 901	8 372 514
Outros recursos:		
Até 3 meses	177	650
	8 330 340	8 373 164

33. Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
<i>Euro Medium Term Notes</i>	4 096 489	5 522 407
Obrigações de Caixa	964 998	323 997
	5 061 487	5 846 404

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 41.

Durante o exercício de 2008, a CEMG procedeu à emissão de Euros 149 700 000 (2007: Euros 1 134 576 000) de títulos, tendo sido reembolsados Euros 703 427 000 (2007: Euros 578 500 000).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Até 6 meses	188 762	120 201
6 meses até 1 ano	988 412	390 229
1 ano até 5 anos	3 094 029	3 754 323
Mais de 5 anos	773 236	1 596 496
	5 044 439	5 861 249
Correcções de valor por operações de cobertura	17 048	(14 845)
	5 061 487	5 846 404

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2008 Euros '000
<i>Pelican Mortgage No. 1</i>	Dez.2002	Dez.2037	W.A.I. – 1,33%	141 627
<i>Pelican Mortgage No. 2</i>	Set.2003	Set.2037	W.A.I. – 1,53%	248 918
Obr. CEMG / 03	Ago.2003	Ago.2009	Taxa fixa de 4,232%	100 000
Obr. CEMG / 04	Mar.2004	Mar.2009	Hibor 3 meses + 0,26%	9 271
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,25%	15 000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2009	Taxa fixa de 4,6%	18 605
Obr. CEMG / 04	Nov.2004	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25%	300 000
Obr. CEMG / 04	Fev.2005	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25%	300 000
Obr. CEMG / 05	Fev.2005	Fev.2015	Taxa anual de 4,278%	125 000
Obr. CEMG / 05	Mai.2005	Mai.2012	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. caixa MG Aforro 1.ª Emissão	Ago.2005	Ago.2009	Taxa fixa semestral de 3% (8.º semestre taxa fixa de 4%)	17 000
Obr. CEMG / 05	Set.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	500 000
Obr. CEMG / 05	Out.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20%	125 000
Obr. caixa MG Aforro 2.ª Emissão	Out.2005	Out.2009	Taxa fixa semestral de 3% (8.º semestre taxa fixa de 4%)	62 000
Obr. caixa MG Aforro 3.ª Emissão	Nov.2005	Nov.2009	Taxa fixa semestral de 3% (8.º semestre taxa fixa de 4%)	14 000
Obr. caixa MG Especial Poupança	Nov.2005	Nov.2010	Taxa fixa semestral de 2,5% (9.º semestre taxa fixa de 4% e 10.º semestre taxa fixa de 6%)	52 000
Obr. caixa MG Aforro 4.ª Emissão	Dez.2005	Dez.2009	Taxa fixa semestral de 3% (8.º semestre taxa fixa de 4%)	10 000
Obr. CEMG / 06	Jan.2006	Jan.2011	Euribor 3 meses + 0,20%	500 000
Obr. caixa MG Valor Garantido 2006	Jan.2006	Jan.2011	Taxa fixa semestral de 3% (7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,25%, 9.º semestre taxa fixa de 3,5% e no 10.º semestre taxa fixa de 4%)	40 000
Obr. caixa MG Aforro/06 1.ª Emissão	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa trimestral de 5%	17 000
Obr. caixa MG Aforro/06 2.ª Emissão	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa trimestral de 5%	9 000
Obr. caixa MG Aforro Especial Fev.06	Fev.2006	Fev.2009	Taxa fixa trimestral de 6%	17 000
Obr. caixa MG Aforro/06 3.ª Emissão	Mar.2006	Mar.2009	Taxa fixa trimestral de 5%	23 000
Obr. caixa MG Aforro/06 4.ª Emissão	Mar.2006	Mar.2009	Taxa fixa trimestral de 5%	20 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5.ª Emissão	Abr.2006	Abr.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (12.º trimestre taxa fixa de 5%)	20 000
Obr. caixa MG Aforro/06 6.ª Emissão	Mai.2006	Mai.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (12.º trimestre taxa fixa de 5%)	2 000
Obr. caixa MG Valor Imobiliário	Mai.2006	Mai.2009	Taxa fixa anual de 1% + remuneração variável indexada ao Índice EPRA, paga na data de maturidade	4 700
Obr. caixa MG Commodities	Mai.2006	Mai.2009	Taxa variável indexada à cotação de 4 Commodities	25 000
Obr. caixa MG Aforro/06 7.ª Emissão	Jun.2006	Jun.2009	Taxa fixa trimestral de 3,5% (12.º trimestre taxa fixa de 5%)	18 000
Obr. caixa MG Aforro/06 8.ª Emissão	Jul.2006	Jul.2009	Taxa fixa trimestral de 3,5% (11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	13 000
Obr. caixa MG Aforro Especial Jul.06	Jul.2006	Jul.2009	Taxa fixa trimestral de 3,75% (11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5,5%)	23 000
Obr. caixa MG Aforro/06 9.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2009	Taxa fixa trimestral de 3,625% (11.º trimestre taxa fixa de 4,25%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	7 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 1.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 3,5% (6.º semestre taxa fixa de 3,5%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 4%, 9.º semestre taxa fixa de 6% e 10.º semestre taxa fixa de 6%)	15 000
Obr. caixa MG Aforro/06 10.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2009	Taxa fixa trimestral de 3,5% (11.º trimestre taxa fixa de 5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	4 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 2.ª Emissão	Ago.2006	Ago.2011	Taxa fixa semestral de 3,5% (6.º semestre taxa fixa de 3,625%, 7.º semestre taxa fixa de 3,875%, 8.º semestre taxa fixa de 4%, 9.º semestre taxa fixa de 4,75% e 10.º semestre taxa fixa de 7%)	500 000
Obr. CEMG / 06	Set.2006	Set.2011	Euribor 3 meses + 0,25%	

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2008 Euros '000
Obr. caixa MG Aforro/06 11.ª Emissão	Set.2006	Set.2009	Taxa fixa trimestral de 3,5% (11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	15 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 3.ª Emissão	Set.2006	Set.2011	Taxa fixa semestral de 3,375% (6.º semestre taxa fixa de 3,5%, 7.º semestre taxa fixa de 3,625%, 8.º semestre taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 4%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	3 500
Obr. caixa MG Aforro/06 12.ª Emissão	Nov.2006	Nov.2009	Taxa fixa trimestral de 3,25% (11.º trimestre taxa fixa de 3,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6%)	17 000
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 4.ª Emissão	Nov.2006	Nov.2011	Taxa fixa semestral de 3,25% (6.º semestre taxa fixa de 3,25%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,375%, 9.º semestre taxa fixa de 3,5%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	3 750
Obr. caixa MG Aforro/06 5 anos 5.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,375% (6.º semestre taxa fixa de 3,375%, 7.º e 8.º semestre taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	1 000
Obr. caixa MG Aforro/06 13.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2009	Taxa fixa trimestral de 3,75% (10.º trimestre taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,625% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,25%)	6 000
Obr. caixa MG Ass./06 5 anos 1.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2011	Taxa fixa semestral de 3,5% (6.º semestre taxa fixa de 3,5%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,625%, 9.º semestre taxa fixa de 3,75%, e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	1 000
Obr. caixa MG Ass./06 3 anos 1.ª Emissão	Dez.2006	Dez.2009	Taxa fixa trimestral de 3,5% (10.º trimestre taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,5%)	7 000
Obr. CEMG / 07	Jan.2007	Jan.2017	Taxa fixa de 4,2%	100 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,25% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,375%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,625% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,25%)	5 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,5% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,5%)	9 500
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 1ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,5% (5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,625%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	4 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 1.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,25% (5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,375%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	1 000
Obr. CEMG / 07	Fev.2007	Fev.2017	Taxa fixa de 5%	90 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,25% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,375%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,625% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,25%)	7 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2010	Taxa fixa trimestral de 3,5% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,5%)	11 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,5% (5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,625%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,75%, 9.º semestre taxa fixa de 3,875% e no 10.º semestre taxa fixa de 7,25%)	3 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2008 Euros '000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 5 anos 2.ª Série	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa semestral de 3,25% (5.º e 6.º semestres taxa fixa de 3,375%, 7.º e 8.º semestres taxa fixa de 3,5%, 9.º semestre taxa fixa de 3,625% e no 10.º semestre taxa fixa de 7%)	2 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 3.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 7%)	9 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 3.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (8.º e 9.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 10.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 11.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	6 500
Obr. CEMG / 07	Mar.2007	Mar.2014	Euribor 3 meses + 0,14%	50 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 4.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 4.ª Série	Mar.2007	Mar.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e no 12.º trimestre taxa fixa de 7%)	6 000
Obr. caixa – AM Eur 6M 5Y – 2012	Abr.2007	Abr.2012	Taxa fixa de 4,455%	6 000
Obr. caixa – Montepio Portugal Dinâmico	Abr.2007	Abr.2009	Taxa variável indexada ao Índice PSI 20 com um <i>floor</i> de 3,35%	10 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 5.ª Série	Abr.2007	Abr.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (8.º trimestre taxa fixa de 3,375%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 11.º trimestre taxa fixa de 3,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 6,75%)	8 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 5.ª Série	Abr.2007	Abr.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (8.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 11.º trimestre taxa fixa de 4%, e no 12.º trimestre taxa fixa de 7%)	12 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 6.ª Série	Mai.2007	Mai.2010	Taxa fixa trimestral de 3,375% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,5%, 9.º e 10.º trimestres taxa de 3,750%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 6.ª Série	Mai.2007	Mai.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,875%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	8 500
Obr. CEMG / 07	Mai.2007	Mai.2013	Euribor 3 meses + 0,25%	500 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 7.ª Série	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa trimestral de 3,625% (6.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,625%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 3,875%, 11.º trimestre taxa fixa de 4% e 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 7.ª Série	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa trimestral de 3,75% (6.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 3,75%, 9.º e 10.º trimestres de 4%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,250% e 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	8 000
Obr. caixa MG Energ. Renováveis/07 3 anos	Jun.2007	Jun.2010	Taxa fixa anual de 2% nos dois primeiros anos. (À data de maturidade é pago uma taxa variável sobre a variação do Índice ERIXP com um <i>floor</i> de 2%)	4 100
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 8ª Série	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa trimestral de 3,75% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 3,75%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	5 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2008 Euros '000
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 8ª Série	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa trimestral de 3,875% (7.º e 8.º trimestre taxa fixa de 3,875%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,125%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	6 800
Obr. caixa MG Energ. Renováveis/07 3 anos Julho 2007/2010	Jul.2007	Jul.2010	Taxa fixa anual de 2% nos dois primeiros anos. (À data de maturidade é paga uma remuneração variável indexada ao índice ERIXP com um <i>floor</i> de 2%)	8 100
Obr. caixa – Aforro Montepio Ass./07 3 anos 9ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4,125% (7.º e 8.º trimestre taxa fixa de 4,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,375% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	10 700
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 9ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4% (7.º e 8.º trimestre taxa fixa de 4%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,125%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,25% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8%)	9 300
Obr. Caixa – Montepio Planeta Terra – Agosto 2007/2010	Ago.2007	Ago.2010	Taxa variável indexada a um cabaz de 10 acções com <i>floor</i> de 3,75%	6 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 10ª Série	Ago.2007	Ago.2010	Taxa fixa trimestral de 4,125% (7.º e 8.º trimestres taxa fixa de 4,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	15 000
Obr. caixa – Aforro Montepio /07 3 anos 11ª Série	Set.2007	Set.2010	Taxa fixa trimestral de 4,125% (7.º e 8.º trimestre taxa fixa de 4,125%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,25%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,75% e no 12.º trimestre taxa fixa de 8,5%)	15 000
Obr.caixa – Montepio Setembro 2010	Set.2007	Set.2010	Taxa fixa de 4,6126%	1 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 1ª série	Out.2007	Out.2010	Taxa fixa semestral de 4,919% (4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,50%, no 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25% e no 6.º semestre: Euribor a 6 meses + 0,25%)	22 000
Obr. Caixa – Euro Range – Out 2007/2009	Out.2007	Out.2009	Taxa fixa no 1.º ano de 5,5%	13 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 2ª série	Out.2007	Out.2010	Taxa fixa semestral de 4,663% (3.º semestre Euribor a 6 meses – 0,40%, 4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,30%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25% e 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,25%)	11 599
Montepio Standard Poor's BRIC 40	Out.2007	Out.2012	Taxa fixa semestral de 0,9% (2.º ao 9.º semestre taxa fixa de 0,9%). Na maturidade, remuneração variável indexada ao Índice <i>Standard & Poor's</i> BRIC40	2 156
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 3ª série	Nov.2007	Nov.2010	Taxa fixa semestral de 4,354% (4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,30%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25% e 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,25%)	10 000
Obr. Caixa- Montepio Cap Ref – 3 anos – Nov 2009	Nov. 2007	Nov.2009	Taxa fixa de 4,665%	5 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 4ª série	Dez.2007	Dez.2010	Taxa fixa semestral de 3,559% (4.º semestre taxa Euribor a 6 meses – 0,25%, no 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,2%)	7 000
Montepio Cabaz Energia	Dez.2007	Dez.2009	Taxa trimestral indexada a 80% da Euribor a três meses	5 950
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2007 – 3 anos – 5ª série	Dez.2007	Dez.2010	Taxa fixa semestral de 2,943% (4.º semestre Euribor a 6 meses – 0,25%, no 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,2%)	13 488
Obr. caixa – Montepio Cabaz Commodities Agrícolas	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa variável paga no reembolso que corresponde a 95% da performance de um Cabaz de 5 <i>Commodities</i> , com um mínimo de 1% e um máximo de 50%	5 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2008 Euros '000
Obr. caixa – Aforro Montepio 2008 – 3 anos – 1.ª série	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa trimestral de 4,125% (5.º ao 8.º trimestre taxa fixa de 4,25%, 9.º e 10.º trimestres taxa fixa de 4,375%, 11.º trimestre taxa fixa de 4,5% e no 12.º trimestre taxa fixa de 5%)	10 000
Obr.caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 anos – 1.ª série	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa semestral de 4% (3.º semestre Euribor 6 meses – 0,5%, no 4.º semestre Euribor 6 meses – 0,4%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,3% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	17 100
Obr. Caixa – Montepio Select 5 anos	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa de 2,5% nos 4 primeiros anos e no reembolso remuneração variável entre 2,5% e 60% da performance média anual de um cabaz composto pelo Índice <i>Dow Jones Eurostoxx Select Dividend 30</i> e o Índice <i>IBOXX Euro Eurozone Performance Sovereigns 5 a 7 Anos</i>	1 000
Obr. Caixa – Montepio Taxa Fixa 5Y – Janeiro 2008	Jan. 2008	Jan. 2011	Taxa fixa de 2,5%	2 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 2.ª série	Mar. 2008	Mar. 2011	Taxa fixa semestral de 3,9% (3.º semestre Euribor 6 meses – 0,4%, no 4.º semestre Euribor 6 meses – 0,3%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	13 500
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 3.ª série	Abr. 2008	Abr. 2011	Taxa fixa semestral de 4% (3.º semestre Euribor 6 meses – 0,4%, no 4.º semestre Euribor 6 meses – 0,3%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses)	15 000
Obr. Caixa – Montepio Euro Aforro 2008 – 3 Anos – 4.ª série	Mai. 2008	Mai. 2011	Taxa fixa semestral de 4% (3.º semestre Euribor 6 meses – 0,4%, no 4.º semestre Euribor 6 meses – 0,3%, 5.º semestre Euribor a 6 meses – 0,2% e no 6.º semestre Euribor a 6 meses + 0,1%)	12 100
Obr. Caixa- Montepio Inflação 2008 – 2016 – 1.ª Série	Jun. 2008	Jun. 2016	Taxa variável anual de 3,2% acrescida da taxa anual de Inflação Europeia	5 000
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Set. 2008/2013	Set. 2008	Set. 2013	Taxa fixa anual de 5,5% (2.º semestre taxa fixa de 6% e 3.º ao 5.º semestre Euribor 3m + 1%)	31 500
Obr. Caixa – Capitais de Reforma Prazo Certo – Out. 2008/2013	Out. 2008	Out. 2013	Taxa fixa anual de 5,5% (2.º ao 5.º semestre Euribor 3m + 1%)	37 000
				5 067 764
Correcções de valor por operações de cobertura				17 048
Periodificações, custos e proveitos diferidos				(23 325)
				<u>5 061 487</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui o montante de Euros 1 448 619 000 (2007: Euros 1 423 000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 3,102% e 5,044%.

Os reembolsos ocorridos no decurso do ano de 2008 são analisados como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante de reembolso Euros '000
Obrigações de Caixa:				
MG Business Invest 2006	Mar.2006	Mar.2008	Taxa fixa anual de 3%	17 000
MG Business Invest 3,85%	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa anual de 3,85%	26 500
MG Aforro Especial	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa anual de 3,5%	30 000
MG Energias Renováveis – Dez 06/08	Dez.2006	Dez.2008	Taxa variável	5 000
Montepio Cabaz BRIC	Dez.2006	Dez.2008	Taxa variável	9 000
				87 500
Empréstimos obrigacionistas:				
Obrigações CEMG – 2003	Nov.2003	Nov.2008	Euribor 3m + 0,3%	420 927
Obrigações CEMG – 2004	Set.2004	Set.2008	Euribor 3m + 0,31%	100 000
Obrigações CEMG – 2005	Mar.2005	Mar.2008	Euribor 3m + 0,25%	5 000
Obrigações CEMG – 2007	Jul.2007	Jul.2008	Euribor 6m + 0,12%	90 000
				615 927
				703 427

As responsabilidades representadas por títulos com vencimento no decurso do ano de 2009 ascendem a Euros 727 876 000.

34. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos	1 084	899
Provisões para riscos diversos	584	838
	1 668	1 737

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Saldo em 1 de Janeiro	899	971
Dotação do exercício	248	235
Reversão do exercício	(63)	(307)
Saldo em 31 de Dezembro	1 084	899

Os movimentos da provisão para riscos diversos são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Provisões para riscos diversos:		
Saldo em 1 de Janeiro	838	4 008
Dotação do exercício	–	313
Reversão do exercício	–	(10)
Transferências	–	(3 473)
Utilização de provisões	(254)	–
Saldo em 31 de Dezembro	584	838

35. Outros passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Obrigações de prazo determinado	386 872	200 740
Obrigações perpétuas	–	101 108
	386 872	301 848

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de Dezembro de 2008 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
Obrigações de prazo determinado:					
CEMG/06	Abr. 2006	Abr. 2016	50 000	Euribor 3 meses + 0,45%	50 478
CEMG/08	Fev. 2008	Fev. 2018	150 000	Euribor 6 meses + 0,13%	151 008
CEMG/08	Jun. 2008	Jun. 2018	28 000	Euribor 12 meses + 0,10%	31 233
CEMG/08	Jul. 2008	Jul. 2018	150 000	Euribor 6 meses + 0,13%	154 153
					386 872

O justo valor da carteira de passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 42.

Os passivos subordinados CEMG /2001 e CEMG/2003 foram reembolsados antecipadamente em Julho e Fevereiro de 2008, respectivamente, pelo montante de Euros 250 000 000.

Em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 2,96% e 6,42%.

A rubrica Outros passivos subordinados tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Mais de 5 anos	386 872	301 848

36. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	8 067	9 090
Outros credores	35 523	38 383
Sector público administrativo	10 393	9 291
Passivos financeiros associados a activos transferidos	485 187	670 633
Férias e subsídio de férias a pagar	19 826	26 748
Outros custos a pagar	450	630
Receitas com rendimento diferido	647	608
Operações sobre títulos a liquidar	6 154	–
Contas diversas	45 066	63 249
	611 313	818 632

A rubrica Passivos financeiros associados a activos transferidos refere-se a operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras, que não foram objecto de desreconhecimento de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O detalhe das operações de titularização encontra-se analisado na Nota 45.

Em 31 de Dezembro de 2008, as rubricas relativas às responsabilidades da CEMG com benefícios a colaboradores, incluídas na rubrica Contas diversas, são analisadas como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Responsabilidade por benefícios projectados	514 212	548 265
Valor do Fundo	(436 148)	(442 901)
	78 064	105 364
Perdas actuariais		
Corredor	51 421	91 873
Acima do corredor	29 268	17 664
	80 689	109 537
	(2 625)	(4 173)

O valor do corredor e das perdas actuariais foram determinadas em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.14.

37. Capital

Em 20 de Junho de 2008, na sequência da deliberação da Assembleia Geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 25 000 000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 660 000 000, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

38. Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

39. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Reservas de justo valor	(48 064)	(7 973)
Reservas e resultados transitados:		
Reserva geral	156 067	143 229
Reserva especial	60 788	57 579
Outras reservas	1 995	5 506
Resultados transitados	(41 121)	(60 720)
	177 859	145 611

A variação da rubrica Reserva geral e especial é analisada na nota 38.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.6.

A movimentação durante o ano de 2008 é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(64)	(23)	–	49	–	(38)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(173)	(1 799)	–	(26)	(189)	(2 187)
Estrangeiros	(8 524)	(20 170)	(370)	(891)	(15 626)	(45 581)
	(8 761)	(21 992)	(370)	(868)	(15 815)	(47 806)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	–	37	(23)	–	(37)	(23)
Estrangeiras	(30)	762	–	30	(762)	–
Unidades de participação	818	2 902	(50)	(694)	(3 211)	(235)
	788	3 701	(73)	(664)	(4 010)	(258)
	(7 973)	(18 291)	(443)	(1 532)	(19 825)	(48 064)

A movimentação durante o ano de 2007 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	(10)	(63)	10	(1)	(64)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	4	(112)	(64)	(1)	–	(173)
Estrangeiros	184	(3 640)	(1 233)	(122)	(3 713)	(8 524)
	188	(3 762)	(1 360)	(113)	(3 714)	(8 761)
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Estrangeiras	8 313	(154)	(25)	(8 313)	149	(30)
Unidades de participação	(915)	650	619	464	–	818
	7 398	496	594	(7 849)	149	788
	7 586	(3 266)	(766)	(7 962)	(3 565)	(7 973)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	991 613	915 720
Imparidade acumulada reconhecida	(24 987)	(4 813)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	966 626	910 907
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	918 562	902 934
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(48 064)	(7 973)

40. Contas extrapatrimoniais

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Garantias e avales prestados	431 209	367 978
Garantias e avales recebidos	30 265 782	30 172 390
Compromissos perante terceiros	1 377 791	1 529 749
Compromissos assumidos por terceiros	20 791	24 800
Activos cedidos em operações de titularização	389 662	592 629
Valores recebidos em depósito	5 510 251	5 993 330

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	428 782	364 753
Créditos documentários abertos	2 427	3 225
	431 209	367 978

As garantias e os avals prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

	2008	2007
	Euros '000	Euros '000
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	2 756	3 820
Linhas de crédito irrevogáveis	281 103	226 786
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	19 634	19 425
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	3 173	2.790
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	1 071 125	1 276 928
	1 377 791	1 529 749

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

41. Distribuição de resultados

Em 31 de Março de 2008, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 25 758 000 (2007: Euros 20 377 000).

42. Justo valor

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado quer as actuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros.

Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

Activos financeiros detidos para negociação (excepto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (excepto derivados) e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito, determinado de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Derivados de cobertura e de negociação

Os derivados de cobertura encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados «ao balcão», aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário inter-

bancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa média de desconto foi de 3,29% em Dezembro de 2008 e de 4,65% em Dezembro de 2007. Os cálculos efectuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa média de desconto foi de 2,74% em Dezembro de 2008 e de 4,42% em Dezembro de 2007.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco taxa de juro já registado. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

No quadro seguinte apresenta-se, com referencia a 31 de Dezembro de 2008, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas para no apuramento das curvas taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte-Americanos, Libras Esterlinas, Coroas Checas e Dólar de Hong-Kong utilizadas para a determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas				
	Euros	Dólar Norte-Americano	Libra Esterlina	Coroa Checa	Dólar de Hong-Kong
1 dia	2.250%	0,1300%	1,5000%	2,5000%	0,1050%
7 dias	2,250%	0,3000%	1,5000%	2,5000%	0,1050%
1 mês	2,500%	0,5500%	2,2450%	3,5000%	0,2800%
2 meses	2,675%	1,3950%	2,6700%	3,5000%	0,9650%
3 meses	2,815%	1,4100%	2,7750%	3,5000%	1,3050%
6 meses	2,855%	1,7400%	2,7300%	3,9500%	1,7500%
9 meses	2,915%	1,8900%	2,8300%	4,0500%	2,0400%
1 ano	3,005%	2,0300%	2,8350%	4,1000%	2,3400%
2 anos	2,684%	1,4250%	2,6085%	2,6800%	1,4900%
3 anos	3,027%	1,7140%	2,8475%	2,7200%	1,7910%
5 anos	3,234%	2,0740%	3,1475%	2,8800%	2,0240%
7 anos	3,463%	2,3010%	3,3125%	2,9700%	1,9920%
10 anos	3,738%	2,4840%	3,4475%	3,2500%	1,9380%
15 anos	3,900%	2,7125%	3,4475%	3,4600%	1,9380%
20 anos	3,849%	2,7490%	3,4475%	3,4800%	1,9380%
30 anos	3,543%	2,6780%	3,4475%	3,4800%	1,9380%

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros da CEMG contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

	2008								
	Designado ao negociação	Designado ao justo valor	Detido até a maturidade	Empréstimos e aplicações	Disponíveis para venda	Outros ao custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	254 742	-	-	-	254 742	254 742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	114 502	-	-	-	114 502	114 502
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	166 781	-	-	-	166 781	166 781
Crédito a clientes	-	-	-	15 009 892	-	-	-	15 009 892	15 402 072
Activos financeiros detidos para negociação	59 118	-	-	-	-	-	-	59 118	59 118
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4 031	-	-	-	-	-	4 031	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	918 562	-	-	918 562	918 562
Derivados de cobertura	7 727	-	-	-	-	-	-	7 727	7 727
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	39 912	-	-	-	-	39 912	39 912
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	16 813	16 813	16 813
	66 845	4 031	39 912	15 545 917	918 562	-	16 813	16 592 080	16 984 260
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	852 803	-	852 803	852 803
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	744 456	-	744 456	744 456
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	8 330 340	-	8 330 340	8 407 895
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	5 061 487	-	5 061 487	5 061 487
Passivos financeiros detidos para negociação	37 692	-	-	-	-	-	-	37 692	37 692
Derivados de cobertura	1 234	-	-	-	-	-	-	1 234	1 234
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	386 872	-	386 872	386 872
	38 926	-	-	-	-	15 375 958	-	15 414 884	15 492 439

2007

	Negociação	Designado ao justo valor	Detido até a maturidade	Empréstimos e aplicações	Disponíveis para venda	Outros ao custo amortizado	Outros	Valor contabilístico	Justo valor
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	269 201	-	-	-	269 201	269 201
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	90 830	-	-	-	90 830	90 830
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	663 021	-	-	-	663 021	663 021
Crédito a clientes	-	-	-	14 605 447	-	-	-	14 605 447	14 706 694
Activos financeiros detidos para negociação	43 248	-	-	-	-	-	-	43 248	43 248
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	3 897	-	-	-	-	-	3 897	3 897
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	902 934	-	-	902 934	902 934
Derivados de cobertura	9 536	-	-	-	-	-	-	9 536	9 536
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	39 371	-	-	-	-	39 371	39 371
Investimentos em associadas e outras	-	-	-	-	-	-	20 188	20 188	20 188
	52 784	3 897	39 371	15 628 499	902 934	-	20 188	16 647 673	16 748 920
Passivos financeiros:									
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	657 934	-	657 934	657 934
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	8 373 164	-	8 373 164	8 373 164
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	5 846 404	-	5 846 404	5 846 404
Passivos financeiros detidos para negociação	59 457	-	-	-	-	-	-	59 457	59 457
Derivados de cobertura	3 820	-	-	-	-	-	-	3 820	3 820
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	301 848	-	301 848	301 848
	63 277	-	-	-	-	15 179 350	-	15 242 627	15 242 627

43. Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o «Fundo de Pensões» o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2008	2007
Número de participantes		
Reformados e pensionistas	663	552
Pessoal no activo	2 799	2 908
	3 462	3 460

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1.14, as responsabilidades da CEMG por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Activos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço								
Responsabilidades								
Reformados e pensionistas	202 934	558	13 191	216 683	155 731	461	10 123	166 315
Pessoal no activo	278 234	6 147	13 148	297 529	354 040	7 875	20 035	381 950
	481 168	6 705	26 339	514 212	509 771	8 336	30 158	548 265
Valor do Fundo	(408 121)	(5 687)	(22 340)	(436 148)	(411 805)	(6 734)	(24 362)	(442 901)
Excesso / (défice) de cobertura	73 047	1 018	3 999	78 064	97 966	1 602	5 796	105 364
Desvios actuariais diferidos	87 512	(7 176)	353	80 689	111 886	(5 376)	3 027	109 537
Activos / (Responsabilidades) líquidas em balanço								
	(14 465)	8 194	3 646	(2 625)	(13 920)	6 978	2 769	(4 173)

Em 31 de Dezembro de 2008, não existem imóveis utilizados pela CEMG ou títulos emitidos por esta, registados nas Demonstrações Financeiras do Fundo.

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados durante o exercício de 2008 e 2007 é analisado conforme segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	509 771	8 336	30 158	548 265	475 205	–	31 190	506 395
Custo do serviço corrente	19 773	1 132	572	21 477	18 864	–	1 253	20 117
Custo dos juros	26 763	438	1 583	28 784	22 572	–	1 482	24 054
Ganhos e (perdas) actuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	2 419	(2 003)	(1 638)	(1 222)	11 491	1 358	(3 266)	9 583
– Resultantes de alterações de pressupostos	(73 290)	(1 198)	(4 336)	(78 824)	(7 633)	–	(501)	(8 134)
Pagamentos	(14 069)	–	–	(14 069)	(10 728)	–	–	(10 728)
Reformas antecipadas	9 801	–	–	9 801	–	–	–	–
Outros	–	–	–	–	–	6 978	–	6 978
Valores a 31 de Dezembro	481 168	6 705	26 339	514 212	509 771	8 336	30 158	548 265

A evolução dos valores relativos a responsabilidades não financiadas por benefícios projectados durante os exercícios de 2008 e 2007, é analisada conforme segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	97 966	1 602	5 796	105 364	123 864	–	8 130	131 994
Custo do serviço corrente	19 773	1 132	572	21 477	18 865	–	1 252	20 117
Custo dos juros	26 763	438	1 583	28 784	22 572	–	1 482	24 054
Rendimento esperado dos activos	(21 619)	(354)	(1 279)	(23 252)	(16 689)	–	(1 095)	(17 784)
Reformas antecipadas	9 801	–	–	9 801	–	–	–	–
Ganhos e (perdas) actuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	50 188	(602)	1 662	51 248	13 862	(5 376)	(3 472)	5 014
– Resultantes de alterações de pressupostos	(73 290)	(1 198)	(4 336)	(78 824)	(7 633)	–	(501)	(8 134)
Contribuições para o Fundo	(36 648)	–	–	(36 648)	(57 035)	–	–	(57 035)
Encargos suportados pelo Fundo	114	–	–	114	160	–	–	160
Outros	–	–	–	–	–	6 978	–	6 978
Valores a 31 de Dezembro	73 048	1 018	3 998	78 064	97 966	1 602	5 796	105 364

Os activos do Fundo de pensões podem ser analisadas como segue:

	2008	2007
	Euros '000	Euros '000
Acções	31 467	35 456
Outros títulos de rendimento variável	68 372	77 610
Obrigações	275 337	269 937
Outros	60 972	59 898
	436 148	442 901

Os títulos emitidos por empresas da CEMG existentes na carteira do Fundo são analisados como segue:

	2008	2007
	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento variável	22 521	6 732

A evolução do valor dos activos do Fundo durante os exercícios de 2008 e 2007, é analisada conforme segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Subsídio por morte	Benefícios de saúde	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Valores em 1 de Janeiro	411 805	6 734	24 362	442 901	351 341	–	23 060	374 401
Rendimento esperado dos activos	21 619	354	1 279	23 252	16 689	–	1 095	17 784
Ganhos e (perdas) actuariais	(47 769)	(1 401)	(3 300)	(52 470)	(2 372)	6 734	207	4 569
Contribuições para o Fundo da CEMG	35 176	–	–	35 176	55 621	–	–	55 621
Contribuições para o Fundo dos empregados	1 472	–	–	1 472	1 414	–	–	1 414
Pagamentos	(14 069)	–	–	(14 069)	(10 728)	–	–	(10 728)
Outros	(114)	–	–	(114)	(160)	–	–	(160)
Valores a 31 de Dezembro	408 120	5 687	22 341	436 148	411 805	6 734	24 362	442 901

As contribuições para o Fundo incluem a contribuição adicional no montante de Euros 12 500 000, efectuada pela CEMG em Janeiro de 2009 com data-valor de 2008. As contribuições efectuadas ao Fundo pela CEMG durante o exercício de 2008 foram efectuadas na sua totalidade em dinheiro.

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de Dezembro de 2008, as perdas actuariais diferidas, incluindo o valor do corredor, são analisadas como segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Desvios actuariais diferidos no início do exercício	111 886	(5 376)	3 027	109 537	106 665	–	7 001	113 666
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:								
– Actuariais	(70 871)	(3 201)	(5 974)	(80 046)	3 858	1 358	(3 767)	1 449
– Financeiros	47 769	1 401	3 300	52 470	2 372	(6 734)	(207)	(4 569)
Amortização das perdas actuariais acima do corredor	(1 272)	–	–	(1 272)	(1 009)	–	–	(1 009)
Valores a 31 de Dezembro	87 512	(7 176)	353	80 689	111 886	(5 376)	3 027	109 357
Dos quais:								
Dentro do corredor	76 666	2 634	670	51 421	85 423	5 053	1 397	91 873
Fora do corredor	39 395	(9 810)	(317)	29 268	26 463	(10 429)	1 630	17 664

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2008, o valor do corredor calculado de acordo com o parágrafo 92 da IAS 19 ascendia a Euros 51 421 000 (2007: Euros 91 873 000).

Com referência a 31 de Dezembro de 2008, os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de Euros 29 268 000 (2007: Euros 17 664 000) serão reconhecidos em resultados do exercício durante um período de 24 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.14.

Em 2008, a CEMG reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 38 082 000 (2007: Euros 29 072 000).

A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Custo dos serviços correntes	19 773	1 132	572	21 477	18 864	–	1 253	20 117
Custo dos juros	26 763	438	1 583	28 784	22 572	–	1 482	24 054
Rendimento esperado dos activos	(21 619)	(354)	(1 279)	(23 252)	(16 689)	–	(1 095)	(17 784)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	1 272	–	–	1 272	1 009	–	–	1 009
Reformas antecipadas	9 801	–	–	9 801	–	–	–	–
Outros	–	–	–	–	1 676	–	–	1 676
Custo do exercício	35 990	1 216	876	38 082	27 432	–	1 640	29 072

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e a taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, a CEMG alterou os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2008. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	Pressupostos	
	2008	2007
Taxa de crescimento salarial	3,00%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,25%
Taxa de rendimento do fundo	5,75%	5,25%
Taxa de desconto	5,75%	5,25%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	SOA Trans Male

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos/(perdas) actuariais líquidos do exercício de 2008 de Euros 27 576 000 (2007: Euros 3 120 000) são relativos à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados e são analisados conforme segue:

	(Ganhos) /Perdas actuariais	
	2008 Euros '000	2007 Euros '000
Taxa de desconto	80 056	–
Taxa de crescimento dos salários	3 243	3 696
Taxa de crescimento das pensões	(3 253)	3 993
Rendimento dos fundos	(52 470)	(4 569)
	(27 576)	3 120

O valor estimado das contribuições a efectuar em 2009 no âmbito do Plano de Pensões é de Euros 32 873 000 (2007: Euros 55 273 000).

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	2008				2007			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
No início do exercício	(6 942)	–	2 769	(4 173)	17 199	–	1 129	18 328
Custo do exercício	35 990	1 216	876	38 082	25 756	–	1 640	27 396
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas	(36 648)	–	–	(36 648)	(57 035)	–	–	(57 035)
Outros	114	–	–	114	7 138	–	–	7 138
Valores a 31 de Dezembro	(7 486)	1 216	3 645	(2 625)	(6 942)	–	2 769	(4 173)

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é como segue:

	2008			2007			2006			2005			2004		
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000
Responsabilidades	481 168	6 705	26 339	509 771	8 336	30 158	475 205	-	31 190	439 080	-	29 057	280 153	-	-
Saldo do fundo	(408 121)	(5 687)	(22 340)	(411 805)	(6 734)	(24 362)	(351 341)	-	(23 060)	(307 380)	-	(20 341)	(259 798)	-	-
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	73 047	1 018	3 999	97 966	1 602	5 796	123 864	-	8 130	131 700	-	8 716	20 355	-	-
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	2 419	(2 003)	(1 638)	11 490	1 359	(3 266)	3 781	-	248	11 785	-	780	3 793	-	-
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	47 769	1 401	3 300	2 372	(6 734)	(207)	(3 929)	-	(258)	(1 441)	-	(95)	(120)	-	-

44. Transacções com partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro de 2008, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	13 256	5 490	18 746
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	11 995	11 250	23 245
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	162	-	162
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	105	-	105
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	17 200	-	17 200
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	13 849	-	13 849
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	6 195	-	6 195
	62 762	16 740	79 502

À data de 31 de Dezembro de 2007, os débitos detidos pela CEMG sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	22 278	1 490	23 768
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	71 111	1 250	72 361
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	214	-	214
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	271	-	271
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	2 459	-	2 459
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	3 211	-	3 211
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	1 292	-	1 292
Bolsimo – Gest. Imobiliária, Lda.	57	-	57
	100 893	2 740	103 633

À data de 31 de Dezembro de 2008, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	471	3 151	3 622
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	952	7 479	8 431
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	2	–	2
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	5	11 104	11 109
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	9	4 165	4 174
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	19	3 428	3 447
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	8	359	367
	1 466	29 686	31 152

À data de 31 de Dezembro de 2007, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos equiparados e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e rendimentos equiparados Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A	6	3 887	3 893
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A	–	6 191	6 191
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	136	–	136
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	–	22 115	22 115
MG Gestão de Activos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	–	4 021	4 021
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	–	3 403	3 403
Norfin – Sociedade Gestora de FIM, S.A.	–	361	361
	142	39 978	40 120

Conforme referido nas Notas 13 e 20, em Dezembro de 2008, a CEMG vendeu uma carteira de crédito à Bolsimo – Gestão de Activos, S.A., sociedade detida em 91% pelo Montepio Geral – Associação Mutualista e da qual resultou o desreconhecimento de balanço de créditos no montante de Euros 138 607 000, a realocação para outros riscos de crédito de provisões no montante de Euros 39 700 000 e uma reposição de provisões no montante de Euros 18 936 000.

45. Securitização de activos

Em 31 de Dezembro de 2008, existem quatro operações de titularização celebradas entre a CEMG e outras instituições financeiras que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de Março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 3*. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 20 de Maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No. 4*. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

O *servicer* das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos no âmbito da operação e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do devido depósito, para o *Pelican Mortgages No. 1 PLC* e para o *Pelican Mortgages No. 2 PLC*.

Até 31 de Dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os activos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004. Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

À data de 31 de Dezembro de 2008, as operações de titularização efectuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante
<i>Pelican Mortgages No. 1</i>	Dezembro de 2002	Euros	Crédito imobiliário	650 000 000
<i>Pelican Mortgages No. 2</i>	Setembro de 2003	Euros	Crédito imobiliário	700 000 000
<i>Pelican Mortgages No. 3</i>	Março de 2007	Euros	Crédito imobiliário	750 000 000
<i>Pelican Mortgages No. 4</i>	Maio de 2008	Euros	Crédito imobiliário	1 000 000 000
				3 100 000 000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	2008 Euros '000	2007 Euros '000
<i>Pelican Mortgages No.1</i>	142 875	193 436
<i>Pelican Mortgages No. 2</i>	246 788	399 193
	389 663	592 629

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2008, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal actual Euros	Data de reembolso	Rating das obrigações (Moody's)		
					Fitch	Moody's	S&P
<i>Pelican Mortgages No. 1 PLC</i>	Classe A	211 058 614	100 027 948	2037	AAA	Aaa	n.d.
	Classe B	16 250 000	16 250 000	2037	AAA	A2	n.d.
	Classe C	22 750 000	22 750 000	2037	BBB+	Baa2	n.d.
	Classe D	3 250 000	3 250 000	2037	n.d.	n.d.	n.d.
<i>Pelican Mortgages No. 2 PLC</i>	Classe A	422 069 596	209 198 743	2036	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	17 500 000	17 500 000	2036	AAA	A1	AA-
	Classe C	22 750 000	22 750 000	2036	A-	Baa2	BBB
	Classe D	5 600 000	5 600 000	2036	n.d.	n.d.	n.d.
<i>Pelican Mortgages No. 3</i>	Classe A	701 315 365	468 277 796	2054	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	14 250 000	12 090 270	2054	AA-	Aa2	AA-
	Classe C	12 000 000	10 181 280	2054	A-	A3	A
	Classe D	6 375 000	5 408 805	2054	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	7 361 334	–	2054	BBB-	n.d.	BBB-
	Classe F	4 125 000	4 125 000	2054	n.d.	n.d.	n.d.
<i>Pelican Mortgages No. 4</i>	Classe A	832 000 000	796 935 887	2056	AAA	Aaa	n.d.
	Classe B	55 500 000	55 500 000	2056	AA-	Aa	n.d.
	Classe C	60 000 000	60 000 000	2056	A-	A-	n.d.
	Classe D	25 000 000	25 000 000	2056	BBB	Bbb	n.d.
	Classe E	27 500 000	27 500 000	2056	BB	Bb	n.d.
	Classe F	28 600 000	28 600 000	2056	n.d.	n.d.	n.d.

46. Indicadores do Balanço e Demonstração dos resultados consolidados por segmentos de negócio e geográficos

Dada a natureza da actividade e dos seus clientes, a CEMG concentra-se num único segmento de negócio. A CEMG desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e em Cabo Verde.

Segmentos geográficos

No âmbito da estratégia de desenvolvimento, a CEMG actua com especial enfoque nos mercados Português e Cabo Verdiano. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal e Cabo Verde, sendo que o segmento Portugal representa a actividade desenvolvida pela Caixa Económica Montepio Geral. O segmento Cabo Verde inclui as operações desenvolvidas pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Em 31 de Dezembro de 2008, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Portugal Euros '000	Cabo Verde Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Juros e rendimentos similares	971 277	14 921	(14 921)	971 277
Juros e encargos similares	637 508	14 194	(14 921)	636 781
Margem financeira	333 769	727	–	334 496
Comissões e outros proveitos	85 557	–	(131)	85 426
Comissões e outros custos	(13 560)	–	–	(13 560)
Comissões e outros proveitos líquidos	71 997	–	(131)	71 866
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados activos financeiros disponíveis para venda e resultados de reavaliação cambial	(16 560)	(34)	–	(16 594)
Resultado de alienação de outros activos	498	–	–	498
Outros resultados de exploração	15 069	(25)	–	15 044
Custos com o pessoal e gastos gerais administrativos	236 911	45	–	236 956
Depreciações e amortizações	18 366	4	–	18 370
Total de custos operacionais	255 277	49	–	255 326
Imparidade e provisões	118 733	–	–	118 733
Resultado antes de equivalência patrimonial	30 738	644	(131)	31 251
Resultados por equivalência patrimonial	2 623	–	–	2 623
Resultado consolidado do exercício	33 361	644	(131)	33 874

Indicadores de balanço	Portugal Euros '000	Cabo Verde Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Caixa e aplicações em instituições de crédito	535 942	328 859	(328 776)	536 025
Crédito a clientes	15 009 892	–	–	15 009 892
Activos financeiros disponíveis para venda	918 562	–	–	918 562
Outros activos	393 956	104	(7 005)	387 055
Total do Activo	16 858 352	328 963	(335 781)	16 851 534
Recursos de bancos centrais	852 803	–	–	852 803
Recursos de outras instituições de crédito	744 350	111	(5)	744 456
Recursos de clientes	8 338 014	321 097	(328 771)	8 330 340
Responsabilidades representadas por títulos	5 061 487	–	–	5 061 487
Outros passivos	1 038 777	6	(4)	1 038 779
Total do Passivo	16 035 431	321 214	(328 780)	16 027 865
Total da Situação Líquida	822 921	7 749	(7 001)	823 669
Total do Passivo e Situação Líquida	16 858 352	328 963	(335 781)	16 851 534

Em 31 de Dezembro de 2007, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rentabilidade	Portugal Euros '000	Cabo Verde Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Juros e proveitos similares	850 701	11 489	(11 488)	850 702
Juros e custos similares	522 563	11 010	(11 488)	522 085
Margem financeira	328 138	479	–	328 617
Comissões e outros proveitos	96 210	–	(216)	95 994
Comissões e outros custos	19 033	–	–	19 033
Comissões e outros proveitos líquidos	77 177	–	(216)	76 961
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados activos financeiros disponíveis para venda e resultados de reavaliação cambial	(7 567)	(164)	–	(7 731)
Resultado de alienação de outros activos	2 318	–	–	2 318
Custos com o pessoal e gastos gerais administrativos	228 474	42	–	228 516
Depreciações e amortizações	15 676	2	–	15 678
Total de custos operacionais	244 150	44	–	244 194
Imparidade e provisões	95 183	–	–	95 183
Resultado antes de equivalência patrimonial	60 733	271	(216)	60 788
Resultados por equivalência patrimonial	2 307	–	–	2 307
Resultado consolidado do exercício	63 040	271	(216)	63 095

Indicadores de balanço	Portugal Euros '000	Cabo Verde Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Caixa e aplicações em instituições de crédito	1 022 997	294 403	(294 348)	1 023 052
Crédito a clientes	14 605 447	–	–	14 605 447
Activos financeiros disponíveis para venda	909 935	–	(7 001)	902 934
Outros activos	366 678	618	–	367 296
Total do Activo	16 905 057	295 021	(301 349)	16 898 729
Recursos de outras instituições de crédito	952 282	–	(294 348)	657 934
Recursos de clientes	8 086 025	287 139	–	8 373 164
Responsabilidades representadas por títulos	5 846 404	–	–	5 846 404
Outros passivos	1 184 874	620	–	1 185 494
Total do Passivo	16 069 585	287 759	(294 348)	16 062 996
Total da Situação Líquida	835 472	7 262	(7 001)	835 733
Total do Passivo e Situação Líquida	16 905 057	295 021	(301 349)	16 898 729

47. Gestão de riscos

O Grupo Montepio («CEMG») está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade da CEMG.

A análise e gestão dos riscos é efectuada de um modo integrado e numa óptica de Grupo, através da Direcção de Análise e Gestão de Riscos («DAGR»), que inclui quatro departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado;
- Departamento de Risco Operacional;
- Departamento de Análise de Crédito a Empresas.

O Departamento de Análise de Crédito a Empresas iniciou a sua actividade em Dezembro de 2007, integrando a função de análise de crédito a empresas, com o objectivo de segregar de forma mais objectiva a análise de risco nas principais operações ou exposições da função comercial, em linha com as melhores práticas e as recomendações do Comité de Basileia, procedendo-se igualmente à simplificação de processos e ao reforço do papel do risco no *pricing* das operações. Durante o ano de 2008, foram introduzidas alterações de estrutura no seu funcionamento, tendo sido criados dois núcleos em Lisboa e no Porto, a par dos já existentes nos Açores e Madeira.

Foi também efectuada uma afectação sectorial e por dimensão das empresas pelos analistas e estabelecidas métricas comportamentais. Foram igualmente introduzidas alterações metodológicas, nomeadamente com a implementação de modelos de limites de crédito a empresas não financeiras e financeiras e criação de novos modelos de relatórios de crédito, mais funcionais na perspectiva da tomada de decisão, que são disponibilizados automaticamente através do sistema informático de suporte ao funcionamento dos modelos de *rating* interno de empresas. Este sistema passou também a suportar a informação de limites de exposição a empresas. Adicionalmente, procedeu-se à integração informática dos novos modelos de *rating* interno para o segmento de crédito a empresas.

No plano regulamentar, a DAGR concluiu os trabalhos de implementação dos reportes regulamentares no âmbito de Basileia II. A DAGR assegura também os reportes de risco de taxa de juro, respondendo aos requisitos da instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, assim como o reporte de *gaps* de liquidez, no âmbito do novo reporte de risco de liquidez exigido pelo Banco de Portugal desde Outubro de 2007.

Foi igualmente assegurada a participação no exercício de *stress-testing* promovido pelo Banco de Portugal, de resposta aos requisitos da Instrução n.º 18/2007. Foram igualmente concluídos os trabalhos no âmbito do processo de candidatura, ao Banco de Portugal, para a adopção do método standard de cálculo de requisitos de capital para risco operacional.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direcção de Análise e Gestão de Riscos («DAGR»), que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa óptica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Activos e Passivos («ALCO»).

A Direcção de Auditoria e Inspecção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DAGR, de forma a efectuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direcção de Auditoria e Inspecção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito – Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. De facto, a concessão de crédito a particulares obriga à submissão das propostas de crédito aos modelos de *scoring* reactivo existentes para as principais carteiras (crédito à habitação, crédito individual e cartões de crédito).

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. De modo a apoiar as estratégias comerciais, são também utilizados modelos de *scoring* comportamentais.

Foram introduzidos nos sistemas de informação novos modelos de *scoring* reactivo para crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se igualmente em fase de operacionalização informática novos modelos de *rating* interno para empresas e de *scoring* para pequenos negócios.

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2008, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	2008										
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	25 127	(821)	-	-	-	-	-	-	-	-	512
Indústrias extractivas	5 699	(63)	-	-	-	-	-	-	-	-	842
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	54 486	(2 412)	-	-	-	-	-	-	-	-	961
Têxteis e vestuário	30 279	(7 504)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 333
Curtumes e calçado	5 658	(657)	-	-	-	-	-	-	-	-	66
Madeira e cortiça	28 304	(1 336)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 205
Papel e indústrias gráficas	17 430	(1 834)	-	-	-	-	-	-	-	-	294
Refinação de petróleo	24	(2)	-	-	-	-	3 257	-	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	23 627	(628)	-	-	-	-	999	-	-	-	1 509
Produtos minerais não metálicos	18 055	(1 501)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 625
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	54 438	(2 540)	-	-	-	-	-	-	-	-	3 277
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	13 855	(2 692)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 497
Fabricação de Material de Transporte	10 386	(202)	-	-	-	-	-	-	-	-	232
Outras indústrias transformadoras	23 169	(2 322)	-	-	-	-	57 700	-	-	-	712
Electricidade, gás e água	38 318	(613)	1 187	-	2 998	-	31 404	(1 014)	-	-	516
Construção e obras públicas	2 886 325	(141 005)	-	-	-	-	10 981	(998)	-	-	205 943
Comércio por grosso e a retalho	553 210	(45 906)	-	-	-	-	8 896	-	-	-	37 728
Turismo	186 208	(14 489)	-	-	-	-	10 163	(54)	-	-	17 171
Transportes	82 708	(1 911)	2	-	-	-	15 898	-	-	-	3 993
Actividades de informação e comunicação	20 489	(1 947)	4	-	-	-	-	-	-	-	220
Actividades financeiras	96 081	(1 921)	57 925	-	1 033	-	707 440	(22 685)	-	-	55 172
Actividades imobiliárias	823 421	(32 525)	-	-	-	-	8 537	-	-	-	69 082
Serviços prestados às empresas	306 022	(9 063)	-	-	-	-	-	-	-	-	6 930
Administração e serviços públicos	186 503	(3 764)	-	-	-	-	2 883	-	39 912	-	2 896
Outras actividades de serviços colectivos	51 889	(2 683)	-	-	-	-	565	-	-	-	3 737
Crédito à Habitação	9 320 901	(102 266)	-	-	-	-	59 970	(190)	-	-	10 299
Outros	531 201	(1 314)	-	-	-	-	24 856	(46)	-	-	3 457
TOTAL	15 393 813	(383 921)	59 118	-	4 031	-	943 549	(24 987)	39 912	-	431 209

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2007, encontra-se apresentada como segue:

Sector de actividade	2007										
	Crédito a clientes		Activos financeiros detidos para negociação		Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	23 494	(274)	-	-	-	-	-	-	-	-	801
Indústrias extractivas	5 263	(60)	-	-	-	-	-	-	-	-	956
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	45 658	(928)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 458
Têxteis e vestuário	21 700	(2 167)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 319
Curtumes e calçado	2 748	(144)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira e cortiça	21 345	(321)	-	-	-	-	-	-	-	-	655
Papel e indústrias gráficas	14 391	(295)	-	-	-	-	-	-	-	-	319
Refinação de petróleo	34	-	-	-	-	-	1 972	-	-	-	-
Produtos químicos e de borracha	16 577	(426)	-	-	-	-	1 056	-	-	-	765
Produtos minerais não metálicos	12 464	(277)	-	-	-	-	-	-	-	-	464
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	32 725	(551)	-	-	-	-	995	-	-	-	1 896
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	21 738	(374)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 708
Fabricação de Material de Transporte	4 980	(48)	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Outras indústrias transformadoras	17 197	(453)	-	-	-	-	8 049	-	-	-	380
Electricidade, gás e água	5 002	(146)	-	-	2 896	-	3 105	-	-	-	303
Construção e obras públicas	2 591 137	(64 908)	-	-	-	-	14 359	(998)	-	-	160 043
Comércio por grosso e a retalho	416 012	(12 224)	-	-	-	-	49	-	-	-	26 804
Turismo	159 069	(4 467)	-	-	-	-	3 910	(54)	-	-	17 891
Transportes e comunicações	49 635	(864)	-	-	-	-	13 088	-	-	-	4 286
Actividades financeiras	19 644	(561)	43 248	-	1 001	-	779 301	(3 761)	-	-	42 182
Actividades imobiliárias	946 312	(23 845)	-	-	-	-	32 744	-	-	-	68 227
Serviços prestados às empresas	310 922	(4 917)	-	-	-	-	-	-	-	-	62
Administração e serviços públicos	56 468	(45)	-	-	-	-	8 127	-	39 371	-	12 616
Outras actividades de serviços colectivos	97 804	(2 946)	-	-	-	-	700	-	-	-	4 005
Crédito à Habitação	9 649 663	(160 318)	-	-	-	-	48 082	-	-	-	11 146
Outros	361 512	(16 466)	-	-	-	-	210	-	-	-	9 689
TOTAL	14 903 494	(298 047)	43 248	-	3 897	-	907 747	(4 813)	39 371	-	367 978

No que respeita a risco de crédito, a carteira de activos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o ano de 2008, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emittentes *investment grade*, com o valor nominal das posições de compra e de venda de protecção a atingir no final do ano Euros 43 500 000 e Euros 26 500 000, respectivamente.

Riscos Globais e em Activos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Activos e Passivos («ALCO»), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e de liquidez, de dimensão moderada, exceptuando-se naturalmente os meses em que ocorrem pagamentos relacionados com o serviço da dívida das obrigações emitidas. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de activos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* («VaR»).

As carteiras próprias encontram-se concentradas em títulos de dívida de taxa variável, exibindo por isso níveis de VaR muito reduzidos (o cálculo do VaR é efectuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela *RiskMetrics*, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%). A exposição ao risco de crédito é limitada pelo facto das obrigações em carteira se situarem genericamente em níveis de *investment grade*.

Em 2008, as carteiras próprias mantiveram-se concentradas em títulos de dívida de taxa variável. Assim sendo, o *Value at Risk* («VaR») para risco de mercado manteve-se em níveis muito reduzidos, embora tenha registado um aumento (para 0,1%, com um horizonte de 10 dias e grau de confiança de 99%), face à maior volatilidade observada nos principais mercados financeiros. Concomitantemente, a duração média da carteira manteve-se reduzida.

Atendendo à natureza da actividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final de 2008 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros 472 000 000 (2007: Euros 1 220 000 000) (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	2008				2007			
	Dezembro Euros '000	Média Anual Euros '000	Máximo Euros '000	Mínimo Euros '000	Dezembro Euros '000	Média Anual Euros '000	Máximo Euros '000	Mínimo Euros '000
Gap de taxa de juro	472 200	752 700	1 033 200	472 200	1 219 632	865 630	1 219 632	511 628

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* («BIS») classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	De 6 meses a 1 ano Euros '000	de 1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
31 de Dezembro de 2008					
Activo	10 723 517	3 944 496	43 111	467 267	82 450
Fora de balanço	143 500	3 000	192 752	103 500	76 020
Total	10 867 017	3 947 496	235 863	570 767	158 470
Passivo	9 540 455	2 443 888	843 929	1 884 268	76 020
Fora de balanço	269 771	245 000	–	–	4 000
Total	9 810 226	2 688 888	843 929	1 884 268	80 020
31 de Dezembro de 2007					
Activo	10 127 837	4 218 669	51 868	659 517	4 196
Fora de balanço	152 500	–	141 500	204 450	50 000
Total	10 280 337	4 218 669	193 368	863 967	54 196
Passivo	9 032 860	1 728 903	792 090	2 185 830	50 000
Fora de balanço	239 103	308 119	50 000	–	4 000
Total	9 271 963	2 037 022	842 090	2 185 830	54 000

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em Dezembro de 2008, uma variação instantânea das taxas de juro em 100bp motivaria um aumento dos resultados em Euros 17 000 000 (2007: Euros 25 412 900).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros da CEMG, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

PRODUTOS	2008			2007		
	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos/ Custos Euros '000	Saldo médio do exercício Euros '000	Taxa de juro média (%)	Proveitos/ Custos Euros '000
Aplicações						
Crédito a clientes	15 067 514	5,59	844 039	14 410 197	5,32	767 170
Disponibilidades	155 963	3,88	6 076	161 331	3,47	5 605
Carteira de Títulos	1 570 942	5,83	91 896	953 922	4,40	41 956
Aplicações interbancárias	420 830	4,27	18 004	511 154	3,80	19 411
Outras aplicações	1 922	6,03	116	4 804	4,07	196
<i>Swaps</i>	–	–	7 457	–	–	13 103
Total Aplicações	17 217 171		967 558	16 041 408		847 441
Recursos						
Depósitos de clientes	8 232 516	2,71	285 291	7 994 440	2,40	223 346
Recursos titulados	6 395 908	5,12	282 464	6 651 371	4,66	253 395
Recursos interbancários	556 073	4,23	23 979	34 231	2,29	784
Recursos de titularização	731 292	4,52	33 151	710 259	3,73	26 459
Outros recursos	876	2,62	23	983	2,29	23
<i>Swaps</i>	–	–	8 182	–	–	14 816
Total Recursos	15 925 665		633 090	15 391 284		518 823

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2008, por moeda, é analisado como segue:

	2008							Valor Total Euros '000
	Dólares Norte		Libras	Dólares	Dólar de	Coroa	Outras	
	Euros Euros '000	Americanos Euros '000	Esterlinas Euros '000	Canadianos Euros '000	Hong-Kong Euros '000	Checa Euros '000	Moedas Estrangeiras Euros '000	
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	247 954	4 359	728	168	–	–	1 533	254 742
Disponibilidades em outras instituições de crédito	68 766	43 716	687	812	–	–	521	114 502
Aplicações em instituições de crédito	40 283	62 399	6 555	29 668	9 271	18 605	–	166 781
Crédito a clientes	15 006 994	2 231	–	–	–	–	667	15 009 892
Activos financeiros detidos para negociação	59 056	62	–	–	–	–	–	59 118
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 021	3	–	–	7	–	–	4 031
Activos financeiros disponíveis para venda	917 173	1 389	–	–	–	–	–	918 562
Derivados de cobertura	7 504	–	–	–	–	223	–	7 727
Investimentos detidos até à maturidade	39 912	–	–	–	–	–	–	39 912
Investimentos em associadas e outras	16 813	–	–	–	–	–	–	16 813
Outros activos tangíveis	85 950	–	–	–	–	–	–	85 950
Activos intangíveis	14 775	–	–	–	–	–	–	14 775
Outros activos	130 616	117	12	106	9 271	18 605	2	158 729
	16 639 817	114 276	7 982	30 754	18 549	37 433	2 723	16 851 534
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	852 803	–	–	–	–	–	–	852 803
Recursos de outras instituições de crédito	628 668	69 926	3 463	14 354	9 271	18 605	169	744 456
Recursos de clientes	8 270 167	39 730	3 897	16 312	–	–	234	8 330 340
Responsabilidades representadas por títulos	5 031 455	2 156	–	–	9 271	18 605	–	5 061 487
Passivos financeiros detidos para negociação	37 547	145	–	–	–	–	–	37 692
Derivados de cobertura	1 234	–	–	–	–	–	–	1 234
Provisões	1 668	–	–	–	–	–	–	1 668
Passivos subordinados	386 872	–	–	–	–	–	–	386 872
Outros passivos	605 685	2 369	622	88	7	223	2 319	611 313
Total Passivo	15 816 100	114 325	7 982	30 754	18 549	37 433	2 722	16 027 865
Activo / (Passivo) líquido por moeda	823 717	(49)	–	–	–	–	1	823 669
Situação Líquida	823 621	48	–	–	–	–	–	823 669
Exposição Líquida	96	(97)	–	–	–	–	1	–

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e passivos a 31 de Dezembro de 2007, por moeda, é analisado como segue:

	2007							Valor Total Euros '000
	Dólares Norte	Libras	Dólares	Dólar de	Coroa	Outras		
	Euros Euros '000	Americanos Euros '000	Esterlinas Euros '000	Canadianos Euros '000	Hong-Kong Euros '000	Checa Euros '000	Moedas Estrangeiras Euros '000	
Activo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	265 103	1 841	982	186	–	–	1 089	269 201
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88 309	649	466	95	–	–	1 311	90 830
Aplicações em instituições de crédito	419 938	29 023	3 198	25 583	34 843	150 218	218	663 021
Crédito a clientes	14 603 244	1 632	–	–	–	–	571	14 605 447
Activos financeiros detidos para negociação	43 136	–	–	–	–	112	–	43 248
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 770	2	–	–	13	112	–	3 897
Activos financeiros disponíveis para venda	900 899	2 035	–	–	–	–	–	902 934
Derivados de cobertura	9 312	–	–	–	–	224	–	9 536
Investimentos detidos até à maturidade	39 371	–	–	–	–	–	–	39 371
Investimentos em associadas e outras	20 188	–	–	–	–	–	–	20 188
Outros activos tangíveis	80 926	–	–	–	–	–	–	80 926
Activos intangíveis	13 619	–	–	–	–	–	–	13 619
Outros activos	105 011	110	3 545	1 580	8 711	37 554	–	156 511
	16 592 826	35 292	8 191	27 444	43 567	188 220	3 189	16 898 729
Passivo por moeda								
Recursos de outras instituições de crédito	435 324	4 547	6 396	26 051	34 843	150 218	555	657 934
Recursos de clientes	8 348 048	22 851	766	1 393	–	–	106	8 373 164
Responsabilidades representadas por títulos	5 798 101	2 038	–	–	8 711	37 554	–	5 846 404
Passivos financeiros detidos para negociação	59 445	12	–	–	–	–	–	59 457
Derivados de cobertura	3 820	–	–	–	–	–	–	3 820
Provisões	1 737	–	–	–	–	–	–	1 737
Passivos subordinados	301 848	–	–	–	–	–	–	301 848
Outros passivos	808 878	5 847	1 030	–	13	337	2 527	818 632
Total Passivo	15 757 201	35 295	8 192	27 444	43 567	188 109	3 188	16 062 996
Activo / (Passivo) líquido por moeda	835 625	(3)	(1)	–	–	111	1	835 733
Situação Líquida	835 730	3	–	–	–	–	–	878 044
Exposição Líquida	(105)	(6)	(1)	–	–	111	1	–

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo a instrução n.º 1/2000 do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2008 o rácio de liquidez era de 79,72% (2007: 102,02%).

Risco Operacional

Relativamente ao risco operacional, após a conclusão do desenvolvimento do modelo de gestão de risco, abrangendo todas as unidades da estrutura orgânica, procedeu-se à candidatura ao método standard para cálculo de requisitos de fundos próprios associados a risco operacional.

Para a gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que tem como intuito assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DAGR exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras definem os elementos constitutivos dos Fundos Próprios elegíveis e os modelos de cálculo dos requisitos de capital exigidos pelos riscos assumidos e determinam o cumprimento de um Rácio de Solvabilidade mínimo de 8% (para ser cumprido a partir de Setembro de 2008 de acordo com a carta circular n.º 83/2008), bem como o valor mínimo de 4% para a sua componente principal, a *Tier 1*. Estes referenciais mínimos poderão ser aumentados futuramente.

Os Fundos próprios da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base («FPB»): Esta categoria inclui o capital realizado, as reservas estatutárias, os resultados transitados e do exercício e um valor, decrescente e extingüível em 2014, que visa compensar o impacto negativo nos Fundos Próprios de diferenças apuradas no Fundo de Pensões, aquando da transição para as NIC's/ NCA's. Entram como elementos negativos, os activos intangíveis, os custos diferidos e os desvios actuariais negativos fora do corredor referentes ao Fundo de Pensões, as reservas de reavaliação negativas de títulos de capital e 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras;
- Fundos Próprios Complementares («FPC»): Incorporam a dívida subordinada emitida elegível, as reservas de reavaliação do activo imobilizado, 45% das reservas de reavaliação positivas de títulos de capital e sofrem a dedução de 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras;
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 e 5 anos, valor este calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 10 ou 13 anos em carteira o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. No caso das participações em instituições sujeitas à supervisão em base consolidada, nos termos do artigo 131.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, ou à supervisão complementar prevista no Decreto-Lei n.º 145/2006, a CEMG não procede à inclusão destas participações nestas deduções. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

A repercussão nos Fundos Próprios do impacto referente a diferenças apuradas no Fundo de Pensões, na transição para as NIC's/NCA's, está a ser efectuado de forma progressiva e linear (de acordo com o definido nos Avisos n.º 2/2005, n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal).

Assim, no final do exercício de 2008, o impacto líquido negativo nos Fundos Próprios, calculados em base consolidada, da regularização das diferenças antes referidas, foi de Euros 21 700 000, valor que resulta de um impacto negativo de Euros 50 300 000 levados a resultados transitados, compensados por Euros 28 600 000 referentes a impactos ainda por reconhecer em Fundos Próprios (nos termos do n.º 4, do n.º 13.º-A, do Aviso n.º 12/2001). O valor de compensação nos Fundos Próprios irá diminuindo até se extinguir em 2014.

Adicionalmente, os Fundos Próprios consolidados sofrem o efeito negativo do valor de Euros 30 500 000, referentes ao montante por regularizar de diferenças resultantes da alteração da tábua de mortalidade utilizada no cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 31 de Dezembro de 2008 e 2007 apresenta-se como segue:

	2008	2007
	Euros '000	Euros '000
Fundos Próprios de Base		
Capital realizado	660 000	635 000
Resultados, reservas gerais, especiais e resultados não distribuídos	209 738	140 105
Outros ajustamentos regulamentares	(66 045)	(62 813)
Compensação do impacto na transição para as NIC/NCA	28 623	41 892
	<hr/> 832 316	<hr/> 754 184
Fundos Próprios Complementares		
<i>Upper Tier 2</i>	8 420	114 105
<i>Lower Tier 2</i>	378 000	200 000
Deduções	(6 879)	(8 558)
	<hr/> 379 541	<hr/> 305 547
Deduções aos fundos próprios totais	(9 507)	(8 036)
<i>Fundos próprios totais</i>	<hr/> 1 202 349	<hr/> 1 051 695
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	776 151	–
Risco de mercado	5 265	–
Risco operacional	59 052	–
Requisitos exigidos pelo Aviso n.º 1/93	–	940 122
	<hr/> 840 469	<hr/> 940 122
Rácios Prudenciais		
Rácio <i>Tier 1</i>	7,92%	6,42%
Rácio de Solvabilidade	11,44%	8,95%

48. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a CEMG ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

- **IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas**

As alterações à IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A CEMG não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

- **IFRS 2 (alterada) – Pagamentos com base em acções: condições de aquisição**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração à IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração à IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se às condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de *non-vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

A CEMG não espera que esta interpretação tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

- **IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (revisto) Concentrações de actividades empresariais e uma alteração à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações à IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão da IFRS 3 e alteração da IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009.

A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

- **IFRS 8 – Segmentos operacionais**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 – Segmentos operacionais, o qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

A IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma específica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e consequentemente alterará a IAS 34 – Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A CEMG não adoptou retrospectivamente a IFRS 8. Contudo prevê-se que em 2009 os segmentos reportáveis sofram alterações face aos apresentados em 2008, uma vez que terão de se vincular a critérios de gestão.

- **IAS 1 (alterada) – Apresentação de demonstrações financeiras**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 (alterada) – Apresentação de demonstrações financeiras, a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A IAS 1 (alterada) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de *comprehensive income*.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da CEMG decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de *comprehensive income*.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

As alterações impostas pela IAS 1 terão efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras da CEMG estando actualmente em curso um trabalho com vista à determinação da extensão das modificações necessárias.

- **IAS 23 (alterada) – Custos de empréstimos obtidos**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007, a IAS 23 (alterada) – Custos de empréstimos obtidos, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A CEMG não espera que esta alteração à IAS 23 tenha qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

- **Alteração ao IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros puttable e obrigações decorrentes de liquidação**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008, uma alteração à IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros *puttable* e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros *puttable* e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos da IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos *puttable*), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda a IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração à IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da CEMG.

- **Alteração à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

• **IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes**

A IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para a CEMG a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

• **IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis**

A IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito da IAS 18 – Reconhecimento de proveitos ou da IAS 11 – Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A CEMG não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

• **IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira**

A IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo.

Esta interpretação é de aplicação prospectiva. A CEMG encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

• **IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas**

A IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A CEMG não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

• **IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes**

A IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;

- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- _ o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A CEMG não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

• **Annual Improvement Project**

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para a CEMG em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* resumem-se como segue:

- Alteração à IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pela CEMG em 2010;
- Alteração à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A entrada em vigor desta alteração não terá efeito nas demonstrações financeiras da CEMG;
- Alteração à IAS 16 – Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. Esta alteração à IAS 16 não terá impacto significativo nas demonstrações financeiras da CEMG;
- Alteração à IAS 19 – Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuada permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações da IAS 19 serão adoptadas pela CEMG em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras;
- Alteração à IAS 20 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com a IAS 20. Esta alteração não deverá ter efeitos significativos nas demonstrações financeiras da CEMG;
- Alteração à IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado na IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre a IAS 23 e a IAS 39. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos ao nível das demonstrações financeiras da CEMG;
- Alteração à IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com a IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com a IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito da IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras das entidades da CEMG na medida em que, nas respectivas contas individuais, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com a IAS 27;
- Alteração à IAS 28 – Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz da IAS 36 – Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde

- que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. Esta norma será adoptada pela CEMG em 2009 não sendo expectável que a mesma tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras;
- Alteração à IAS 38 – Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer quando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas da CEMG;
 - Alteração à IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente às quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação da IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A CEMG adoptará esta norma em 2009 não esperando actualmente impactos significativos decorrentes da sua adopção;
 - Alteração à IAS 40 – Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito da IAS 40 (antes abrangidas pela IAS 16 – Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. Actualmente esta alteração não deverá ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da CEMG.

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

314

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da **Caixa Económica Montepio Geral**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 16.851.534 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível de 823.669 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 33.874 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IFRS”) que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) que a informação financeira seja preparada de acordo com os IFRS e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

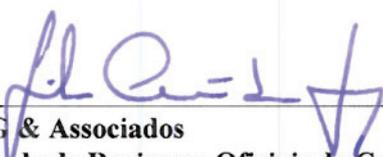
Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Caixa Económica Montepio Geral** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 6 de Março de 2009



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)



6. Declaração de Conformidade sobre a informação financeira apresentada

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM). É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração do relatório de gestão e a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição, o resultado das operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é o nosso conhecimento e nossa convicção, que:

- toda a informação financeira individual e consolidada contida nos documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com os requisitos legais.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2009

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Armindo Marques Matias

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – *Presidente*

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha



7. Relatórios, Pareceres e Declaração em Conformidade do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O MG – AM E A CEMG

Exmos. Senhores Associados:

No cumprimento das competências definidas na alínea d) do n.º 1 do artigo 36.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, adiante designado por Montepio Geral, e na alínea f) do artigo 25.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, adiante designada por Caixa Económica, e na condição de Conselho Fiscal de ambas as Instituições, este órgão social submete à vossa apreciação, o Relatório da sua actividade e o seu Parecer sobre o Relatório e as Contas Individuais do exercício de 2008 do Montepio Geral e da Caixa Económica, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. Em 2008 o Conselho Fiscal acompanhou a gestão do Montepio Geral e da Caixa Económica através da leitura das actas do Conselho de Administração e de reuniões periódicas com este e com alguns dos seus elementos, bem como da documentação contabilística e de relatórios e dados quantitativos fornecidos mensalmente pelos Serviços, da presença nas reuniões do Conselho Geral realizadas e, ainda, de reuniões de trabalho com alguns Directores mais próximos do desempenho das funções do Conselho Fiscal.
2. Tanto o Conselho de Administração como os Directores e Serviços forneceram ao Conselho Fiscal todos os esclarecimentos que lhes foram solicitados.
3. Durante o exercício o Conselho Fiscal elaborou os vários documentos que estatutariamente lhe competem e outros exigidos pelo Banco de Portugal, designadamente, os Pareceres sobre a adequação e eficácia do sistema de controlo interno, em base individual e em base consolidada, preparados com o apoio técnico da sociedade de revisores oficiais de contas em que, para além das deficiências identificadas e das melhorias recomendadas, se expressa a opinião de que os procedimentos de controlo interno como um todo, respondem de forma eficaz e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, aos requisitos constantes do Aviso n.º 5/2008, do Banco de Portugal.
4. No exercício de 2008, aproveitando as transformações em curso nos últimos anos no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objectivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS»), o Montepio Geral alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração constantes das referidas Normas, tal como adoptadas pela União Europeia até 31 de Dezembro de 2008. Todavia, no que se refere à preparação, apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, o Montepio Geral manteve os requisitos definidos no Plano de Contas das Associações Mutualistas.
5. No que se refere às contas da Caixa Económica, continuaram a ser preparadas, apresentadas e divulgadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas («NCA's»), que se traduzem na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal.
6. Na apreciação das Demonstrações financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração a Certificação das Contas (Montepio Geral) e a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria (Caixa Económica) elaborados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, entidade que, por contrato, acompanhou e auditou ao longo do ano e no final do exercício de 2008 a contabilidade e as contas que o Conselho de Administração elaborou nos termos legais e estatutários. Os documentos produzidos pela referida entidade foram apresentados sem reservas e a cujos teores damos a nossa concordância, sendo, no entanto, de referir, que a Certificação de Contas do Montepio Geral apresenta uma ênfase, com cujo teor também concordamos, e que se refere à alteração das políti-

cas contabilísticas já mencionadas no n.º 4 acima, e que se encontram amplamente desenvolvidas nas Notas às Demonstrações Financeiras n.ºs 3.1, 3.2, 3.16 e 37.

7. O Conselho Fiscal chama a atenção para a importância dos relatos sobre Responsabilidade Social e Governo Institucional, constantes do Relatório e Contas anuais de 2008.
8. Agradecemos a referência feita no relatório do Conselho de Administração à nossa actividade, assim como também acompanhamos o Conselho de Administração no reconhecimento às diversas Entidades enunciadas, aos membros dos restantes Órgãos Sociais e aos Trabalhadores e demais Colaboradores referidos no relatório.
9. Em consequência do trabalho desenvolvido, é convicção do Conselho Fiscal que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras das Instituições respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, permitindo compreender a sua situação financeira, os resultados apurados e os fluxos de caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008. Esta convicção é também suportada pelas opiniões técnicas expressas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, as quais acompanham o Relatório e Contas.
10. Existe concordância entre o conteúdo do Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras.
11. O Conselho Fiscal acompanha o Conselho de Administração na preocupação – que abrange todo o sistema financeiro – perante a grave crise que atravessamos, cujos reflexos não podem deixar de se repercutir na actividade das instituições bancárias e nos seus resultados.
12. O Conselho Fiscal dá, por isso, o apoio às medidas que vêm sendo tomadas na CEMG, na certeza de que o Conselho de Administração, com a colaboração dos Trabalhadores, seguirá os caminhos que lhe permitam minimizar as dificuldades que se suscitam e retomar, o mais brevemente que seja possível, o crescimento que se vinha prosseguindo na Instituição.

Em conformidade com o exposto, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) Os Relatórios de gestão e as Demonstrações financeiras do Montepio Geral e da Caixa Económica, inerentes a 31 de Dezembro de 2008;
- b) As propostas de aplicação de resultados contidas nos mencionados Relatórios de gestão;
- c) As demais propostas contidas no Relatório de gestão do Montepio Geral;
- d) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficiente como exerceu a gestão, extensivo aos Trabalhadores pelo seu empenhamento na actividade desenvolvida.

Lisboa, 09 de Março de 2009

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – *Presidente*
Gabriel José dos Santos Fernandes – *Vogal*
José Moreira Venâncio – *Vogal*

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

321

Exmos. Senhores Associados:

No cumprimento das competências definidas na alínea f) do artigo 25.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, adiante designada por Caixa Económica, o Conselho Fiscal submete à vossa apreciação o Relatório e Parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as Demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2008 da Caixa Económica e das empresas participadas englobadas na consolidação, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. Procedemos à análise do Relatório consolidado do Conselho de Administração e das Contas consolidadas, compreendendo o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, a Demonstração dos resultados consolidados, as Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios relativos ao exercício de 2008 e as respectivas Notas às demonstrações financeiras consolidadas.
2. Relativamente ao Relatório consolidado de gestão, o Conselho Fiscal verificou que, nos aspectos essenciais, o seu conteúdo é concordante com as Demonstrações financeiras consolidadas que são apresentadas, assim como satisfaz os requisitos legais e estatutários.
3. A Caixa Económica, dando cumprimento ao disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, aplicado às Instituições Financeiras pelos Avisos n.ºs 1 a 6/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal, desde 1 de Janeiro de 2005 que adopta na elaboração das suas Demonstrações financeiras consolidadas as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas na União Europeia, pelo que, as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2008 e 2007 são comparáveis.
4. Na apreciação das Demonstrações financeiras consolidadas do exercício, o Conselho Fiscal teve como base fundamental a Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas, sem reservas, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e com cujo teor concordámos.
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, Demonstração dos resultados consolidados, Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício de 2008 e respectivas Notas explicativas) são adequadas à compreensão da situação patrimonial da Caixa Económica e das suas participadas englobadas na consolidação em 31 de Dezembro de 2008, e à forma como se formaram os resultados consolidados de 2008.

Em conformidade com o exposto, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove o Relatório consolidado de gestão e as Demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

Lisboa, 09 de Março de 2009

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – *Presidente*
Gabriel José dos Santos Fernandes – *Vogal*
José Moreira Venâncio – *Vogal*

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

A presente declaração é feita nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

No cumprimento das competências definidas estatutariamente, é da responsabilidade do Conselho Fiscal exercer o controlo e fiscalizar a actividade da Instituição expressando uma opinião profissional baseada no exame efectuado ao relatório de gestão e às demonstrações financeiras.

Pela presente declaração, confirmamos todos os elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, nos foram facultados:

- A informação financeira individual e consolidada que dá uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.
- O relatório de gestão que expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com os requisitos legais.

Lisboa, 9 de Março de 2009

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – *Presidente*

Gabriel José dos Santos Fernandes – *Vogal*

José Moreira Venâncio – *Vogal*

8. Responsabilidade Social

O Montepio prossegue a sua política de Responsabilidade Social, assente nos princípios as regras que norteiam o sistema de Governo, a gestão e a prática correntes do grupo. Atendendo à sua natureza mutualista, a actuação do Montepio rege-se pelo respeito pelos princípios de participação, solidariedade e igualdade, guiados por elevados padrões deontológicos, de ética e de transparência.

Em termos das políticas de gestão destaca-se uma política de conformidade (*compliance*) exigente, que se reflecte não só no estrito cumprimento dos normativos e regras, mas também na adopção de recomendações e boas práticas, a que se juntam as políticas de melhoria da qualidade do atendimento e do serviço e de valorização e utilização mais eficiente dos recursos, que têm vindo a ser empreendidas nos últimos anos.

Numa visão mais restrita de Responsabilidade Social, realça-se o importante contributo que o Montepio tem vindo a prestar à sociedade, desde a sua fundação, no apoio a diversas iniciativas e instituições no domínio das acções de solidariedade social, educação, desporto e cultura. A reformulação introduzida na política de apoios nestes domínios conduziu ao lançamento de um Programa de Voluntariado e à dinamização da Fundação Montepio.

GOVERNO DO GRUPO MONTEPIO

O respeito pelos valores institucionais, por princípios de natureza ética e deontológica e a adopção de regras que garantam uma gestão diligente, transparente, prudente, eficaz e de valorização do património dos Associados e dos Clientes, compõem o primado da gestão das instituições do grupo Montepio.

Tal como se refere detalhadamente no relatório de governo, o Montepio alinha as suas práticas de gestão com as recomendações de bom governo das entidades de supervisão bancária e dos mercados, tanto no que se refere à divulgação de informação, como relativamente ao sistema de controlo interno, aos procedimentos de controlo de riscos e à política de conformidade (*compliance*).

Não obstante os desenvolvimentos registados nos últimos anos conducentes à melhoria das condições de governança, existe um forte empenho no sentido de adoptar as melhores práticas e de acompanhar a evolução dos sistemas e metodologias de gestão, atendendo à natureza, particularidade e singularidade institucionais do Montepio. Foi nesta perspectiva que decorreram, em 2008, os trabalhos de revisão dos Estatutos, que se esperam brevemente concretizados, por forma a adaptar os normativos regulamentares internos que conduzam a uma melhor preparação do sistema de governo para enfrentar os desafios que se colocam ao futuro da instituição.

RELAÇÕES COM OS ASSOCIADOS

O aprofundamento das relações com os Associados do Montepio tem merecido especial atenção e constitui uma das principais orientações estratégicas da Associação Mutualista. Pela sua natureza associativa e por princípio, o Montepio está próximo das pessoas, promovendo o relacionamento mútuo e a sã convivência em sociedade. Desde sempre, tem sido prática do Montepio estabelecer e manter um contacto permanente com cada Associado, não só por via da divulgação de informação considerada relevante, através do sítio da Internet e de outros órgãos de difusão de informação, como através dos veículos próprios de comunicação associativa, como a revista Montepio, que tem vindo a ser renovada e melhorada, e, especialmente, através dos encontros com Associados, que permitem um contacto mais personalizado, bem como de acções de esclarecimento sobre mutualismo e sobre as soluções que as modalidades mutualistas oferecem para satisfazer as necessidades de previdência e de protecção social.

Em 2008, foram também lançadas inovadoras iniciativas de formação que permitiram estabelecer uma relação mais próxima com os Associados, de que se destaca o curso de iniciação à Internet para Associados Sêniores.

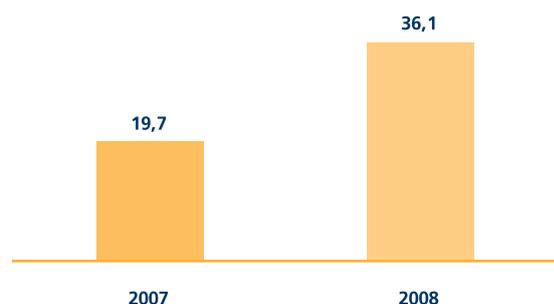
POLÍTICA DE QUALIDADE E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS

A qualidade do serviço prestado aos Associados e aos Clientes tem merecido particular destaque estratégico ao longo dos últimos anos. Os investimentos contínuos nos sistemas de informação e o desenvolvimento de diversos projectos e acções de racionalização dos processos e de reorganização dos meios e recursos, com o apoio de consultoria externa, permitiram melhorar o atendimento, aumentar a rapidez e a eficácia do serviço e melhorar os níveis de satisfação dos Associados e Clientes.

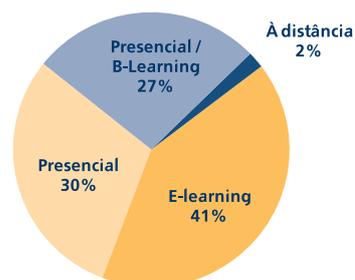
O Montepio tem apresentado níveis de satisfação dos Clientes, medidos pelo *European Consumer Satisfaction Index* (ECSI) significativamente acima da média do mercado. No último relatório do cálculo do índice ECSI, disponibilizado pelo Instituto Português de Qualidade, o Montepio ficou classificado em 2.º lugar.

No domínio da valorização dos Recursos Humanos, destaca-se o forte investimento no desenvolvimento de acções de formação interna e externa. Em 2008, cerca de 93% dos Colaboradores participaram em acções de formação, que compara muito favoravelmente com os 81,5% de 2007. Cada Colaborador realizou, em média, 36,1 horas de formação, número que registou um aumento substancial face a 2007, em que o número médio de horas de formação foi cerca de 20.

N.º MÉDIO HORAS DE FORMAÇÃO POR COLABORADOR



NOVAS TECNOLOGIAS DE FORMAÇÃO (2008)



Tem vindo a ser desenvolvida a formação à distância, recorrendo às técnicas de *e-learning*, em especial para os trabalhadores das estruturas comerciais, de que são exemplo, os cursos «Vencer no Mercado das Empresas», «Prevenção e Branqueamento de Capitais» e «Seguros». Consolidando os meios para melhorar a eficácia e a regularidade das acções de formação, foi assinado um contrato entre o Montepio e uma entidade externa para a implementação, gestão e manutenção de cursos de formação sobre plataforma *e-Learning* em regime ASP (*Application Service Provider*).

Em 2008, criaram-se e desenvolveram-se novas funções no domínio da gestão do relacionamento com os Clientes, que permitirão não só um melhor serviço de apoio aos respectivos Clientes, como também um melhor aproveitamento e orientação de competências. A implementação da nova função de Gestor de Negócios incluiu um período formativo que cobriu as valências consideradas críticas para um lançamento bem sucedido da função. O projecto específico «Qualificar para Aumentar a Eficácia» visou reforçar os conhecimentos com vista ao incremento dos níveis de desempenho. Também a função de Gestores de Cliente *Premium*, orientada para o acompanhamento personalizado dos Clientes particulares do segmento *affluent*, beneficiou do enquadramento estratégico e operacional proporcionado por programa formativo específico.

O bem-estar dos trabalhadores, a prevenção da emergência e a melhoria contínua dos serviços prestados mantiveram-se como áreas de intervenção privilegiadas, quer em termos de apoio social, quer de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), área em que o Montepio dispõe de uma estrutura dedicada.

EDUCAÇÃO, SOLIDARIEDADE SOCIAL E AMBIENTE

Em 2008, o Montepio alargou o seu Programa de Voluntariado, atingindo o número de 345 voluntários inscritos e promoveu a realização de 13 acções de voluntariado empresarial, nas quais participaram 127 voluntários, incluindo Associados e reformados. Por sua iniciativa ou em colaboração com outras entidades parceiras, foi possível realizar actividades no domínio da formação, solidariedade e ambiente, que beneficiaram cerca de uma dezena de organizações e abrangiram milhares de pessoas, levando mais longe a marca ética do Montepio e contribuindo para a motivação e coesão das equipas.

Através da sua Fundação, o Montepio estabeleceu, em 2008, três protocolos no domínio da protecção ambiental, da promoção das acessibilidades e da educação financeira, realizou mais de uma dezena de acções de formação técnica e con-

cedeu 795 509,54 Euros em donativos, beneficiando cerca de 115 entidades que desenvolveram projectos na área da solidariedade social, saúde, ambiente, educação e formação. Merece destaque o projecto Frota Solidária que permitiu oferecer dez viaturas adaptadas no valor de 289 797,00 Euros, com a verba proveniente da consignação fiscal que, desta forma, o Montepio devolveu à sociedade civil, e o Prémio Escolar Montepio envolvendo a verba de 125 000,00 Euros repartida por cinco escolas. Ainda no domínio da concessão de apoios, o Montepio atribuiu 150 000,00 Euros a instituições da área da infância, abdicando da produção de brindes de Natal.

Numa iniciativa original, o Montepio tem vindo a ceder parte da sua margem de comercialização no cartão de crédito Mais Vida, beneficiando associações de solidariedade social. Em 2008, foram beneficiadas duas instituições ligadas aos cuidados de saúde e da maternidade. Deste modo, os utilizadores de cartões de crédito estão a contribuir directamente para a melhoria da qualidade de vida de cidadãos que precisam de apoio, sendo este um exemplo do que se pretende continuar a desenvolver no domínio do relacionamento comercial com participação social activa.

Em 2008, empreenderam-se ainda outras acções com importância para o desenvolvimento da política de Responsabilidade Social. Foi iniciado o Programa de Educação Financeira do Montepio, e foi realizada a primeira semana de reflexão sobre ética corporativa e a sensibilização interna à redução do consumo de papel, água e luz.

A nível interno destaca-se, também, a divulgação, através da Intranet, de informação e eventos sobre Responsabilidade Social, sendo estimulada a participação na apresentação de ideias e sugestões. Correspondendo à sua dupla natureza de empresa e instituição do terceiro sector, o Montepio alargou, em 2008, a sua base de cooperação, garantindo a sua adesão a oito entidades que actuam na área da responsabilidade empresarial e da promoção da coesão social. O Montepio participou em mais de duas dezenas de iniciativas onde teve oportunidade de transmitir a sua acção e recolher valiosos contributos. A sua relação com a comunidade, saiu mais fortalecida, com o aumento do número de IPSS parceiras, numa clara penetração num sector emergente e de grande potencial.

Participação Activa na Promoção da Responsabilidade Social da Empresa

Dando continuidade ao envolvimento com outras entidades do sector empresarial e do sector não lucrativo, o Montepio, principalmente através da sua Fundação renovou e alargou a sua rede de parceiros, pertencendo, neste momento a sete estruturas de âmbito nacional e uma de âmbito internacional.

No âmbito empresarial, o Montepio integra o GRACE – Grupo de Reflexão para a Responsabilidade Social das Empresas, a Associação RSE-Portugal, o BCSD, a Confederação do Comércio e da Indústria, o Fórum para a Competitividade e o Comité de Responsabilidade Social do European Saving Banks Group.

Todas estas entidades têm desenvolvido um trabalho fundamental na divulgação de boas práticas empresariais, na difusão de manuais e códigos de conduta e permitem contextualizar a acção individual das empresas, rentabilizando experiências.

No domínio do terceiro sector, o Montepio aderiu à Confederação Nacional do Voluntariado, integra a RSO.pt – Rede alargada de empresas e instituições que permite estabelecer pontes entre as duas áreas e faz parte da Rede Social de Lisboa, assumindo uma participação crescente na identificação das problemáticas sociais e procurando alinhar a sua acção com as principais estratégias de intervenção no âmbito da inclusão social.



9. Relatório do Governo Institucional

O presente relatório é elaborado de acordo com o estabelecido no Regulamento da CMVM n.º 1/2007 que altera o Regulamento da CMVM n.º 7/2001, em paralelo com as modificações às «Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades» pelos Regulamentos da CMVM n.ºs 11/2003, 10/2005 e 3/2006, e em consonância com a especificidade da natureza jurídica da Instituição.

A Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), na prossecução de uma estratégia de melhoria permanente da qualidade dos serviços prestados, tem vindo a cumprir as orientações globais da CMVM e os deveres de informação, a que aderiu voluntariamente, designadamente, no que concerne à divulgação da informação para o mercado, para os clientes e para o público em geral, utilizando novas e adequadas tecnologias, visando melhorar a visibilidade, a qualidade e a rendibilidade da sua actividade.

CAPÍTULO 0

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Em face das recomendações agora consubstanciadas no designado «Código sobre o Governo das Sociedades», divulgamos uma estrutura que espelha a governação seguida pela Instituição e directamente ligada ao seu desempenho organizacional.

A CEMG adopta a generalidade das recomendações da CMVM de Setembro de 2007.

CAPÍTULO I

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o órgão colegial e institucional composta por associados efectivos do Montepio Geral – Associação Mutualista, que tem, entre outras, as seguintes funções:

- eleger ou destituir os titulares dos Órgãos;
- deliberar sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração (CA), contas do exercício e parecer do Conselho Fiscal e, ainda, apreciar o relatório do Conselho Geral;
- deliberar sobre o programa de acção e orçamento apresentados pelo CA, e sobre o parecer do Conselho Fiscal;
- deliberar sobre a aplicação de resultados;
- autorizar a constituição de fundos próprios não previstos, expressamente, nos Estatutos e o aumento de quaisquer fundos, quando tal não se inscreva na competência do Conselho de Administração;
- deliberar sobre a alteração dos Estatutos;
- eleger trienalmente e mandar uma comissão com poderes para fixação das retribuições dos titulares dos Órgãos.

Constituída por Associados do Montepio Geral – Associação Mutualista, admitidos há mais de 2 anos, o funcionamento da Assembleia Geral é regido por um Regulamento, em complemento dos Estatutos.

Dando cumprimento ao estipulado nos estatutos, a Assembleia Geral é convocada com a antecedência mínima de quinze dias e não poderá reunir, em primeira convocação, sem estarem presentes, pelo menos, metade dos seus membros. Em segunda convocação, a Assembleia pode deliberar, decorrida uma hora, seja qual for o número de presenças.

Todavia, as deliberações sobre a reforma ou alteração dos Estatutos, fusão, cisão, transformação e incorporação de ou na Caixa Económica, exige a presença de, pelo menos, dois terços de todos os seus membros, em primeira convocação, e qualquer número de membros, em segunda convocação, dentro de vinte dias mas não antes de quinze.

Em 2008, a Assembleia Geral reuniu por duas vezes em sessão ordinária.

COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, a quem compete convocar a Assembleia Geral e dirigir os trabalhos, e dois Secretários, a quem cabe, em especial, lavrar as actas das sessões e emitir as respectivas certidões. À semelhança dos restantes membros dos órgãos associativos e institucionais, os membros da Mesa da Assembleia Geral são eleitos trienalmente, sendo permitida a sua eleição por mais de três mandatos sucessivos. O mandato em curso é de 2007/2009.

Para o exercício das suas funções, e sempre que necessário, são facultados ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral os meios logísticos e humanos necessários.

A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral é auferida em senhas de presenças no valor unitário de € 801,73.

PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

Nos termos estatutários, o exercício do direito de voto é efectivado, quer presencialmente, quer por correspondência, neste último caso, se se tratar de eleição dos órgãos sociais e de acordo com o estipulado nos Estatutos.

A assistência e participação nas Assembleias Gerais tem subjacente um conjunto de regras, de acordo com as disposições estatutárias.

Além da convocatória publicada nos jornais, nos termos da lei, os membros da Assembleia Geral são informados da sua realização por notícias divulgadas no sítio da Internet da Instituição, onde se faz igualmente a publicação dos principais documentos a ser apreciados e votados, e ainda através de comunicação escrita expedida, sem carácter vinculativo, para as suas residências.

Paralelamente, são colocados à disposição dos membros da Assembleia, na sede, e com a antecedência mínima de quinze dias sobre a realização da Assembleia Geral, todos os documentos inerentes à ordem de trabalhos.

Através do aviso convocatório é indicado de forma clara não apenas a data, hora e local da realização da Assembleia Geral, mas ainda a informação sobre os locais onde os associados podem obter esclarecimentos e são recepcionados os votos, quando a votação é feita por correspondência.

De igual modo, são enviadas aos associados as peças documentais que lhes permitem exercer o direito de voto por correspondência.

Por ocasião da eleição dos órgãos associativos e institucionais para o triénio 2007/2009, a eleição do associado-trabalhador, que integra o Conselho Fiscal, ocorreu, pela primeira vez, através de voto electrónico por recurso a uma aplicação que foi disponibilizada no portal interno Intranet, em conformidade com as regras legais e estatutárias aplicáveis.

Não existe, ainda, um sistema que proporcione o exercício do direito de voto por meios electrónicos para a eleição dos restantes órgãos associativos.

Só os associados efectivos, isto é, as pessoas individuais que reúnam determinados pressupostos, como serem admitidos há mais de 2 anos, maiores e cumprirem as disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, podem participar na Assembleia Geral e exercer o direito de voto.

O mesmo se aplica ao exercício do direito de voto por correspondência.

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Cabe à Assembleia Geral eleger, trienalmente, uma Comissão de Vencimentos, composta por três Associados, um Presidente e dois Vogais, com poderes para a fixação das remunerações dos órgãos associativos que, anualmente, elabora um relatório em que explicita os critérios usados para a formação das suas deliberações.

CAPÍTULO II

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Para além da Assembleia Geral, são órgãos da Instituição: o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Conselho Geral.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão do Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM) e da CEMG. Compete-lhe, nomeadamente:

- elaborar anualmente o relatório e contas e a proposta de distribuição de resultados, bem como o programa de acção e orçamento para o ano seguinte;
- deliberar sobre o aumento de capital institucional e sobre a emissão de títulos representativos de unidades do fundo de participação, dentro dos limites estatutariamente permitidos;
- deliberar sobre a abertura e encerramento de sucursais e de qualquer outra forma de representação;
- deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis.

O Conselho de Administração é composto por um Presidente e quatro Vogais, com um mandato de três anos, embora seja permitida a reeleição por mais de três mandatos sucessivos.

Em 2008, e após a renúncia ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, do Senhor Doutor José da Silva Lopes, foi deliberado eleger como Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado estatutariamente, o Senhor Dr. António Tomás Correia, até então vogal do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração funciona colegialmente, podendo deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus titulares e reúne, em regra, duas vezes por semana, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos seus membros, tendo o Presidente direito a voto de qualidade.

QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS

Órgão de Administração	Qualificação Profissional	Actividades profissionais
José da Silva Lopes	Licenciado em Finanças pelo ISCEF Doutor « <i>Honoris Causa</i> » pelo ISEG da UTL	Entre 1996 e 2003 Presidente do Conselho Económico e Social Entre 2004 e 30 de Abril de 2008 Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral
António Tomás Correia	Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa	Entre 1995 e 2003 Administrador da CGD Entre 2004 e 30 de Abril de 2008 Administrador do Montepio Geral Desde 1 de Maio de 2008 Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral
José de Almeida Serra	Licenciado em Economia pelo ISCEF e pós-graduação pelo <i>Massachusetts Institute of Technology</i>	Entre 1999 e 2003 Administrador da SOGRUPO (Grupo CGD) Desde 2004 Administrador do Montepio Geral
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral	Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia	Entre 2000 e 2006 Administrador do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, e de um conjunto de empresas deste grupo financeiro Desde Janeiro de 2007 Administrador do Montepio Geral
Eduardo José da Silva Farinha	Licenciado em Finanças pelo ISCEF	Entre 1996 e 2006 Presidente do Conselho de Administração da Credivalor – Soc. Parabancária de Valorização de Créditos, SA Desde Janeiro de 2007 Administrador do Montepio Geral

FUNÇÕES EXERCIDAS EM EMPRESAS PARTICIPADAS

Presidente: António Tomás Correia

Presidente do Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA
 Presidente do Conselho de Administração do Montepio Gestão de Activos – SGFIM, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Futuro – Soc. Gest. de Fundos e Pensões, SA

Vogal: José de Almeida Serra

Presidente do Conselho de Administração da MG Investimentos Imobiliários, SA
 Presidente do Conselho de Administração do Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI)
 Presidente das Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA
 Vogal do Conselho de Administração do Montepio Gestão de Activos – SGFIM, SA
 Vogal do Conselho de Administração da Futuro – Soc. Gestora de Fundos e Pensões, SA
 Membro da Comissão de Vencimentos SAGIES – Soc. Análise e Gestão de Instalações e Equipamentos Sociais, SA

Vogal: Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Vogal do Conselho de Administração da SAGIES – Soc. Análise e Gestão de Instalações e Equipamentos Sociais, SA
 Membro não executivo do Conselho de Administração da SIBS

Vogal: Eduardo José da Silva Farinha

Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Montepio Gestão de Activos – SGFIM, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Germont – Empreendimentos Imobiliários, SA
 Vice-Presidente do Conselho de Administração da MCS – Moçambique, Companhia de Seguros, SA
 Vice-Presidente do Conselho Administração da Caixa Económica de Cabo Verde, SA (CECV)
 Gerente da Leacock Seguros Limitada
 Vogal do Conselho de Administração da Clínica de Santa Maria de Belém, SA

REMUNERAÇÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

No exercício de 2008, a totalidade de remunerações atribuída aos membros do órgão de administração é a seguinte:

	(euros)
	2008 Valor
José da Silva Lopes (Presidente até 30 de Abril)	410 249,21
António Tomás Correia (Presidente a partir de 1 de Maio)	581 228,66
José de Almeida Serra	543 025,31
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral	514 873,42
Eduardo José da Silva Farinha	509 863,61
TOTAL	2 559 240,21

Os valores acima descritos incluem:

- o acerto de contas referente à saída do Doutor José da Silva Lopes;
- os vencimentos de 2008 e gratificações relativas a 2007;
- as gratificações de 2007 relativas a 2006 e os aumentos de 2007 (correspondente ao aumento do ACT), uma vez que a Comissão de Vencimentos não reuniu no exercício de 2007, só o tendo feito em 24 de Março de 2008 quando deliberou repor os respectivos retroactivos.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois Vogais, que deve, em regra, integrar um Revisor Oficial de Contas. Reúne, pelo menos, uma vez por mês e só pode deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus titulares, tendo o Presidente direito a voto de qualidade.

As principais competências do Conselho Fiscal são as seguintes:

- fiscalizar a administração da Instituição;
- vigiar pela observância da Lei e dos Estatutos;
- verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- elaborar, anualmente, um relatório sobre a sua acção e dar parecer sobre o relatório, as contas, as propostas, o orçamento e o programa de acção apresentados pelo Conselho de Administração.

Os membros do Conselho Fiscal auferem uma remuneração em senhas de presença pelas reuniões em que participam. Ao longo de 2008 reuniram vinte vezes: Janeiro (uma vez); Fevereiro (três vezes); Março (três vezes); Abril (uma vez); Maio (uma vez); Junho (uma vez); Julho (uma vez); Setembro (duas vezes); Outubro (duas vezes); Novembro (uma vez); Dezembro (quatro vezes).

CONSELHO GERAL

O Conselho Geral é composto pelos titulares da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como por vogais eleitos entre os membros da Assembleia Geral, competindo-lhe, designadamente, a orientação estratégica e, sob proposta do Conselho de Administração, a aprovação das linhas gerais de orientação dos planos plurianuais de acção e suas actualizações.

Os membros do Conselho Geral, à excepção do Conselho de Administração, auferem uma remuneração em senhas de presença pelas reuniões em que participam.

O Conselho Geral reuniu por seis vezes em 2008: Março, Abril, Junho, Outubro, Novembro e Dezembro.

ORGANOGRAMA E ÁREAS FUNCIONAIS

O modelo organizativo e a repartição de funções e responsabilidades entre as diferentes unidades orgânicas é definido pelo Conselho de Administração.

Por sua vez, ao nível dos órgãos estruturais, as unidades orgânicas agrupam órgãos de primeira linha, Departamentos, Gabinetes e Direcções que dependem directamente do Conselho de Administração.

Com o objectivo de otimizar processos e ganhos de eficiência dos serviços, decorreram em 2008 diversas iniciativas de gestão, de que se destacam:

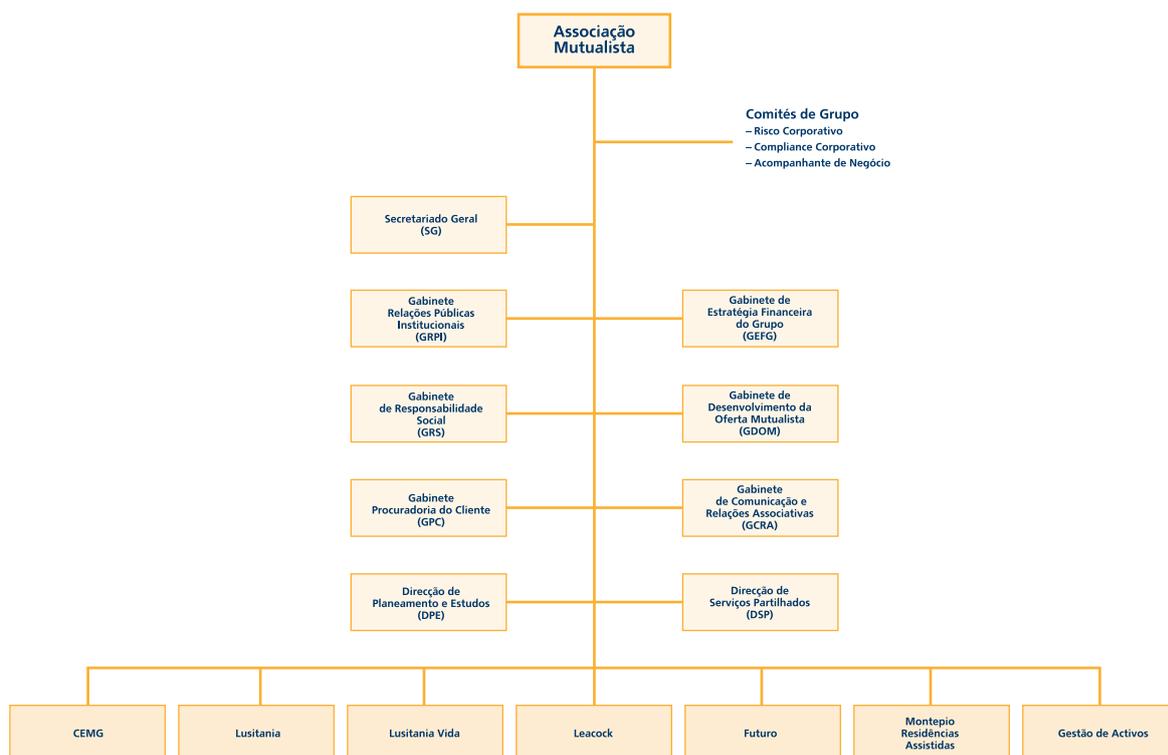
- a alteração da designação de Direcção de Marketing e Novos Canais para Direcção de Marketing, integrando novos Departamentos;
- a separação da Direcção de Informática e Organização, em duas Direcções: Direcção de Desenvolvimento Organizacional e a Direcção de Sistemas de Informação.

No sentido de reforçar as sinergias e permitir uma gestão integrada das actividades transversais entre a CEMG, a Associação Mutualista e as empresas participadas, foi definido um novo modelo corporativo, reposicionando o Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM) como a «empresa-mãe», afirmando-nos com uma instituição multi-especialista.

Este novo modelo organizacional – Centro Corporativo é organizado em Gabinetes e Direcções que transitaram da CEMG e da criação de novas estruturas, algumas ainda não criadas e/ou em fase de implementação.

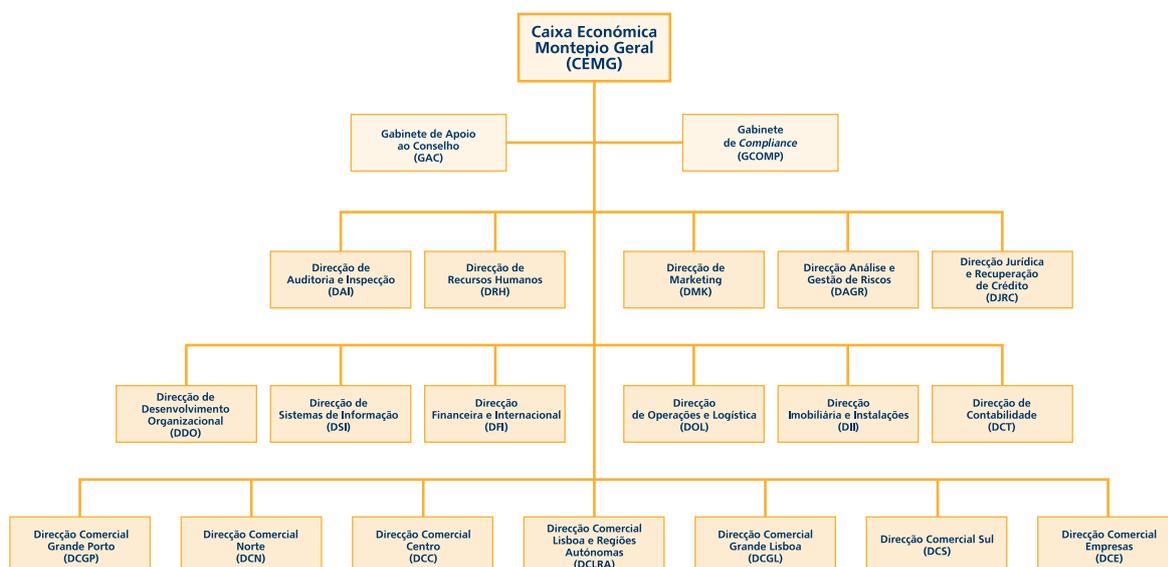
Temos, assim, a actual configuração:

ESTATUTO ORGÂNICO – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA



Por sua vez, a estrutura da CEMG é a seguinte:

ESTATUTO ORGÂNICO – CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL



SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO

A Direcção de Auditoria e Inspecção continuou a apoiar o Conselho de Administração, na abordagem sistemática e disciplinada dos sistemas de controlo interno e de adequação dos procedimentos, de acordo com legislação em vigor e com as normas e critérios definidos, identificando as áreas de maior relevância e risco, visando a eficácia da governação.

A função de Auditoria Interna constitui, assim, parte integrante do sistema de monitorização contínua do controlo interno do MGAM e da CEMG, procedendo à verificação independente da adequação e do cumprimento das políticas definidas e actuando como coadjuvante da gestão de topo.

Na gestão do Risco Operacional foi incrementada a interligação com a Direcção de Análise e Gestão de Riscos – que é a Direcção que apoia o Conselho de Administração na tomada de decisões associadas à gestão dos diferentes tipos de risco inerentes à actividade.

Contudo, a matéria de gestão de riscos é objecto de tratamento mais exaustivo em capítulo próprio do Relatório e Contas.

A função de Auditoria, com a colaboração e em articulação com os Auditores Externos, coordenou a elaboração dos Relatórios anuais do Controlo Interno em base individual e consolidada remetidos ao Banco de Portugal, e elaborou o Relatório anual de Supervisão e Controlo sobre a Actividade de Intermediação Financeira enviado à CMVM.

Por seu turno, a função de Inspecção continuou a constituir-se como apoio ao Conselho de Administração no cumprimento do exercício do poder disciplinar, em consequência de processos de averiguações por violação de princípios éticos, deontológicos e de natureza laboral que possam constituir ilícito ou de investigação de situações irregulares.

As questões relacionadas com fraudes bancárias, que registaram um aumento superior a 200%, com destaque no domínio dos meios de pagamento, mereceram especial atenção, permitindo actuar, sempre que possível, de forma preventiva na sua detecção ou propondo a adopção de medidas para a sua redução ou eliminação, quando justificável.

As questões relacionadas com Reclamações de Clientes mereceram igualmente um acompanhamento especial e níveis de colaboração prestados ao Gabinete de Procuradoria do Cliente.

COMPLIANCE

Para além da criação, no final do ano, de um Comité de Compliance de natureza Corporativo, o Gabinete de Compliance da CEMG, que reporta ao «*Head of Compliance*», manteve autonomia e o seu contributo no controlo do risco de Compliance, visando prevenir que a Instituição possa incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar, prejuízos financeiros, de imagem ou de reputação, em resultado do não cumprimento de leis, regulamentos, códigos de conduta, normas de «boas práticas» e outros normativos aplicáveis.

A política de gestão do risco de Compliance define princípios que asseguram a identificação e avaliação de situações que possam concorrer para aquele tipo de risco, atribuindo à estrutura de Compliance competências na elaboração de normativos internos ou no conjunto da actividade, relacionados, nomeadamente, com a comercialização de novos produtos.

Assumiu, também, especial relevo, a participação na actualização do Regulamento das Actividades de Intermediação Financeira decorrente da transposição da DMIF e, ainda, nos trabalhos relacionados com a SEPA (*Single European Payment Area*).

A estrutura de Compliance participou ainda activamente na maioria das Consultas Públicas lançadas pela CMVM e BdP.

No domínio da prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, a Instituição dispõe de aplicações para efeitos de monitorização de transacções e filtragem de Clientes e transacções, tendo também incrementado a relação institucional com a Procuradoria Geral da República e a UIF.

Ainda no âmbito da prevenção e combate ao crime de branqueamento de capitais, continuou a ser ministrada formação a todos os trabalhadores admitidos e disponibilizado, em plataforma de *e-learning*, um módulo específico de formação sobre esta matéria.

REGRAS INSTITUCIONAIS

Toda a actividade da Instituição se rege pelo cumprimento das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, para além das orientações dos órgãos associativos, das normas internas, das regras de conduta e normas deontológicas.

No Normativo Interno, divulgado no portal interno *Intranet*, está consubstanciado todo um conjunto de directrizes, de cumprimento obrigatório para todos os trabalhadores e colaboradores da Instituição.

No âmbito de apoio funcional é disponibilizado um conjunto de suportes e de informações indispensáveis à realização das actividades dos diversos órgãos.

CAPÍTULO III

DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO

Para além dos deveres de divulgar informação exigida por lei ou regulamento, a Instituição procede à divulgação de informação considerada relevante, sobre a sua actividade, das empresas participadas e sobre os mercados, através do sítio da *Internet*, no qual é apresentado um conjunto de informação institucional, financeira (v.g. relatórios anuais, semestrais, balanços trimestrais, notações de *rating*), notícias e eventos.

INFORMAÇÃO SOBRE AUDITORES

A KPMG tem a seu cargo a auditoria externa. Durante o exercício de 2008, os honorários relativos aos serviços de Auditoria prestados pela KPMG & Associados – SROC, SA à Caixa Económica Montepio Geral e ao Montepio Geral – Associação Mutualista, foram respectivamente de 419 685 e 60 502 euros.

10. Reconhecimento

No exercício que ora findou, enquadrado num contexto completamente adverso, marcado pela incerteza e complexidade, verificou-se que a forte convicção no potencial dos valores que partilhamos e a capacidade que desenvolvemos e dispomos, a ambição de querer construir um Montepio mais forte e moderno, o respeito pelas regras e princípios de uma gestão sã e prudente e a reflexão e definição estratégica conjunta, permitiram tomar as decisões certas e manter a indispensável comunhão de esforços na concretização das acções necessárias.

Apraz ao Conselho de Administração apresentar o seu agradecimento a todos os que têm contribuído para a realização dos objectivos, designadamente aos Associados e Clientes, pela confiança e preferência com que nos vêm distinguindo.

E ainda reiterar todo o seu reconhecimento aos Trabalhadores e demais Colaboradores, que, pela inestimável dedicação e total empenho, muito têm contribuído para reforçar o engrandecimento da Instituição.

Também são devidas palavras de apreço aos restantes membros dos Órgãos Institucionais (Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho Geral), pela sua profícua acção desenvolvida no acompanhamento da actividade da Instituição, atitude que muito contribuiu para facilitar a missão do Conselho de Administração.

De igual modo, o Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento às diversas Autoridades Governamentais e de Supervisão, pela colaboração, apoio e confiança que nos dispensaram.

Ao terminar este Relatório, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia Geral o acompanhe, quer num voto de agradecimento às entidades e pessoas referidas, quer num voto de pesar por todos os Associados e Trabalhadores falecidos no decorrer do ano findo.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2009

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – *Presidente*
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha



11. Direcção

337

CENTRO CORPORATIVO

Secretariado Geral

António Pedro de Sá Alves Sameiro
Secretário Geral

Direcção de Planeamento e Estudos

Pedro Jorge Gouveia Alves
Director

José Jesus Martins
Director

Departamento de Estratégia e Plano

Maria Lúcia Ramos Bica
Directora

Departamento de Estudos

Rui Manuel Bernardes Serra
Director Adjunto

Departamento de Orçamento e Controlo

Armando Jorge Pereira Oliveira Lopes
Subdirector

Direcção de Serviços Partilhados

Vitor Louro Branco
Director

Gabinete de Desenvolvimento de Oferta Mutualista

Miguel Alexandre Teixeira Coelho
Director

Fernanda Gue Young
Directora

Rita Maria Machado Silva Pereira Costa Pimentel
Directora Adjunta

Gabinete de Comunicação e Relações Associativas

Pedro Maria Bleck da Silva
Director

José Alberto Pereira Pitacas
Director

Gabinete de Procuradoria do Cliente

Rui Sérgio Carvalho Santos Calheiros Gama
Director

Gabinete de Relações Públicas Institucionais

Ana Rita Pimentel Dias Pinho Branco
Técnica Grau II

Gabinete de Responsabilidade Social

Paula Alexandra Gonçalves Oliveira Guimarães
Técnica Grau II

CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL**Direcção de Auditoria e Inspecção**

Francisco José Gaveta Alhandra Duarte
Director

Departamento de Auditoria

Alexandra Paula Xavier Serras Pereira
Directora Adjunta

Gonçalo José Cardoso Resende
Subdirector

Departamento de Inspecção e Fraudes

Albino Santos Pereira
Director Adjunto

Direcção de Recursos Humanos

Rosária Fátima Miranda Abreu
Directora

Departamento de Gestão Administrativa

José Carlos Costa Almeida
Director Adjunto

Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Maria Isabel Marques Nunes
Directora Adjunta

Direcção de Marketing

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro
Director

Departamento de Desenvolvimento da Oferta

Filomena Maria Cambraia Santos Moita Macedo
Subdirectora

Departamento de Canais

Ana Paula Costa Pereira Gomes Simões
Subdirectora

Departamento de Cartões

Vasco Francisco Coelho Almeida
Subdirector

Departamento de Publicidade, Imagem e Marca

Rita Alexandra Jesus Fernandes Oliveira Pegas Lima Candeias
Técnica de Grau II

Direcção de Análise e Gestão de Riscos

Jorge Humberto Cruz Barros Jesus Luís
Director

Departamento de Risco de Crédito

João Eduardo Dias Fernandes
Director

Departamento de Riscos de Mercado

Pedro Maria Corte Real Alarcão Júdice
Director

Departamento de Análise de Crédito a Empresas

João Carlos Martins Cunha Neves
Director

Departamento de Risco Operacional

Maria Fernanda Infante Mello Costa Correia
Subdirectora

Direcção Jurídica e de Recuperação de Crédito

Armando Augusto Pinto Silva
Director

Departamento de Assessoria Jurídica

Carla Cristina Teixeira Morgado
Directora Adjunta

Departamento de Contencioso

Maria do Carmo Martins Ventura Calvão
Directora Adjunta

Departamento de Gestão e Controlo

Palmira Gue Gom
Directora Adjunta

Departamento de Recuperação de Crédito

Vitor Guilherme Matos Filipe
Director Adjunto

Direcção de Desenvolvimento Organizacional

Maria Alexandra Gomes Campino
Directora

António José Alexandre
Director Adjunto

Departamento de Gestão da Procura e Projectos Funcionais

Pedro Vieira Lisboa Pessoa Fragoso
Tecnico Grau I

Direcção de Sistemas de Informação

Mário José Esteves Rodrigues
Director

Departamento de Produção

José João Garção Cabeças
Director

Departamento de Desenvolvimento

José Manuel Simões Freitas
Director

Direcção Financeira e Internacional

José Carlos Sequeira Mateus
Director

Departamento de Gestão de Operações Financeiras

Artur Jorge Correia Gama
Director

Direcção de Operações e Logística

José Agostinho Rodrigues Viveiros
Director

Departamento de Operações

José Manuel Rodrigues Simões
Director

Direcção Imobiliária e de Instalações

Miguel Nunes Sales
Director

Departamento de Gestão de Imóveis

António José Fortunato Braz
Director Adjunto

Departamento de Projectos, Obras e Manutenção

Carlos Alberto Correia Braz
Director

Direcção de Contabilidade

Armindo Marques Matias
Director

Departamento de Desenvolvimento, Controlo e Apoio Contabilístico

José Manuel Jesus Martins
Director Adjunto

Departamento de Processamento Contabilístico e Fiscalidade

Manuel Campos Pina
Subdirector

Direcção Comercial Grande Porto

António Guimarães Pimenta
Director

Manuel Luís Costa Leite
Adjunto da Direcção Comercial

Departamento Regional de Porto – Aliados

Domingos Teixeira Cerqueira
Subdirector

Departamento Regional de Gaia

Fernando Joaquim Dias Soares
Director Adjunto

Departamento Regional da Maia

Jorge Manuel Fernandes Reis Lopes
Subdirector

Departamento Regional de Porto – Costa Cabral

Manuel Delfim Correia Sousa
Subdirector

Departamento Regional de Aveiro

Alberto Marques Crisóstomo
Director Adjunto

Departamento Regional S. João da Madeira

António Manuel Valério Batista
Subdirector

Direcção Comercial Norte

Vítor Fernando Santos Cunha
Director

Isabel Cristina Santos Pereira Silva
Adjunta da Direcção Comercial

Departamento Regional de Braga

Jorge Filipe Almeida Ferreira Correia Dourado
Responsável Regional

Departamento Regional de Guimarães

Francisco Martins Marques Silva
Subdirector

Departamento Regional de Vila Real

Agostinho José Vaz Afonso
Subdirector

Departamento Regional de Paredes

Ernesto Jorge Monteiro Silva
Subdirector

Departamento Regional de Vila Nova de Famalicão

Pedro Miguel Furtado Figueiredo
Subdirector

Departamento Regional de Viana do Castelo

João Filipe Oliveira Fernandes
Subdirector

Direcção Comercial Centro

Luis Gabriel Moreira Maia Almeida
Director

Alfredo Luis Fernandes Caldeira
Adjunto da Direcção Comercial

Departamento Regional de Coimbra

António José Tadeu Gonçalves Esteves
Subdirector

Departamento Regional de Viseu

Américo Mendes
Subdirector

Departamento Regional de Castelo Branco

João Paulo Lopes Félix
Subdirector

Departamento Regional de Leiria

Mário Alberto Pinto Rodrigues Joaquim
Gerente Zona

Departamento Regional de Santarém

Sandra Paula Sousa Vindeirinho
Subdirectora

Departamento Regional de Caldas da Rainha

Pedro Manuel Silva Gamboa
Subdirector

Direcção Comercial Lisboa e Regiões Autónomas

Manuel Quelhas Gomes
Director

António Mendes Almeida
Adjunto da Direcção Comercial

Pedro Miguel Rodrigues Crespo
Adjunto da Direcção Comercial

Departamento Regional Lisboa – Baixa

Ernesto Assunção Louro Saraiva
Director Adjunto

Departamento Regional Lisboa – Centro

Rui Jorge Ramos Matos
Subdirector

Departamento Regional Lisboa – Ocidental

Maria Margarida Carrusca Pontes Rosário Ribeiro Andrade
Subdirectora

Departamento Regional Lisboa – Norte

Fernando Manuel Alves Ribeiro
Subdirector

Departamento Regional da Madeira

Luis Coelho Mota Dias Pinheiro
Subdirector

Direcção Comercial Lisboa e Regiões Autónomas
(cont.)
Departamento Regional dos Açores

George Manuel Moniz Gaspar
Subdirector

Armando Santos Pereira Terra
Subdirector

Direcção Comercial Grande Lisboa

Horácio Marques Pissarra
Director

Fernando Paulo Pereira Magalhães
Adjunto da Direcção Comercial

Departamento Regional da Parede

António José Silva Leandro
Subdirector

Departamento Regional da Amadora

Maria Guilhermina Martins Trindade Pereira Melo
Subdirectora

Departamento Regional de Sintra

Paulo Jorge Cunha Rainho
Subdirector

Departamento Regional Odivelas/Vila Franca de Xira

Pedro Manuel Gaspar Vasconcelos Carrasco
Subdirector

Departamento Regional do Oeste

Carlos Alberto Encarnação Bento Marques
Subdirector

Direcção Comercial Sul

João Filipe Milhinhos Roque
Director

Duarte Manuel Rodrigues Teixeira
Adjunto da Direcção Comercial

Departamento Regional de Almada

Nuno Alexandre Santos Serrão
Subdirector

Departamento Regional do Barreiro

José Henrique Jesus Silva
Subdirector

Departamento Regional de Setúbal

Ramiro Almeida Figueiredo
Subdirector

Departamento Regional de Évora

Pedro Jorge Ponte Araújo
Subdirector

Departamento Regional do Algarve – Barlavento

João Manuel Rocha Palma
Subdirector

Departamento Regional do Algarve – Sotavento

Daniel Batista Martins Silveira
Subdirector

Direcção Comercial de Empresas

José Plácido Mendonça Murtinha
Director

Pedro Nuno Coelho Pires
Director Adjunto

Departamento Regional de Empresas – Norte

José Magalhães Moreira
Director Adjunto

Departamento Regional de Empresas – Centro

Mário Jorge Costa Freitas Almeida
Director Adjunto

Departamento Regional de Empresas – Lisboa e Regiões Autónomas

Luís Miguel Reis Branco Pardal
Director Adjunto

Departamento Regional de Empresas – Sul

António João Silva Alves
Subdirector

Direcção Comercial de Empresas *(cont.)***Departamento Leasing e Factoring**

Maria José Loureiro Ramires Ramos Tiroa
Directora Adjunta

Gabinete de Apoio ao Conselho

Pedro Miguel Moura Líbano Monteiro
Director

Gabinete Compliance

Francisco José Gaveta Alhandra Duarte
Director

Daniel João Silva Cabaço
Director Adjunto

Luís Manuel Gonçalves Ribeiro
Subdirector

ANEXOS



I. Conformidade das Recomendações

DO FINANCIAL STABILITY FORUM (FSF)
E DO COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS (CEBS)
NO QUE RESPEITA À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO
DOS ACTIVOS (CARTAS CIRCULARES N.º 46/08/DSBDR, DE 15 DE JULHO
E N.º 97/08/DSBDR, DE 31 DE DEZEMBRO, DO BANCO DE PORTUGAL)

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

Nos pontos 4.4 e 4.6.3 do Relatório de Gestão Global apresenta-se a descrição das actividades/negócios desenvolvidos e as suas perspectivas de evolução, tendo em conta as alterações do enquadramento externo.

2. Descrição das estratégias e objectivos

No ponto 4.4 do Relatório de Gestão Global apresenta-se a estratégia global do Montepio e as estratégias definidas para cada uma das principais instituições que o compõem: Associação Mutualista e Caixa Económica. Esse capítulo inclui a explicitação da missão e da visão, as metas estratégicas, os objectivos de negócio, incluindo informação relacionada com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados e as orientações e acções estratégicas subjacentes.

3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

Tanto ao longo do Relatório de Gestão como nas notas explicativas apresenta-se informação detalhada sobre as actividades desenvolvidas nas diversas áreas de negócio, a sua evolução e desempenho.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos e práticas de gestão

No ponto 4.6.4 do Relatório de Gestão e nas notas explicativas descreve-se a forma como está organizada a função de análise e gestão dos riscos, as metodologias e as práticas que lhe estão associadas, a evolução das exposições da instituição aos diversos riscos, designadamente no que se refere ao risco de liquidez, e os processos de monitorização e controlo.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9., 10. e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas e impacto dos *write-downs* e decomposição dos *write-downs*

Na análise à Carteira de Títulos e Outras Aplicações Financeiras, do ponto da Análise Financeira, do Relatório de Gestão, são descritas as perdas/imparidades (resultados) por grandes agregados, referentes aos períodos de 2007 e 2008.

Os principais motivos e factores que estão na origem destes impactos, não obstante a quase nula exposição do Montepio em acções, decorrem da crise atribuída ao *subprime*, que muito rapidamente contagiou os mercados financeiros, com grande impacto sistémico na desvalorização dos activos das instituições de crédito estrangeiras, tendo o Montepio, em carteira um conjunto de obrigações emitidas por estas instituições.

Também na análise dos Resultados e das Provisões e Imparidade, do ponto Análise Financeira, do Relatório de Gestão, são referidas as perdas, com maior ênfase no aumento da imparidade de títulos, que representou 59,8% do acréscimo total.

As notas explicativas às Demonstrações Financeiras também relevam alguns destes impactos, designadamente, nos seguintes pontos:

- margem financeira e resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda;
- resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados;
- resultados de activos financeiros disponíveis para venda;
- resultados de reavaliação cambial.

12. e 13. Decomposição dos *write-downs* entre montantes realizados e não realizados e impacto na cotação das acções da entidade.

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima associada ao prolongamento da turbulência financeira.

Na análise feita ao risco de mercado e ao risco de liquidez, do ponto Gestão de Riscos, do Relatório de Gestão, estão subjacentes estas questões.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos *spreads* associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados.

No Relatório de Gestão, na análise da Margem Financeira, é referido que a Taxa de Intermediação Financeira baixou 0,16 p.p., devido a um maior aumento da taxa média dos recursos financeiros totais (+0,70 p.p.) do que a taxa média de juro das aplicações financeiras totais (+0,46 p.p.), traduzindo esta situação um agravamento dos *spreads* do lado dos recursos alheios remunerados.

Nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras, no ponto sobre «gestão de riscos», é apresentado um mapa sobre as taxas médias de juro que evidencia um acréscimo expressivo das taxas de juro nos recursos de mercados interbancários.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições «vivas».

As notas explicativas às Demonstrações Financeiras apresentam os valores desdobrados por nocional, balanço e justo valor, nomeadamente nos seguintes pontos:

- activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- activos financeiros disponíveis para venda;
- derivados de cobertura.

17. Informação sobre mitigantes de risco de crédito (e.g. através de *credit default swaps*) e o respectivo valor das exposições existentes.

Nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras são apresentados os produtos de derivados, incluindo *credit default swaps*, os produtos cobertos e os riscos cobertos, principalmente nos seguintes pontos:

- activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- activos financeiros disponíveis para venda;
- derivados de cobertura.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições.

A informação consubstanciada nas notas às Demonstrações Financeiras, referenciadas nos pontos anteriores, contempla a informação detalhada.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, compras, write-downs, etc.).

Nas notas às Demonstrações Financeiras, o ponto referente a «Reservas a justo valor» apresenta os principais movimentos (reavaliação, alienação, aquisições e imparidade) para os períodos/anos 2007 e 2008.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo «veículos» e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que não tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.

Nas notas às Demonstrações Financeiras, o ponto referente a «Securitização de activos» apresenta uma descrição detalhada sobre as quatro operações de titularização realizadas e os respectivos «veículos», ou seja, *Special Purpose Vehicle* (SPV).

21. Exposição a seguradoras de tipo «monoline» e qualidade dos activos segurados.

Não aplicável.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22., 23., 24. e 25. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos, consolidação dos *Special Purpose Vehicle* (SPV), divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros e descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

Estas questões estão amplamente desenvolvidas no ponto 1 das Notas às Demonstrações Financeiras, que trata especificamente de políticas contabilísticas.

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

Um dos objectivos do sistema de controlo interno do Montepio é o de assegurar o cumprimento das normas prudenciais em vigor, a fiabilidade de informação, e os prazos de reporte de informação para as diversas entidades externas, o qual estabelece a identificação dos órgãos responsáveis pelos reportes e pelo controlo global de execução.

Quanto à divulgação interna dos principais reportes de gestão tem-se vindo progressivamente, por um lado, a concentrar esta responsabilidade em órgãos mais vocacionados para o efeito e, por outro, a descentralizar os reportes mais especializados em órgãos que, dadas as suas funções e actividades específicas, estão mais habilitados a garantir níveis de fiabilidade e de tempestividade mais adequados.



II. Relatório Actuarial das Modalidades Associativas

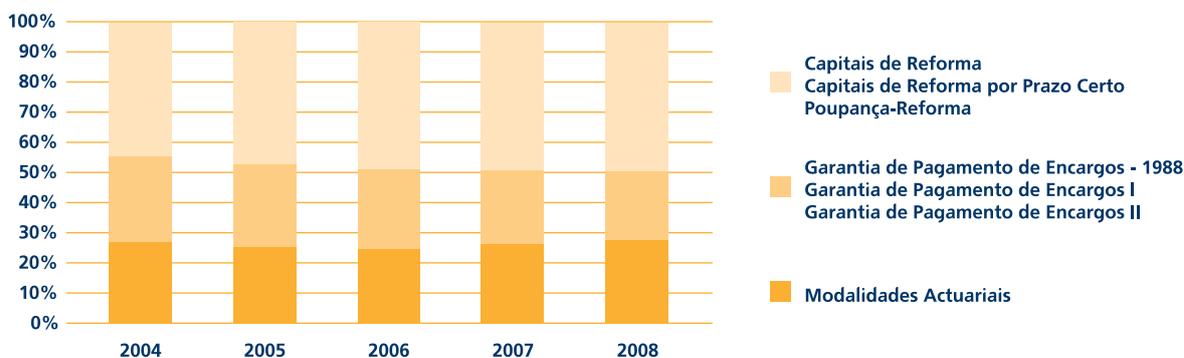
NÚMERO DE SUBSCRIÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2008, o número de subscrições nas modalidades associativas do MONTEPIO era de 736 490, verificando-se um aumento de 6,8% relativamente a 31 de Dezembro de 2007. Neste número estão incluídas 7 262 subscrições em coberturas adicionais.

O gráfico abaixo ilustra a evolução das subscrições nos últimos cinco anos, agrupando as modalidades em três categorias:

- modalidades actuariais, às quais correspondem reservas matemáticas;
- garantia de Pagamento de Encargos – 1988, Garantia de Pagamento de Encargos I e Garantia de Pagamento de Encargos II;
- capitais de Reforma, Capitais de Reforma por Prazo Certo e Poupança Reforma.

SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADE



À semelhança do que se verificou em 2007, o peso das modalidades actuariais registou um crescimento, representando actualmente 27,7% do total de subscrições, face aos 26,4% de 2007.

MODALIDADES ASSOCIATIVAS COM RESERVAS MATEMÁTICAS

Analisando as subscrições de 2008, verifica-se que as modalidades actuariais mais subscritas pelos associados foram, tal como em 2007, Capitais de Previdência Diferidos com Opção (3%) e Capitais para Jovens (3%). O quadro abaixo apresenta as três modalidades mais subscritas, quer em número de subscrições, quer em capital subscrito.

MODALIDADES ACTUARIAIS MAIS SUBSCRITAS

NÚMERO DE SUBSCRIÇÕES		CAPITAIS SUBSCRITOS	
Modalidade	%	Modalidade	%
Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	95,6	Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	91,7
Capitais para Jovens – 3%	3,9	Capitais para Jovens – 3%	7,9
Pensões de Reforma – 3%	0,4	Capitais de Previdência – 3%	0,2

Como se pode observar, a modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção representa cerca de 96% do total das subscrições de 2008 e 92% do total de capital subscrito nas modalidades actuariais com reservas matemáticas.

RENDAS VITALÍCIAS

O número de rendas vitalícias em 31 de Dezembro de 2008 era de 850 e o de rendistas de 460. Estes valores incluem três rendas vitalícias diferidas e os respectivos rendistas, cujo pagamento ainda não se iniciou, bem como duas rendas vitalícias imediatas constituídas no mês de Dezembro e respectivos rendistas, cujo pagamento tem início em Janeiro de 2009.

O capital entregue para constituição de rendas vitalícias durante o ano de 2008 foi de 890 596,65€.

RESERVAS MATEMÁTICAS

O total das reservas matemáticas em 31 de Dezembro de 2008 era de 356 702 691,86€¹, registando um crescimento de 5,0% face a 2007. O quadro seguinte mostra a forma como estão divididas.

RESERVAS MATEMÁTICAS

(euros)

Benefícios	Subscrições	Melhorias e Subvenções	Subsídios de 1919 e Complementar
Formação	217 230 103,23	60 997 588,95	
Curso	30 169 824,88	28 365 978,50	24 165,77
Rendas Vitalícias	19 915 030,53		

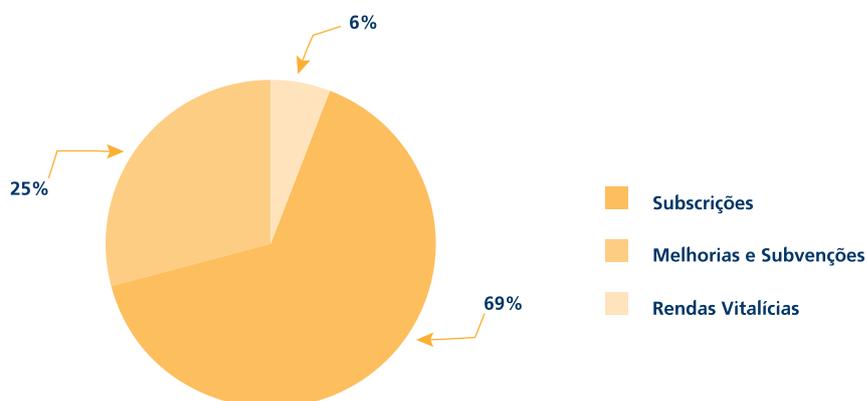
Adicionalmente, em 2008, a Associação Mutualista constituiu um reforço líquido de reservas matemáticas no montante 17 161 415,68€ decorrente de um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos actuariais mais adequados face à realidade actual, quer em termos de esperança de vida, quer em termos de taxa técnica de juro. Refira-se que este procedimento tem vindo a ser adoptado desde 2005, por recomendação dos Auditores Externos. O valor acumulado destas responsabilidades ascende a 66 165 518,23€.

No ponto 5 deste Relatório estão discriminadas as reservas matemáticas por modalidade.

Os gráficos seguintes ilustram a composição das reservas matemáticas. Dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas das Melhorias e Subvenções.

O primeiro gráfico representa a distribuição percentual das reservas matemáticas totais em Subscrições, em Melhorias e Subvenções e em Rendas Vitalícias.

RESERVAS MATEMÁTICAS (DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL)



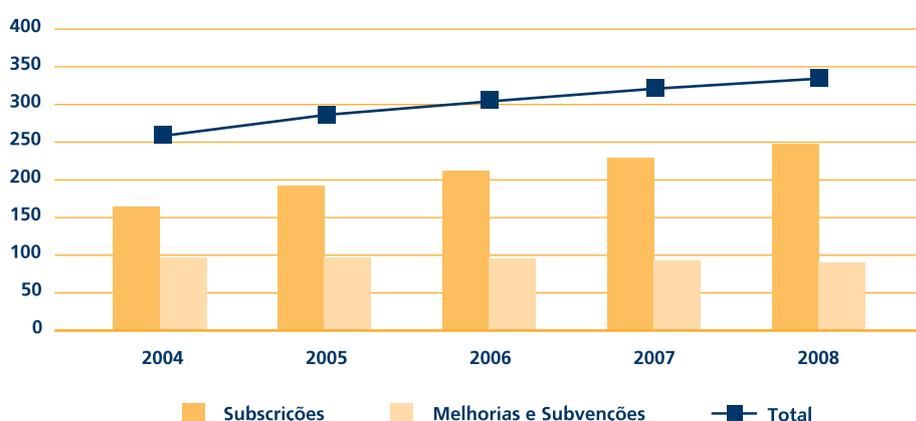
¹ As reservas matemáticas apresentadas neste relatório correspondem exclusivamente aquelas que são calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pela Tutela.

Comparativamente com 2007, o peso das reservas matemáticas das Subscrições aumentou 2%, enquanto o das Melhorias e Subvenções diminuiu 2%. O peso das reservas matemáticas das Rendias Vitalícias no total manteve-se.

O segundo gráfico ilustra a evolução das reservas matemáticas das modalidades associativas nos últimos cinco anos, tendo o total das reservas matemáticas crescido 29% nesse período. As reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções registaram uma ligeira descida.

RESERVAS MATEMÁTICAS

(milhões de euros)



MAPAS ESTATÍSTICOS

Neste ponto, apresenta-se alguns elementos estatísticos de interesse, relativamente às subscrições, às pensões e às rendas vitalícias existentes em 31 de Dezembro de 2008.

Apresenta-se também as reservas matemáticas por modalidade e a variação anual total do valor das reservas matemáticas.

SUBSCRIÇÕES

No quadro seguinte pode-se observar o número de subscrições existentes em 31 de Dezembro de 2008, nas modalidades actuariais, bem como os valores subscritos e a quotização anual.

SUBSCRIÇÕES

(euros)

MODALIDADES DE INSCRIÇÃO ABERTA	N.º subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência – 3%	8	132 133,19	16 516,65	4 797,36	599,67
Pensões de Reforma – 3%	176	107 717,26	612,03	88 755,84	504,29
Restituição de Quotas – 3%	164	267 097,64	1 628,64	11 798,16	71,94
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	46 651	82 097 982,58	1 759,83	5 914 785,60	126,79
Capitais para Jovens – 3%	1 940	6 750 656,81	3 479,72	382 732,68	197,28
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	71	97 992,87	1 380,18	384,84	5,42

SUBSCRIÇÕES (cont.)

(euros)

MODALIDADES DE INSCRIÇÃO FECHADA	N.º subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência	8 104	22 390 205,69	2 762,86	672 647,52	83,00
Subsídio por Morte	1 631	1 390 795,44	852,73	21 950,76	13,46
Pensões de Reforma – 6%	1 811	3 386 637,17	1 870,04	1 497 747,72	827,03
Pensões de Reforma – 4%	2 391	2 896 773,63	1 211,53	1 737 181,56	726,55
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	2 365	2 431 953,57	1 028,31	1 583 764,56	669,67
Restituição de Quotas – 6%	1 860	17 819 212,14	9 580,22	131 373,24	70,63
Restituição de Quotas – 4%	4 590	23 413 921,21	5 101,07	326 386,68	71,11
Adicional de Invalidez – 6%	151	1 076 652,93	7 130,15	7 990,44	52,92
Adicional de Invalidez – 4%	133	260 755,41	1 960,57	2 608,20	19,61
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	116 103	422 204 986,38	3 636,47	23 923 047,84	206,05
Capitais de Previdência a Prazo	219	2 292 852,89	10 469,65	78 054,84	356,41
Capitais para Jovens	11 338	50 652 064,00	4 467,46	2 941 874,16	259,47
Pensões para Deficientes	26	54 464,82	2 094,80	24 532,20	943,55
Capitais Temporários por Invalidez ou Morte	4	75 056,60	18 764,15	689,52	172,38
Capitais Temporários de Invalidez	261	1 825 838,87	6 995,55	11 239,08	43,06
Rendas de Sobrevivência	33	69 589,42	2 108,77	47 537,16	1 440,52
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	35	151 520,16	4 329,15	11 201,40	320,04
Capitais para Estudos	1 438	638 640,20	444,12	501 070,56	348,45
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 086	35 701,00	17,11	9 993,12	4,79
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	7 369,47	1 228,25	173,64	28,94
Garantia de Pagamento de Encargos – 1983	4	3 890,64	972,66		
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	95,78	23,95	35,40	8,85
Subsídio de Funeral e Luto (L. Nacional)	58	5 314,08	91,62		

PENSÕES

O próximo quadro apresenta o número de pensões existentes em 31 de Dezembro de 2008, os respectivos valores anuais, o encargo médio por pensão e a relação existente entre as subvenções e melhorias e as pensões.

De notar que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

PENSÕES

(euros)

MODALIDADES	N.º de Pensões	Encargo anual (a)		Encargo Médio por Pensão	Relação entre Subv. + Melh. e Pensões
		Pensões	Subvenções e Melhorias (b)		
Capitais de Previdência	1 250	117 739,68	471 077,52	471,05	4,00
Pensões de Reforma – 6%	1 413	2 036 128,56	1 665 230,76	2 619,50	0,82
Pensões de Reforma – 4%	238	262 776,48	38 048,76	1 263,97	0,14
Capitais para Jovens	197	290 040,00	134 960,28	2 157,36	0,47
Rendas de Sobrevivência	3	9 401,04	500,04	3 300,36	0,05
Capitais para Estudos	260	90 194,70	25 761,39	445,98	0,29
Capitais de Reforma – 6%	3	2 102,04	1 060,44	1 054,16	0,50
Capitais de Reforma – 4%	177	384 997,20	49 182,96	2 453,00	0,13
Capitais de Reforma – 3%	77	180 740,64	700,08	2 356,37	0,00
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 604	38 724,48	1 598 522,76	628,74	41,28
Rend. Vital. Favor Pessoas Certas	47	887,46	8 899,97	208,24	10,03

(a) O valor da pensão de capitais para estudos refere-se a uma semestralidade.

(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

Constata-se que é nas modalidades mais antigas que a relação entre as subvenções e melhorias e as pensões é mais elevada, atingindo o máximo nas Pensões de Sobrevivência e Dotes (41,28).

RENDAS VITALÍCIAS

O quadro seguinte indica o número de rendas vitalícias, o número de rendistas e o valor anual das rendas constituídas à data de 31 de Dezembro de 2008.

RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

Rendas	Número		Valor anual (a)	
	Rendistas	Total	Médio (por renda)	
850	460	2 794 887,45	3 288,10	

a) O valor anual das rendas em vigor a 31 de Dezembro, corresponde ao encargo anual das rendas em vigor a esta data.
Este valor difere do valor apresentado em Balancete, o qual corresponde ao montante efectivamente vencido no ano findo.

RESERVAS MATEMÁTICAS

Nos próximos três quadros apresenta-se as reservas matemáticas das Subscrições, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar, discriminadas por modalidade.

Note-se que o valor subscrito na modalidade Capitais para Estudos refere-se a semestralidades.

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO	N.º de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência – 3%	8	132 133,19	8 463,87	
Pensões de Reforma – 3%	176	107 717,26	308 773,62	
Restituição de Quotas – 3%	164	267 097,64	34 854,93	
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	46 651	82 097 982,58	5 831 969,12	
Capitais para Jovens – 3%	1 940	6 750 656,81	1 520 348,19	
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	71	97 992,87	263,79	
Capitais de Previdência	8 104	22 390 205,69	9 465 239,94	
Subsídio por Morte	1 631	1 390 795,44	904 322,00	
Pensões de Reforma – 6%	1 811	3 386 637,17	24 827 673,99	
Pensões de Reforma – 4%	2 391	2 896 773,63	15 864 144,99	
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	2 365	2 431 953,57	11 663 073,89	
Restituição de Quotas – 6%	1 860	17 819 212,14	891 414,69	
Restituição de Quotas – 4%	4 590	23 413 921,21	2 022 787,70	
Adicional de Invalidez – 6%	151	1 076 652,93	55 564,54	
Adicional de Invalidez – 4%	133	260 755,41	10 353,66	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	116 103	422 204 986,38	105 876 177,68	
Capitais de Previdência a Prazo	219	2 292 852,89	1 488 735,26	
Capitais para Jovens	11 338	50 652 064,00	31 231 972,05	
Pensões para Deficientes	26	54 464,82	311 369,10	
Capitais Temp. por Invalidez ou Morte	4	75 056,60	885,06	
Capitais Temporários de Invalidez	261	1 825 838,87	39 824,26	
Rendas de Sobrevivência	33	69 589,42	317 978,07	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	35	151 520,16	48 628,24	
Capitais para Estudos	1 438	638 640,20	4 135 192,10	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 086	35 701,00	361 011,50	
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	7 369,47	3 417,22	
Garantia de Pagam. Encargos – 1983	4	3 890,64	10,33	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	95,78	702,06	
Subsídio de Funeral e Luto – L. Nacional	58	5 314,08	4 951,38	217 230 103,23

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES (cont.)

(euros)

BENEFÍCIOS EM CURSO	Quantidade	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	1 250	117 739,68	1 046 514,21	
Pensões de Reforma – 6%	1 413	2 036 128,56	18 078 145,05	
Pensões de Reforma – 4%	238	262 776,48	2 858 422,64	
Capitais para Jovens	197	290 040,00	646 808,68	
Rendas de Sobrevivência	3	9 401,04	169 995,08	
Capitais para Estudos	260	90 194,70	680 103,38	
Capitais de Reforma (pensões) – 6%	3	2 102,04	12 097,38	
Capitais de Reforma (pensões) – 4%	177	384 997,20	3 547 932,59	
Capitais de Reforma (pensões) – 3%	77	180 740,64	2 870 977,50	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 604	38 724,48	253 147,79	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	47	887,46	5 680,58	30 169 824,88
RENDAS VITALÍCIAS				
	Quantidade	Valor anual	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Rendas vitalícias – 6%	204	312 620,52	1 451 042,60	
Rendas vitalícias – 4%	573	2 288 723,28	15 837 683,01	
Rendas vitalícias – 3%	73	193 543,65	2 626 304,92	19 915 030,53
TOTAL				267 314 958,64

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

BENEFÍCIOS EM FORMAÇÃO	N.º de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	8 090	38 879 485,69	21 578 160,60	
Subsídio por Morte	1 626	1 132 118,08	777 467,28	
Pensões de Reforma – 6%	1 811	1 613 870,21	10 810 509,98	
Pensões de Reforma – 4%	2 391	121 160,15	925 614,44	
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	200	860,76	8 645,87	
Adicional de Invalidez – 6%	151	319 739,32	22 318,95	
Adicional de Invalidez – 4%	128	4 151,43	440,48	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	95 567	23 642 212,09	9 084 400,14	
Capitais de Previdência a Prazo	217	362 086,68	317 236,70	
Capitais para Jovens	10 679	6 048 278,20	5 224 871,70	
Pensões para Deficientes	26	14 379,00	111 965,11	
Capitais Temporários por Invalidez ou Morte	4	6 295,26	227,84	
Capitais Temporários de Invalidez	236	330 054,68	13 383,50	
Rendas de Sobrevivência	32	5 854,70	57 025,05	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	30	7 162,40	4 052,28	
Capitais para Estudos	1 374	45 959,90	414 862,13	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 086	1 012 603,82	11 613 201,51	
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	22 496,58	13 582,22	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	922,29	7 693,61	
Subsídio de Funeral e Luto – L. Nacional	58	12 803,55	11 929,56	60 997 588,95

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES (cont.)

(euros)

BENEFÍCIOS EM CURSO	Quantidade	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	1 250	470 608,80	3 428 175,80	
Pensões de Reforma – 6%	1 413	1 665 230,76	13 704 575,52	
Pensões de Reforma – 4%	238	38 048,76	395 157,34	
Capitais para Jovens	197	134 960,28	277 499,38	
Rendas de Sobrevivência	3	500,04	8 961,48	
Capitais para Estudos	260	25 761,39	162 775,29	
Capitais de Reforma (pensões) – 6%	3	1 060,44	6 102,48	
Capitais de Reforma (pensões) – 4%	152	49 182,96	397 170,06	
Capitais de Reforma (pensões) – 3%	44	700,08	11 150,39	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 604	1 593 804,24	9 917 403,94	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	47	8 899,97	57 006,82	28 365 978,50
TOTAL				89 363 567,45

RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

PENSÕES EM CURSO	Quantidade	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas	
			Parciais	Totais
Capitais de Previdência	32	468,72	4 889,50	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	417	4 718,52	19 276,27	24 165,77
TOTAL				24 165,77

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS RELATIVAMENTE A 31/12/2007

As reservas matemáticas das Subscrições registaram, em 2008, um aumento de 19 208 306,42€, ascendendo a 267 314 958,64€ em 31 de Dezembro de 2008.

SUBSCRIÇÕES

(euros)

	31/12/2008	31/12/2007	Varição anual
Benefícios em formação	217 230 103,23	202 001 692,86	15 228 410,37
Benefícios em curso	30 169 824,88	25 756 278,34	4 413 546,54
Rendas Vitalícias	19 915 030,53	20 348 681,02	(433 650,49)
TOTAL	267 314 958,64	248 106 652,22	19 208 306,42

Por outro lado, as reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções registaram um decréscimo de 2 202 914,76€. O seu valor em 31 de Dezembro de 2008 era de 89 363 567,45€.

MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

	31/12/2008	31/12/2007	Varição anual
Benefícios em formação	60 997 588,95	64 041 520,84	(3 043 931,89)
Benefícios em curso	28 365 978,50	27 524 961,37	841 017,13
TOTAL	89 363 567,45	91 566 482,21	(2 202 914,76)

As reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram-se praticamente estáveis durante 2008, mas mantendo a ligeira tendência decrescente dos últimos anos.

SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

	31/12/2008	31/12/2007	Varição anual
Benefícios em curso	24 165,77	27 333,06	(3 167,29)
TOTAL	24 165,77	27 333,06	(3 167,29)

O total de reservas matemáticas cresceu 17 002 224,37€ durante o ano, situando-se em 356 702 691,86€ em 31 de Dezembro de 2008.

SITUAÇÃO TÉCNICO-ACTUARIAL DO MONTEPIO

As reservas matemáticas foram verificadas e validadas no Núcleo de Actuariado, tendo sido calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pela entidade de supervisão e estando integralmente cobertas pelo activo líquido, pelo que o MONTEPIO apresenta uma adequada situação técnico-actuarial.

Lisboa, 26 de Janeiro de 2009

A Actuária,

Teresa Sofia de Sousa Fernandes

Actuária Titular pelo Instituto dos Actuários Portugueses

III. Demonstração dos Resultados das Modalidades Associativas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES 2008

(milhares de euros)

	Pensões de Reforma				P. R. – Restituição de Quotas				P. R. – Adicional de Invalidez				Pensões p/ Deficientes	Pensões Sobrevivência e Dotes
	4%	4% TV 88/90	6%	3%	4%	4% TV 88/90	6%	3%	4%	4% TV 88/90	6%			
1. PROVEITOS E GANHOS														
Proveitos Inerentes a Associados	3 560	1 792	7 298	252	308	127	192	27	3	1	18	39	1 362	
Jóias														
Quotizações	1 792	1 609	1 535	248	232	95	101	26	2	1	8	28	10	
Capitais Recebidos														
Redução Provisões Matemáticas	1 768	182	5 762	4	77	32	91	1	1	0	10	11	1 352	
Outros Prov. Inerentes a Associados	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Proveitos Suplementares														
Complicações e Subsídios à Exploração	308	161	801	2	30	17	16	0	1	0	2	8	482	
Proveitos e Ganhos Financeiros	664	346	4 824	8	65	37	96	1	1	0	10	23	913	
Proveitos e Ganhos Extraordinários	48	25	364		5	3	7		0	0	1		107	
TOTAL	4 580	2 323	13 287	262	407	184	311	28	4	1	31	70	2 864	
2. CUSTOS E PERDAS														
Custos Inerentes a Associados	7 659	4 093	21 928	259	150	152	69	27	2	1	16	48	3 853	
Prestações	225		1 907										39	
Capitais Vencidos									1		13		0	
Subvenções e Melhorias de Benefícios	35		1 582				3		0				1 615	
Rendas Vitalícias														
Aumento de Provisões Matemáticas	7 031	3 980	18 282	257	148	152	57	27	1	1	3	48	2 178	
Outros Custos Inerentes a Associados	367	113	157	2	2	0	8						20	
Encargos Administrativos	113	59	536	1	11	6	11	0	0	0	1	3	153	
Custos e Perdas Financeiras	16	8	164	0	2	1	3	0	0	0	0	1	18	
Custos e Perdas Extraordinárias	3	2	39	0	0	0	1	0	0	0	0	0	70	
TOTAL	7 790	4 162	22 667	260	163	160	83	27	2	1	18	51	4 031	
3. MEIOS LIBERTOS	-3 210	-1 839	-9 380	2	245	24	228	1	2	0	13	18	-1 167	
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO	22	11	282	1	2	1	6	0	0	0	1	1	34	
5. PROVISÕES P/APLIC. E INVESTIM. FINANC.														
6. RESULTADOS LÍQUIDOS (3+4+5)	-3 232	-1 850	-9 661	1	243	23	222	1	2	0	12	17	-1 201	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES 2008 (continuação)

(milhares de euros)

	Rendas Vitalícias F. Pessoas Certas	Rendas de Sobrevivência	Capitais de Previdência		C. P. Diferidos c/ Opção		Capitais Previd. a Prazo	Capitais Previd. F. Pessoas Certas	Capitais p/ Jovens		Cap. Dif. c/ Cobertura Adicional	Capitais p/ Estudos	Capitais Temp. Invalidez 4%
			4%	3%	4%	3%			4%	3%			
1. PROVEITOS E GANHOS													
Proveitos Inerentes a Associados	6	57	2 274	9	59 549	5 129	602	0	8 648	1 284	43	1 167	21
Jóias													
Quotizações	0	50	672	9	28 888	4 948	87	0	3 059	1 243	11	511	11
Capitais Recebidos													
Redução Provisões Matemáticas	6	6	1 602	0	30 648	179	515		5 586	41	32	656	10
Outros Prov. Inerentes a Associados	0	0	0	0	13	2	0		3	0	0	1	0
Proveitos Suplementares													
Comparticipações e Subsídios à Exploração	2	8	734	0	2 132	30	39	0	746	8	1	78	4
Proveitos e Ganhos Financeiros	7	23	1 531	0	4 596	134	110	5	1 517	35	3	297	11
Proveitos e Ganhos Extraordinários	0		112		338				118				
TOTAL	14	88	4 650	9	66 615	5 293	751	6	11 028	1 326	48	1 542	35
2. CUSTOS E PERDAS													
Custos Inerentes a Associados	12	50	3 143	8	62 756	5 023	688	6	10 154	1 303	16	1 431	2
Prestações	1	9	111						289				
Capitais Vencidos			93		24 973		245		3 445		3	170	
Subvenções e Melhorias de Benefícios	9	0	729		2 106		240		1 335		0	49	
Rendas Vitalícias													
Aumento de Provisões Matemáticas	3	40	1 895	8	33 159	5 001	180	6	5 084	1 302	12	1 160	2
Outros Custos Inerentes a Associados			315		2 517	22	23		0	1		52	
Encargos Administrativos	1	3	235	0	691	17	14	0	237	4	0	30	1
Custos e Perdas Financeiras	0	1	27	0	362	7	4	0	27	2	0	9	0
Custos e Perdas Extraordinárias	0	0	7	0	120	2	1	0	7	0	24	2	0
TOTAL	13	54	3 412	8	63 928	5 049	707	6	10 426	1 310	40	1 472	3
3. MEIOS LIBERTOS	1	34	1 238	1	2 686	243	43	0	603	17	7	70	32
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBIZADO	0	1	50	0	147	13	8	0	50	3	0	16	1
5. PROVISÕES P/APLIC. E INVESTIM. FINANC.					423								
6. RESULTADOS LÍQUIDOS (3+4+5)	1	32	1 188	1	2 116	230	36	0	552	13	7	54	31

Capitais Temp. Invalidez 3%	C. P. Temp. Invalidez /Morte	Subs. por Morte	Pensões Reforma 1922 Estat.	Subs. p/ Morte Invalidez e Reforma Nacional Lut.	Pensões Capitais Reforma			Renda Certa Mod. Colectivas		Pensões Mod. Colectivas 3%	Rendas Vitalícias			Encargos c/ Médico Administ.	Garantia Pagamento Encargos 1983
					4%	6%	3%	4%	3%		4%	6%	3%		
0	1	72	1		157	1	1 295	1	33	2	1 382	283	1 057	3	0
0	1	22			1 168		24						891	3	
0	0	50	1		157	1	127	1	9	2	1 382	283	166		0
0		0												0	
0	0	31	0	0	85	0	20	0	0	1	353	15	26	5	0
0	0	91	0	1	184	2	114	0	1	3	635	119	89	17	1
			0		13	0					56	0			
0	1	193	1	2	439	3	1 429	1	34	5	2 426	417	1 171	25	2
0		107		0	770	4	1 377	1	34	4	2 290	309	1 092		
		21			385	2	146	1	11	4					
		30			49	1	0								
0		50		0	336	1	1 231		23		2 280	307	150		
		5									9	2	942		
0	0	11	0	0	31	0	12	0	0	0	111	12	11	2	0
0	0	3	0	0	5	0	5	0	0	0	8	-1	3	1	0
0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	4	1	1	0	0
0	0	122	0	0	806	5	1 395	1	34	5	2 413	321	1 107	3	0
0	1	72	1	1	-367	-2	34	0	0	0	14	96	64	22	1
0	0	6	0	0	6	0	9	0	0	0	25	6	5	1	0
0	1	66	1	1	-373	-2	25	0	0	0	-11	90	59	21	1

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES 2008 (continuação)

(milhares de euros)

	Garantia Pagamento de Encargos			Capitais de Reforma	Capitais de Garantia	Benef. Sol. Asso- ciativa	Poupança Reforma	Moda- lidades Colectivas	CPR Prazo Certo	Mod. Colec- tivas Invalidez	Fundo Bolsa de Estudo	Fundo de Adminis- tração	Fundo de Reserva	TOTAL
	1988	I	II											
1. PROVEITOS E GANHOS														
Proveitos Inerentes a Associados	17 839	2 291	17	276 025	98	5 490	11 536	1 238	102 625	1		387		515 600
Jóias												387		387
Quotizações	17 839	2 291	17		98	5 488				1				70 933
Capitais Recebidos				109 813			10 377	657	102 171					225 101
Redução Provisões Matemáticas				164 336			1 141	582	454					217 263
Outros Prov. Inerentes a Associados				1 875		2	18					0		1 916
Proveitos Suplementares				6										6
Comparticip. e Subsídios à Exploração	23	0	0	4 342	4	680	544			0	12		3 882	25 632
Proveitos e Ganhos Financeiros	2 209	11	0	55 690	16	1 009	2 264	301	5 384	0	34	1	6 338	89 772
Proveitos e Ganhos Extraordinários				4 623		112	3						1 396	7 328
TOTAL	20 071	2 302	17	22 416	117	7 291	14 346	1 540	108 008	1	46	388	11 616	638 337
2. CUSTOS E PERDAS														
Custos Inerentes a Associados	10 446	354		320 818	4	107	13 128	1 467	107 086					582 246
Prestações														3 132
Capitais Vencidos				164 336	4	107	1 141	582	454					195 588
Subvenções e Melhorias de Benefícios														7 785
Rendas Vitalícias														2 738
Aumento de Provisões Matemáticas				153 827			11 971	881	106 632					355 924
Outros Custos Inerentes a Associados	10 446	354		2 654			15	4						17 080
Encargos Administrativos	364	8	0	5 816	2	727	263	33	265	0	4	312	26	10 138
Custos e Perdas Financeiras	2 000	10	0	4 529	1	14	37		7	0	1		4 620	11 897
Custos e Perdas Extraordinárias	994	5	0	535	0	61	9			0	0		1 010	2 842
TOTAL	13 804	377	0	331 699	7	910	13 437	1 500	107 358	0	6	312	5 656	607 123
3. MEIOS LIBERTOS	6 267	1 924	17	18 988	110	6 381	909	40	651	1	40	75	5 960	31 215
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBIZADO				1 913	2	26	67			0	2		225	2 944
5. PROVISÕES P/APLIC. E INVES. FIN.	11 309	57	1	3 474		425	132						3 059	18 880
6. RESULTADOS LÍQUIDOS (3+4+5)	-5 042	1 867	16	13 600	109	5 930	710	40	651	1	38	75	2 676	9 390

IV. Carteira de Imóveis da Associação Mutualista

361

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
1. INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS				
ABÓBODA – Estrada de Polima – Fase 2 – Piso Zero r/c, Loja B	341	61	280	35
ALBERGARIA-A-VELHA – Rua 25 de Abril, 9 r/c	347	48	299	36
ALBUFEIRA – Rua Pedro Álvares Cabral, 26, Loja – Cerro Lagoa	380	78	302	39
ALFRAGIDE – Rua A Lote 11, Corpos A/B - C/D	5 129	422	4 707	300
ALGÉS – Rua João Chagas, 53/53 G	3 941	794	3 147	402
ALHANDRA – Armazéns Antigos	178	98	80	8
– Armazéns Novos	178	74	104	1
ALMADA – Rua Galileu Saúde Correia, 11-B r/c e 16-A, Loja	391	88	303	70
ALMEIRIM – Praça da República, 36/36A/37A	444	63	381	42
ALPENDURADA – Av. Dr. F. Sá Carneiro – Ed. Memorial Center, Bl. A, r/c	301	53	248	31
AMADORA – R. Actor António Silva, 7-B r/c Dto. – Venda Nova	658	165	493	62
ANGRA DO HEROÍSMO – Ladeira da Pateira – Posto Santo	7	1	6	0
ARCOS DE VALDEVEZ – Pr. Salvador Álvares Pereira, 43/R Nunes Azevedo	351	61	290	36
ARMAÇÃO DE PÉRA – Rua da Panasqueira, Lt 8 – Loja A	317	5	312	4
AVEIRO – Av. Dr. Lourenço Peixinho, 16/18 «G»	338	47	291	32
– Rua Angola, 22, 1.º	589	64	525	46
– R. Cónego Maia, 196, r/c Esq.	285	60	225	29
BAIXA DA BANHEIRA – R. Jaime Cortesão, 24, r/c Dto., c/v	399	73	326	41
BARREIRO – Rua Inst. Ferroviar Sul/Sueste, 7-B	202	7	195	16
BRAGA – Largo Senhora-a-Branca, 8/11	400	95	305	38
– Praça da Justiça, 191,192,195/7, Loja 1/2	359	65	294	37
– Rua do Caires, 291/309	8	2	6	2
– Rua S.Vicente, 174/176	351	60	291	35
– Rua do Souto, 65/71	1 278	444	834	130
BRAGANÇA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 3	706	325	381	59
CACÉM – Rua Elias Garcia, 153/155, r/c Esq.	457	88	369	47
CÂMARA DE LOBOS – MADEIRA – R. Dr. João Abel Freitas, 29/31	370	66	304	37
CARTAXO – Rua Combatentes Ultramar, 1 r/c	531	67	464	47
CARVALHOS – Rua Gonçalves Castro, 186 - A	477	46	431	42
CASTELO BRANCO – Alam. Liberdade, 7/13 / R. Rei D.Dinis, 2/10	805	344	461	57
– Praça Rainha D. Leonor, 4 - Loja	539	117	422	59
CHARNECA DA CAPARICA – Rua Ruy Furtado, 2A – Palhais	676	90	586	64
CHAVES – Rua do Olival, C. Com. Charlot, r/c - Loja 6	23	3	20	2
COIMBRA – Rua João Machado, 100	95	25	70	11
– Av. Sá da Bandeira, 81, r/c	644	63	581	57
– Lg. Miguel Bombarda, 39/53 – Couraça Estrela, 5	3 086	863	2 223	146
– Urbanização Adriano Lucas, Lt 3, r/c, Estrada da Beira	491	73	418	50
COSTA DA CAPARICA – Rua Gil Eanes, 2/2B	529	76	453	50
COVA DA PIEDADE – ALMADA – Rua Ivone Silva, 1/3 - Lj. 1-2	551	20	531	42
– Rua União Piedense, 7	0	0	0	39
COVILHÃ – Edifício Monteverde, Lote 1 – Loja A	482	65	417	46
DAMAIA – Av. D. Carlos I, 7-7B – Rua José Estêvão, 11, Loja	489	95	394	70
ELVAS – Rua da Cadeia, 17/17A	543	72	471	51
ERICEIRA – Estrada Nacional, 247 – Edifício Garden Park, Loja	410	60	350	39
ESMORIZ – Av. 29 de Março, 638/652	155	17	138	14
ESTREMOZ – Praça Luis de Camões, 61, r/c	461	63	398	44
ÉVORA – Rua das Alcaçarias, 42/50	155	143	12	4
– Rua Alarcova Baixo, 4 / Praça do Giraldo, 50	752	392	360	42
– Rua Fernando Seno, 28	614	62	552	54
– Urb. Horta Porta – Av. Cidade Lisboa, 219	697	30	667	55

CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (continuação)

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
FAMALICÃO – Av. Marechal Humberto Delgado – Edifício Plaza, Loja 3	576	85	491	56
FARO – Rua Alportel, 20/22	659	302	357	121
– Rua Ataíde Oliveira, 81-A, Loja	398	84	314	41
– Rua Jornal Correio do Sul, 22, cv.-Dto.	482	46	436	43
– Rua José Matos, Urbanização Bom João, Lote 14, 1.º E	60	6	54	0
– Rua Sol, 16/18	208	140	68	1
FÁTIMA – Rua Jacinta Marto, S/N, Loja Dta.	701	130	571	73
FORTE DA CASA – Rua Alves Redol, 1 e 5 r/c	486	97	389	49
FUNCHAL – Rua Ferreiros, 270/274 – Rua 5 de Outubro, 91-A/D	748	184	564	82
– Rua das Aranhas, 24, Frac. «E» e «H»	813	79	734	72
– Rua Dr. João Brito Câmara, Frac. «A» e «B»	814	119	695	77
– Rua Dr. Francisco Peres, 26-B – Caniço	485	67	418	46
– Jardins Forum Plaza II, Piso 0, Bloco 3	577	28	549	48
– Rua do Carmo, 86-90/R – Rua Anadia, 38/39	665	28	637	53
GANDARA – Rua 25 de Abril, 438/438-A	362	11	351	24
GOUVEIA – Praça de S. Pedro, 7/9, Loja	408	66	342	41
GUARDA – Rua Vasco da Gama, 35	1 097	115	982	0
– Rua Vasco da Gama, 37	225	30	195	12
– Rua Mouzinho da Silveira, 38	175	24	151	-1
– Rua Mouzinho da Silveira, 40	250	34	216	11
GUIMARÃES – Alameda S. Dâmaso, Edifício S. Francisco Centro, Loja 1	625	91	534	75
– Lugar da Igreja, Lote 1, r/c Esq. e Dto.	312	39	273	28
– Rua Teixeira de Pascoais, 123-A e 75, Loja e Escritório	496	104	392	51
INFANTADO – Av. das Descobertas, Lote 74, Lojas 3 e 4	539	8	531	9
LAGOS – Urbanização Porta da Vila, Lote 1, r/c	362	83	279	37
LEIRIA – Av. Marquês de Pombal, Lote 5, Lojas 3, 4, 5	576	114	462	59
– Rua Vasco da Gama, 5/15	1 698	474	1 224	211
– Av. D. João III – Edifícios Terraços do Liz, Lote 1, Piso 1	690	93	597	70
LINDA-A-VELHA – Rua Marcelino Mesquita, 9	715	102	613	73
LISBOA – Av. Almirante Reis, 237/237-B	804	549	255	61
– Av. António Augusto Aguiar, 124/124-B – R. Carlos Testa	2 425	1 518	907	166
– Av. do Brasil, Blocos «A» e «B»	6 493	3 509	2 984	377
– Av. do Brasil, Lojas	329	174	155	63
– Av. Defensores de Chaves, 40	857	578	279	7
– Av. João Crisóstomo, 26/28	2 241	1 184	1 057	106
– Av. D. João II – Ed. Gil Eanes – Parque Expo (Est. Oriente)	1 596	225	1 371	145
– Av. Oscar Monteiro Torres, 8-A/B/C	550	41	509	48
– Av. de Roma, 51/51-C	1 044	483	561	122
– Av. 24 de Julho, 60/60-A/60-K	996	494	502	130
– Calçada Ribeiro Santos, 1-A, 3 e 5	873	454	419	66
– Estrada de Benfica, 365/365A (S. Dom. Benfica)	815	117	698	77
– Estrada de Benfica, 460-D (Fonte Nova)	867	110	757	87
– Praça João Rio, 7/7-A	905	642	263	42
– Rua 4 Infanteria, 85/85-H	1 685	770	915	27
– Rua Alexandre Braga, 19	300	210	90	48
– Rua Almeida e Sousa, 20/20-A / R. Ferreira Borges, 97	1 448	551	897	109
– Rua Artur Lamas, 26	3 456	52	3 404	-15
– Rua Áurea, 205/217 / Rua do Carmo, 26-52 – Edifício Grandella	14 785	3 409	11 376	1 698
– Rua do Centro Cultural, 12/12-B	1 722	415	1 307	221
– Rua dos Fanqueiros, 183/189	72	22	50	9
– Rua Ferreira Borges, 183/183-C	285	83	202	93
– Rua Garrett, 37/51 – Rua Ivens, 66/76	2 159	974	1 185	103
– Rua General Firmino Miguel, 5/5-A/5-B/5-C	4 159	988	3 171	481

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
- Rua da Graça, 2-F, Loja	202	35	167	20
- Rua Inácio Sousa, 19/23	940	426	514	25
- Rua João Ortigão Ramos, 34/34-B – Pedralvas	629	96	533	59
- Rua Latino Coelho, 85/85-A	341	88	253	58
- Rua Leite Vasconcelos, 78/78-C	413	363	50	19
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2-A – Av. Rio de Janeiro	186	72	114	19
- Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2/12	1 872	1 055	817	262
- Rua Manuel Jesus Coelho, 1/1- B / Rua de S. José, 213	3 790	172	3 618	289
- Rua Padre Américo, 27 – Carnide	642	89	553	60
- Rua da Prata, 76/86	1 675	877	798	75
- Rua Sebastião Saraiva Lima, 64	220	172	48	23
- Rua Sousa Loureiro, 10 cave	75	8	67	9
- Travessa das Verduras, 6, cv Dto./Esq.	50	10	40	2
LOURINHÁ – Rua Actor António José Almeida, n.º 11-B, r/c	326	45	281	37
MACEDO CAVALEIROS – Rua do Mercado, Loja 3, Piso 1	512	93	419	49
MAFRA – Av. 25 Abril, 13 - 13 D, r/c (Fracção B e C)	462	77	385	47
- Av. da Liberdade, 3-A, Loja 3	122	5	117	10
MAIA – Rua Nova dos Altos, 13, Parqueamento – Vermoim	25	4	21	3
MALVEIRA – Rua 25 de Abril, Loja 5, r/c – Alagoa Pequena	486	61	425	45
MANGUALDE – Rua 1.º de Maio, BI 2, r/c	455	73	382	45
MARCO DE CANAVEZES – Ed.Triunfo, lote 6, Lojas14 e 16	526	73	453	50
MARINHA GRANDE – Av. Vítor Galo, 13 r/c e cave	385	88	297	42
MASSAMÁ – Pr. Francisco Martins, 6/6-D, Loja 45	372	65	307	38
- Rua Direita Massamá, 120, Lj. 5	517	8	509	40
MIRANDELA – Av. Amoreiras, 191/199, Loja K	389	94	295	42
MONTEMOR-O-NOVO – Av. Gago Coutinho, 10/12	187	3	184	3
NAZARÉ – Av. Manuel Remígio, Bloco A, Lj. r/c	545	17	528	42
ODIVELAS – Av. Miguel Torga, Zona 2, Lt. 12 - Loja	402	6	396	6
OLHÃO – Rua General Humberto Delgado, 28-A	362	90	272	46
OLIVEIRA DO DOURO – Largo da Lavadeira, 36, r/c	280	60	220	28
- Rua Futebol Club Oliveira do Douro, 282, r/c	51	6	45	0
PAÇO DE ARCOS – Av. Marquês de Pombal, 5	610	89	521	61
PAREDE – Rua Machado Santos, Lote 540, Bloco B, n.º 2, r/c	576	121	455	60
PAREDES – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, S/N, r/c	480	90	390	49
PINHAL NOVO – Rua S. Francisco Xavier, Lote 2, Loja 4	572	135	437	62
PONTA DELGADA – Largo do Poço Velho, 10	38	8	30	0
- Rua Pintor Domingos Rebelo, 4 – Armazém	70	15	55	0
PONTE DE LIMA – Lugar Sobral, Edifício Novo Leblon, Loja	412	73	339	42
PORTIMAO – Urbanização Horta de S. Pedro – Lote 21, Lojas 1,2,3	460	70	390	45
PORTO – Av. dos Aliados, 90	4 362	1 760	2 602	189
- Praça Exército Libertador, 23/25, Loja	352	81	271	38
- Rua Campo Alegre, 1620, Loja	349	5	344	12
- Rua de Ceuta, 38/44/48	844	476	368	-2
- Rua da Constituição, 1274/1238/1246/1268/1252	888	248	640	164
- Rua Fernandes Tomás, 424/438	64	15	49	5
- Rua Júlio Dinis, 656	2 466	1 396	1 068	145
- Rua Júlio Dinis, 674/678	553	125	428	77
- Rua Magalhães Lemos, 111/113	906	216	690	136
- Rua Mártires da Liberdade, 136/138/140	90	23	67	-1
- Rua Mártires da Liberdade, 142	75	20	55	0
- Travessa do Covelo, 99 cave	26	3	23	1
- Rua 1.º de Janeiro, 332 – Bessa	501	66	435	50

CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (continuação)

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
PORTO DE MÓS – Av. Santo António, Bloco 5, r/c Esq.	354	55	299	34
PÓVOA SANTA IRIA – Urb. Casal Serra, Torre 8, r/c, Lojas 3/4	647	128	519	67
POVOAÇÃO – AÇORES – Rua Barão Laranjeiras, 17	540	73	467	23
QUARTEIRA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote 10, 2 Ljs.	413	88	325	43
QUELUZ – Av. Luís de Camões, 38-B/C	625	48	577	54
RAMALDE – Rua São João de Brito, 530	532	71	461	50
RIBEIRA GRANDE – AÇORES – Rua de S. Francisco	329	16	313	15
RIO MAIOR – Av. Paulo VI, Lote 82	519	78	441	51
RIO TINTO – Travessa Senhor do Calvário, 18 cv	289	62	227	30
S. JOÃO DA MADEIRA – Av. Dr. Renato Araújo, 357-F	444	60	384	44
SANDIM – Rua da Columbófila, 371 C/D	442	67	375	42
SANTARÉM – Largo Padre Francisco Nunes Silva, 1	1 214	408	806	78
SANTIAGO CACÉM – Praça do Mercado, 7, Loja	270	4	266	8
SANTO TIRSO – R. D. Nuno A. Pereira – Pr. Camilo C. Branco, Lojas 8/9	324	66	258	33
SEIA – Av. 1.º Maio, 18, Loja	486	90	396	50
SEIXAL – Rua Gil Vicente, 1/1-B, Loja – Torre da Marinha	478	103	375	49
SETÚBAL – Av. Luísa Todí, 294/308 – Praça do Bocage, 135/145	4 864	1 461	3 403	287
– Av. República Guiné Bissau, 11/11-B	49	13	36	1
– Vale do Cobro, Lote 34, r/c Dto.	28	5	23	0
SINES – Av. Gen. Humberto Delgado, 59/59A	223	30	193	21
TAPADA DAS MERCÊS – Rua Três, Lote 1A, Lojas 1/2	507	99	408	52
TAVIRA – Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4, Loja	386	60	326	38
TORRES NOVAS – Largo Cor. António Maria Batista, 2 r/c	645	154	491	98
TROFA – Rua Abade Inácio Pimentel, 193	80	10	70	8
VAGOS – Rua António Carlos Vidal, 92 r/c	362	56	306	36
VALADARES – Rua José Monteiro Castro Portugal, n.º 2553/2555	393	59	334	38
VENDA DO PINHEIRO – Av. 9 de Julho, 96-A/B	481	73	408	48
VILA FRANCA DE XIRA – Av. 25 de Abril, 14/16	521	86	435	52
VILA NOVA DE GAIA – Rua Marquês Sá da Bandeira, 455	616	137	497	68
– Av. da República, 2531	487	107	380	57
VILA REAL STO. ANTÓNIO – Av. Min. Duarte Pacheco, Lote 10 r/c	311	54	257	31
VISEU – Rua Direita, 88/94 / Rua Árvore, 52	4 377	1 584	2 793	300
– Rua Dr. Álvaro Monteiro, Lote 11 r/c – Marzovelos	432	66	366	44
– Av. D. António J. Almeida, S/N, Loja – S. Mateus	347	60	287	36
TOTAL (1)	154 126	41 427	112 699	12 945
2. TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
LISBOA – Rua Áurea – EDIFÍCIO SEDE	574		574	
PORTO – Terreno na Pasteleira	49		49	
– Terreno Rua Mártires da Liberdade, 122/124	69		69	
ANGRA DO HEROÍSMO – S. Mateus – Terreno (Prédio rústico)	2		2	
– S. Bartolomeu – Terreno (Prédio rústico)	14		14	
CALDAS DA RAINHA – «Vinha das Coxas»	3 021		3 021	
TOTAL (2)	3 729	0	3 729	
3. EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				
LISBOA – Rua Áurea, 219-241 – EDIFÍCIO SEDE	19 021	6 263	12 758	1 671
– Mausoléu a Francisco M. Álvares Botelho	1	1	0	
TOTAL (3)	19 022	6 264	12 758	1 671
TOTAIS	176 877	47 691	129 186	14 616

V. Contas das Fundações

365

FUNDAÇÕES – CONTAS CORRENTES

ANO: 2008

(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino	Total
Saldo a 31/12/2007	6 755	79 075	2 865	857	1 141	90 693
CRÉDITO						
Reembolso de Títulos de Crédito	3 000	64 900				67 900
Rendimento de Títulos de Crédito	380	11 907			505	12 792
Rendimento de Unidades de Participação	1 119	5 772	91	184	102	7 268
Rendimento de Depósitos	30	651				681
Total do Crédito	4 529	83 230	91	184	607	88 641
DÉBITO						
Aplicações Financeiras		150 000				150 000
Bolsa Estudos						
Prémios						
Despesas de Expediente		61	19		15	95
Total do Débito	0	150 061	19	0	15	150 095
Saldo a 31/12/2008	11 284	12 244	2 937	1 041	1 733	29 239

FUNDAÇÕES – CONTAS PATRIMÓNIO

ANO: 2008

(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino	Total
ACTIVO						
Depósito à Ordem	11 284	12 244	2 937	1 041	1 733	29 239
Depósito a Prazo		150 000				150 000
Títulos de Crédito	4 949	163 383			12 765	181 097
Unidades de Participação – Custo	22 396	109 371	4 438	4 423	7 544	148 172
Unidades de Participação – Valorização	4 334	10 298	1 160	1 254	1 225	18 272
Propriedades Rústicas		1 728				1 728
Imóveis		16 979				16 979
Acréscimos de Proveitos	118	5 395			211	5 724
Total do Activo	43 081	469 398	8 535	6 718	23 478	551 211
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA						
Capital	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458	35 095
Reservas	31 720	433 503	5 807	3 704	4 203	478 937
Reservas de Reavaliação – Unid. Participação	4 334	10 298	1 160	1 254	1 225	18 272
Rendimento Líquido	1 440	16 619	72	184	592	18 907
Total do Passivo e Situação Líquida	43 081	469 398	8 535	6 718	23 478	551 211

CONTAS DAS FUNDAÇÕES (continuação)

PRÉMIOS – CONTAS CORRENTES

ANO: 2008

(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Herminia Tassara	Santa Joana	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Carlos Serrano	Bailim Pissarra	Total
Saldo a 31/12/2007	3 783	1 949	21 192	6 523	50 132	16 163	7 404	584	109	107 839
CRÉDITO										
Liquidação de Depósito a Prazo									500	500
Reembolso de Títulos			9 981				35 401			45 382
Rendimento de Títulos	489		915	503	2 041	824	1 563			6 335
Rendimento de Unidades de Participação	279	91	238		731	687	1 345			3 371
Rendimento de Depósitos			111	526	288	60	156	245	109	1 495
Total do Crédito	768	91	11 245	1 029	3 060	1 571	38 465	245	609	57 083
DÉBITO										
Aplicações Financeiras										0
Bolsa de Estudo								740		1 690
Donativos					9 958		3 000		500	13 458
Despesas de Expediente	15		27	15		12				69
Total do Débito	15		27	15	9 958	12	3 000	740	500	14 267
Saldo a 31/12/2008	4 536	2 040	32 410	7 537	43 234	17 722	42 869	89	218	150 655

PRÉMIOS – CONTAS PATRIMÓNIO

ANO: 2008

(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Herminia Tassara	Santa Joana	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Carlos Serrano	Bailim Pissarra	Total
ACTIVO										
Depósito à Ordem	4 536	2 040	32 410	7 537	43 234	17 722	42 869	89	218	150 655
Depósito a Prazo				24 940				13 220	6 332	44 492
Títulos de Crédito	11 807		19 141	11 323	40 727	22 019	4 920			109 937
Unidades de Participação – Custo	9 801	5 558	13 574	3 021	28 102	13 556	26 529			100 141
Unidades de Participação – Valorização	1 646	1 444	1 939	691	-1 130	688	1 349			6 628
Acréscimos de Proveitos	171		274	505	761	394	101	20	31	2 257
Total do Activo	27 961	9 042	67 338	48 017	111 694	54 379	75 768	13 329	6 581	414 110
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA										
Capital	12 470	1 995	14 964	24 940	74 820	38 308	49 880	12 470	7 482	237 329
Reservas	13 092	5 512	49 419	21 272	44 902	13 817	25 442	1 354		174 810
Reservas de Reavaliação – Unid. Participação	1 646	1 444	1 939	691	-1 130	688	1 349	0		6 628
Resultados Transitados									-510	-510
Rendimento Líquido	753	91	1 016	1 114	-6 898	1 566	-903	-495	-391	-4 147
Total do Passivo e Situação Líquida	27 961	9 042	67 338	48 017	111 694	54 379	75 768	13 329	6 581	414 110

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2008
do

MONTEPIO GERAL

Pré-Impressão
Heragráfica – *Artes Gráficas, Lda.*

Impressão
Grifos – *Artes Gráficas*